

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINICIUS CARVALHO
ORGANIZADORES

VOLUME I

PASSO FUNDO

ESTUDOS
HISTÓRICOS



Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1954

O lançamento da Coleção intitulada Passo Fundo - Estudos Históricos tem por objetivo divulgar e ampliar o alcance de trabalhos que envolvam histórias, memórias e patrimônios de (e em) Passo Fundo nos últimos anos.

Escolher o ano de 2019, para a publicação do primeiro volume desta Coleção não é mero acaso. O ano marca o transcurso de pelo menos quatro episódios marcantes para a produção historiográfica local e regional. Neste ano comemoram-se os 65 anos de fundação do Instituto Histórico de Passo Fundo, entidade criada em 15 de abril de 1954, no ensejo das preparações para as comemorações do 1º Centenário de Passo Fundo, que ocorreria em 1957. Do mesmo modo, 2019 marca a passagem do 60º aniversário de falecimento de Francisco Antonio Xavier e Oliveira (1876-1959), pioneiro e referência obrigatória na produção sobre a história de Passo Fundo. É também em 2019 que se comemoram o 20º aniversário de criação do Programa de Pós-Graduação em História da UPF e o 35º da criação do Arquivo Histórico Regional, importante entidade de custódia de fontes para a história local.

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINICIUS CARVALHO
ORGANIZADORES

PASSO FUNDO
ESTUDOS HISTÓRICOS
VOLUME I

Todos os direitos reservados aos Autores.

O conteúdo deste sitio NÃO pode ser reproduzido, copiado, gravado, transcrito ou transmitido por meios mecânicos, fotográficos ou eletrônicos, sem a citação de autoria, nos termos da licença

Creative Commons Atribuição-CompartilhaIgual 4,0 Internacional;

Para ver uma cópia desta licença, visite:

https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/deed.pt_BR ou envie uma carta para

Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Editoração:

Alex Antônio Vanin

Revisão:

Greice Anzolin

Foto da capa:

Membros do Instituto Histórico de Passo Fundo reunidos no Campo dos Mellos, durante fala do historiador passo-fundense Francisco Antonino Xavier e Oliveria (ao centro), em 1945. Foto Czamanski. Acervo Digital IHPF.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P289 Passo Fundo [recurso eletrônico] : estudos históricos, volume I / organizadores Alex Antônio Vanin e Djiovan Vinícius Carvalho. – Passo Fundo : Acervus, 2019.
58.5Mb ; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-81266-08-0 (PDF).

1. Passo Fundo - História. 2. Historiografia. 3. Memória.
4. Cultura. I. Vanin, Alex Antônio, org. II. Carvalho, Vinícius Djiovan, org.

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Contato com os Organizadores:

alexvanin@hotmail.com

djiovan@gmail.com

ALEX ANTÔNIO VANIN
DJIOVAN VINICIUS CARVALHO
ORGANIZADORES

PASSO FUNDO

ESTUDOS HISTÓRICOS

VOLUME I



2019



LABORATÓRIO DE MEMÓRIA ORAL E IMAGEM

O Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) tem como finalidade o desenvolvimento de pesquisas a partir da organização da memória oral, visual, audiovisual e escrita da região norte do Rio Grande do Sul, região de abrangência da UPF, tendo como problemática fundamental a questão da memória. Horizonte esse que se liga ao conceito de identidade, pois as memórias produzidas historicamente pelos diferentes grupos (sociais, étnicos e de gênero) construíram representações de identidade que podem ser acessadas a partir de fontes diversas e passam a ser entendidas como registros das experiências humanas ao longo do tempo e que, na ação de recordar, unem passado e presente, em um processo de manutenção e reforço dos laços identitários dos grupos.

A riqueza da diversidade cultural das diferentes comunidades da região revelou a necessidade de um levantamento histórico amplo, especialmente a partir das histórias de vida de seus atores. Ao mesmo tempo, foi identificada a existência fragmentada de registros escritos, orais e imagéticos dessas memórias, através de histórias de instituições oficiais, de lazer, religiosas, de ensino, das famílias, fotografias e outros objetos.

Coordenação: João Carlos Tedesco e Alessandro Batistella.

SUMÁRIO

Apresentação.....9

Gizele Zanotto

Narrativas e estudos históricos

Autobiografia15

Francisco Antonino Xavier e Oliveira

**As homenagens ao “pai da História”: Francisco Antonino
Xavier e Oliveira e o Centenário de Passo Fundo 27**

Eduardo Roberto Jordão Knack

**Notas sobre uma entidade septuagenária: o Instituto
Histórico de Passo Fundo55**

Djiovan Vinícius Carvalho

Izabela Nascimento de Mattos

Comércio, festejos e visualidade urbana

**Entre mascates e comerciantes: o comércio de sírios e
libaneses em Passo Fundo (1900-1930)81**

Alex Antônio Vanin

Alana da Silva Follador

**Da Terça-feira Gorda ao Enterro dos Ossos: *outros*
Carnavais em Passo Fundo 119**

Jeferson Sabino Candaten

**Rua XV de Novembro: um enquadramento fotográfico
fantasma..... 141**

Fabiana Beltrami

Art Déco e centralidade urbana: os impactos do crescimento socioespacial e da atividade publicitária no patrimônio moderno de Passo Fundo 167

Pedro Henrique Carretta Diniz

Caliane Christie Oliveira de Almeida

Igrejas, crenças e manifestações religiosas

Das casas aos centros: os primórdios do Espiritismo em Passo Fundo..... 197

Chaline de Souza

“À Assembleia de Deus vem comigo, ouvir a Palavra de Deus”: apontamentos acerca da inserção, expansão e conformação da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Passo Fundo (1936-1963) 219

Augusto Diehl Guedes

A criação da Diocese de Passo Fundo 247

Jonas Balzan

Ensino, política e manifestações sociais

Primeiros passos do Ensino Privado em Passo Fundo 271

Natália Carla Vanelli

Roberto Biluczyk

Passo Fundo na Campanha da Legalidade: a mobilização popular através da imprensa 303

Andre de Souza Pereira

**Universidade de Passo Fundo: 51 anos da materialização
de um sonho 331**

Gabriela Tosta Goulart

**“Não nos caemos; Ergamo-nos unidos!”: o Movimento
Estudantil de Passo Fundo em 1968..... 363**

Hérica de Matos Frandoloso

Sobre os autores..... 399

APRESENTAÇÃO

“A história única cria estereótipos, e o problema dos estereótipos não é que eles são falsos, mas que são incompletos. Eles fazem uma história se tornar a única história”.

Chimamanda Ngozi Adichie

A produção acadêmica, de qualquer área a que possamos nos dedicar, é imbricada de elementos que extrapolam seu campo específico, pois são desestabilizadas, questionadas e alteradas pelos avanços da epistemologia, da metodologia (muitas vezes interdisciplinar), da teoria e paradigmas científicos, e das problematizações que o cotidiano renovadamente nos impõe. Isto significa que não há um derradeiro fim às produções de conhecimento, mas sim que a cada descoberta, análise, ponderação, consideração, estamos diante de um resultado datado e, muitas vezes, passível de revisões constantes e necessárias. O mesmo se dá com o caleidoscópico campo da produção de conhecimento histórico. Como ciência, a história está em permanente reelaboração, ampliação, revisão, problematização não só de temas, abordagens, fontes e metodologias em voga em dado contexto, mas também do que já foi feito anteriormente pelos estudiosos da “*ciência dos homens no tempo*”¹, na definição de Marc Bloch. O tempo, reitera Barros, é a instância definidora da história

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 55.

– o tempo para o historiador é visceral e múltiplo². Trata-se, para o historiador, do tempo dos acontecimentos que analisa, do tempo em que produz suas pesquisas e análises, e o tempo do próprio campo da produção de conhecimento, que se altera e renova constantemente. Compreender e defender a história como ciência incide na consideração de sua mudança ininterrupta.

Pensar o *métier* do historiador perpassa pela observação de suas questões, de suas problematizações. Essas, aponta Prost, ocupam posição decisiva. É com a questão que o historiador terá noção das fontes e documentos que poderão ser mobilizados para resolvê-la. Ainda, é a partir do problema de pesquisa que se organizará os procedimentos teórico-metodológicos que darão suporte à interpretação das fontes³. Tais interpretações devem pautar-se pelo afastamento crítico do que é investigado, pela postura de não tomar partido apriorístico, de não julgar, não se apaixonar e não vincular-se às bandeiras dos personagens e situações que investiga. A objetividade absoluta não é conseguida pois as marcas de nossas escolhas epistemológicas são direcionadas, mas a avaliação séria, a escolha de pontos de vista plúrais, a organização, classificação, interpretação e análise devem pautar-se pela criticidade visando aproximar-nos das verdades do passado, tornando evidentes nossos limites, as condições e especificidades do campo historiográfico⁴.

² BARROS, José D'Assunção. A historiografia e os conceitos relacionados ao tempo. *Dimensões*. Vol 32, p. 240-366, 2014. p. 241.

³ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 75.

⁴ Esta discussão é realizada por Rojas quando aponta “o dever mais honesto e inteligente de um bom historiador consiste em tornar explícitas as condições

O procedimento da pesquisa em história deve romper com lugares comuns da dita narrativa oficial ou oficiosa visando enfrentar processos de legitimação e o questionamento de algumas visões fatalistas do passado e do presente. De igual modo, deve esclarecer e discutir a articulação necessária entre história e memória, embora considerando as especificidades de cada uma delas. A memória, a lembrança, é a vida, destaca Seixas⁵, discutindo a obra de Pierre Nora. Para a autora, a atualização da memória no presente é espontânea e afetiva, múltipla e vulnerável, pois criação de um passado pelo agente de sua narração. A reconstrução do passado, engajada, desempenha papel importante na maneira pela qual os grupos sociais compreendem o mundo e (re)constróem sua identidade – todavia, memória não é história⁶. Por sua vez a História é uma operação profana, uma reconstrução intelectual problematizadora que necessita de embasamento em fontes, análise e explicação. Trata-se de uma reconstrução e crítica do passado – a memória, nesta interpretação serve à história, pois dela também se faz a crítica e avaliação do passado. O passado, como objeto do lembrar e do analisar, é um campo de disputas de grupos, instituições, poderes, indivíduos e da própria sociedade. Diferir

específicas que determinaram sua investigação, declarando suas tomadas de posição, suas perspectivas, assim como os critérios particulares de seleção do material, métodos, paradigmas e modelos historiográficos utilizados”. ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Antimanual do mau historiador*. Londrina: EDUEL, 2007. p. 30.

⁵ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. p. 40.

⁶ Idem, p. 41-42.

memórias e histórias, lembrar de sua atribuição de sentidos e valores, também é recordar que “a história é um terreno de disputa constante, onde, de maneira contraditória e tenaz, enfrentam-se sempre vários futuros alternativos possíveis, várias linhas abertas de evolução diferentes”⁷.

A perspectiva de renovação e ampliação do estudo histórico acerca de Passo Fundo é justamente o que mobiliza esta coletânea. *Passo Fundo – Estudos Históricos* ancora-se na interpretação científica do fazer do pesquisador que deve sempre mais problematizar pretensas verdades, narrativas, representações e estereótipos acerca do passado. Muito do que sabemos sobre a conformação sócioistórica e cultural de Passo Fundo se baseia em estudos realizados ao longo do século XX, tidos como marcos da produção historiográfica local (e que de fato o são), mas que podem e devem ser revistos em seu produto, pois são resultado de um processo específico. Em muito vemos a repetição de narrativas derivadas desses “primeiros historiadores” numa ação de “consagração” das mesmas, ao invés de serem lidas como produtos de agentes também históricos que tinham vivências, interesses, disposições e acesso a metodologias e fontes de pesquisa limitados. A história, como já reiteramos, é uma ciência dinâmica, pautada na pressuposição de que todo saber é passível de revisão – pela descoberta de novas abordagens, problematizações, fontes, paradigmas, teorias. Eis a perspectiva que mobilizou os organizadores e autores desta coletânea. Valorizar o passado da agência histórica e da produção de conhecimento histórico, mas também avan-

⁷ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *Antimannual do mau historiador*. Londrina: EDUEL, 2007. p. 16.

çar visando preencher lacunas sobre temas não abordados, problematizar questões tidas como resolvidas mas que demandam outras versões e avaliações, o estudo de fontes antes não disponíveis aos pesquisadores e, claro, temas que hoje são mobilizadores de atenção, embora outrora não o tenham sido.

Para finalizar esta apresentação, retomo novamente os estudos de Marc Bloch e suas digressões sobre o ofício do historiador. Bloch revigorou a história como problema, no sentido de refletir e renovar o campo da produção de conhecimento sobre o passado mas também de revisitar a história já produzida. Se o próprio historiador é fruto de seu tempo, suas respostas não são eternas, pois novos tempos levam à novas historicidades, como destaca Schwarcz⁸. Que o esforço de revisitação e renovação mobilizadora dos capítulos que seguem sejam propulsores do revigoramento tão necessário da história de Passo Fundo. As produções que compõe esta obra, num olhar panorâmico, já indicam que revisitações e renovações serão encetadas, trazendo à historiografia local não só inovações de temas e releituras, mas também aprofundamento para a compreensão da singularidade, complexidade e riqueza da produção acadêmica local. Do mesmo modo, histórias plurais são aqui vislumbradas, nos evidenciando que a cada situação, há mais de uma leitura possível da realidade do passado e que, é na confluência delas que a vivência dos agentes se fez em sua riqueza, incongruências, interesses, especificidades e lutas pelo poder

⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação à edição brasileira – Por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 08.

não só de fazer, mas também de dizer, de legitimar. Lacunas temáticas ainda são visíveis, o que só reitera a necessidade de que produções como a que apresentamos sejam contínuas. Parabéns aos autores e boa leitura!

Passo Fundo, outubro de 2019.

Gizele Zanotto
Coordenadora do Arquivo Histórico Regional

Solenidade em homenagem ao 50^o do passamento do Combate dos Mellos, em 13 de agosto de 1945. ◀
Em primeiro plano, da esquerda para a direita, vê-se Eduardo Barreiro e, ao centro, Francisco Antonino Xavier e Oliveria, enquanto proferia uma fala aos presentes. Arquivo Tania Barreiro.



AUTOBIOGRAFIA

Francisco Antonino Xavier e Oliveira

AUTO-BIOGRAFIA DE FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA¹

(Peça constante do arquivo do IHGRGS, correspondendo a um original datilografado em ortografia desatualizada, de autoria atribuída àquele cronista e historiador de Passo Fundo que foi um dos sócios fundadores do Instituto Histórico [e Geográfico do Rio Grande do Sul], nascido em 1876 e falecido em 9/7/1959)².

Nasci a 5 de Setembro de 1876, na casa de meu avô Francisco Xavier de Castro³, na fazenda dos Três Capões, 1º districto deste município de Passo Fundo.

Meus ascendentes foram os que constam do quadro incluso⁴. Meu pae⁵ falleceu nesta cidade a 6 de Julho de 1895. Era ele natural de Ponta Grossa, Paraná.

¹ Autobiografia publicada no n° 125, da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 1989.

² Nota dos editores da Revista do IHGRGS.

³ Nascido em 1º de julho de 1809, em Castro, freguesia de Iapó, Comarca de Curitiba. Biriva, ervateiro e tropeiro, estabeleceu-se em Passo Fundo em outubro de 1843. Em 1852 criou, entre o Rio Jacuí e o Rio Capingui, a Fazenda Três Capões. Foi presidente da Câmara Municipal entre 1880 e 1882. Faleceu em Passo Fundo em 15 de outubro de 1908 (MIRANDA, Fernando Severo Borgmann de; CARVALHO, Djiovan Vinicius; VANIN, Alex Antônio. Ad sumus: a cidade dos mortos dentro da cidade dos vivos. In: MIRANDA, Fernando Severo Borgmann de; ZANOTTO, Gizele (Orgs.). A morte não é o fim: culturas e identidades no Cemitério Vera Cruz. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2018, p. 199).

⁴ Ver, na sequência, as páginas 29 e 30.

⁵ Antonio de Oliveira Penteadó, que nasceu no Paraná, em 20 de janeiro de 1854, e faleceu em Passo Fundo, em 1895 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 200).

Até a idade de 4 annos, estive com meus pais, no campo que elles possuíam e que hoje pertence a successores de Bernardino José Lopes de Albuquerque, também no 1º districto e dividindo com a referida fazenda dos Três Capões.

Naquella idade e tendo meu pae ficado abalado das faculdades mentaes, sendo separado, por isso, da familia, fui com minha mãe e meus dois irmãos Ildefonso e Octavio, mais novos que eu, para a Lagoa Vermelha, onde ficamos morando, em companhia de meus padrinhos José Francisco de Oliveira Jeca e Maria Felomena Xavier, na estancia que estes possuíam, chamada da Bôa Vista, á margem esquerda do rio Forquilha e que hoje pertence á herdeiros de Manoel Fagundes de Souza. Também moramos na villa de Lagôa Vermelha, com o mesmo Jeca e meu tio Fortunato Xavier de Castro, e depois em casa nossa.

Foi nossa villa que recebi começo do instrucção primaria, primeiro com um professor de nome Bemvindo Rodrigues Moreira, depois com outro, chamado Alfredo Falcão, e finalmente com d. Delphina Loureiro de Mello, aula esta de que me retirei em 1887, anno em que, em Dezembro fui para São Paulo, com meu tio Cesario Xavier de Castro, que levava uma tropa de mulas, da qual fui como madrinheiro até Ponta Grossa, onde, de chegada, fui empregado como caixeiro na casa de Manoel Dias Baptista, conhecido por Neco do Padre. Antes dessa viagem já eu tinha sido caixeiro de meu tio Fortunato, em Lagôa Vermelha, officio que fazia ao mesmo tempo que cursava a escola.

Depois de cinco mezes, mais ou menos, de estadia em Ponta Grossa, segui para Sorocaba, com a tropa referida, que ali foi vendida na feira. Regressando dessa viagem, che-

guei a Lagôa Vermelha em Julho de 1888, e dali, em Outubro, fui trazido para a companhia de minha madrinha Anna Joaquina Xavier e Oliveira, casada com o então major Lucas José de Araújo⁶, nesta cidade, onde cheguei a 13 de Outubro.

Aqui fui posto na escola de Eduardo de Britto, onde só comparecia para as lições, visto que era caixeiro da casa comercial do mesmo Lucas. Estive nessa aula pouco mais de anno, ficando a minha instrução primeira muito deficiente.

Em 1890, vendendo Lucas a sua casa commercial a seu irmão Antonio Manoel de Araújo, também nesta cidade, passei a ser caixeiro deste, mas continuando a morar com minha madrinha e Lucas.

Em 1892, sahindo dessa casa, fui para a Lagoa Vermelha onde estava o mesmo Lucas e sua senhora. Passei então a viajar com Lucas, em tropas, primeiro de bois e depois de cavallares, sendo que numa dessas viagens permaneci mezes em Campos Novos, Santa Catharina, como invernadeiro, passando depois para Palmas e finalmente para Porto da União, onde estiveram emigrados Lucas e o referido meu tio Fortunato e suas famílias.

Dessa ultima localidade tive de sahir precipitadamente para não servir na força de Gomercindo Saraiva, que estava cercando a cidade da Lapa e de lá mandara uma força a

⁶ Lucas José de Araújo, comerciante, nasceu no dia 24 de agosto de 1842. Filho do Capitão Manoel de Araújo, primeiro presidente da Câmara Municipal após a emancipação do município. Participou da Guerra do Paraguai nos combates de Butuí, do cerco de Uruguaiana e do Passo da Pátria e também da Revolução Federalista (1893-1895). Membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em testamento, datado de novembro de 1915, doou todas as suas terras para a entidade que criasse em Passo Fundo um “asilo de crianças órfãs e desvalidas”. Faleceu em Passo Fundo no dia 1º de janeiro de 1919, aos 76 anos (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 235).

Porto da União. Depois de estar escondido em vários pontos do sertão entre Campos Novos e Curytibanos, com Lucas e mais dois companheiros, sem podermos sahir porque havia forças para todos os lados e Lucas corria perigo por ter sido aqui, mettido na revolução como republicano, conseguimos, com dificuldades e perigos, sahir dali e irmos a Porto Alegre, a cavalo até S. João, digo, até São Sebastião do Cahy.

Chegado a Porto Alegre em Maio de 1894, em seguida empreguei-me como caixeiro na rua da Praia, primeiro na casa A Predileta de Antonio Vilhena Machado, e depois na casa Esteves Barbosa & Cia., de onde sahi em 1896 para vir para Passo Fundo, onde cheguei em Setembro desse anno.

Em Porto Alegre, durante pouco tempo, estive em um curso nocturno de Club Caixeiral⁷, aula penosissima porque começava ás 10 horas da noite e eu não podia estudar por motivo do emprego.

Foi ahi que recebi umas poucas noções de escripturação mercantil e tive também pela bibliotheca dessa sociedade a quem por isso gratidão. Tinha ella um jornalzinho O Athleta⁸, no qual, apesar de muito atrasado, collaborei algumas vezes, tendo sido meu primeiro trabalho um conto. Mandei

⁷ Club Caixeiral de Porto Alegre, destinado aos empregados do comércio, os caixeiros, fundado em 1882. As informações sobre essa categoria circulavam através das páginas do jornal O Athleta que pertencia àquela associação. O Club Caixeiral Porto-Alegrense encerrou suas atividades em meados do século XX. Fonte: BARBOSA, Marco Aurélio Gomes Barbosa; OTT, Ernani. A Organização Profissional Contábil no Estado do Rio Grande do Sul no Período de 1882 a 1947. *Vista & Revista*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 34-50, out.-dez. 2013.

⁸ Periódico do Club Caixeiral de Porto Alegre, sendo o difusor dos clamores por direitos reivindicados por caixeiros e guarda-livros em fins do século XIX e início do XX, como o descanso aos domingos e a redução da jornada de trabalho dos trabalhadores no comércio (BARBOSA; OTT, 2013, p. 41)

também versos para a Caixa Urbana do Correio do Povo, que os criticava mas que afinal deu publicidade a um dos meus sonetos.

Chegado a Passo Fundo, logo entrei como caixeiro da casa commercial de minha tia Lucia de Castro⁹, viuva de Fortunato Xavier, ahi permanecendo até 1898, anno em que, com meu cunhado Antonio de Padua Hollanda Cavalcanti, comprei as existências daquella casa commercial passando a trabalhar como negociante. Como não tivéssemos capital, essa empresa entrou logo em difficuldade e tivemos que fechal-a, mesmo porque contra ambos nós surgiu um processo por motivo de uma nota falsa que nos accusavam de termos dado em pagamento e nós impugnávamos, sob o fundamento de não ser a que tínhamos dado. Correndo o processo em Porto Alegre no Juizo Federal, fomos absolvidos.

O mesmo que nos tinha imputado a passagem dessa nota e cahido depois em contradicção, nos moveu uma acção pelo prejuízo que dizia ter soffrido com a mesma nota, acção que também vencemos conforme certidão que tenha causa que, não tendo advogado, me vi obrigado a trabalhar no fôro, em minha defesa, aqui em Passo Fundo, pedindo auxilio a amigos, pois que eu nada sabia de fôro.

A esse mesmo tempo, estando em Porto Alegre (Junho de 1899) fui surprehendido por um telegramma do Cel. Gervasio Annes¹⁰ chefe político daqui, em que me commu-

9 Nascida em 29 de junho de 1861, filha de Maria Felomena e José Francisco de Oliveira-Jeca, foi casada com Fortunato Xavier de Castro. Faleceu em 11 de julho de 1909 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 199).

¹⁰ Gervasio Lucas Annes nasceu em Cruz Alta/RS, em 12 de abril de 1853. No início da década de 1870 chegou a Passo Fundo. Ligado inicialmente ao Partido

nicava que eu tinha sido nomeado promotor publico desta comarca, e me inquiria de si aceitava ou não. Respondi que aceitava, embora não me julgasse competente.

Esqueci-me de dizer que em 1896, quando viera de Porto Alegre para Passo Fundo, havendo aqui muita falta de pessoal para os cargos, porque a cidade ficara muito desfalcada de população com a evolução terminada no anno anterior, fui nomeado amanuense do Conselho Municipal, permanecendo nesse cargo até ser nomeado promotor.

Na promotoria luctei muito e me incommodei mais, porque além de não ter preparo algum, arqueei com processos de vulto, em que eram reus pessoas de certa ordem. É claro que pela minha inexperiencia e falta de preparo, teria de errar em cargo de tanta responsabilidade como aquelle, o que depois reconheci e me mortificou bastante, mas me foi benéfico porque a experiencia assim colhida me ajudou a desenvolver-me.

Deixei esse cargo, que era interino, em Julho de 1900, ficando desempregado e com a agravante de que o insuccesso commercial já referido me deixara, como a meu socio, onerados com um passivo de muitos contos de reis, que nos creava situação terrível. Tinhamos umas partes de campo em Tamandaré¹¹, que nossas esposas tinham herdado de

Conservador, foi Deputado Provincial, no ano de 1887, passando ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1889. Foi ainda Deputado do PRR à Assembleia de Representantes, nos anos de 1891, 1892 a 1896, 1897 a 1900 e 1909 a 1912. Combateu os Federalistas na guerra civil de 1893-95, no posto de coronel da Guarda Nacional. Foi o chefe do PRR em Passo Fundo, de 1890 até seu falecimento, em 04 de abril de 1917, exercendo o cargo de Intendente Municipal entre 1893 e 1900 e entre 1909 e 1912, sendo vice intendente entre 1904 e 1908 e entre 1912 e 1917 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 207).

¹¹ Parte do atual município de Almirante Tamandaré do Sul/RS.

sua avó d. Balbina, e um terreno e casa em Passo Fundo, que tivemos de entregar a credores, só se salvando um chalezinho de madeiras que eu tinha no terreno onde hoje está a minha moradia, e outro chalet e terreno de meu socio; sendo que o meu não foi escripturado porque o credor não quiz recebel-o.

Alguns mezes depois entrei a servir no cartorio de orphãos, como substituto do escrivão Lucas de Araujo Oliveira, que tinha de viajar. Estive uns 6 mezes nesse cartorio, ganhando ao todo uns cento e poucos mil reis... A lucta era seria.

Em 1901 fui convidado a trabalhar na Intendência, pelo então intendente tenente coronel Pedro Lopes de Oliveira¹², servindo como secretario até Novembro de 1905, quando fui nomeado juiz districtal da sede deste município, cargo que occupei até Janeiro de 1909, vendo-me obrigado a deixal-o devido a um incidente com o juiz de comarca dr. José Dario de Vasconcellos.

Entreí ahi a advogar e depois de algum (sic) fui convidado a trabalhar no escriptorio do Coronel Gervazio, onde

¹² Pedro Lopes de Oliveira, conhecido como Coronel Lolico, nasceu em 29 de outubro de 1865 na fazenda do Bom Retiro, à margem direita do Rio da Várzea, município de Passo Fundo. Foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e integrante do Conselho Municipal a partir de 1891. Durante a Revolução Federalista (1893 – 1895), comandou o 45º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional no posto de Tenente-Coronel. Tomou parte dos combates do Umbú e do Passo d’Areia. Fíndada a contenda, integrou novamente o Conselho Municipal de 1896 a 1900. Foi eleito Intendente Municipal em 1900, ficando no cargo até 1908, elegendo-se novamente em 1912 permanecendo no poder até 1920. Devido a desentendimentos com seus correligionários, Lolico tornou-se um dos republicanos dissidentes e um dos líderes da guerra civil de 1923, contra Borges de Medeiros. Faleceu em Passo Fundo em 1948 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 250).

permaneci uns dois annos tendo como companheiro o meu collega José Prestes Guimarães¹³. Deixando esse escriptorio para ir trabalhar no meu, fui por segunda vez nomeado juiz districtal em 1918, servindo por pouco tempo, devido á exiguidade da remuneração.

Voltei a advocacia, mas timbrando sempre por ganhar muito pouco, pois nesses tempos a advocacia era profissão muito pouco, pois nesses tempos a advocacia era profissão muito pouco rendosa na terra.

Descoroçado e aborrecido de tal carreira, deixei-a para ir trabalhar fazendo escriptas commerciaes, occupação que conservei por uns dois ou três annos, voltando á advocacia...

Em 1923, durante o anno, servi como secretario da Intendência gestão do dr. Vergueiro¹⁴, cargo cujos vencimentos exíguos não me convinham e deixei para ir fazer a vida outra vez na advocacia.

Em 1925 fui pela 3ª vez nomeado juiz districtal, por pouco tempo, pois que não me convinha tal cargo, em que só fiquei por três mezes, que foram de luctas e encommodos.

Além dessas funções exerci outras commiões publicas conforme a lista inclusa. O meu destino, porém, era decisivo: tinha de ser advogado. Acabei por me conformar, e hoje gosto da carreira, si bem que me tenha sido sempre deficient-

¹³ Nascido em 1º de novembro de 1856. Filho de Antonio Ferreira Prestes Guimarães e Ana Theresa Shultz. Era advogado, tendo trabalhado na banca do Cel. Gervasio Lucas Annes. Faleceu em Passo Fundo em 02 de abril de 1919 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 230).

¹⁴ Médico e político passo-fundense, exerceu diversos cargos políticos, dentre os quais Intendente Municipal e Deputado Estadual e Federal, durante a primeira metade do século XX.

te em rendimento. Não me queixo disto. É a força do meu destino que está em acção.

Tenho trabalhado muito, conforme se pode ver pelos papeis que deixo no escritório de advocacia. Diligencia não me faltou. Sempre fui operoso, mas devia ser assim. Entretanto há uma que me conforta muito: procurei ser honesto e leal com os clientes, e sempre procurei evitar questões, aconselhando solução amistosa. Depois, tendo de fazer a vida me fazendo também, abrindo caminho por entre as imensas dificuldades dessa carreira, de certo que não poderia ir ao êxito logo. Devia esperar, o que fiz convencido de que si procedesse sempre bem como profissional, o meu dia havia de chegar, trazido pelo conceito que assim creasse.

Lastimo não deixar assegurado o futuro de minha família, mas, ao mesmo tempo, confio que Deus a amparará. Deve ella, pois, esperar d'Elle, não desesperando, porque no mundo tudo tem a sua razão de ser, e nada acontece ás cegas ou por acaso. Com paciencia e resignação, e diligencia, se vai sempre a bom caminho.

Apparentemente fui inconstante, trabalhando em tanta cousa. A realidade porém é outra: cabia-me diligenciar a minha vida, que si era improductiva numa cousa, poderia melhorar noutra. Assim procedendo, não fui um desanimado. Luctei. Busquei melhorar economicamente. Si não o consegui, ao menos me desenvolvi um pouco a custa da lucta e com o concurso da experiencia que dahi me veiu.

NOTAS SOBRE F. ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA

O primeiro jornal em que colaborou foi “O ATHLETA”, de P. Alegre, do Club Caixeiral, em 1894 ou 1895.

Títulos das colaborações e pseudônimos que usou:

Colaborações	Pseudônimos	Jornais
.....	PLUTARCHO	O Athleta
Amolando	JAPY	O Gaucho
Bosquêjos	ARGOS	O Gaucho
RESPIGAS	ARGOS	O Gaucho
CONTRADICTAS	ARGOS	O Gaucho
REMEMORAÇÕES HISTÓRICAS	SENIO	O Gaucho
INDUSTRIAS LOCAIS	JANO	O Gaucho
Comentarios	ARNIO	A Voz da Serra
Bosquêjos	JOÃO D'OUTRORA	A Época
Do silêncio	JOÃO D'OUTRORA	A Época
Revistinha	J. TAGARELLA	O Gaucho
Diversos	JOÃO D'OUTRORA	O Nacional

Os avós maternos ILDEFONSO JOSE DE OLIVEIRA e MARIA GERMANO PENTEADO¹⁵, vieram, já casados e

¹⁵ Maria Germana Penteado, filha de João Batista Penteado e Maria Floriana de Almeida, casou-se no dia 23 de fevereiro de 1838, em Castro/PR, com Ildefonso José de Oliveira (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 200).

c/filhos, da “Comarca de Curitiba”, antiga província de S. Paulo, depois província e hoje Estado do Paraná.

Os avós paternos FRANCISCO XAVIER DE CASTRO e ANNA JOAQUINA FERREIRA¹⁶, vieram, da mesma comarca de Curitiba, já casados e com tres filhos, sendo o 1º Francisco Marques Xavier¹⁷ (Chicuta). Os outros filhos nasceram uns aqui na cidade e os últimos em sua fazenda DOS TRES CAPÕES.

O pai do velho XAVIER era de origem francesa.

¹⁶ Nascida por volta de 1820, filha do Cap. Jerônimo José Vieira e Felicidade Maria Ferreira. Foi casada com Francisco Xavier de Castro, tendo falecido em Passo Fundo, em 26 de abril de 1871 (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 199).

¹⁷ Francisco Marques Xavier, conhecido como Coronel Chicuta, filho de Francisco Xavier de Castro e Ana Joaquina Ferreira, nasceu em 1836, em Campo Largo, nos Campos Gerais do Paraná, Comarca de Curitiba, então Província de São Paulo. Transferiu-se aos 07 anos de idade, junto com sua família, para Passo Fundo. Chicuta casou-se com Marcolina de Quadros no ano de 1864. Chicuta combateu o exército paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), tomando parte em vinte e duas batalhas e outros combates menores. Chicuta foi ainda vereador em Passo Fundo entre os anos de 1886 e 1889 e, após a Proclamação da República, tornou-se um dos principais líderes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), na região de Passo Fundo. Em 1891 foi agraciado com o título de Coronel Honorário do Exército Brasileiro, em função dos serviços prestados na campanha do Paraguai. Na manhã de 18 de junho de 1892, Chicuta foi assassinado na Rua do Comércio, atual Av. Brasil (MIRANDA; CARVALHO; VANIN, 2018, p. 200).



**AS HOMENAGENS
AO "PAI DA HISTÓRIA":**

FRANCISCO ANTONINO XAVIER E OLIVEIRA
E O CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO

Eduardo Roberto Jordão Knack

Resumo: O presente trabalho objetiva esclarecer como foi construída a homenagem ao “pai da história” de Passo Fundo, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, durante as comemorações do centenário do município em 1957. Com esse objetivo, no transcorrer do texto são desenvolvidas algumas reflexões sobre o sentido das comemorações, suas relações com a memória e com a história. Dentre as fontes utilizadas estão Atas do Centro de Estudos Pró-Centenário (grupo que dá origem ao Instituto Histórico de Passo Fundo), a imprensa local, com textos dos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, bem como obras comemorativas publicadas no centenário.

Palavras-chave: Antonino Xavier. Centenário. Imprensa Local.

INTRODUÇÃO

O verbo de raiz latina “commemorare” significa tanto “relembrar à memória” quanto “lembrar alguém sobre alguma coisa” (Ankersmit, 2002). Em ambos os casos é o ato da lembrança que está em jogo e não o objeto, a imagem da lembrança. Essa consideração é importante, pois indica que para estudar uma comemoração é fundamental tentar entender o trabalho da memória ou como as lembranças são evocadas nesses momentos, como invadem o espaço público a fim de advertir e/ou orientar os grupos sociais sobre o que se deve lembrar. “Commemorare” estaria entre a memória, seu objeto/conteúdo/imagem por um lado, e a lembrança, o trabalho de rememoração, a *anamnese* por outro (Ricoeur, 2007). Para mais, sabe-se que a comemoração remete ao passado e assume a pretensão de estabelecer um tipo de comunhão com ele, sugerindo uma aproximação que está ausente nas percepções e interações cotidianas com o tempo.

Autores como Catroga (1998; 2005) e Ankersmit (2002) observam que o repertório de elementos incluídos nas comemorações, como cerimônias, rituais, sacralização das origens, construção/legitimação de um panteão de heróis, revelam um caráter cívico religioso nessas manifestações. Nora (1993) também reconhece uma espécie de dimensão religiosa presente nas comemorações, entendidas por ele como a sacralização de um momento de passagem (especialmente os ciclos de cinquenta, cem, duzentos anos) em uma sociedade que se dessacralizou. Existe um “background cristão” na civilização ocidental que não apenas contri-

buiu para uma era de comemoracionismos, como também conferiu as bases de sua dimensão religiosa.

Destaca-se que diversas atividades orbitaram as comemorações do centenário passo-fundense: bailes, comícios, cultos, concursos, festividades e desfiles mobilizaram os munícipes em 1957. Logo, essas atividades contribuem para a construção de uma atmosfera (Maffesoli, 2001), um imaginário (Baczko, 1991) comemorativo que possui a sociedade durante as celebrações. As ritualizações e liturgias cívicas da história (Catroga, 1991) não são necessariamente formais, ou seja, compostas apenas por autoridades. Portanto, atividades que são organizadas em função de alguma comemoração, que evocam o conjunto de noções e lembranças que se quer sacralizar na sociedade estão embebidas nesse espírito cívico. Obviamente, para evocar esse espírito com sucesso é necessário que os sujeitos estejam autorizados pelo poder instituído ou pelos grupos que se outorgam essa autoridade.



Cada uma das diversas atividades que orbitam o universo comemorativo instituído podem ser entendidas como um “sociotransmissor” (Candau, 2005; 2012). Essas atividades compartilham representações metamemoriais entre os diferentes sujeitos e grupos que são afetados pelas comemorações. Assim sendo, “a metamemória é por um lado a representação que cada indivíduo cria da sua própria memória, o conhecimento que ele tem dela, e por outro lado, o que ele diz dela. Ela é uma memória reivindicada, ostensiva” (Candau, 2005, p. 99). As diversas atividades comemorativas contribuem para que reivindicações memoriais de determinados grupos ocupem os espaços públicos a partir de “retóricas holistas” (Candau, 2012), discursos que reivindicam a “memória da cidade”, por exemplo. Ostensivamente, essas atividades estendem determinada seleção do passado, como a memória e a história de determinados indivíduos e/ou grupos, para toda uma comunidade.

Uma das atividades que envolveu grande parte da sociedade passo-fundense no centenário foi a escolha da Rai-

- Figura 01. Registro de um dos aspectos dos festejos do Primeiro Centenário de Passo Fundo e da VII Festa Nacional do Trigo, realizados em 1957. O trigo plantado nos canteiros centrais da Avenida Brasil representava a pujança da cultura no município. Fotografia de autor desconhecido, tirada no canteiro entre as ruas Marcelino Ramos e Capitão Araújo, onde vê-se, ao fundo, o Colégio Notre Dame. Da esquerda para a direita: Tania Barreiro, Maria Teresinha Fortes, Moacyr da Motta Fortes e Emma Fauth Vargas Fortes. Arquivo Moacyr da Motta Fortes. Acervo digital Instituto Histórico de Passo Fundo.

nha do Centenário. Cada uma das candidatas representava um clube social de Passo Fundo ou algum tipo de associação. Assim, elas participaram de bailes, desfiles, proferiram discursos na imprensa e em eventos, também foram entrevistadas e avaliadas por uma comissão que envolvia vários tipos de profissionais, como jornalistas, políticos, pro-

fessores (muitos dos quais participavam de alguma forma da organização das atividades do centenário). Contudo, salienta-se que não foram só as candidatas que discursaram e participaram de atividades públicas, dado que lideranças políticas locais e regionais também ocuparam o espaço público em jantares, bailes em clubes e associações da sociedade civil. Ressalta-se que a ocupação dos espaços por autoridades tem um propósito pedagógico e cívico explícito, tanto quanto a decoração, ornamentação e ordenação de desfiles e aparições públicas em atividades festivas (Catroga, 2005, p. 126).

Um dos destaques no centenário foi a realização da Exposição Agro-Industrial e VII Festa Nacional do Trigo; sublinha-se que o trigo era a principal aposta para o desenvolvimento econômico regional. Portanto, para a organização da festa e das exposições foram construídos pavilhões (indústria, agricultura, cultura) para os expositores industriais, comércio e mostras da cultura local. Essa era uma oportunidade em que a cidade deveria mostrar seu potencial progressista, pois entre os visitantes estavam figuras como o então vice-presidente João Goulart e o governador do estado na época, Mario Menegetti, além de deputados estaduais e nacionais, jornalistas e agricultores. Consequentemente, “o ponto maior das festividades do centenário foi inegavelmente a 7ª edição da Festa Nacional do Trigo” (Damian, 2007, p. 281). Ademais, a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, um ponto debatido desde 1953, foi entendida como crucial para apresentar um projeto de cidade apto a receber investimentos. Assim, a definição des-

se plano, discutido durante quatro anos, ocorreu em função das proximidades do ano do centenário.

Além dessa série de atividades, as publicações comemorativas adquirem espaço central, bem como a eleição e homenagem aos personagens ilustres da sociedade. Salienta-se que as comemorações permitem suprimir distâncias entre o passado, visto que os acontecimentos mais remotos, rememorados em narrativas que adentram o espaço público, aproximam os contemporâneos ao que se busca lembrar e sacralizar como a história e a memória da sociedade. Todavia, não é só o passado que se manifesta no presente com intensidade. O futuro também parece estar ao alcance das mãos. As comemorações que encerram ciclos – cinquenta, cem anos – marcam momentos em que planejamentos e projetos que definem as diretrizes de uma cidade ou de um país são repensados, avaliados e revistos. Dessa forma, as homenagens rendidas nesses momentos com frequência são laudatórias, servindo para justificar e legitimar projetos políticos e econômicos. No caso de Passo Fundo, a expressão capital do planalto, carregada por um espírito progressista, apareceu com força durante a década de 1950 e representava um futuro de progresso que já havia sido alcançado – ou estava muito próximo a isso.

Ozouf (1995) reconhece a dupla abertura que uma comemoração apresenta, abrindo portas tanto para a dimensão do ontem quanto para o reino do amanhã. Só se comemora aquilo que os contemporâneos entendem como importante para o presente, isto é, algo que tenha, de alguma forma, deixado marcas e/ou rastros de experiências que indicam a existência de um passado comum. Sem os rastros do passa-

do (Ricoeur, 2007), não existe o que comemorar. No entanto, como indica Ozouf (1995, p. 217), “prenúncio do futuro, a festa fornece, por outro lado, como que uma aproximação deste”, ou seja, a festa também traz em seu bojo relances do futuro, daquilo que se projeta como ideal para sociedade (de acordo com a visão do grupo que ocupa o poder necessário para projetar e organizar uma comemoração), ou então se espera a reprodução das glórias de um passado que já aconteceu. Assim, o sentido atribuído ao passado, presente e futuro varia de acordo com a percepção que uma comunidade tem sobre sua experiência temporal, ou, tal como Hartog (2003; 2013) define, de acordo com o regime de historicidade que pauta a interpretação das categorias temporais.

O regime de historicidade pode ser entendido como “uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo” (Hartog, 1996, p. 129). O olhar para o passado pode ser carregado de nostalgia, de saudades de um tempo perdido, ou então pode ser vislumbrado como superado, atrasado. Por sua vez, o futuro também pode carregar diferentes significados, visto que pode carregar a esperança de dias melhores, de uma sociedade utópica, ou amedrontar aqueles que o imaginam. Já o presente também muda de acordo com a experiência temporal de uma sociedade, pode ser completamente obliterado pelo passado ou pelo futuro, ou pode ofuscar completamente qualquer outra perspectiva nostálgica ou futurista. Portanto, regimes de historicidade influenciam a percepção dos sujeitos sobre o tempo, orientando o encadeamento das categorias temporais, é um instrumento que permite desnaturalizar os sentidos atribuídos

ao tempo, bem como suas materializações, tal como o anseio em comemorar ciclos de cinquenta ou cem anos.

Leduc (1991) demonstra que a consolidação de comemorações que encerram um período de cem anos data da época de Napoleão na França, ou seja, essa forma de comemorar tem sua própria historicidade. É nesse contexto que “século” passa a configurar um conjunto de acontecimentos vitais para um país ou mesmo o período de vida de um personagem histórico. As celebrações de centenários adquirem essa característica de redução de distâncias temporais também na França, com as comemorações republicanas dos cem anos do aniversário de Voltaire e Rousseau, em 1878, e se solidifica com a comemoração do centenário da Revolução Francesa, em 1889. Já em 1900, a passagem de um século ao outro passa a envolver, de forma mais clara, as noções de “retrospectiva” e “prospectiva” no ambiente do “fin de siècle” (Leduc, 1991).

Catroga (2005, p. 108) indica que foram os positivistas republicanos franceses que “melhor definiram o significado social de uma festa que era, em última análise, um culto cívico dos mortos”. As comemorações cívicas eram entendidas como manifestações que asseguravam a continuidade histórica da sociedade, estabelecendo uma ponte entre passado, presente e futuro. Ademais, as festividades adentram o âmbito de uma religiosidade civil, “cuja função é de produzir consensos, integrando ou incluindo indivíduos (ou as comunidades) no todo nacional” (Catroga, 2005, p. 112).

Consequentemente, a exaltação do local pode ser entendida como uma tentativa de inclusão de uma cidade/localidade no todo nacional. O local, no caso a cidade, se

transforma no altar onde a pátria se manifesta, o que implica a necessidade de rituais cívicos e a eleição de sujeitos que conferem corpo ao passado, que exemplificam aquilo que se está celebrando, corporificando os ideais nacionais. Em Passo Fundo, foram selecionados alguns personagens que passaram a ilustrar o sentimento de pertencimento que dá corpo ao patriotismo. No presente trabalho, é observado especificamente a eleição do “pai da história” passo-fundense, que adentrou o panteão dos homenageados nas comemorações do centenário ainda em vida.

Francisco Antonino Xavier e Oliveira, historiador passo-fundense homenageado no centenário da cidade, nasceu em 1876, em Passo Fundo, trabalhou no comércio e exerceu diversas atividades na vida política local, como escrevente do Conselho Municipal em 1896, promotor interino da Comarca em 1899, escrivão do recenseamento federal em 1900, secretário municipal em 1901, juiz distrital em 1909 e vice-intendente municipal, entre 1911-1912, na gestão de Gervasio Lucas Annes (liderança do PRR na cidade). Além disso, em 1923 fundou o Hospital da Caridade e em 1924 foi secretário da intendência novamente na gestão de Nicolau Araújo Vergueiro, em 1925 retorna ao cargo de juiz municipal, já em 1945 foi nomeado prefeito pelo governador do estado, permanecendo no cargo até 1946, também realizou atividades como advogado até 1950, quando se aposentou. Sua atuação se estendeu a outros municípios, visto que foi membro de uma sindicância no município de Cruzeiro e participou da organização da contabilidade do município de Chapecó em 1932. Dentre as atividades culturais, elaborou o primeiro mapa geográfico do município, foi professor

municipal, redator e colaborador de diversos jornais, como *O Gaúcho*, *A Voz da Serra*, *O Nacional* e *O Exelcior*, ainda foi diretor do primeiro órgão espírita de Passo Fundo, fundado em 1948. Para mais, foi membro do Clube Político Pinheiro Machado (de orientação republicana), do Grêmio de Letras e presidente de honra do Instituto Histórico de Passo Fundo. Se dedicou à pesquisa e escrita da história municipal, publicando várias obras ao longo dos anos, seu primeiro livro é de 1908 e intitula-se *Annaes do Município de Passo Fundo*. Antonino faleceu em 1959 com 83 anos de idade (Nascimento; Dal Paz, 1995).

○ “PAI DA HISTÓRIA”

Uma das publicações comemorativas do centenário de Passo Fundo, o *Passo Fundo Centenário, Guia Turístico, Literário e Comercial*, organizado por Pery de Oliveira, mas com participação de jornalistas locais, como Wilson Garay, apresenta louvados elogios ao “pai da história” passo-fundense, Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Essa homenagem rendida ao historiador revela diferentes significados sobre a atuação e trajetória desse personagem que marca a historiografia local e a vida política da cidade. Na segunda página do capítulo que abre essa publicação, intitulada *Sôbre a História Municipal*, a homenagem é tecida:

Estamos certos de não cometer despautério ao laboráramos o seguinte silogismo: Heródoto está para a História Antiga assim como Francisca Antonino Xavier e Oliveira está para a História Passo-fundense. O trabalho dêsse ho-

mem ilustre e sua dedicação a esse mister são admiráveis. Em seus livros, fomos encontrar subsídios para a compilação desta apagada resenha de nossos fatos. Este notável escritor é passo-fundense de gema, contando hoje 81 anos bem vividos, todos passados no sadio cumprimento do dever, nos diversos misteres que exerceu, desde professor, juiz até prefeito local. Acime de tudo, dedicou sua vida a Passo Fundo e à sua história, sendo vasta a sua obra literária, da qual citamos os seguintes livros: Anais do Município de Passo Fundo, Por uma Grande Obra, Pelo Passado, Terra dos Pinheiros, Cartas Gaúchas, Poemetos, Seara Velha, Apostilhas Geográficas, Oração ao Mate, Rememorações do Nosso Passado, O Elemento Estrangeiro no Povoamento de Passo Fundo, O Município de Passo Fundo Através do Tempo, Passo Fundo na Viação Nacional, etc. (os 4 últimos ainda existentes nas livrarias). F.A.X. e Oliveira nasceu na Fazenda dos Três Capões, no primeiro distrito deste Município e sempre residiu nesta cidade (Xavier e Oliveira, 1957, p. 11).

A localização desse trecho dentro da publicação é tão importante quanto o texto laudatório ao personagem. Xavier e Oliveira é colocado ao lado de nomes que integram o panteão de homens ilustres da história municipal, como o Cabo Manoel José das Neves, responsável pela fundação do povoado em 1827, e Joaquim Fagundes dos Reis, o “patriarca de Passo Fundo”, responsável pela emancipação política da cidade (de acordo com as indicações do próprio guia). As comemorações podem ser entendidas como ritualizações da história (Kraay, 2007; Catroga, 1998; 2001; 2009), momentos em que determinados sujeitos selecionam acontecimen-

tos, lugares e personagens para corporificar a história de uma sociedade. A seleção de personagens, de “heróis” (e “vilões”) da história, se não é construída nesses momentos, acaba sacralizada, legitimada publicamente. De acordo com Monteiro (2006, p. 28):

A memória articula-se através de espaços e tempos privilegiados, sobre os quais a “luz” incide com maior intensidade sobre certos sujeitos (nomes), tempos (datas) e lugares (espaços), enquanto outros permanecem na penumbra, numa gaveta mantida cuidadosamente fechada para que de lá não aflorem contradições, incertezas e instabilidade (Monteiro, 2006, p. 28).

Assim, no centenário de Passo Fundo emerge a figura do fundador, do patriarca e do “Heródoto” – o pai da história. No entanto, essa homenagem não foi fruto da ocasião ou do momento, tampouco apareceu apenas pela inspiração do autor, o título de “pai da história” foi maturado por uma instituição que nasceu para colaborar e auxiliar na organização das festividades do centenário: o Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, que viria a se tornar o Instituto Histórico de Passo Fundo. Comemorações cívicas exaltam uma memória nos cenários públicos, estimulam sentimentos de pertencimento, que podem ser definidos como “sentimentos quentes” (Catroga, 2007) quando associados a uma dimensão paternal sobre o passado. Paternalismo presente tanto nas homenagens aos homens ilustres (patriarca, pai) quanto nas próprias obras publicadas por Xavier e Oliveira, que são construídas por uma narrativa mergulhada em um

saudosismo, uma nostalgia pelo passado passo-fundense e exaltação ao município, percebido como um “altar da pátria”.

É “a partir da idéia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnicos culturais”, narrativas que são tecidas com uma “linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a exprime e metaforiza-a como um corpo moral, mítico e místico” (Catroga, 2007, p. 13-14). É como se cada indivíduo que recebeu o legado do passado estivesse ligado a um projeto comum que o carregou até aquele momento e que deve perdurar para as gerações futuras, “o diálogo entre presente e o passado quase anula o distanciamento entre o sujeito e o objecto” (Catroga, 2009, p. 22). Assim, tem-se como o sujeito os contemporâneos, tanto os organizadores (o Centro de Estudos Pró-centenário, por exemplo) quanto os autores e os leitores das obras comemorativas; e como o objeto aparecem os homens ilustres, os pais, os patriarcas, os fundadores, em suma, todos aqueles que adentram o panteão comemorativo. Portanto,

nesta dimensão, a memória só pode ser narrada na linguagem pública e instituinte do rito, pois comemorar, na acepção que melhor cumpre o acto vivificante do recordar, é sair da autarcia do sujeito (manifestação potencialmente patológica) e integrar o eu na linguagem comum das práticas simbólicas e comunicativas (Catroga, 2009, p. 22).

A construção/legitimação de uma memória (ou me-

tamemória, como sugere Candau) que almejou o *status* de coletiva, foi promovida pelo Centro de Estudos Pró-centenário. De acordo com o Livro de Atas do Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, a primeira reunião desse centro ocorreu em abril de 1954. Participavam desse grupo intelectuais como Jorge Cafruni, membro do Grêmio de Letras e jornalista vinculado ao jornal *O Nacional*; Gomercindo dos Reis, advogado e político passo-fundense, também membro do Grêmio de Letras, que além de participar da organização dos festejos publica algumas obras em homenagem à cidade¹, entre outros integrantes.² Mas foi Cafruni

¹ Obras como *Nuvens e Rosas* (Reis, 1957a) e *Jardins de Urtigas* (Reis, 1957b).

² De acordo com os Documentos do Instituto Histórico de Passo Fundo, estes eram seus sócios fundadores: Jorge Edethe Cafruni (jornalista); Pedro Silveira Avancini (advogado); Romulo Cardoso Teixeira (advogado); Pedro Pacheco (advogado); Aquelino Translatti (advogado); Gomercindo dos Reis (corretor); Deoclides Czamanski (fotógrafo); Raul Lima Langaro (comerciante); Reissoly José dos Santos (juiz de direito); Cesar Santos (médico); Daniel Dipp (advogado); Oswaldo Optiz (juiz de direito); João Bigois (juiz municipal); Ney Menna Barreto (advogado); Verdi de Cesaro (advogado); Celso da Cunha Fiori (advogado); Wolmar Salton (industrialista); Sady Machado da Silva (pastor metodista); Sabino Santos (professor); José Gomes (vigário); Jacob Stein (vigário-coadjutor); Pindaro Annes (proprietário); João Cony (ruralista); Aurelio Amaral (professor); Nilo Porto Silveira (comerciante); Italo Goron (promotor público); Ney Vaz da Silva (industrialista); Mauro Machado (advogado); Mucio de Castro (jornalista); Derly Lopes (radialista); Emilio da Silva Quadros (jornalista) (Documentos do Instituto Histórico, 1954). É importante reparar na formação profissional dos sócios, a maioria são advogados, contendo também médicos, jornalistas, professores, comerciantes, etc. Salienta-se que todas são profissões eminentemente urbanas. Ademais, de uma forma geral, os participantes ou eram profissionais liberais, autônomos, ou proprietários de seus próprios negócios. Alguns ocupavam cargos públicos, como juizes e o promotor, outros ocupavam cargos políticos importantes, como vereadores e prefeito. Enfim, configuram um grupo urbano que constituía uma elite intelectual e política com influência nos rumos do planejamento econômico municipal.

juntamente com um parceiro no empreendimento das atividades culturais na cidade na década de 1950, Emilio da Silva Quadros, que organizaram esse centro de estudos.

Também participavam integrantes do poder público, como Daniel Dipp, prefeito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) naquela ocasião, e Wolmar Salton, que viria a ser o prefeito no momento das comemorações em 1957, também pelo PTB. Outro nome que aparece com frequência em diferentes publicações é o de Arthur Süssembach, colunista de *O Nacional* e autor do Hino do Centenário de Passo Fundo. O centro recebeu apoio de várias outras personalidades com peso político e econômico na cidade e região, como Nicolau de Araújo Vergueiro, Mucio de Castro, Ney Menna Barreto, Deoclides Czamanski, fotógrafo local, Reissoly Santos, entre outros. A primeira ata do Centro de Estudos Pró-centenário, intitulada *Preliminares*, inicia com uma justificativa sobre a necessidade de se estabelecer o centro em virtude da proximidade das comemorações. Isto é, com o centenário se aproximando, emergia a necessidade de se dedicar aos estudos históricos da cidade:

Passo Fundo, no limiar de seu primeiro centenário, não possui ainda um centro de estudos históricos, com a finalidade de coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes ao seu passado, que tanto proveito traria ao conhecimento das nossas coisas, para utilização não apenas dos contemporâneos, como igualmente das gerações futuras (Livro de Atas, Ata nº 1, 1954, p. 1).

A ata indica que o trabalho de coletar informações,

classificar e “dissecar” os dados do passado, “[...] esse trabalho árduo de pesquisas, anos após anos; esse trabalho de ordenação, seleção e laboração e divulgação esteve, até aqui, a cargo de um único homem” (Livro de Atas, Ata nº 1, 1954, p. 2), ou seja, de Francisco Antonino Xavier e Oliveira. Esse “venerado” cidadão, de acordo com o Livro de Atas, se encarregou sozinho da pesquisa sobre o passado e de publicações de obras de história sobre o município entendidas como basilares por reunirem abundantes informações sobre a região, desde o início da ocupação do território até aquele momento. Essa seria a razão “pela qual podemos, com justiça, considerá-lo Pai da História Passo-fundense” (Livro de Atas, Ata, nº 1, 1954, p.1). O jornal *O Nacional*, que tinha Cafruni como editor – intelectual que transitava, portanto, entre o centro de estudos e a imprensa –, reforçava o elogio ao historiador:

A todos, apresenta como exemplo a figura venerada do grande passo-fundense sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, pelos seus trabalhos exaustivos e dignificantes, voltados para a sua terra natal, cujo passado traçou em obras imortais que constituirão a base e fundamento dos demais trabalhos que serão levados a efeito. Na verdade, ninguém pode esquivar-se ao dever de prestar sua colaboração e seus préstimos, quando se procurar esclarecer o nosso glorioso passado, enriquecendo sobremaneira a história do Rio Grande do Sul³.

A trajetória de Xavier e Oliveira era mesclada com o próprio passado ao qual ele se dedicava a estudar; sua doa-

³ O NACIONAL, 14 abr. 1954, p. 1.

ção para a história era sua doação para o município. Sublinha-se que as comemorações de um centenário implicavam a eleição de seu panteão de homens ilustres e de seus feitos. Nesse sentido, Xavier e Oliveira foi uma dupla referência. Posto que suas obras serviram de base para os membros do Centro, e sua vida constituiu exemplo de entrega e de civismo, servindo para a divulgação das comemorações e apelo à entrega de outros cidadãos e dos poderes públicos na organização dos festejos. Seu nome, sua obra e seu exemplo deveriam configurar um legado para as gerações futuras. Afinal, “na obra do ‘grande homem’, é a história que se revela, pelo que a aferição da sua magnitude pertencerá à posteridade, quer dizer, ao momento do futuro de que ele mesmo terá sido o primeiro dos precursores” (Catroga, 1998, p. 221). Portanto, o historiador passa a constituir, ainda em vida, um dos personagens selecionados para compor a memória local.

Gomercindo dos Reis continua com as homenagens ao patrono da história passo-fundense. Em sua obra *Nuvens e Rosas*, em diferentes momentos, elogios e versos são dedicados ao historiador. Além das homenagens prestadas ao “pai da história”, Reis também o tem como uma referência para suas considerações históricas sobre o município. Em vários dos versos sobre a antiga cidade, temas abordados por Xavier e Oliveira são retomados em suas páginas, como nas descrições sobre o bairro Boqueirão e a localização da primeira capela. Reis (1957a, p. 9) indica a todos que “leiam as valiosas obras do ilustre historiador passo-fundense, sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira” para conhecer a história de Passo Fundo, pois ele é considerado “um dos seus

filhos mais ilustres.” A recomendação da leitura das obras do “pai da história” não ocorre apenas em função de seu valor histórico, mas também por ser ele um exemplo de munícipe.



► Figura 02. Gomercindo dos Reis e Antonino Xavier e Oliveira. Década de 1950. Arquivo EEEF Gomercindo dos Reis. Acervo digital Instituto Histórico de Passo Fundo.

Em trecho completo, Reis diz:

Para que os meus contemporâneos e as futuras gerações saibam como foi feita a emancipação política, social e econômica do município de Passo Fundo; para que todos tenham um necessário e perfeito conhecimento da sua evolução, do seu progresso, das maravilhas e dos encantos desta terra, eu sugiro a todos – homens e mulheres, velhos e jovens – que

leiam as valiosas obras do ilustre historiador passo-fundense, sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira. A todo o professorado, de todos os estabelecimentos de ensino, tanto do curso primário como do secundário, eu faço apêlo para que leiam essas obras e as transmitam aos seus alunos a fim de que conheçam a história de Passo Fundo. Ela foi escrita, com amor e carinho, por um dos seus mais ilustres filhos (Reis, 1957a, p. 9-10).

A obra e o homem se confundem. Os livros do historiador homenageado devem, de acordo com Reis, servir como um guia para o conhecimento da história do município e, para além, o elogio ressalta que foi escrito por um de “seus mais ilustres filhos”⁴. As homenagens não se restringem aos

⁴ Os livros publicados por Xavier e Oliveira em 1957 eram um conjunto de trabalhos que reuniam artigos e textos que ele escreveu ao longo da primeira metade do século XX. Não eram originais, mas foram publicados com apoio e estímulo do Centro de Estudos Pró-centenário (o Instituto Histórico de Passo Fundo) e pela Prefeitura Municipal. As obras foram amplamente divulgadas na imprensa, nos dois periódicos locais (*O Nacional* e o *Diário da Manhã*), conforme exemplifica esse anúncio: “LIVROS SOBRE A HISTÓRIA DE PASSO FUNDO de autoria de Francisco Antonino Xavier e Oliveira: O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO ATRAVÉS DO TEMPO, estudando o território, a população e a organização política da terra passo-fundense. Cr\$ 15,00 o volume. O ELEMENTO ESTRANGEIRO NO POVOAMENTO DE PASSO FUNDO, apontando e descrevendo, um a um, os estrangeiros que, até a chegada da Estrada de Ferro, vieram trazer o seu concurso à edificação do progresso do Município. Cr\$ 15,00 o volume. PASSO FUNDO NA VIAÇÃO NACIONAL, em que é descrito o desdobramento das vias de comunicação do Município, encarado nos seguintes capítulos: Estradas Históricas uma velha aspiração de Passo Fundo, Ainda a Estrada de Porto Alegre, A exploração do Sertão do Uruguai, Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Passo Fundo no Plano rodoviário do Estado, Do Goioen, Aviação, correio, Telefone e A Carreta. Cr\$ 30,00 o volume. REMEMORAÇÕES DO NOSSO PASSADO, em que aparecem o papel de Passo Fundo e se descreve a campanha abolicionista, o desdobramento

livros e sua indicação para a leitura de professores e alunos da cidade. O poema *Passo Fundo de Outrora* é dedicado a Xavier e Oliveira: “Ao meu prezado amigo e ilustre historiador conterrâneo Francisco Antonino Xavier e Oliveira, esta minha modesta e sincera homenagem” (Reis, 1957a, p. 45). Segue o poema:

Quanta beleza que havia
Naquele romper da aurora,
Cheio de encanto e poesia
Da Passo Fundo de outrora!

Quando me vinha um bafejo
Da primavera ou verão,
Sempre se ouvia um realejo
No meu velho Boqueirão...

Na Passo Fundo adorada,
De uma esperança infinita,
Minha sorte era tirada
No bico da caturrita...

Com minh’alma sonhava,
Pelas estradas sem fim,
Quando a guitarra tocava
Nos ranchinhos de capim!

No alegre florir dos anos
Da Passo Fundo de outrora,
Não havia os desenganos,
Nem as tristezas de agora.

da política republicana, o estado em que se achava Passo Fundo em 1888, o serviço judiciário, a colonização do Município e finalmente a história do trigo em Passo Fundo. Cr\$ 20,00 o volume.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 19 maio 1957, p. 2).

Tinha minh'alma enlevada
No violão de algum cantor,
Quando ouvia uma alvorada,
Belas cantigas de amor...

Naquela vila poética,
Das florestas e dos campos,
Não havia luz elétrica:
Tinha a luz dos pirilampos.

Quanta beleza que havia
Naquele romper da aurora,
Cheio de encanto e poesia,
Da Passo Fundo de outrora!
(REIS, 1957a, p. 45-46).

A linguagem lírica, como explica Catroga (2007), faz parte dessa forma de ritualização da história. A poesia pretende exaltar o sentimento de amor pela cidade que comemora seus cem anos. Exaltação que, embora direcionada ao local, afirma uma devoção à nação, atesta ao espírito cívico e, Xavier e Oliveira, eleito um dos moradores ilustres, é o mediador dessa operação. Exaltar o pai da história não significa exaltar apenas o homem, representa a exaltação da própria pátria que o herói eleito encarna. O poema *Minha Terra* também exemplifica a exaltação da terra por intermédio do herói, no caso, a exaltação de Passo Fundo por intermédio de Xavier e Oliveira:

Esta terra da minh'alma
Não precisa ter roseira:
Há uma rosa em cada face
Das mocinhas feiticeiras

Esta terra da minh'alma
Tem por arma o guamirim;
Tem cavalo, espada e lança,
Tem heróis, na luta, enfim.

Esta terra da minh'alma
Foi sitiada em "Vinte e Três".
Cuidado que os maragatos
Querem cerca-la outra vez!

Esta terra da minh'alma
Já cumpriu o seu mister,
Tendo Prestes Guimarães,
Tendo Antonino Xavier.
(Reis, 1957b, p.105).

A repetição de algumas imagens literárias, como alma e terra, relacionadas ao personagem da homenagem, exemplificam a exaltação da cidade por intermédio do herói. Mais que isso, ocorre uma fusão entre o herói e a terra, vinculando a alma ao lugar. O primeiro poema, *Passo Fundo de Outrora*, exalta a terra, a natureza, o clima, a beleza da paisagem, da "vila poética" que foi Passo Fundo, cidade que em 1957 já assumia o título de "capital do planalto", um futuro que se fazia presente. Assim, Xavier e Oliveira, no primeiro poema, é associado aos aspectos poéticos que configuram a paisagem natural de sua terra, bem como ao passado do qual faz parte, um tempo de simplicidade, mas de belezas e encantos. Já o poema *Minha Terra*, embora não seja dedicado ao pai da história, finaliza elencando Xavier e Oliveira como um herói de uma terra que enfrentou revoluções, conflitos e lutas que fizeram emergir heróis que devem ser homenageados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As homenagens tecidas ao pai da história passo-fundense foram construídas por um grupo (o Centro de Estudos Pró-Centenário - Instituto Histórico) que congregava, naquele momento, lideranças políticas da região e uma elite letrada da cidade. Homenagear Xavier e Oliveira em vida ia ao encontro das diferentes visões de mundo presentes no grupo. Aos homens da política, homenagear um personagem que teve uma atuação política destacada, ocupando vários cargos e posições no município e região, reforçava a ideia de entrega e de sacrifício pela vida pública. O reconhecimento dessa entrega de Xavier e Oliveira revela tanto da história de sua vida como também ilumina os presentes que se reúnem durante as comemorações. Já a elite letrada conseguia consagrar um professor, historiador e autodidata em várias áreas como patrono da história e de seu grupo (o Instituto Histórico). Portanto, cabe reconhecer que a eleição de Xavier e Oliveira como “pai da história” não se deve apenas ao seu pioneirismo em desbravar o passado, mas também se atribui a sua trajetória política.

Para mais, é necessário observar que sua escolha como um dos patronos do centenário, ao lado de figuras como o Cabo Neves e Joaquim Fagundes dos Reis, é uma decisão de grupos urbanos que reproduzem uma visão de mundo, uma apologia da ação colonizadora do passado (Bosi, 1992) empreendida por europeus, luso-brasileiros particularmente, que se faz presente nas obras de Xavier e Oliveira. Em contrapartida, nativos que resistiram ao processo de colonização, escravos rebeldes e caboclos não são mencionados

nas comemorações e nem nas obras do historiador (aparecem como sujeitos passivos e/ou entraves para a “civilização”) que servem como lastro para a pesquisa histórica dos contemporâneos do centenário, como Gomercindo dos Reis indica.

Em suma, a construção da memória em uma comemoração busca sempre o consenso – e procura estabelecê-lo entre os diferentes grupos inseridos na comunidade, funcionando como uma espécie de cimento social. Portanto, a busca por um entendimento tende a ignorar problemas que possam ressaltar tensões, conflitos e atritos sociais, contudo, isso não significa que se tenha sucesso nessa tarefa. Como reconheceu Pollak (1989), em muitos casos os silêncios contribuem para direcionar lembranças suprimidas aos subterfâneos da memória. Afinal, a memória dos nativos, caboclos e descendentes de escravos não foi soterrada; obliterada por essa visão de mundo colonizadora, ela sobreviveu. Cabe ressaltar que essa visão não era uma particularidade de Xavier e Oliveira, era uma atmosfera que pairava sobre a historiografia da primeira metade do século XX e que promoveu verdadeiro genocídio historiográfico no Rio Grande do Sul (Golin, 2007).

Também é possível observar que o título “pai da história” corresponde a uma faceta de uma “retórica holista”, uma “metamemória” (Candau, 2012), ou seja, um discurso memorial reivindicador, ostensivo, que afirma memórias dos sujeitos que estão envolvidos na consagração do panteão de personagens ilustres da cidade. As homenagens figuram como instrumento na construção dessas memórias que almejam ganhar espaço no cenário público, por isso são

ostensivas, reivindicam um espaço no meio de outras possibilidades que foram ignoradas pelas seleções operadas pelos responsáveis pelas comemorações.

No caso em questão, a memória de Xavier e Oliveira adentra o espaço público por duas vias – a da homenagem prestada, que o consagra no panteão dos patriarcas locais, e pela publicação de suas obras, que são recomendadas pelos seus contemporâneos para leitura nas escolas da cidade. A publicação *Passo Fundo Centenário, Guia Turístico, Literário e Comercial* é um exemplo dessas duas vias de ocupação do espaço público. A homenagem prestada ao “Heródoto” passo-fundense é acompanhada pelo reconhecimento de que suas obras constituíram o subsídio para os textos e comentários sobre a história do município na publicação.

REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT, F. R. Commemoration and National Identity. In: *Textos de História*. v.10, n.1/2, 2002.
- BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales* memorias y esperanzas colectivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDAU, Joël. *Antropologia da memória*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal sécs. XIX-XX* volume II da historiografia à memória histórica. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

- CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005.
- CATROGA, Fernando. Pátria e Nação. In: *VII Jornada Setecentista, CEDOPE*. Curitiba, 2007.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.
- DAMIAN, Marco Antonio. Primeiro Centenário de Passo Fundo. In: LECH, Osvandré. (org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- DIÁRIO DA MANHÃ, 19/05/1957.
- DOCUMENTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO. Relação dos sócios fundadores do Instituto Histórico de Passo Fundo, 1954. (AHR).
- GOLIN, Tau. Passo Fundo do território caingangue. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- HARTOG, François. Tempo e História: “como escrever a história da França hoje?”. In: *História Social*. Campinas, nº3, 1996.
- HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: *Revista de História*. São Paulo, n.148, 2003.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- KRAAY, Hendrik. “Sejamos brasileiros no dia da nossa nacionalidade”: comemorações da Independência no Rio de Janeiro, 1840-1864. In: *Topoi*, v.8, n.14, 2007.
- LEDUC, Jean. *Les historiens et le temps* Conceptions, problématiques, écritures. Paris: Éditions du Seuil, 1999.
- LIVRO DE ATAS, ATA nº1. Centro de Estudos Pró-centenário de Passo Fundo, 1954. (AHR).
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade? In: *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, n.15, 2001.
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Gráfica e Editora Pe. Berthier, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n.10, 1993.

OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo Centenário* Guia Turístico, Literário e Comercial. Passo Fundo: Instituto P. Berthier, 1957.

OZOUF, Mona. A festa: Sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*, vol.2, n.3, 1989.

REIS, Gomercindo dos. *Nvens e Rosas* Versos Líricos. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957a. (AHR)

REIS, Gomercindo dos. *Jardim de Urtigas* Versos Humorísticos. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1957b. (AHR)

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



NOTAS SOBRE UMA ENTIDADE SEPTUAGENÁRIA:

O INSTITUTO HISTÓRICO
DE PASSO FUNDO

*Djiovan Vinícius Carvalho
Izabela Nascimento de Mattos*

Resumo: A década de 1950 deixou marcas profundas no país e em Passo Fundo. O segundo governo Vargas, as disputas pelo poder após o suicídio do presidente e o clima da Guerra Fria eram o pano de fundo dos acontecimentos nacionais e internacionais do período. Em Passo Fundo, a década de 1950 é marcada pelo (re)planejamento urbano, pela criação da Diocese, pelo petebismo, pela campanha pró-centenário, pela criação da Faculdade de Direito – embrião da Universidade de Passo Fundo –, pelo início do tradicionalismo, pela reordenação educacional e pela criação do Instituto Histórico de Passo Fundo. Nesse sentido, o presente texto propõe-se a discorrer acerca das movimentações ocorridas em Passo Fundo, nos primeiros anos da década de 1950, articulando-as à criação de um centro de estudos históricos, fundado como Instituto Histórico de Passo Fundo.

Palavras-chave: Década de 1950. Instituto Histórico de Passo Fundo.

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: PASSO FUNDO NO LIMIAR DE SEU PRIMEIRO CENTENÁRIO

O município de Passo Fundo encontrava-se, nos primeiros anos da década de 1950, em pleno processo de expansão urbana. Em 1952, na administração do prefeito Daniel Dipp (1952-1955), é dado início à elaboração do primeiro plano diretor da cidade. O plano diretor serviria para ordenar as transformações que vinham acontecendo, melhorar o aspecto geral, mudar a aparência da cidade, dando à urbe uma visão de modernidade. Seus princípios eram: “ser um plano verdadeiramente realista e oferecer aos poderes públicos municipais uma orientação segura, que possa ser posta em prática de forma paulatina.” (1953, p. 8).

O Plano propôs mudanças na ordenação da cidade, que passou a ser dividida em zonas: zona industrial, zona de habitação para operários, zona de ruas residenciais e zona para atividade comercial, visando as novas formas de ocupação e direcionando o crescimento urbano e novos loteamentos. Finalizado em 1953, a redação do Plano Diretor apontava que Passo Fundo era “o centro regional do Norte do Estado” (1953, p. 22). Sublinha-se, portanto, que uma nova identidade estava sendo construída.

Essas melhorias urbanas acompanham o desenvolvimento no ramo da construção civil que, na década de 1950, já estava em consolidação. Passo Fundo expandia-se e modificava-se com a construção do Edifício Francisco de Quadros, no Boqueirão, o início da construção do prédio do Turis Hotel, em frente à Praça Marechal Floriano, assim, iniciava-se a verticalização da cidade. Em paralelo, novos

núcleos residenciais estavam sendo construídos no entorno do centro da cidade.

Na mesma perspectiva, na década de 1950 passam a ser debatidas as ideias para a criação de uma universidade em Passo Fundo. Nessa seara, destaca-se o papel do professor Antônio Donin. Novamente, o município revela-se preocupado com a educação não só do seu território, mas dos municípios da região, também demonstra interesse haja vista a necessidade de oferecer cursos superiores para formar novos professores. As ideias de Donin ganham adeptos na comunidade. Já era tempo de Passo Fundo ampliar o ensino para um grau superior. A mobilização aconteceu de imediato e, no mesmo ano, surge a Sociedade Pró-Universidade (SPU) que, em 1956, recebe a autorização para dar início ao funcionamento da Faculdade de Direito.

No mesmo ano, Dom Claudio Colling promove um encontro com representantes de várias entidades educacionais da cidade com o propósito de formar o Consórcio Universitário Católico (CUC) e, em 1956, também obtém a autorização para o funcionamento dos cursos superiores de Filosofia, Pedagogia e Letras. Em 1957, ocorre o lançamento da pedra fundamental do futuro Campus Universitário. A Universidade de Passo Fundo (UPF) nasce em 1968 com a fusão dessas duas entidades.

No mesmo período, ocorre em 19 de junho de 1952, por iniciativa dos rotarianos Múcio de Castro, Carlos Soares Moreira, Admar Petracco, Adolfo João Floriani, Ney Vaz da Silva e Sabino Ribas Santos, a fundação de um conservatório de música, o primeiro da região. Em 8 de setembro do mesmo ano, foi fundada, em sessão solene, a Escola Municipal

de Belas Artes¹, tendo como patrona a professora Guilhermina Borges. Já em 30 de abril de 1955, deu-se a fusão das duas escolas, passando o conservatório à administração municipal; ambas, a partir de 1957, passaram a integrar também a SPU.

Foi ainda nos anos 50 que o processo de urbanização impulsionou a vida cultural das cidades. No Rio Grande do Sul, já no final dos anos 40, o Movimento Tradicionalista ganhou força e começaram a surgir entidades tradicionalistas. Os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), núcleos transmissores da herança cultural, passam a cultivar os usos e costumes do “gaúcho”, como pontos de resistência em defesa das heranças nativistas.

Tenebro Dos Santos Moura, poeta e tradicionalista, relata o nascimento do CTG Lalau Miranda em Passo Fundo:

Tudo começou lá pelo ano de 1952. O professor Antônio Donin acabava de chegar da cidade de Pelotas com a ideia de fundar um centro de tradições gaúchas. Expôs a iniciativa, de imediato, ao jornalista Múcio de Castro, diretor do jornal *O Nacional*, com a presença do professor Jorge Cafruni, dizendo que Passo Fundo deveria se engajar no movimento que estava sendo desencadeado por todo o Rio Grande do Sul criando centros de tradições gaúchas. Cafruni, com o dinamismo que o caracterizava, pôs mão à obra e a primeira reunião já foi realizada, logo em seguida, na firma do Sr. Ney Vaz

¹ O corpo docente do ano de instalação foi o seguinte: Adelaide Ghezzi Morsch, Ondina Marques Daudt, Irene Arminda Wagner Teixeira, Nilza Rodrigues Giovanetti, Mercedes Cogo, Laura Borges Felizardo, Cecília Borges Kneipp, Cecília Zingano do Amaral, Maria Correa Pitthan, Suely Quadros Missel, Orminio de Freitas Ubaldo e Vera Nicolodi.

da Silva, oportunidade em que combinaram uma reunião, mais ampla, nas dependências do Clube Comercial. Em 24 de janeiro foi constituída a Comissão Provisória, presidida pelo jornalista Múcio de Castro, a segunda reunião foi realizada nas dependências do Círculo Operário e, em 24 de março foi fundado o CTG Lalau Miranda em homenagem ao tradicionalista Estanislau Barros Miranda, conhecido como Lalau Miranda (Moura, s/d, p. 2).

Em um período em que Passo Fundo passava por uma ebulição que agitava a vida cultural, educacional, política e econômica, foi criado, em abril de 1954, o Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF), sodalício que, em 2019, completou 65 anos de fundação. Idealizado pelo jornalista Jorge Edeth Cafruni, redator do jornal *O Nacional*, foi pensado inicialmente como um Centro de Estudos Históricos Pró-Centenário de Passo Fundo.

“DAR REALIDADE A UM IDEAL”: O CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS PRÓ-CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO

Certa manhã de agosto de 1953, o jornalista Jorge Edeth Cafruni² decidiu lançar, nas páginas do jornal *O Nacional*, a ideia de criar um Centro de Estudos Históricos em Passo

² Jorge Edeth Cafruni nasceu em Porto Alegre, em 8 de agosto de 1913. Jornalista de profissão, transferiu-se para Passo Fundo em 1944, onde trabalhou na redação do jornal *O Nacional*. Redator de debates da Câmara Municipal e da Rádio Passo Fundo, diretor da Rádio Municipal e chefe de Gabinete do prefeito Mário Menegaz. Autor de diversas obras literárias e históricas, entre elas *Auroras e Crepúsculos*, *Irapuã* e *Passo Fundo das Missões* (1966), um estudo histórico do período jesuítico e bandeirante da região de Passo Fundo.

Fundo. Cafruni, que relata não conter seus impulsos em iniciar a campanha, registrou:

Agora era hora de dar realidade a um ideal, lançar em aventura a uma dura realidade em que pessoas ilustres e autorizadas diziam da inutilidade de um esforço no sentido de criar um Centro de Estudos Históricos em Passo Fundo, dizia ele deveríamos ter-lhe dado, na ocasião, a impressão de Dom Quixote (Livro de Atas, Ata n.1, 1954).

A dura realidade não lhe abateu, declarou suas ideias, primeiro a Dr. Pedro Silveira Avancini, que aprovou a iniciativa sugerindo que, em comemoração ao Centenário da cidade, elaborassem um estudo da história com intenção de publicação. Dr. Rômulo Cardoso Teixeira, convidado a participar, une-se ao grupo e então começa a campanha.

De início, os novos confrades procuram o apoio do historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira e, assim, outros apoios vieram. Ainda sem organizar uma reunião oficial, a campanha começa a dar frutos, com doações de objetos e manuscritos. Novos colaboradores foram convidados, Deoclides Czamanski e Raul Lima Lângaro, com o propósito de organizar um álbum histórico de Passo Fundo que, de pronto, aceitaram e assim chegam fotos da “velha Passo Fundo”, doadas por Ruy Vergueiro, Ricardo Ricco e Eulina Gomide. Cafruni não se contém:

Vimos que receptividade popular não podia ser mais lisonjeira. Faltava, porém, a tarefa principal: organizarmos o Centro. Precisávamos para atingir esse objetivo, de uma pessoa

mais autorizada que nós, que pudesse empossar à atenção de todos. Foi quando, a 26 de março último, expusemos a situação ao Dr. Reissoly José dos Santos, íntegro e ilustre Juiz de Direito e diretor da recém-fundada Faculdade de Direito. Tivemos o prazer de seu pronunciamento favorável. Bastava agora formar a diretoria. Não tivemos então dificuldade em fazê-lo, mesmo porque nos foram outorgados amplos poderes nesse sentido por todos aqueles que iniciaram conosco a difícil campanha (Livro de Atas, Ata n. 1, 1954).

Cafruni, por ocasião da fundação do Centro de Estudos Históricos Pró-Centenário de Passo Fundo, nas preliminares da ata nº 1, descreve a atmosfera que Passo Fundo vivia nos primeiros anos da década de 1950. Enfatizando o desenvolvimento cultural de Passo Fundo, Cafruni destaca que esse acompanhava os setores político-administrativos, industriais e comerciais.

O jornalista segue indicando que a economia do município de Passo Fundo estava assentada em bases sólidas e promissoras, sendo sua situação geográfica privilegiada, considerada, ainda, ponto de convergência e de propagação em toda a zona setentrional do estado. Complementando seu pensamento, aponta que Passo Fundo se configurava como um centro rodoviário por excelência e estava em perspectiva de tornar-se um dos principais entroncamentos ferroviários, possuindo quatro ginásios, um Conservatório de Música, uma Escola de Belas Artes, uma Faculdade de Direito em vias de funcionamento, marco inicial de uma futura Universidade, sendo, ainda, sede de um centro cultural

do Tradicionalismo rio-grandense e de um benemérito Grêmio de Letras.

O relato de Cafruni dá vistas de um tempo de marcos para a modernidade da cidade, reflexo do contexto dos anos 50. Em um mundo permeado de avanços científicos e tecnológicos, de mudanças culturais e comportamentais, após duas grandes Guerras Mundiais, de bipolaridade política, de tecnologias e de produção em massa.

Diante de uma nova era de desenvolvimento, um tempo novo de festejos do centenário, um tempo pujante, nasce a ideia da criação, em Passo Fundo, de um Centro de Estudos Históricos, idealizado por Jorge Edeth Cafruni e muitos colaboradores. Da necessidade de criar o Centro de Estudos Históricos, que pouco depois irá se consolidar como Instituto Histórico de Passo Fundo, Cafruni relata a importância da história para gerações contemporânea e futura:

Evidentemente, cabe à sociedade passo-fundense preservar essas preciosidades, ressaltando um patrimônio que não é somente do autor e sua família (referindo-se à obra escrita por Antonino Xavier e Oliveira), mas também, necessariamente, do município e do pósteros. Inúmeros forasteiros, interessados na história passo-fundense, estudiosos das nossas coisas, têm andado de porta em porta, nesta cidade, à procura de dados sobre o nosso passado; muitos filhos da terra, até estes, são vistos, de quando em quando, a interrogar os antigos, relativamente a fatos de outrora. Tais fatos não se dariam, certamente, se existisse, em Passo Fundo, um Centro de Estudos Históricos, portanto, forasteiros ou filhos da terra saberiam todos em que 'despensa buscar o seu pão'.

Esse foi sempre o pensamento que nos tem preocupado, já de longa data. Há cerca de oito meses, não podendo já conter os nossos naturais impulsos, tomamos a resolução de iniciarmos a campanha para a criação, nesta cidade, de um Centro de Estudos Históricos (Livro de Atas, Ata n. 1, 1954).

Durante os primeiros meses do ano de 1954, o jornal *O Nacional* empenhou-se na campanha para criação de uma comissão para a organização do primeiro centenário. Segundo Knack (2016), o ano de 1954 era entendido como o momento de decisão sobre os rumos das comemorações do centenário:

E é bom lembrar que este ano de 1954 é o decisivo porque é nele que devemos iniciar todos os grandes empreendimentos que terão reflexos na data centenária. É em 1954 que todas as energias dos passo-fundenses são reclamadas para lançar os fundamentos da grande jornada que culminará no esplendoroso dia 7 de agosto de 1957³.

O Nacional alardeava, em suas edições, sua preocupação no que dizia respeito ao centenário, sendo um dos incentivadores da constituição do Centro de Estudos Históricos. A fundação do Instituto Histórico foi noticiada pelo periódico:

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Secretário, havendo este feito uma exposição de como surgiu a ideia da criação de um centro

³ O NACIONAL, 3 abr. 1954, p. 3.

de estudos históricos e a campanha efetuada propondo várias medidas, entre as quais, a transformação de imediato do referido centro num Instituto Histórico. O Sr. Presidente submeteu essa proposição à discussão e votação, saindo ela vitoriosa por unanimidade, pelo que a entidade passou a denominar-se, daqui por diante, INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSO FUNDO, adquirindo caráter permanente, sem prejuízo do programa elaborado para as publicações de obras históricas por ocasião do 1º Centenário dessa Comuna, que ocorrera a 7 de agosto de 1957 (O NACIONAL, 17 abr. 1954, p. 1).

O Instituto Histórico, de acordo com o jornal, poucos dias depois de sua fundação, já se encontrava em pleno trabalho, com mesa diretora selecionada, eleição de membros honorários e reuniões quinzenais⁴. O Instituto Histórico funcionava a pleno vapor, cumprindo um papel de organizador de atividades a serem realizadas durante o centenário, como as publicações de obras históricas, conforme noticiado pelo periódico *O Nacional*⁵. Para o bom funcionamento do Instituto, eram publicados anúncios convidando a sociedade a se filiar na associação, através de doações financeiras ou de materiais de pesquisa⁶.

A primeira diretoria do Centro de Estudos Históricos ficou assim constituída: Dr. Reissoly José dos Santos, como Presidente; Jorge Edeth Cafruni, como Secretário; Daniel Dipp, na qualidade de Tesoureiro, e mais os seguintes membros: Mauro Machado, Deoclides Czamasnki, Ney Vaz da

⁴ O NACIONAL, 12 maio 1954, p. 3.

⁵ O NACIONAL, 18 maio 1954, p. 3.

⁶ O NACIONAL, 18 maio 1954, p. 4.

Silva, Píndaro Annes, Raul Lima Lângaro, Gomercindo dos Reis, Sabino Santos, Emílio da Silva Quadros, Arthur Süssembach, Reverendo Sady Machado da Silva, Wolmar Antônio Salton, Paulo Giongo e Mário Daniel Hoppe. Segundo Welci Nascimento (2014, p. 14), “o Centro Histórico de Estudos, que mais tarde seria denominado de Instituto Histórico de Passo Fundo, já nasceu grande, pela grandiosidade das pessoas que a integrou”.

As reuniões do Instituto Histórico, inicialmente, eram realizadas nas dependências do Grêmio Passo-Fundense de Letras, na Avenida Brasil, número 792, e depois na Avenida General Netto, número 391, no escritório de Gomercindo dos Reis. Ressalta-se que o mentor do IHPF, Jorge Cafruni, destacava a colaboração do Grêmio Passo-Fundense de Letras, do CTG Lalau Miranda, do Conservatório Municipal de Música e da Escola de Belas Artes (Nascimento, 2014).

Muitas foram as ações desenvolvidas pelo IHPF a partir de 1954. Vale mencionar as seguintes: a participação do Instituto Histórico na captação de recursos para a construção do obelisco comemorativo do centenário, iniciativa do Dr. Celso da Cunha Fiori⁷; a sugestão ao poder público para tornar o dia 7 de agosto feriado municipal. Segundo Knack (2016), decretar feriado no dia 7 poderia preparar o espírito dos passo-fundenses para o centenário municipal. A partir da visão do jornal *O Nacional* e dos membros do Instituto Histórico, “efetivamente, estamos nos acercando do 1º Centenário do Município e, até agora, não temos podido come-

⁷ O NACIONAL, 21 maio 1954, p. 1.

morar condignamente a data magna municipal, por não ter sido decretada a sua oficialização”⁸.

Além disso, *O Nacional* noticiou as comemorações do aniversário do município de 1954. Naquele ano, diversas ações ficaram ao encargo do Instituto Histórico, que proferiu palestras radiofônicas nas emissoras locais:

O Instituto Histórico de Passo Fundo realizou palestras radiofônicas, através das ondas das duas emissoras locais. Na Rádio Municipal, às 16 horas, falaram os Srs. Derly Lopes e J. E. Cafruni, o primeiro fazendo comentário sobre o território do município e os sucessivos desmembramentos que sofreu; o segundo falando sobre a redução Passo-Fundense de Santa Tereza, instalada em território Passo-Fundense. Na Rádio Passo Fundo, proferiu belíssima palestra o Dr. Pedro Silveira Avancini, focalizando a personalidade de Fagundes dos Reis, o patriarca da cidade e do Município, trazendo à luz fatos ainda desconhecidos da história, com base em documentos antigos, descobertos pelo conferencista⁹.

O Instituto Histórico trabalhava em prol da divulgação de seus trabalhos, com apoio da imprensa local, especialmente d’*O Nacional*, que divulgava com antecedência as palestras, as reuniões e o trabalho dos associados. Além disso, o IHPF passa a corresponder-se com diversas instituições, inclusive com a Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA). Do estado do Rio Grande do Sul o Instituto recebe correspondência do governador e, por intermédio do jornalista Túlio Fontoura, Di-

⁸ O NACIONAL, 22 maio 1954, p. 3.

⁹ O NACIONAL, 9 ago. 1954, p. 4.

retor da Imprensa Oficial do Estado, comunica que as obras do historiador Francisco Antonino Xavier e Oliveira seriam publicadas, em 1957, a expensas do Governo Estadual.



► Figura 01. Integrantes do Instituto Histórico de Passo Fundo/Grêmio Passo-Fundense de Letras, com a erma de Fagundes dos Reis, em 1957. Arquivo EEEF Gomercindo dos Reis. Acervo digital Instituto Histórico de Passo Fundo.

Durante todo o ano de 1957, Passo Fundo revestiu-se de festa para celebrar seu primeiro centenário de emancipação política. Durante o ano do centenário, uma série de festividades foram promovidas a fim de destacar o momento. Buscava-se apresentar uma Passo Fundo desenvolvida em todos os sentidos. Desfiles, inaugurações, bailes e exposições marcaram o ano de 1957. A plenitude desse ano é documentada no filme-documentário do Centenário de Passo

Fundo, recuperado por Lindolfo Kurtz, no ano de 1997. No filme, a cidade aparece em seu máximo esplendor.

Segundo Nascimento (2014), o Instituto Histórico passa a ser reconhecido pela comunidade. Inclusive, foi convidado pela Câmara Municipal de Vereadores para proferir o discurso do “grande expediente” em comemoração à data de 28 de janeiro, Centenário da Lei Provincial que emancipou o município de Passo Fundo desmembrando-o da Comarca de Cruz Alta.

No ano do Primeiro Centenário de Passo Fundo, o Instituto Histórico era dirigido pelas seguintes pessoas, eleitas por seus pares: Presidente: Jorge Edeth Cafruni; Vice-Presidente: Gomercindo dos Reis; Primeiro Secretário: Pedro Ferrão Teixeira; Segundo Secretário: Emilio da Silva Quadros; Tesoureiro: Arthur Süssembach; Orador: Mauro Machado e Bibliotecário: André Pitthan. Ressalta-se que as comemorações Centenário aconteceram em duas épocas, de 1º a 11 de agosto e de 20 de outubro a 19 de novembro de 1957.

O Instituto Histórico de Passo Fundo participou ativamente das comemorações, tendo destaque no dia 7 de agosto, dia em que se comemorou a Instalação da Câmara Municipal de Vereadores em 1857 e, portanto, a instalação do município. Naquele dia, o IHPF inaugurou o Busto de Joaquim Fagundes dos Reis, no Boqueirão, e o túmulo-monumento dedicado ao patriarca do município, localizado na entrada de sua antiga fazenda, atualmente às margens da BR-285. Ambas as atividades contaram com a presença de um número expressivo de munícipes e autoridades.

INSTITUTO HISTÓRICO DE PASSOS FUNDO: PASSOS E DESCOMPASSOS

Fundado em 15 de abril de 1954, o IHPF é a instituição de guarda e preservação histórica mais antiga do município de Passo Fundo; e é o Instituto com maior idade ainda em funcionamento no interior do estado. Entidade sem fins lucrativos, formada por interessados na história local e regional, o IHPF tem como principais objetivos: estimular, auxiliar e propor medidas que assegurem os estudos históricos, além de coletar documentos e acervos, tornando-os acessíveis à comunidade.



► Figura 02. Registro de sessão realizada pelo Instituto Histórico de Passo Fundo e/ou Grêmio Passo-Fundense de Letras, em 10 de maio de 1957. Arquivo EEEF Gomercindo dos Reis. Acervo digital Instituto Histórico de Passo Fundo.

Como bem destaca o confrade Welci Nascimento, após a fundação e a consolidação do IHPF,

a população, especialmente as pessoas que procuravam cultivar a história da cidade e do Município, vendo que o Instituto, realmente, procurava desempenhar o seu papel, conforme seus propósitos, começa a transferir para o Instituto obras literárias e históricas, objetos relacionados com a vida do povo de Passo Fundo (Nascimento, 2014, p. 18).

Com o intuito claro de pensar a história de Passo Fundo, o IHPF tornou-se um polo atrativo de acervos que lhes foram (e continuam sendo) confiados. São documentos, livros, objetos, etc., oriundos de diversas proveniências. A tipologia de materiais que forma o acervo do IHPF é diversa, o que acaba tornando-o um verdadeiro centro de preservação de bens culturais.

Ao longo de sua trajetória, o IHPF, pela iniciativa de seus membros, reuniu cerca de 15 mil páginas de documentação. O acervo, composto de documentos avulsos e conjuntos documentais, foi sendo armazenado nas residências dos associados, devido à Instituição não possuir uma sede própria.

Durante a década de 1960, o IHPF ficou inativo por um período. Os remanescentes foram, novamente, reunidos por Jorge Edeth Cafruni, no mês de maio de 1970. Dessa vez, o Instituto Histórico fez uma reunião na sede da Academia Passo-Fundense de Letras. Estiveram presentes Jorge Cafruni, Alberi Falkembach Ribeiro, Múcio de Castro e Antônio Donin.

Reunidos para pensar o futuro do Instituto, os remanescentes contaram com o apoio de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, Delma Rosendo Ghem e Antônio Carlos Machado para reestruturar o sodalício, inativo desde 1966. Para tal, foi eleita uma nova diretoria para reger os destinos do Instituto para o período de 1970-1971. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, Delma Rosendo Ghem e Antônio Carlos Machado foram admitidos como sócios do Instituto. Depois de vários debates, foi escolhido para presidir o Instituto Antônio Carlos Machado e apontado como Vice-Presidente Alberi Falkembach Ribeiro. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca foi escolhido como Primeiro Secretário; Múcio de Castro e Antônio Donin, como tesoureiros; e o cargo de bibliotecária foi confiado à professora Delma R. Gehm.

No ano de 1975, o IHPF entra novamente em um “sono”, retomando as atividades somente em 7 de maio de 1982. A convite do professor Antônio Donin, compareceram à reunião Arlindo Postal, Octacílio de Moura Escobar, Pedro Ari Veríssimo da Fonseca e Ruy Pitthan. Na ocasião, foi escolhido um grupo de pessoas, uma espécie de Junta Governativa, presidida pelo Dr. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca. O professor Antônio Donin, aproveitando a ocasião, fez a entrega da documentação do Instituto, que ficou sob a guarda de Arlindo Postal e que a depositou em sua residência.

Após um período sem atividades, em 2007, ano do sesquicentenário de Passo Fundo, o IHPF foi reestruturado pela iniciativa do Dr. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca. Na ocasião, foram admitidos novos sócios: Dilse Piccin Cortez, Welci Nascimento, Paulo Monteiro, Daltro José Wesp e César Lopes. Após assumir a presidência, o IHPF foi reorga-

nizado e, a partir de um convênio com a Fundação Universidade de Passo Fundo, o acervo do IHPF foi colocado sob guarda do Arquivo Histórico Regional, que o disponibilizou para pesquisa.

Em 2008, foi reconduzido o Dr. Pedro Ari Veríssimo da Fonseca para outro período administrativo. Com ele, foram eleitos Alberi Falkembach Ribeiro, Dilse Piccin Corteze, Paulo Monteiro, Welci Nascimento, Daltro José Wesp; e empossados novos sócios, como Gilberto Gomide, Jabs Paim Bandeira, Marco Damian, Mariluci Mello Ferreira, Santina Rodrigues Dal’Paz, Vera Dal Bosco. Também foram diplomados os sócios Carlos Antônio Madalosso, Alberi Falkembach Ribeiro, César Lopes, Daltro José Wesp, Dilse Piccin Corteze, Paulo Monteiro e Pedro Ari Veríssimo da Fonseca. Todos pelos relevantes serviços prestados nos últimos anos de vida do Instituto Histórico de Passo Fundo.

Ainda na gestão do Dr. Veríssimo da Fonseca, o IHPF recebeu o título de entidade de utilidade pública municipal; novos associados foram admitidos e a Instituição iniciou uma nova fase. Os encontros passaram a acontecer novamente na sede da Academia Passo-Fundense de Letras, localizada na Avenida Brasil, número 792. Em 2013, a presidência foi assumida pelo historiador Fernando Borgmann Severo de Miranda, que se encarregou da tarefa de liderar a Instituição no ano em que esta completou 60 anos de criação.

Para mais, salienta-se que a magnanimidade da família Carlos e Celina Madalosso proporcionou ao IHPF a construção de um edifício para abrigar seu acervo e servir de núcleo para a realização de suas atividades. Tal edificação,

hoje Sede Dr. Carlos e Celina Madalosso, localizada na Rua Teixeira Soares, número 1268, com entrada também pela Avenida Brasil, foi inaugurada em 15 de abril de 2017, dia em que o sodalício completou 63 anos de existência.



► Figura 03. A Sede Dr. Carlos e Celina Madalosso, localizada na Rua Teixeira Soares, inaugurada em 15 de abril de 2017. Foto de Bruna Scheifler.

Desse modo, a partir de um convênio entre o IHPF e Prefeitura Municipal, o Instituto passou a integrar o Espaço Cultural Roseli Doleski Pretto. O espaço, criado a partir da Lei 4.097, de 24 de dezembro de 2003, compreende as instalações do Teatro Municipal Múcio de Castro, da Biblioteca Pública Arno Viuniski, do Museu de Artes Visuais

Ruth Schneider, do Museu Histórico Regional, da Academia Passo-Fundense de Letras e da Arena Instituto Histórico de Passo Fundo.

Em 2017, também foi assinado um convênio entre o IHPF e a Fundação Universidade de Passo Fundo com o objetivo de que fossem abertas vagas de estágio não obrigatório para acadêmicos do curso de História. Tendo em vista o Projeto Pedagógico do curso de História da Universidade de Passo Fundo e o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, o IHPF tornou-se um dos locais de formação dos acadêmicos. Com base na ideia de que o graduado em História deve estar capacitado ao exercício do trabalho de historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe o conhecimento histórico e as práticas essenciais de sua produção e difusão.

O IHPF desenvolve uma série de projetos, dentre os quais destaca-se o projeto Museu a Céu Aberto. Desenvolvido desde 2013, em parceria com o Arquivo Histórico Regional, o projeto objetiva oportunizar a valorização de um local de memórias e de histórias, que se constitui como vetor para a difusão do conhecimento da história do município e região, que é o Cemitério Municipal Vera Cruz. O projeto foi premiado com o Prêmio Funcultura, da Prefeitura de Passo Fundo, em 2017.

O IHPF também produz livros, além de realizar, desde junho de 2016, a curadoria do Espaço Cultural Nicoleit&Oro, localizado junto ao saguão do 1º Tabelionato de Passo Fundo, por uma iniciativa do confrade Ubiratan Pilar Oro e do tabelião César Nicoleit. No Espaço Cultural, o IHPF

organiza mostras e exposições alusivas à História Local e Regional.

Além disso, o IHPF desenvolve pesquisas e realiza eventos, como o I Fórum Sul-brasileiro de Institutos Históricos, organizado em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, que ocorreu entre 18 e 20 de maio de 2017 e reuniu Institutos Históricos e entidades congêneres do sul do Brasil.

Nesse sentido, o Instituto Histórico de Passo Fundo procura manter uma aproximação com diversos setores da sociedade. Como agente de preservação da memória e da história de Passo Fundo e região, o IHPF busca, por meio da participação na Setorial de Patrimônio Material, Imaterial, Arquitetura e Urbanismo, no Núcleo Gestor de Revisão do Plano Diretor de Passo Fundo e no Conselho Municipal de Políticas Culturais, garantir o desenvolvimento de políticas públicas em prol da cultura e do patrimônio.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Pensar e escrever sobre a década de 1950 é uma tentativa de compreender um período que deixou marcas profundas no país e, também, em Passo Fundo: o segundo governo Vargas, a massificação dos eletrodomésticos, a inversão populacional através do êxodo rural, as disputas pelo poder, o suicídio de Vargas e o clima da Guerra Fria, apenas para citar algumas. Em Passo Fundo, a década de 1950 é assinalada pelo (re)planejamento urbano, pela criação da Diocese, pelo

mando do petebismo, pela campanha pró-centenário municipal, pela criação da Faculdade de Direito – embrião da Universidade de Passo Fundo –, pelo tradicionalismo, pela reordenação educacional e pela criação do Instituto Histórico de Passo Fundo.

Idealizado por um “forasteiro”, o IHPF assentou-se em bases sólidas, as quais correspondem às personalidades de alguns indivíduos que, comprometidos com a História e com a identidade de Passo Fundo, levaram a cabo as ideias “quixotescas” de Jorge Edeth Cafruni, porto-alegrense que muito fez pela História em/de Passo Fundo.

Cafruni, ao vislumbrar a possibilidade de Passo Fundo contar com uma entidade que reunisse, metodizasse e coligisse dados históricos, servindo de “despensa” àqueles que se dedicassem à História, reuniu personalidades diversas, possivelmente pensando na sobrevivência da Instituição.

Do prefeito petebista, Daniel Dipp a Eduardo Barreiro, líder do Partido Comunista, Cafruni reuniu nomes de peso da sociedade passo-fundense. Por excelência, desde sua gestação, o IHPF não obedece a partidarismos, nem às vontades individuais, sendo uma entidade preocupada com o patrimônio cultural, a memória, a identidade e a multiplicidade de histórias de Passo Fundo. De todo modo, a trajetória do IHPF não é linear e coerente, tendo ficado em alguns períodos na “sonolência”, enquanto em outros esteve extremamente engajado nas “coisas da cidade”.

O objetivo, ao longo do texto, não foi esgotar o assunto, tampouco reescrever a história do IHPF, já iniciada pelo confrade Welci Nascimento, por ocasião dos 60 anos do Instituto. Não se fez mais do que levantar o contexto e algumas

das motivações iniciais de Cafruni, que podem, em outros textos, ser aliadas ao estudo das trajetórias dos membros fundadores, das políticas públicas do período ou da própria atuação do Instituto em determinados contextos. Portanto, o grande objetivo foi, talvez, levantar questionamentos para que outros pesquisadores possam partir deles e acrescentar à produção historiográfica local.

REFERÊNCIAS

BATISTELLA, Alessandro; KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Antologia do município de Passo Fundo: a cidade e a região durante os séculos XVII, XVIII e XIX. In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). Passo Fundo, sua história. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra (1945-1967)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. Está no ar o Clube do Titio. *Revista do Instituto Histórico de Passo Fundo*. Edição Especial. Passo Fundo: Berthier, 2010. p. 171-173.

BRAUN, Claudio Damião. Todos contra o PTB: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964). In: HEINSFELD, Adelar; BATISTELLA, Alessandro; MENDES, Jeferson (Org.). *Política e Cultura: fazendo história regional*. Passo Fundo: Méritos, 2010. p. 141-162. v. 1.

CAFRUNI, Jorge E. *Passo Fundo das Missões: estudo histórico do período jesuítico*. Porto Alegre: Gráfica e Editora A Nação, 1966.

DAMIAN, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo, Berthier, 2010.

DAUDT, Ondina Marques. *Resgate da Música de Passo Fundo*. Passo Fundo: EdiUPF, 1998.

GEHM, Delma Rosendo. *Cronologia do Ensino*.

- GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1978. v. 1.
- GEHM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. v. 2.
- GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula (org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- KREMER, Alda Cardoso. Panorama da Educação. Porto Alegre: Globo; Terra e Povo, 1964.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Urbanização e Industrialização no Centenário de Passo Fundo. *História: Questões & Debates*, Curitiba, volume 64, n.1, p. 251-276, jan./jun. 2016.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História PUCRS, Porto Alegre, 2016.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História UPF, Passo Fundo, 2007.
- LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MACHADO, Ironita Policarpo. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.
- MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo: o passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- NASCIMENTO, Welci. *Aconteceu em Passo Fundo*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo; Berthier, 2017.
- NASCIMENTO, Welci. *De Capela a Catedral*. Passo Fundo: [s.n.], 2000.
- NASCIMENTO, Welci. *Maragatos e Pica-paus, por que brigaram tanto?* (Passo Fundo na revolução de 1893). Passo Fundo, 1993.

NASCIMENTO, Welci. *Um sonho: 1954-2014*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014.

SÉTIMA Região Tradicionalista. Carreteira, revista trimestral do tradicionalismo, ano 1, n. 1. jun. – ago. (coord. Welci Nascimento).

FONTES

FILME-DOCUMENTÁRIO do Centenário de Passo Fundo/RS.

PAIVA, Edvaldo. et al. Passo Fundo: Plano Diretor. Passo Fundo, Prefeitura Municipal, 1953.

PRIMEIRO Livro de Atas do Centro de Estudos Históricos Pró-Centenário de Passo Fundo (IHPF).

RELATÓRIO da Intendência Municipal de Passo Fundo do ano de 1928. Intendente Armando Araújo Annes. Passo Fundo: Nacional, 1929.

RELATÓRIO da Prefeitura Municipal de Passo Fundo do ano de 1950. Prefeito Armando Araújo Annes. Passo Fundo: Nacional, 1951.

JORNAL *Diário da Manhã* (1955, 1956, 1957) – Acervo Diário da Manhã.

JORNAL *O Nacional* (1947 – 1957) – Acervo Arquivo Histórico Regional.



ENTRE MASCATES E COMERCIANTES:

O COMÉRCIO DE SÍRIOS E LIBANESES EM
PASSO FUNDO (1900-1930)

Alex Antônio Vanin
Alana da Silva Follador

Resumo: O presente capítulo tem por objetivo analisar a constituição de redes de relações comerciais de imigrantes sírios e libaneses na cidade de Passo Fundo durante a primeira metade do século XX. Busca-se compreender aspectos gerais da imigração de populações do Oriente Próximo para o Brasil na passagem do século XIX para o XX, bem como entender acerca do desenvolvimento desses processos migratórios dentro do país, a formação de núcleos étnicos e regiões de comércio características da inserção econômica destes imigrantes. Afinal, entre mascates e comerciantes, o comércio passo-fundense adquiriu novas facetas na intermediação mercantil, nas formas de se fazer comércio e de se desenvolver os negócios, sobretudo no núcleo urbano do município.

Palavras-chave: Comércio. Sírios e libaneses. Imigração.

INTRODUÇÃO

O presente capítulo visa analisar as relações e as redes de comércio estabelecidas por imigrantes sírios e libaneses em Passo Fundo, enfocando, como recorte temporal, as três primeiras décadas do século XX, justamente por ser o período que abarcou a chegada e a instalação residencial e comercial no município. Intenta-se compreender aspectos estruturais da imigração de populações do Oriente Próximo para o Brasil na passagem do século XIX para o XX, bem como entender acerca do desenvolvimento desses processos migratórios dentro do país, a formação de núcleos étnicos e regiões de comércio características da inserção econômica destes imigrantes, destacando sua fixação e participação na economia do município de Passo Fundo, no norte do estado do Rio Grande do Sul.

O texto estrutura-se da seguinte forma: primeiramente analisar-se-ão alguns tópicos sobre a imigração de sírios e libaneses para o Brasil, assim como algumas de suas características principais. Para tanto, para além de uma ampla revisão bibliográfica acerca desse movimento migratório específico em seus contextos locais, regionais e nacionais, também utilizar-se-á de um variado número e tipologia de fontes primárias, como processos cíveis armazenados junto ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), guias comerciais do município de Passo Fundo e anúncios de serviços e casas comerciais em jornais passo-fundenses como *A Voz da Serra* e *O Nacional*, disponíveis no Arquivo Histórico Regional (AHR). Recorrer-se-á, também,

à oralidade coletada através de entrevistas¹ realizadas com imigrante e descendentes de imigrantes sírios e libaneses em outros momentos da pesquisa², que auxiliarão na composição dessa narrativa.

Assim, em razão de sua marcada e reconhecida presença em Passo Fundo, entrevistou-se algumas pessoas que se dispuseram a narrar fragmentos da memória familiar, a partir de questionamentos em torno do período da imigração de seus antepassados para o Brasil, a chegada a Passo Fundo, a formação do núcleo familiar, a constituição das relações de trabalho, a fixação econômico-social, entre outros aspectos que compuseram esse cenário migratório específico. Desse modo, no espaço proposto, constrói-se uma narrativa que busca contemplar os múltiplos aspectos que compuseram a dinâmica das relações comerciais desenvolvidas por esses imigrantes e descendentes em Passo Fundo. Nesse capítulo não será possível contemplar a todos os entrevistados, tampouco esgota-se o potencial de pesquisa, que intenta ser um recorte de um estudo mais aprofundado que vem sendo realizado.

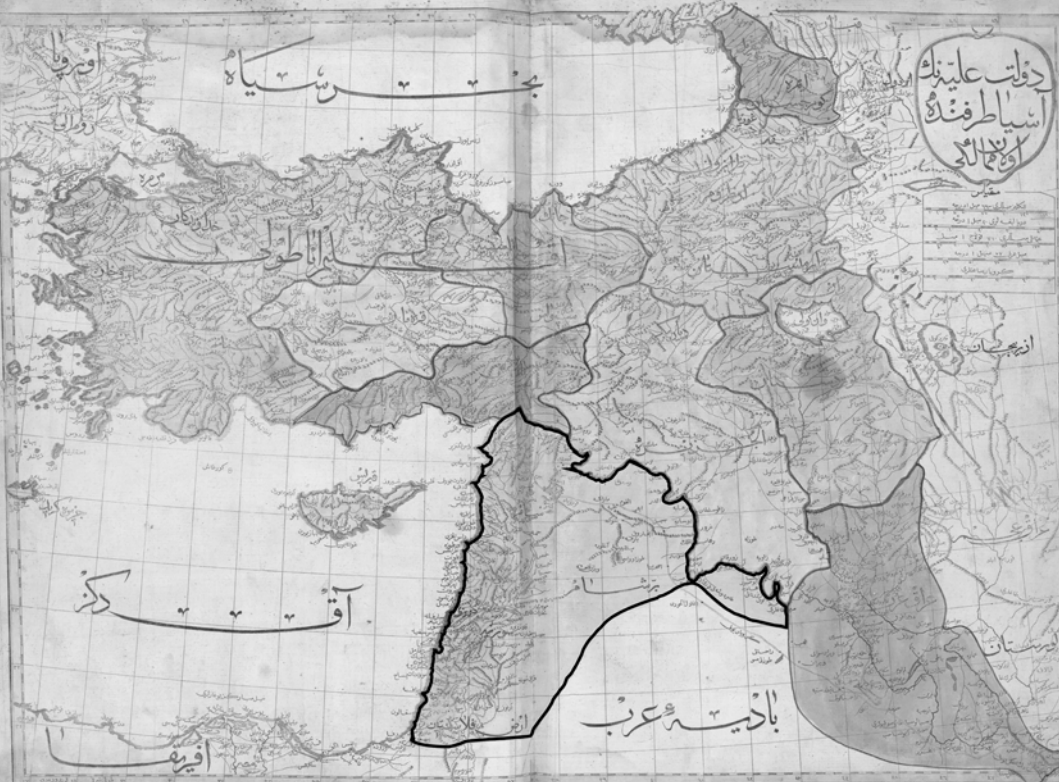
¹ Entrevistas realizadas com imigrante e descendentes de imigrantes sírios e libaneses, realizadas pelos pesquisadores Alex Antônio Vanin e João Carlos Tedesco, em 2016.

² Em outro momento já se havia produzido um texto introdutório à questão em Passo Fundo, em um estágio anterior da pesquisa, que segue em andamento. Ver mais em: TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varela, 2017, p. 257-310.

DO ORIENTE ÀS AMÉRICAS: A “GRANDE SÍRIA” E ALGUNS FATORES DA IMIGRAÇÃO SÍRIO-LIBANESA PARA O BRASIL E PARA O RIO GRANDE DO SUL

A imigração de sírios e libaneses para o continente americano constituiu-se como um dos movimentos de deslocamento populacional marcantes de fins do século XIX e início do século XX. De antemão, antes de se tecer considerações acerca do processo imigratório em si, deve-se definir espacialmente, ainda que em linhas gerais, o território de origem dessa população ao tempo de sua partida. O território da Síria e do Líbano, na atualidade países independentes, à época das grandes movimentações migratórias obedecia a uma lógica diversa de composição espacial e de organização administrativa.

Nos primórdios desses deslocamentos, isto é, por volta da década de 1880, a região ocupada pelos referidos territórios ainda compunha o Império Turco-Otomano (1299-1922), no Oriente Próximo, entorno da chamada “Grande Síria”, território anexado ao Império ainda no século XVI, fruto da expansão e ocupação territorial que se estendeu desde a Ásia Menor, ao norte da África, até o sudoeste da Europa. Constituída pelas províncias de Jerusalém, Beirute, Síria, Aleppo e Dayr az-Zor, a Grande Síria detinha certa coesão no sentido de existir uma proximidade cultural, bem como geográfica entre essas porções do território turco-otomano (ver Figura 01).



► Figura 01. Mapa dos domínios do Império Turco-Otomano no Oeste Asiático, vendo-se, na parte centro-inferior do mapa, em destaque, o território da Grande Síria. Cedido Atlas Turcūmesi. *The Ottoman controlled Western Asia*. 1803. Library of Congress/EUA. Geography & Map Division.

A região da Grande Síria, sobretudo na segunda metade do século XIX, foi palco de disputas e embates internos e externos que definiram as condições que favoreceriam o processo migratório no último quartel daquele século. As causas desse processo são múltiplas, variadas e de difícil definição, próprias do contexto de distensão experimentado pelo já decadente Império Turco-Otomano. O que se pode afirmar é que a falta de terra, dificuldades econômicas, posição política e social inferior atribuída aos cristãos sob os domínios do sultanato, quando não vítimas de opressão e perseguição religiosa, foram marcantes no contexto anterior à emigração de muitos sírios e libaneses.

Na Grande Síria, os maronitas eram perseguidos em função da opção religiosa: adeptos de São Maron, vinculados à Igreja Católica Siríaca, que tem comunhão com a Igreja Católica Romana, e reconhecem a autoridade papal. Os maronitas eram árabes-cristãos e, portanto, compunham uma minoria étnico-religiosa que não correspondia à autoridade do sultanato, regime sob o qual o Império congregava, na figura do sultão, o líder político e religioso, o califa do Islã. Na segunda metade do século XIX, os maronitas passaram a ocupar também o sul do Líbano e acabaram envolvendo-se em conflitos com os drusos, uma maioria árabe-maometana que dominava a região (Campos, 1987), produzindo-se uma realidade de tensão social e religiosa, de deslocamentos e de massacres de cristãos – com a conivência das autoridades turcas – tanto na Síria quanto no Líbano, principalmente na década de 1880.

As causas da emigração, contudo, também se conjugavam a um cenário de transformações econômicas experimentado por aquela região. Na Grande Síria, predominava uma economia de subsistência, visto que o transporte pela região era precário devido às características geográficas. Todavia, a partir da expansão do processo de industrialização e das melhorias no meio de transporte terrestre e marítimo decorrentes da modernização industrial, os bens manufaturados se tornaram constantes nos mercados locais da região, principalmente após a abertura do Canal de Suez em 1869 e, posteriormente, pela instalação da linha ferroviária de Hedjaz, que planejava ligar Damasco (atual capital da Síria) a Medina (na atual Arábia Saudita). No entanto, ao longo desse período, devido à ausência de impostos sob as

mercadorias importadas e industrializadas pelas potências europeias, várias indústrias têxteis sírias acabaram em decréscimo (Truzzi, 1993).

Conseqüentemente e pouco a pouco, em razão do crescimento dos centros urbanos, atividades como a de tecelões, tintureiros, artesãos em cerâmica e cestas de palha, além da produção agrícola de subsistência começa a perder força. Assim, a principal fonte de renda de centenas de aldeias perde espaço para o mercado aberto pelas potências europeias, ao passo que transforma muitas cidades em grandes centros comerciais, que vão sendo ampliados sobretudo após a inserção francesa e inglesa na região. Até o final do século XIX as populações das aldeias atingem um limite demográfico, ao mesmo tempo que a possibilidade de aquisição de terras disponíveis para cultivo começa a escassear. Portanto, a falta de água, a indisponibilidade fundiária e a fertilidade precária do solo foram elementos que contribuíram para a tendência migratória.

Além disso, a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a participação do Império Turco-Otomano no conflito definiram em muito os rumos da emigração de muitos sírios e libaneses no pós-guerra, assomando-se também às causas da emigração para outros locais do mundo. No período anterior à guerra, entre 1900 e 1914, houve uma grande diáspora da Síria e do Líbano – acredita-se que em torno de um quarto da população do Líbano tenha emigrado em direção a vários continentes, para territórios da África, América, Europa, Ásia Ocidental e Ilhas do Pacífico (Kwolson, 1961). Antes mesmo do início da guerra, o serviço militar obrigatório imposto aos cristãos e o rude tratamento que

lhes era atribuído nas linhas otomanas também fomentou o desejo nos sujeitos de emigrar com o intuito de fugir do serviço militar (Francisco, 2013).

Após a derrota otomana no conflito mundial, há a redefinição das influências estrangeiras que pairavam sobre o território. Houve a partição de regiões do Império sob administração direta das potências vencedoras, notadamente à França e ao Império Britânico, nos regimes “mandatos”, isto é, zonas de influência, particularmente interessadas nos poços de petróleo do Oriente Próximo. O Mandato Francês da Síria (1920-1946) e o Mandato Britânico da Palestina (1920-1948) foram instituídos logo após o fim do conflito, sendo ratificados pelos Tratados de Sèvres, em 1920, e o Tratado de Lausanne, em 1923, este último reconhecendo também a criação da República da Turquia. Assim, os territórios da Grande Síria passam a uma nova configuração de poderes, novas estruturas administrativas e atribuíram novos aspectos ao processo migratório.

A influência política e a ocupação francesa após a Primeira Guerra Mundial na Síria e no Líbano também estão no centro das causas de muita emigração, pois a população que havia sido oprimida pelo Império Turco-Otomano acreditava na sua independência e autonomia política, bem como no crescimento econômico, esperança frustrada ao passo que a repressão passou a advir também da administração estrangeira. Daí a tentativa de emancipação buscada ainda naquela década, entre 1925 e 1927, na Grande Revolta Síria, onde várias facções políticas e religiosas, como os drusos e maronitas, empreenderam estratégias em torno daquele fim e acabaram reprimidos violentamente pelos exércitos fran-

ceses. A infraestrutura econômica daquela zona também foi fortemente atingida pelo conflito, asseverando as condições materiais precárias do período anterior.

Esses fatores de ordem econômica, demográfica, política e religiosa tornaram-se os principais elementos que motivaram a imigração síria e libanesa para o continente americano. Sublinha-se que a pressão econômica, demográfica e política sobre a população foram elementos essenciais para cultivar a ideia da emigração, contudo, essa opção, em muito, partia do núcleo familiar. Para custear uma viagem era necessário dispor de recursos que ao menos subsidiassem a viagem transatlântica. Isso tudo, somado à propaganda de companhias de navegação que fomentavam o desejo de emigrar e informavam sobre oportunidades no exterior, reificava a emigração enquanto possibilidade de mudança de condições (Truzzi, 1999; Knowlton, 1961).

Os Estados Unidos passam a serem vistos como uma terra de esperança e de oportunidades, de “inegável riqueza” (Knowlton, 1961, p. 22). Todavia, muitos foram os casos de desvios de rota, ou seja, mudanças de destino ao longo do percurso do Oriente ao continente americano, já que nem sempre o destino acordado antes do embarque era o mesmo a ser encontrado no desembarque. Esse processo de desvio de rota deu-se muito em razão de que houve restrições à entrada de imigrantes nos Estados Unidos. Isso tornou a opção de emigrar para a Argentina e para o Brasil uma realidade. No Brasil, não havia grandes barreiras, ao contrário, havia uma política que demandava imigrantes para suprir lacunas no âmbito econômico e territorial. Conforme Truzzi (1992), muitos sírios e libaneses desembarcaram em Santos

ou no Rio de Janeiro acreditando estarem nos Estados Unidos.

EM TERRAS BRASILEIRAS: DE SÃO PAULO AO RIO GRANDE DO SUL

A imigração para o Brasil não obedeceu a nenhuma política pública ou a algum acordo estatal; foi uma imigração não oficial, em um movimento que se pode conceber enquanto “espontâneo”, isto é, sem o auxílio ou acolhimento público de projetos de colonização, a exemplo dos implantados no Brasil no século XIX com levas de imigrantes alemães e italianos (Francisco, 2013), esses direcionados, em sua maioria, ao trabalho agrícola em minifúndios ou nas lavouras de café do centro do país. Sabe-se que os sírios e libaneses que emigraram para o Brasil no final do século XIX possuíam origem agrícola e de pastoreio, muito embora em terras brasileiras adentraram muito pouco na reprodução dessa atividade econômica (Francisco, 2013).

Os meios pouco acessíveis de acesso à propriedade da terra, a estrutura latifundiária, a produção monocultora, a carência de recursos, entre outras características latentes do desenvolvimento econômico brasileiro no início do século XX, inviabilizaram a reprodução das atividades ligadas à agricultura no país de destino por parte dos imigrantes sírios e libaneses. Porém, não ter acesso à terra e nem reproduzir atividades agrícolas não significou o deslocamento da força produtiva desses imigrantes para as fábricas ou para o engrossamento do operariado urbano (Truzzi, 1992). Na

realidade, os sírios e libaneses não se enquadraram em nenhum dos supracitados horizontes laborais, tampouco inseriram-se em projetos de colonização com imigrantes, como ver-se-á posteriormente.

É importante ressaltar que os dados são imprecisos quanto ao número de imigrantes sírios e libaneses que adentraram ao Brasil em função da inexistência de separação entre Síria, Líbano e Império Turco-Otomano até a década de 1920, quando os territórios foram administrativamente separados. Até esse período, os passaportes e as proveniências registradas englobavam a multiplicidade da classificação de “turcos”, tornando impossível precisar em números totais esses deslocamentos específicos da região da Síria e do Líbano (Knowlton, 1961). Não se pode esquecer também que mesmo durante o período em que o Líbano compôs parte do território sírio, muitos libaneses emigrados ao Brasil podem ter sido classificados como sírios e estes, em outros momentos, como turcos. Desse modo, percebe-se a complexidade da definição, bem como da identificação identitária, que é diversa no emprego dos termos, por exemplo, de “sírio-libanês” ou “sírio e libanês”, tal como de “turcos” e “turcos-árabes”, que devem ser empregados apropriadamente em diferentes períodos desse processo.

A grande maioria dos sírios e libaneses que chegava ao Brasil era de cristãos-árabes, sobretudo homens jovens e solteiros, emigrados de pequenas aldeias de característica rural, pastoril e de base familiar. O deslocamento para o continente americano podia seguir vias marítimas diversas, não raro passando por diversos países em conexões portuárias – como os portos de Alexandria, Marselha, Gênova –

realizadas também para o preenchimento dos navios com outros imigrantes e custeio da viagem pelas companhias de navegação.

Destaca-se que houve algumas periodizações de maior intensidade da imigração sírio-libanesa para o Brasil. A primeira onda de imigração situou-se entre os anos de 1895 a 1914, com em torno de 57.000 imigrantes; a segunda, a partir da década de 1920 até 1930, contabilizou 43.210 imigrantes; e a terceira, no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Desses dados depreende-se a manutenção de certo fluxo de imigrantes em direção ao Brasil – descontando-se uma redução significativa dessa imigração em função da Primeira Guerra, quando aportaram no Brasil cerca de 2.693 imigrantes, justo em função das barreiras levantadas pelo conflito. No Censo de 1920, havia 50.337 sírios e libaneses residentes no Brasil, a maioria deles, aproximadamente 19 mil, encontravam-se em São Paulo, já 9 mil estabeleciam-se no estado do Rio de Janeiro e cerca de 8 mil em Minas Gerais (Knowlton, 1961).

Como afirmado anteriormente, houve pouca inserção, de maneira geral, de sírios e libaneses nos contextos de trabalho agrícola e fabril. A inserção principal desses imigrantes se processou através da atividade comercial em múltiplos horizontes. Ainda que nem todos tenham adentrado ao desenvolvimento dessa atividade, a dimensão comercial tornou-se uma marca histórica da presença síria e libanesa nos contextos urbano e rural em que se fez presente.

A figura do mascate surge nesse contexto também como marca da imigração de sírios e libaneses no Brasil. A denominação “mascate” é uma das designações populares

da profissão de caixeiro-viajante, o comerciante ambulante, aquele que ia ao encontro de seus compradores, deslocando-se por longos caminhos, carregando toda a sorte de mercadorias para a venda, como vestimentas, calçados, chapéus, armarinhos, ferramentas, bijuterias, tecidos, rendas, bordados, entre outros (Tedesco; Vanin, 2017).

A maior expressão desse grupo étnico em correlação à tipologia comercial referida foi alcançada justamente em centros urbanos comerciais, como a cidade de São Paulo (Truzzi, 1992) e a cidade do Rio de Janeiro, visto que se tratavam dos maiores núcleos de dinamismo econômico e circulação de mercadorias. Em movimento posterior e gradual, os deslocamentos desses imigrantes atingem centros interioranos e mais distantes do centro do país, adentrando também ao comércio ambulante em zonas rurais, que se tornavam espaços de grande expressão para esses vendedores. Logo, mercados locais, interligações regionais, ocupações territoriais, dinamismos de trocas comerciais, estratégias de construções de mercados informais foram sendo dinamizadas em múltiplos espaços do país por esses grupos nacionais e étnicos (Nunes, 1986).

A maior parte dos imigrantes sírios e libaneses eram pequenos agricultores, entretanto a diferença do modo de produção de sua terra natal ao adotado no Brasil, com as grandes lavouras, tornou-se uma barreira, além da falta de recursos para estabelecerem propriedades rurais. Como o grande objetivo era amealhar recursos para a família no país de origem e, se possível, retornar à terra natal ou mesmo prover a migração do núcleo familiar para o país de destino, boa parte dos imigrantes, com os poucos recursos de que

dispunham, dedicaram-se à atividade de mascate. Muitos tinham certa familiaridade com a questão do comércio, pois o território sírio era uma rota obrigatória de comércio entre o Ocidente e Oriente, além de encontrarem uma sociedade em vias de se urbanizar (Truzzi, 2005).

A indústria e comércio têxtil de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, a chamada “era dourada” da fabricação de tecidos, possuía a marca dos sírios e libaneses (Truzzi, 1992). Ressalta-se, ademais, que a vida econômica-mercantil de mascates foi favorecida pela malha ferroviária do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente para chegar em cidades do interior dos estados. Porém, foi no lombo de mulas que muitos deles ganharam notoriedade e identificação no interior das fazendas de café e cana de açúcar. Segundo Truzzi, esse processo aproximava mais os colonos e trabalhadores em geral das usinas e fazendas, pois diminuía a dependência desses em relação aos fazendeiros. Sublinha-se que os mascates “eram bem recebidos pelos colonos; esses preferiam negociar com eles; além dos preços, as formas de pagamento eram mais favoráveis” (Truzzi, 1999, p. 320).

No território sul-rio-grandense, a presença síria e libanesa, nas últimas décadas do século XIX, pode ser identificada, inicialmente, em municípios como Bagé, Uruguaiana, Pelotas e Rio Grande, isto é, na porção meridional do Rio Grande do Sul. Tal fato deve-se, como demonstra Francisco (2017), à proximidade mercantil e à existência de trocas comerciais com platinos do Uruguai e da Argentina, ambos países também receptores de imigrantes provenientes do Oriente Próximo e do Oriente Médio. A entrada dos primeiros imigrantes teria se processado por meio da via marítima,

através do Porto de Rio Grande, e por via terrestre a partir da Argentina e do Uruguai. Destaca-se que em fins do século XIX até as primeiras décadas do século XX houve uma considerável circularidade de mascates árabes na região fronteira no sul do estado.

Sendo assim, nas últimas décadas do século XIX, nas regiões de fronteira e na região de grandes centros urbanos já se identificava a presença, sobretudo no comércio, de sírios e libaneses. Cerca de 20% dos imigrantes sírios e libaneses se instalaram no interior do Rio Grande do Sul, longe das grandes capitais, apesar de manterem uma grande mobilidade territorial (Francisco, 2017) gerada pelo mascateamento então praticado. As regiões interioranas se mantiveram com baixo índice de imigrantes, mas a partir da década de 1940 consegue-se observar um aumento significativo de sírios e libaneses nos municípios de Passo Fundo e Santa Maria (Francisco, 2017; Tedesco; Vanin, 2017).

Na região Norte do Rio Grande do Sul, no início do século XX, próximo aos projetos de colonização desenvolvidos pelo estado e por iniciativa privada, abriram-se também novos mercados, tanto nas zonas urbanas quanto nos contextos rurais das colônias, locais oportunos para o desenvolvimento das atividades comerciais desenvolvidas pelos imigrantes árabes. A construção de novos traçados, ligações inter-regionais, e a instalação da ferrovia São Paulo-Rio Grande, cruzando a região norte e reforçando a atividade comercial de determinados centros urbanos como Passo Fundo, Carazinho, Erechim e outros adjacentes foram elementos que estabeleceram novos paradigmas de desenvolvimento econômico regional, tornando-se atrativo para

o estabelecimento de empreendimentos de indústrias moageiras e madeireiras, bem como casas de comércio, hotéis e estabelecimentos urbanos de outras ordens (Tedesco, 2015).

Outrossim, a região de Passo Fundo tornava-se atrativa ao desenvolvimento de atividades comerciais, período em que levas de imigrantes – como italianos, judeus e poloneses – viriam a se estabelecer na localidade em função da ligação proporcionada pela instalação da ferrovia (Tedesco; Vanin; Gritti, 2017; Tedesco; Gritti, 2017). Para os sírios e libaneses, a manutenção das atividades de comércio ambulante também se tornava uma oportunidade atrativa, isto é, havia a possibilidade de desenvolvimento rápido de seu patrimônio e de abertura de armazéns, tudo a partir do ofício de mascate (Francisco, 2017). Em Passo Fundo, como ver-se-á a seguir, os mascates sírios e libaneses ocupariam uma parte central na cidade, assim como uma porção do comércio desenvolvido na primeira metade do século XX.

ENTRE MASCATES E COMERCIANTES: DINÂMICAS COMERCIAIS DE SÍRIOS E LIBANESES EM PASSO FUNDO

A instalação de sírios e libaneses no município se processou em concomitância a outras levas de imigrantes de outras nacionalidades. A presença de sírios e libaneses em Passo Fundo e sua participação no comércio local/regional é notável pelo menos desde a primeira década do século XX. Para além, não se deve esquecer que Passo Fundo, no final do século XIX e mesmo nas primeiras décadas do século XX,

era um município agrícola e extrativista, com pouca produção de excedentes; o latifúndio e a estrutura pecuarista ainda preponderavam. Diante disso, as novas colônias e colonizações estavam se processando, a indústria da madeira estava em evidência e o processo de produção agrícola se diversificando (Tedesco; Vanin, 2017).

No dia 17 de março de 1906, Felipe Meleme Ab'abud atendia a intimação recebida por ele, dias antes, por ordem do então juiz Francisco Antonino Xavier e Oliveira, para que comparecesse em audiência no juízo do 1º Distrito de Passo Fundo³. A intimação possivelmente dividiu espaço com os tantos objetos que Ab'abud conservava em sua bruaca⁴, no distante caminho que tivera de percorrer até a sede do município, visto que, ao tempo do recebimento da intimação, mascateava em Carazinho, então 4º Distrito de Passo Fundo. Ab'abud era sírio, mascate de profissão e, naquele ano, já residia no município. O mascate era levado à justiça por ser devedor de uma quantia concedida em empréstimo por seus fornecedores de tecidos e “miudezas”, a empresa porto-alegrense Nassur & Abachi. O sócio da empresa, Antonio Nassur, também sírio, estava na cidade para fazer valer os termos do contrato firmado dois meses antes, no qual, amparado pelo testemunho de Eduardo Barreiro Gomes, hotelheiro espanhol, e Neme Dumit Seadi, comerciante sírio de

³ APERS. Juízo Distrital de Passo Fundo. *Resignação de Felipe Meleme Ab'abud*, 1906, fl. 08.

⁴ Saco ou da mala rústica de couro cru, usada para transportar objetos diversos, alimentos e mercadorias sobre animais, em geral muares, presa na traseira das selas do viajante. As bruacas fizeram parte do cotidiano dos mascates e de outros comerciantes no Brasil.

Porto Alegre⁵, Ab'abud havia se comprometido em retornar a quantia aos credores⁶.

Ao fim, Ab'abud conseguiu uma ampliação de prazo para quitar seus débitos. Contudo, se a dívida foi paga, não se sabe. Todavia, independentemente da quitação ou não, a situação e os envolvidos na questão são passíveis de algumas inferências e conjecturas que permitem compreender o cenário maior das relações experimentadas pelos sujeitos. Aliando uma identidade comum, a relação do distribuidor Nassur e do mascate Ab'abud é diversa em termos de condições financeiras, embora a identificação étnica siríaca talvez lhes estabelecesse uma relação de confiança e aproximação. Nassur possuía um comércio estabelecido na capital, uma importadora e revendedora de tecidos e armarinhos⁷. Já Ab'abud era um intermediário, o mascate vendedor que fazia a mediação e a interiorização da venda dos produtos de seu distribuidor, este que, em princípio, também se deslocava da praça de Porto Alegre para o interior do estado, a fim de resolver problemas e selar acordos comerciais diversos com mascates a seu serviço, estabelecendo linhas de crédito e lhes concedendo empréstimos. O caso de Ab'Abud é também uma das primeiras evidências da presença de sírios e libaneses em Passo Fundo.

Na década seguinte, em 1915, o comerciante Antonio Nassur retornaria a Passo Fundo, mais uma vez com o ob-

⁵ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 297, 24 dez. 1909, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁶ APERS. Juízo Distrital de Passo Fundo. *Resignação de Felipe Meleme Ab'abud*. 1906, fl. 05.

⁷ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 69, 22 mar. 1906, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

jetivo de entrar na justiça com o propósito de cobrar dívidas, dessa vez suas motivações eram acerca das dívidas

contraídas pelo comerciante sírio Moysés Dipp. A dívida de Dipp era cumulativa de cinco anos de empréstimos e créditos concedidos pela empresa de Nassur na forma de dinheiro e mercadorias enviadas para revender na mesma espécie em sua casa comercial, onde havia começado seus negócios em 1910, primeiramente como mascate e posteriormente em estabelecimento fixo. Moysés Dipp era proprietário de um comércio de “fazendas e miudesas para vender a retalho ou a varejo”⁸, a “Loja da Syria”.

Diferentemente de Ab’abud, Dipp havia sido procurador e representante comercial de Nassur em Passo Fundo, parceria que se

rompera um ano antes do início do processo de cobrança de dívida. Nassur apresentou ao juiz a caderneta de débitos e créditos de Dipp relativa ao quinquênio 1910-1915, a qual interessa muito mais em função das relações comerciais estabelecidas do que propriamente pela dívida acumulada⁹.

⁸ APERS. Juízo Distrital do Cível e Crime. *Ação ordinária movida por Antonio Nassur e Cia. contra Moysés Dipp*. 1916, fl. 07.

⁹ Idem, fls. 07-11.

LOJA da SYRIA

—DE—

Moysés Dipp

Casa especialista de fazendas finas para vestidos, pellucias, flannels e mais artigos para inverno.

Variadissimo sortimento de roupas brancas para senhoras.

Lindo sortido de enfeites de toda a especie.

Grande e variado sortimento de extractos, sabonetes e mais miudezas de armarinho.

TORRAÇÃO!! TORRAÇÃO!!

Uma visita a conhecida e barateira «Loja da Syria» para verificar-se da torração que esta fazendo!

Vende tudo barato, porém a dinheiro

Rua General Bento Gonçalves n. 9.

- Anúncio comercial da Loja da Syria, de propriedade de Moysés Dipp. Fonte: A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, nº 13, 25 mar. 1916, p. 04.

Nas transações operadas por Dipp, as movimentações de somas de dinheiro apresentam elementos para a compreensão da dinâmica econômica que compunha as relações do comerciante.

Na lista de pagamentos, outros sírios, como José Pedro, Simão Antonio Motze, Antonio Chediak, Bechara Amin, Ayub Curi Maluf, Tanús Dausa, aparecem na ordem do dia dos negócios, não sendo possível identificar se são comerciantes como Dipp ou mascates contratados por ele para esse trabalho. Muito embora a fixação comercial fosse almejada e significasse simbolicamente uma ascensão econômica, o mascateamento não necessariamente era deixado de lado ou superado enquanto prática comercial. Ambos coexistiam, justamente pelo fato de existir uma clientela previamente formada pelo comerciante, fidelizada pelos contatos do mascate, que era interessante de ser mantida em conjugação à clientela urbana que acessava a loja no centro da cidade. Dessa forma, esses comerciantes, “ex-mascates”, empregavam outros, em geral patrícios que conheciam ou já realizavam o ofício, ou mesmo membros da família.

Moysés Dipp, segundo relato de entrevistada¹⁰ e registros cartoriais, fora o motivo da emigração de pelo menos dois de seus irmãos, Aisse e Isa Dipp, logo após a montagem de seu negócio e fixação comercial em Passo Fundo. Daí o registro na caderneta de Moysés Dipp referenciar, em 1913, a destinação de dinheiro, mercadorias e roupas para um de seus irmãos, possivelmente inserindo-o na atividade de mascate no município. Na maioria das vezes, os masca-

¹⁰ SALTON, Lúcia Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

tes trabalhavam para outros patrícios já estabelecidos, o que facilitava a obtenção de mercadorias para a comercialização sem antes precisar pagar por elas. A necessidade do dinheiro era satisfeita pelas vendas no comércio (Francisco, 2013). Para mais, destaca-se que a vida de mascate não requeria tanto capital inicial, pois compravam a crédito e o escoamento era, em geral, rápido e lucrativo (Knowlton, 1961).

Além disso, alguns entrevistados afirmam ter havido uma grande cooperação entre os imigrantes, algo que demonstra ter sido fundamental para dinamizar o comércio, aproximando o vendedor de sua freguesia. Ressalta-se que o mascate, em suas incursões de casa em casa, vendia à vista, em dinheiro ou em prestações. O parcelamento das dívidas de seus consumidores constituiu-se enquanto uma estratégia mercantil, pois garantia a possibilidade de retornar novamente e vender ainda mais, aumentando, com isso, a rede de clientela e o volume transacionado, para além apenas da cobrança dos débitos anteriores. As vendas entre o atacado e o comerciante, em geral, processavam-se com pagamentos em prestações, fato esse que criava uma rede de confiança, como também a movimentação de dinheiro entre comerciantes e consumidores (Francisco, 2013; Morales, 2001).

Isa Dipp foi um dos imigrantes casados que empreendeu viagem para o Brasil, emigrando por volta de 1904 e concentrando-se em São Paulo, talvez acompanhado de seus irmãos¹¹. Moysés Dipp, o primeiro a chegar em Passo Fundo, amparou os irmãos com informações acerca do lugar e proporcionou o deslocamento de ambos para o município.

¹¹ SALTON, Lúcia Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

Ainda antes da eclosão do conflito mundial, Isa retornara ao Líbano para buscar sua esposa, Salima Elias, com quem havia se casado pouco antes de emigrar.

Trabalhando com os irmãos, Isa seguiu mascateando até 1924 quando, após reunir capital suficiente não apenas para o sustento da família, como também para investir em seus negócios, estabeleceu uma pequena loja de secos e molhados, a “Casa Dipp”, uma espécie de mercadinho atendido pela família, na Avenida Brasil, perto da Praça da República (atual Praça Tocchetto), local bem próximo de onde o imigrante libanês Miguel Buaes e seus filhos viriam a instalar casas comerciais no início da década de 1930: Jorge Buaes estabelecerá a casa comercial “A Libaneza”, no cruzamento da Rua Fagundes dos Reis e Avenida Brasil, ao lado da Praça da República, e seu irmão, Estanislau, um bar no lado oposto da via.



- Anúncio da casa comercial de Jorge Buaes. O NACIONAL. Passo Fundo, n. 171, 19 jun. 1953, p. 08.

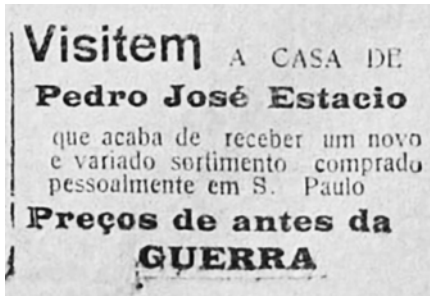
Nessa região do centro da cidade, muitos outros sírios e libaneses se instalaram em comércios de tipo variado, con-

figurando, em boa parte da Avenida Brasil, quadras comerciais marcadas por esse comércio “étnico”, referenciadas por muitos interlocutores como as “quadras dos turcos”, em alusão àqueles imigrantes.



► Trecho da Avenida Brasil entre as ruas Fagundes do Reis e Cap. Eleutério, possivelmente entre as décadas de 1910 e 1920; na indicação, a localização da Casa Dipp, ainda existente nos dias de hoje. Nesse trecho e ao longo da Avenida Cap. Jovino, bem como no entorno da Praça da República, muitos sírios e libaneses estabeleceriam suas casas comerciais naquelas décadas e nas posteriores. Acervo Digital do IHPF.

A conexão entre os irmãos também é patente das redes formais e informais de comunicação, familiares e entre conacionais, constantemente acessadas para viabilizar o processo migratório e dar sustentação aos imigrantes recém-chegados, para os quais o emprego de pessoas da família, amigos e conhecidos eram fruto de combinações e acordos de longa distância, fosse com outras regiões do estado, como São Paulo, ou mesmo com a Síria e o Líbano. Em Passo Fundo,



- Anúncio da casa comercial de Pedro José Estacio. A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 171, 07 jun. 1919, p. 03.

é exemplo disso as famílias de Pedro José Estacio e Antonio José Estacio, comerciantes libaneses que compravam mercadorias “pessoalmente em São Paulo”¹², ao mesmo tempo que mantinham comércio regular no município e agenciavam o deslocamento e acolhida de familiares e conhecidos na cidade.

Sublinha-se que esse foi o caso e um dos entrevistados para essa pesquisa, Joseph Boulos Estacia¹³, que emigrou aos 25 anos, em 1951, e que já chegou com o trabalho assegurado na loja de seu tio-avô, Pedro Estacio.

Outro imigrante sírio que acabou por se estabelecer em Passo Fundo ainda na década de 1910 foi Abdul “João” Kalil, e na nova localidade passou a atuar como mascate. Negociando artigos diversos, mas principalmente cavalos e bebidas, Kalil desenvolveu o ofício de comerciante até seu falecimento, em 1935. Para mais, destaca-se que, diferentemente da grande maioria de seus patrícios, estabeleceu-se no Boqueirão, antiga área central da cidade, de onde o centro comercial se deslocara em direção à ferrovia, ao longo da Avenida Brasil. Do casamento de João Kalil com Morena Canfield, em 1919, nasceram quatro filhos, dos quais Eblen

¹² A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 171, 07 jun. 1919, p. 03. Acervo digital do Arquivo Histórico Regional.

¹³ ESTACIA, Joseph Boulos. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

Kalil manteve-se alinhado à lógica comercial, não enquanto mascate, mas enquanto proprietário de alfaiataria, no centro da cidade, próximo ao Templo Metodista, constituindo relações comerciais com patrícios de seu pai e outros imigrantes sírios e libaneses estabelecidos ou que viriam a se estabelecer em Passo Fundo¹⁴.

No município de Passo Fundo, no então distrito de Não-me-Toque, um correspondente do jornal *O Nacional*, em 1926, denunciava o comércio de mascates como um flagelo vivido pelo município como um todo¹⁵, em razão do não-pagamento de impostos sobre as mercadorias vendidas, em sua maioria, pelos sírios e libaneses que circulavam pela região. No ano seguinte, em 1927, talvez pelas crescentes reclamações advindas de comerciantes estabelecidos, isto é, os principais concorrentes do comércio ambulante, a administração municipal passou a incorporar um imposto¹⁶ sobre aquela atividade econômica, de acordo com os produtos que fossem comercializados. Tanto as reclamações quanto a incorporação de impostos à atividade dos mascates revelam que havia uma articulada rede de comércio ambulante atuante em Passo Fundo, externando também o dinamismo que envolvia a profissão.

Na narrativa de muitos dos entrevistados, a atividade

¹⁴ KALIL, Ramadan. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco*. 2016.

¹⁵ O NACIONAL. Passo Fundo, n. 107, 26 jun. 1926, p. 1-2. Arquivo Histórico Regional.

¹⁶ 73 – Mascate com residencia fixa no município, que venda de conta propria ou alheia: a) de fazendas e armarinho – 150\$000; b) de fazendas – 120\$000; c) de armarinho ou miudezas – 60\$000; d) de cristaes, oculos, etc. – 80\$000; e) de obras de barro, gesso, louça, ferro e folha – 40\$000. Fonte: O NACIONAL. *Orçamento da receita para o anno de 1927*. Passo Fundo, n° 166, 22 jan. 1927, p. 04. AHR.

de mascatear é relembrada enquanto um período de árduo trabalho, de sacrifícios em prol do acúmulo de capitais para a sustentação familiar e para prover a educação aos filhos, e também como uma profissão de permeada de riscos. O deslocamento do ambulante, sobretudo por entre as áreas rurais e interioranas, constituía-se, muitas vezes, como uma empreitada de risco em função da possibilidade de roubos e hostilidades em locais onde as autoridades e outras garantias não eram tão asseguradas quanto em contextos urbanos. Em dezembro de 1930, o mascate sírio Ayub Mafuz foi assassinado¹⁷ em Passo Fundo, na estrada que ligava Três Passos a Camargo, próximos ao Tope, no 5º Distrito do município. O motivo do assassinato teria sido justamente o de furtar as mercadorias e o dinheiro carregado pelo mascate, atraído para o município, possivelmente, em função do parentesco com a família Dipp.

Além disso, muitos dos entrevistados alegaram também a existência de uma ampla rede de comércio e deslocamento, resultante de um processo de migração regional desses grupos sociais, sendo essa uma das razões de o município ter absorvido muitos migrantes que se deslocaram de outras regiões. Pelas entrevistas, há constantemente referência a Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Erechim e, principalmente, Soledade como espaços de grande circulação regional de sírios e libaneses.

¹⁷ A investigação do crime foi narrada em tom jornalístico por Argeu Rigo Santarém, em seu livro de crônicas República dos Coqueiros, no qual o comissário da região resolve o caso do assassinato do mascate devido à suas habilidades “sherlockianas”. Ver mais em: SANTARÉM, Argeu Rigo. *República dos Coqueiros: histórias e estórias do Passo Fundo*. Não-me-Toque: Gráfica Editora Santo Antônio, 1984.

Linda Dipp Estacia¹⁸ narra que seu pai, Antonio Elias Dipp, natural do Líbano, da cidade de Zouk Mikael, emigrou ainda jovem, logo após atingir a maioridade. No Brasil, acabou por estabelecer-se em Soledade, onde havia alguns primos já emigrados e onde viria a contrair matrimônio com Maria Antonio Dipp, imigrante libanesa que se instalou em Passo Fundo, em 1926. Antonio Elias havia adotado o ofício de mascate nos primeiros tempos, como tantos de seus patrícios e, em 1919, migrou para Passo Fundo, onde pode adquirir terreno na esquina entre a Avenida Gal. Netto e a Rua Gal. Osório, abrindo uma loja para venda de artigos diversos.

Outro migrante na região foi o sírio Jorge Felipe Dadia que, em função da pressão exercida por seus familiares, emigrou da Síria para o Brasil em fuga do serviço militar obrigatório, para o qual a família já havia perdido dois de seus irmãos. No território brasileiro, após a Primeira Guerra Mundial, o imigrante libanês otimizou seus conhecimentos prévios: familiarizado com o manejo e beneficiamento do couro em sua terra natal, instalou-se em São Paulo e abriu uma confecção de sapatos. Após a falência dos negócios em função da perda do patrimônio em jogos de apostas, o ofício de mascate fora o que restou para Jorge Dadia, que passou a exercê-lo no Rio Grande do Sul, estabelecendo-se em Santa Cruz do Sul e, por volta de 1921, em Passo Fundo. Já instalado no centro da cidade, na Rua Cel. Chicuta, Dadia retomou seu ofício de sapateiro, fabricando e consertando calçados, sustentando por muito tempo o cargo de “sapateiro oficial”

¹⁸ ESTACIA, Linda Dipp. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco e Alex Antônio Vanin*. 2016.

do Instituto Educacional (IE)¹⁹. Através do relato de um de seus descendentes, enfatiza-se que Jorge Dadia foi atuante no recebimento e estabelecimento de redes de ligações com outros imigrantes que chegavam na região, muitos tendo se estabelecido nesta em função de sua intermediação. Visto que Dadia auxiliou nas demandas mais prementes do recém-chegado imigrante, provendo moradia, trabalho e empréstimos em dinheiro, operacionalizando, portanto, deslocamentos de imigrantes e estabelecimento de atividades comerciais.

Por sua vez, Pedro Antonio Barquete era sírio e emigrou para o Brasil por volta do ano de 1886, quando contava com 16 anos de idade. A iminência do alistamento militar, assim como as dificuldades existentes na região foram decisivas para o abandono da terra natal e a esperança de se alcançar melhores condições de vida. Dirigiu-se para São Paulo, onde viveu durante um curto período, encontrando alguns co-nacionais e tendo aprendido a “arte de mascatear, de vender de porta em porta, enfim, a profissão de mascate”²⁰. Posteriormente, Pedro migrou à Argentina, juntamente com uma irmã, onde se estabeleceu também por pouco tempo, retornando em seguida ao Brasil e se instalando no Rio Grande do Sul, na década de 1920, no interior de Soledade, na localidade do Resvalador, onde deu início à diversificação de suas atividades, montando um moinho para a moagem de milho e posterior comercialização do produto.

¹⁹ MAYER, Carlos Alberto. *Entrevista concedida a João Carlos Tedesco, Alex Antônio Vanin e Bruna Telassim Baggio*. 2016.

²⁰ BENVENEGNÚ, Sandra Mara. *Entrevista concedida a Alex Antônio Vanin*. 2016.

Entretanto, segundo a fala da interlocutora, “quem atendia esse moinho era minha avó e minhas tias”²¹, enquanto Pedro, em paralelo, mantinha-se como mascate, revendendo mercadorias adquiridas em São Paulo, conferindo à família ambas as atividades.

Sendo assim, a atuação em ambos os ramos do comércio permitiu à família de Pedro condições para adquirir propriedades na cidade de Passo Fundo, nas proximidades da ponte do Rio Passo Fundo. Adquirindo imóveis em ambos os lados da Avenida Cap. Jovino, nas esquinas com a Rua Tiradentes, na zona central do comércio dos sírios e libaneses, estabeleceu várias relações com seus compatriotas, como Isa e Moysés Dipp, Jorge Dadia e Simão Imera, este último do ramo de venda de armarinhos e tecidos. No referido local, a família estabeleceu um comércio de secos e molhados, “um ‘bodegão’, que tinha de tudo e vendia tudo”²², onde manteve atividade até o início da década de 1950.

Salienta-se que as atividades econômicas desenvolvidas por sírios e libaneses ocuparam espaços para além da venda de produtos em casas comerciais ou nas ruas e estradas de Passo Fundo. Alguns desses imigrantes, investidos talvez de maior capital acumulado decorrente de uma trajetória migratória mais longa, instalaram-se na cidade e operaram negócios diversos aos relacionados às atividades de mascate, como José Zacharias dos Santos, Zacharias Antonio dos Santos e Nabuco Zirbes, comerciantes constantemente referenciados nos jornais *A Voz da Serra* e *O Nacional*, em razão do retorno ou da saída a viagens comerciais pela

²¹ Idem.

²² Ibidem.

região. Nos relatos de alguns dos entrevistados para esse estudo, embora não soubessem precisar com muita exatidão, os sujeitos supracitados foram referidos e lembrados como imigrantes mais abastados, com condições financeiras diferenciadas em comparação à grande parte de seus patrícios e contemporâneos nos primeiros tempos da instalação da maioria dos sírios e libaneses em Passo Fundo.

José Zacharias dos Santos, imigrante sírio, atuou em Passo Fundo como representante comercial e sócio de uma empresa colonizadora, pelo menos durante as décadas de 1910 e 1920. Enquanto comerciante “de praça”, isto é, em loja estabelecida na região central de Passo Fundo, foi proprietário da “Barraca de Couros de J. Zacharias & Cia”, firma de exportação de produtos que atendia as regiões de Passo Fundo, Soledade e Cruz Alta, comprando desde artigos de pequena quantidade “couros, cabellos, cera, lã, e demais fructos de barraca”, bem como artigos em grande escala, como milho, feijão, banha, erva-mate, fumo em corda e “demais arti-

BARRACA de COUROS
de J. ZACHARIAS & Cia.
Passo Fundo, Soledade e Cruz Alta
Exportadores

Compra-se: couros, cabellos, cera, lã, e demais fructos de barraca. E' a casa que paga os melhores preços e compra toda e qualquer quantidade. **A DINHEIRO A VISTA**

Faz contractos de qualquer partida a preços garantidos, e offerece vantagens maiores do que qualquer outra casa.

SECÇÃO DE REPRESENTAÇÕES:
Representantes de GOMES RIBEIRO & BASTOS
Casa de secocos e molhados.
OSWALDO B. SMIDT & CIA.
Canninha, vinho nacional e alcool.
EDUARDO MARQUARDT FILHO
Assucar, café, farinhas e cereaes.
PORTO ALEGRE

SECÇÃO DE CEREAEES ETC.
==== Compra-se em grande escala ====

milho, feijão, banha, herva-mate, fumo em corda e todos os demais artigos colonias.

— Exportação de Madeiras etc. —
TELEPHONE N. 33
Informações no escriptorio — RUA GENERAL NETTO N. 20
Endereço teleg. para todas as casas: ZACHARIAS
CODIGOS: PARTICULARES, RIBEIRO, A. B. C. 5°, TWN-10-ONE
— PASSO FUNDO —

- Anúncio comercial da Barraca de Couros de José Zacharias & Cia. A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 15, 08 abr. 1916, p. 06.

gos coloniais”²³. Nesse ínterim, também selou parceria – encerrada em 1913²⁴ – com os comerciantes Armando Araujo Annes e Gabriel Bastos em uma empresa de fabricação de tábuas e caixas, modalidade comercial que se assentava no período na região, em função da grande disponibilidade da madeira na região norte do estado (Tedesco; Sander, 2005).

Nesse período, o comércio de terras se constituía também em um negócio de alta rentabilidade na região norte do Rio Grande do Sul, tendo havido muitos investimentos em colonização privada durante as primeiras décadas do século XX. Dos escritórios de empresas de colonização sediados em Passo Fundo, o da empresa Petri, Meyer, Annes & Cia. Ltda. contava com o consórcio de vários investidores²⁵, entre eles a firma José Zacharias dos Santos & Cia., representada comercialmente em filiais em Passo Fundo e Santa Maria, no Rio Grande do Sul, bem como em Ponta Grossa, Rio Negro e Antonina, municípios do estado do Paraná, e ainda nas capitais estrangeiras de Buenos Aires e Montevideo. A empresa colonizadora operava a venda de lotes de terra na chamada Colônia Dr. Affonso, localizada em solo argentino. As relações comerciais de José Zacharias revelam a inserção do imigrante em empreendimentos variados e em associações com outros comerciantes de Passo Fundo e região, em redes de negócios que supõem um significativo investimento de capital acumulado.

²³ A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 15, 08 abr. 1916, p. 6. Acervo digital do AHR.

²⁴ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 87, 17 out. 1913, p. 6. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁵ STAFETTA RIO-GRANDENSE. Garibaldi/RS, n. 29, 28 out. 1920, p. 3. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Zacharias Antonio dos Santos é outro imigrante que, em sua prática comercial, destoou do mascateamento enquanto modo de conquistar um espaço no comércio passo-fundense. Natural do Líbano, emigrado para o Brasil em fins do século XIX, Zacharias Antonio atuou por cerca de duas décadas, no município de Soledade, no ramo da extração de pedras de diversos tipos. Transferido para Passo Fundo ainda na década de 1910, montou um escritório no centro da cidade para tratar de negociações referentes à venda de “pedras de moinho”, isto é, pedras utilizadas nas rodas de moagem de grãos para beneficiamento de produtos coloniais, aquelas ainda extraídas em Soledade. O desenvolvimento desse tipo comercial específico e de pouca concorrência rendeu ao imigrante libanês a empreitada do calçamento das principais ruas da cidade, em contrato firmado com a administração da Intendência Municipal nas gestões de Nicolau Araujo Vergueiro (1920-1924) e Armando Araujo Annes (1924-1928)²⁶, como também lhe garantiu a negociação dos terrenos de sua propriedade que foram destinados pela Intendência à construção do Matadouro Municipal de Passo Fundo, inaugurado em 1926.

A atuação comercial de Zacharias Antonio, contudo, não se limitou à extração e ao comércio de pedras, já que ele também era um dos sócios da José Zacharias & Cia²⁷. Por volta de 1927, em sociedade com outro árabe, Nabuco Zirbes, montou uma ervateira com capacidade média diária

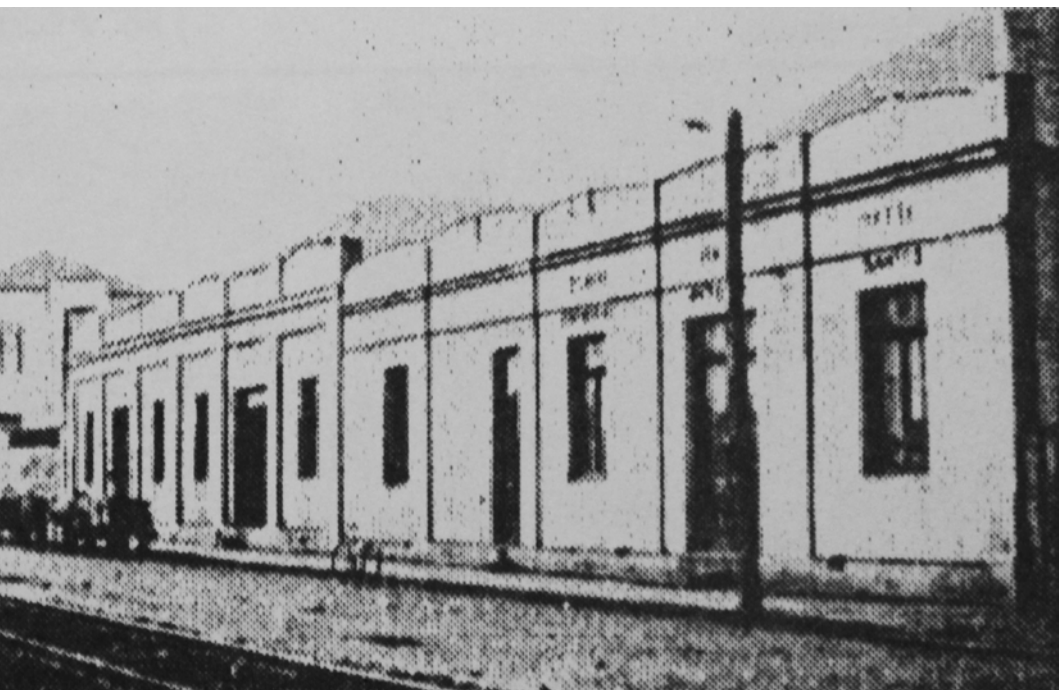
²⁶ VIDA CARIOCA. Rio de Janeiro, n. 90, jan. 1932, p. 41. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁷ A VOZ DA SERRA. Passo Fundo, n. 11, 11 mar. 1916, p. 03. Acervo digital do AHR.

de produção de 50 arrobas de erva-mate, que era mantida por empregados do industrialista. No moinho de erva-mate, eram produzidos e comercializados variados tipos de erva-mate, como a erva-mate *Glória* e o chá-mate *Serrano*. A firma da sociedade possuía filiação com o Centro dos Industriais e Exportadores Rio-Grandenses do Mate Ltda., o que indica uma abrangência dos produtos comercializados para além da sociedade regional, dinamismo certamente aproveitado

► Ervateira pertencente à Zacharias Antonio dos Santos e Nabuco Zirbes, na Avenida Sete de Setembro, junto aos trilhos. Fonte: *Album Comemorativo do Cincoentenário da Proclamação da República – 1889-1939*. Porto Alegre, p. 301. Biblioteca da PUC-RS.

pela localização da empresa, junto aos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), na Avenida Sete de Setembro, facilitando o escoamento da produção para outras regiões do país.



A inserção de José Zacharias e de Zacharias Antonio na sociedade passo-fundense e dentre seus patrícios, entretanto, é mais ampla que apenas a comercial, tendo em vista terem sido eles filiados ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) – José Zacharias foi presidente do Club Pinheiro Machado²⁸ – e, logo, ligados à política local/regional e estadual nas décadas de 1920 e 1930. Para além da dimensão dos negócios em Passo Fundo, ambos também foram alguns dos responsáveis pela criação da Sociedade Syrio-Libaneza de Passo Fundo²⁹, em 1929, associação de caráter étnico que funcionava na residência de José Zacharias, na esquina entre as ruas Fagundes dos Reis e Julio de Castilhos, atrás do Colégio Elementar, da qual Zacharias Antonio também foi presidente, no início da década de 1930³⁰. Contudo, não de-ter-se-á, nesse momento, nessas e outras questões, ou seja, pontos que envolvem os entrelaçamentos familiares e étnicos de sírios e libaneses, bem como sua sociabilidade no contexto urbano passo-fundense, tendo em vista o recorte eminentemente “comercial” e a necessidade de exploração de outros enfoques e perspectivas que não cabem nesse ínterim.

²⁸ SANTOS, José Zacharias dos. *Carta enviada a Protasio Antonio Alves. Passo Fundo*, 10 fev. 1919. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Fundo Borges de Medeiros.

²⁹ Nesse horizonte das redes, agregações, vínculos e pertencimentos de grupos, em 1929, constituiu-se a Sociedade Beneficente Syrio-Libaneza de Passo Fundo. A entidade objetivava agregar o referido grupo de imigrantes e descendentes. Não muito diferente de outras associações étnicas, integrava os grupos, permitia momentos de lazer, de troca de informações e expressões culturais, bem como demarcava o território étnico na cidade de Passo Fundo (Tedesco, Vanin; 2017, p. 274-277).

³⁰ O NACIONAL. Passo Fundo, n. 943, 11 jun. 1931, p. 01. AHR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se de diversas formas como o comércio sírio e libanês em Passo Fundo instituiu-se de maneira dinâmica e multifacetada. As relações econômicas tecidas por esses imigrantes árabes compuseram muito da sinergia comercial que integrou os centros comerciais de Passo Fundo e região. O ofício desenvolvido pelos mascates, no comércio ambulante, foi expressão característica e constante na vida de muitos deles, uma condição laboral que permeou suas atividades comerciais iniciais e posteriores, sendo desenvolvida em algum momento de suas trajetórias de deslocamento e fixação comercial. A própria atividade de mascate era compreendida enquanto necessária, um estágio passageiro de sacrifícios e empenhos que conduziriam ao melhoramento das condições de vida do comerciante e de seus familiares.

Em Passo Fundo, a atividade dos mascates foi intensa, marcando o comércio local-regional durante a primeira metade do século XX. O comércio estabelecido em casas comerciais por famílias de imigrantes, como os Dipp, Buaes, Kalil, Dadia, Barquete, Estacia, dos Santos, configuraram um “espaço”, dentro das atividades econômicas desenvolvidas na cidade e no município, muito reconhecido e atrelado ao componente étnico presente, revelador de múltiplos aspectos da inserção social, política e econômica desses imigrantes em Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludmila Savri. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. In: Célia Maria Borges (org.). *Solidariedades e conflitos. Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.

CAMPOS, Mintaha Alcuri. *Turco pobre, sírio remediado, libanês rico: a trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo (1910 -1940)*. Vitória, Instituto Jones Santos Neves, 1987.

FRANCISCO, Júlio Bittencourt. *Dos cedros aos pampas: Imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, identidade e assimilação (1890-1949)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

FRANCISCO, Júlio Bittencourt. *Sírios e libaneses no Rio de Janeiro: Memória Coletiva e Escolhas Individuais*. Campinas, 2005. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Dissertação (Mestrado em Memória Social).

FRANCISCO, Júlio Bittencourt. *Turco de cuia e bombacha: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul*. VII Encontro Regional Sul de História Oral. Unila, 2013.

FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. Árabes e seus descendentes no Rio Grande do Sul. *Adverso*. ADufrgs sindical, Porto Alegre, p. 28-29, 17 dez. 2013.

MORALES, Neida Regina Ceccim. *A Imigração Sírio-libanesa no Sul do Brasil*. Santa Maria, 2001. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana). Universidade Federal de Santa Maria.

NUNES, H. *A imigração árabe em Goiás: 1880 - 1970*. Dissertação de Mestrado (Instituto de História) Universidade de São Paulo: USP, 1986.

TEDESCO, João Carlos. *A Gare e o Trem em Passo Fundo: sinergias econômicas – 1898-1978*. Porto Alegre: EST Edições, 2015.

TEDESCO, João Carlos.; SANDER, Roberto. *Madeiros, comerciantes e granjeiros*. Porto Alegre/Passo Fundo: EST/UPF Editora, 2ª ed, 2005.

TEDESCO, João Carlos; GRITTI, Isabel Rosa. Entre o barco e

a enxada: recortes da imigração polonesa em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 257-310

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas do século XX. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 257-310

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Alex Antônio; GRITTI, Isabel Rosa. A comunidade judaica em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; BATISTELLA, Alessandro; NEUMANN, Rosane Marcia (Org.). *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: AllPrint Varella, 2017, p. 257-310

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1993.

TRUZZI, Oswaldo Mario Serra. *Sírios e libaneses: narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.



**DA TERÇA-FEIRA GORDA AO
ENTERRO DOS OSSOS:**

OUTROS CARNAVAIS EM PASSO FUNDO

Jeferson Sabino Candaten

Resumo: esse capítulo trata de questões referentes à história do Carnaval em Passo Fundo. A narrativa é construída em alusão a um desfile de escola de samba, harmonizando o rigor acadêmico e a poética intrínseca à temática. Organizado em *alas*, o texto se preocupa, num primeiro momento, em deixar nítido como entende-se a festa, o rito, a expressão social Carnaval. Em seguida, lança-se luz sobre a história carnavalesca desde os tempos pré-cristãos até o que provavelmente seja o modelo organizacional da festa mais difundido no Brasil: o desfile de escola de samba. Para tanto, o contexto dos blocos, dos clubes e das escolas de samba passo-fundenses serão abordados. Por fim, verifica-se a importância do Clube Visconde do Rio Branco e ressalta-se o seu lugar na história do carnaval da cidade.

Palavras-chave: Carnavais. Escolas de Samba. Clube Visconde do Rio Branco.

INTRODUÇÃO

Presente no cotidiano de todos os brasileiros, o Carnaval parece ser um acontecimento que não precisa ser explicado. Expressões como *amor de Carnaval* verberam a efemeridade da festa, visto que em poucos dias *todo Carnaval tem seu fim*, mas, por outro lado, também podem revelar seu espaço nas dinâmicas da memória, das lembranças e das identidades dos foliões. Sublinha-se que a comemoração também é tratada como sinônimo do excesso, da extravagância – *parece um Carnaval* – ou da desordem.

De todo modo, com origens milenares, o carnaval brasileiro, segundo o antropólogo Roberto DaMatta, é um dos principais *rituais nacionais*, tendo como característica peculiar o “abandono” de parte das regras e da ordem, ao mesmo tempo que orienta a construção e cristalização de uma identidade. Atualmente, o que se entende por Carnaval pode estar bastante atrelado a padrões da festa promovida em grandes cidades brasileiras, a exemplo de Rio de Janeiro, São Paulo, Olinda ou Salvador. Contudo, o fato é que suas origens ou influências reportam há milênios antes de Cristo, isto é, antes mesmo de haver Quaresma já se pulava Carnaval.

Isso posto, sabe-se que muitos estudos sobre o tema costumam grifar como uma de suas principais características a ruptura com o cotidiano. Segundo Claval, “algumas festas modeladas sobre o Carnaval cristão suspendem a aplicação das regras habituais, instaurando a inversão das hierarquias e servindo de terapia coletiva”. Trata-se de “uma escapada

de si mesmo”, como observou Wunenburger (apud Ferreira, 2005, p. 287).

No “subuniverso das festas e das solenidades”, uma das principais marcas do Carnaval é o seu artifício de modificar os comportamentos sociais. Assim, na época de Carnaval, tudo acontece como se a sociedade fosse capaz de, finalmente, inventar um espaço social onde a rua e a casa se encontram. Afinal, se a festa tem aspectos públicos – como os desfiles e os grupos formais –, ela também permite um conjunto de gestos – e ações – que, em geral, só se realizam em casa (Damatta, 1997, p. 47-49).

Além disso, sabe-se que existe uma relação muito íntima entre as festas e o sagrado, o que fica evidente no caso do Carnaval. Contudo, nos carnavais brasileiros é possível notar a presença e expressão de diversos grupos sociais. A festa é, portanto, uma expressão social propriamente dita. Conforme Abreu (1999, p. 38), as festas “são sempre recriadas e apropriadas, contendo as paixões, os conflitos, as crenças, e as esperanças de seus próprios agentes sociais. Ou seja, através da festa pode-se conhecer melhor a coletividade e a época em que aconteceram”.

O Carnaval brasileiro também pode ser entendido enquanto momento de mediação de conflitos. Roberto DaMatta torna-se um dos principais porta-vozes dessa ideia quando escreve que as escolas de samba promovem “uma sistemática integração das classes em seu desfile altamente complexo” (Damatta, 1979, p. 96). Essa integração, segundo Leopoldi (apud Cavalcanti, 2006, p. 30), baseia-se em “uma representação idealizada da estrutura social, no sentido de

que as diferenças sociais que segregam realmente os indivíduos são momentaneamente descaracterizadas”.

Portanto, nesse capítulo abordar-se-á a história dos Carnavais passo-fundenses, desde suas influências de *outras Carnavais* até os aspectos que lhe são particulares. Assim como um desfile de escola de samba, esse texto, cujo enredo é o carnaval, está disposto em *alas*. Iniciar-se-á com uma discussão teórica breve, mas necessária, deslindando algumas questões sobre este que é festa, folia, rito, feriado ou ponto facultativo, ou seja, sobre o Carnaval.

Nas páginas que sucedem, desfilam, na passarela da história, sinais gráficos narrando trechos da festa que atravessou culturas, crenças, lugares, mares e tempos até a *apoteótica* escola de samba. Visto isso, finalmente chega-se à folia de Passo Fundo, cidade que, no auge do verão brasileiro, é – ou era? – anexada ao temporário *reino* de *Momo*. Integra essa *ala*, ou seja, parte da história do carnaval da cidade, o que é possível ser dito com base na bibliografia e fontes consultadas: os blocos, os cordões, clubes e as escolas de samba. Por fim, destaca-se o Clube Visconde do Rio Branco. A ele, que poderia ser enredo principal, destina-se o espaço de destaque no texto. O clube, símbolo do carnaval citadino, considerado por muitos como o Palácio do Samba passo-fundense, tem lugar de notoriedade não somente nessa narrativa, mas na história do Carnaval e da população afrodescendente do município.

CARNAVAIS: ANTES E DEPOIS DA QUARESMA

O Carnaval, até o século XIX, sobretudo antes do Renascimento europeu (séculos XIV-XVI), exercia um papel intermediário. A festa se definia “não por seu formato, mas sim pelo fato de ela assinalar um momento de passagem”. Com a chegada da Quaresma, o “adeus à carne” torna-se “*carna vale*” e, finalmente, Carnaval (Ferreira, 2005, p. 320). Além disso, conforme Ferreira,

durante muitos séculos, a festa carnavalesca existe como uma espécie de oposição ao período de privações preparatório da Páscoa cristã. Nesse sentido, Carnaval é sinônimo de festa em geral. Explica-se, desse modo, a associação do Carnaval a rituais pagãos da Antiga Grécia (Frontisi-Ducroux, 1988), às festas da colheita da época greco-romana (Araújo, 2000) e às festas de loucos (Heers, 1983; Auget, 1974) e charivaris das confrarias medievais (Grimberg, 1975) realizadas numa larga faixa de tempo que vai de novembro a fevereiro. Aos poucos, o conceito de Carnaval vai se reduzindo àquele conjunto de festas que acontecem num vago período anterior ao início da Quaresma (Ferreira, 2005, p. 319).

Dessa forma, será no contexto oitocentista que as especificidades do Carnaval tomam forma e passam a ser organizadas. No início do século XIX, a cidade de Paris se torna local de constante empenho na recuperação e “invenção” das origens e de uma “tradição” carnavalesca. Assim, nos jornais parisienses circulavam “diversos textos que procuravam recuperar uma espécie de genealogia do Carnaval da

cidade, na qual ganham destaque antigos costumes e festividades ‘carnavalescos’ que justificariam a existência de um Carnaval parisiense que queria se impor como parâmetro da festa em todo o mundo” (Ferreira, 2005, p. 320).

No Brasil, juntamente dos blocos, os ranchos integravam o Carnaval oitocentista carioca. Organizados pela pequena burguesia urbana, os ranchos, conforme descreve Cavalcanti (2006, p. 39), desfilavam com “enredo, fantasias e carros alegóricos ao som de sua marcha característica”. Já os blocos, “núcleo social” que dá origem às escolas de samba, reuniam, sobretudo, uma população mais pobre, proveniente dos morros cariocas. Visto isso, com suas origens nos blocos e nos ranchos carnavalescos, as primeiras escolas de samba teriam surgido no Rio de Janeiro na década de 1920 (Cavalcanti, 2006, p. 39).

Embora existam polêmicas e controvérsias a esse respeito, considera-se como a primeira escola de samba a *Deixa Falar*, do Estácio, bairro carioca. O surgimento dessa escola estaria atrelado às relações constituídas em torno da Tia Ciata, na chamada “pequena África” (Moura, 1983). A partir dos blocos existentes nos morros, naquele mesmo contexto, surgiram as escolas de samba *Mangueira*, *Portela* e *Salgueiro* (Cavalcanti, 2006, p. 39).

O primeiro desfile de escolas de samba do Rio de Janeiro ocorreu em 1932¹. Para além, já com a crescente popularidade e surgimento de novas escolas no Rio de Janeiro, fundou-se em 1934 a União Geral das Escolas de Samba. Assim, é a partir de 1935 que as escolas passam a contar com

¹ Dados da Riotur (Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A), criada em 1972.

incentivos governamentais, como já ocorria com os demais grupos carnavalescos. Destaca-se que novas associações foram fundadas, até que em 1952 reuniram-se as três supracitadas para a formação da Associação das Escolas de Samba (Cavalcanti, 2006, p. 42). Segundo Cavalcanti,

na década de 1950, configurou-se com nitidez o conjunto de processos que definiu o rumo das escolas de samba nas décadas seguintes. A ampliação de suas bases sociais progrediu com a participação crescente das camadas médias, incluindo a presença de cenógrafos e artistas plásticos na produção do desfile (2006, p. 42).

Juntamente a essa integração social promovida pelos desfiles de escolas de samba, ocorreu a sua comercialização. Então, a partir de 1962, a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, recebeu uma nova estrutura para os dias da festa carnavalesca, arquibancadas foram instaladas para receber o público que aumentava a cada Carnaval. No mesmo ano iniciou-se a venda de ingressos aos foliões (Cavalcanti, 2006, p. 46).

Já na década de 1980 se definia o grupo das “grandes escolas”, que mais tarde culminou na fundação da Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA), fundada em 1984, no Rio de Janeiro. É a partir de então que se percebe uma clara distinção entre as escolas de samba, caracterizada por escolas que vivenciaram o processo de integração social e comercialização do carnaval com mais efetividade do que outras. Salienta-se que a “apoteose” desse processo provavelmente ocorreu entre 1983 e 1984, visto que em 1983 foi

feito o primeiro contrato de transmissão televisiva dos desfiles das escolas de samba (Cavalcanti, 2006, p. 42-43).

PASSO FUNDO: CARNAVAL E “BONS COSTUMES”

A cidade de Passo Fundo não fica alheia ao processo narrado, entretanto, na história do Carnaval passo-fundense ainda há muito a ser estudado. Identifica-se, no município, a presença dos blocos, dos cordões, das escolas de samba; bem como, percebe-se a dimensão da festa e o engajamento de vários setores da sociedade em prol de sua realização e as tensões que se evidenciam nas tentativas do poder público de organizar, sistematizar e até mesmo de punir a folia “além dos limites”.

Em 08 de janeiro de 1911, o periódico passo-fundense *O Gaúcho* dava destaque à fundação do cordão carnavalesco *Mão Negra*. Os blocos surgiram somente na década de 1920. De todo modo, o *Código de Posturas* de 1914, da Intendência Municipal de Passo Fundo, no artigo 102 do Capítulo XVI “OFENSAS À MORAL, MÁSCARAS, ÉBRIOS, ENTRUDO” deliberava: “Qualquer espetáculo ou passeio carnavalesco não poderá ser levado a efeito sem prévia licença do subintendente, que só concederá quando o seu programa não ofender a moral e bons costumes. Pena: multa de 10\$000”. O artigo 112 prosseguia da seguinte forma:

É proibido jogo de entrudo² com água ou qualquer coisa que molhe ou enxovalhe. Pena:

² Entrudo pode ser definido como uma série de jogos e brincadeiras populares, introduzidas no Brasil pelos portugueses no século XVI, que também foram associadas ao carnaval brasileiro.

multa de 5\$ a 10\$000. Parágrafo único – Os li-
mões de cheiro e objetos semelhantes, para en-
trudo, que forem encontrados à venda, serão
inutilizados e sofrerá o fabricante ou vendedor
a mesma multa (1914 apud Damian; Damian,
2008, p. 46).

Na década de 1920 a cidade veria surgir diversos blo-
cos de carnaval: em 1925, o *Bloco 21*, que representava o
Sport Club Gaúcho e o *Bloco 25*, que correspondia ao Club
Comercial e o Grêmio Recreativo e Esportivo 14 de Julho.
Já em 1926, o *Bloco 25* realizou o “baile das Marquesinhas”,
uma festa de Carnaval no salão do *Cine Ideal*³. Na ocasião,
os foliões foram trajados à moda Luis XV (O Nacional, 1926
apud Damian; Damian, 2008, p. 46).

O Carnaval, porém, não era apenas uma festa de gente
rica. Um dos blocos mais populares da cidade era o *Vae como
Pode*, composto por empregados da Viação Férrea (Damian;
Damian, 2008). Igualmente, o *Bloco Flor da Serra*, composto
por elementos de uma sociedade chamada “Brilho do Bra-
sil”, também animou o carnaval de 1928 com bailes nos sa-
lões do Hotel Avenida e diversas passeatas⁴.

³ O Cine Ideal foi inaugurado em agosto de 1924, nas dependências da Socie-
dade Operária, na Avenida Brasil, tendo como proprietários Luiz Machado e
Gastão Marques. Sendo reaberto por Ney de Lima Costa, no mesmo local, em
1925. Em agosto de 1926, foi rescindido o contrato de locação do prédio de
propriedade da Sociedade Operária e que fora alugado à empresa Lima Costa,
para a instalação do Cine Ideal.

⁴ O NACIONAL, nº 277, 22 fev. 1928.

O Carnaval. O Corso de domingo. Estava anunciado para domingo à tarde a primeira passeata do curso carnavalesco, organizado pelo Bloco 21. Desde às 15 horas daquele dia notava-se desusado movimento de automóveis, mostrando-se o interesse que essa passeata despertou. Às 19h15min entrou o curso na Avenida Brasil, constando o mesmo de três carros alegóricos e de 32 automóveis ornamentados. Um dos carros alegóricos representava um cavalo saltando sobre um obstáculo, fazendo-se assim uma homenagem ao gaúcho rio-grandense; dominava o enorme cavalo a senhorita Helena Kruel, vestida à moda gaúcha. Outro carro, o da rainha do '21', srta. Menna Rotta, representava a esfinge, sendo o mesmo guardado por quatro cavaleiros à moda egípcia. Nesse carro estava artisticamente arrumado o trono no qual se achava a rainha e sua corte. O terceiro carro, denominado a Gôndola do Amor era um grande barco, bem ornamen-



- ▶ Desfile de carro alegórico em Passo Fundo, na Avenida Brasil no cruzamento com a Rua Bento Gonçalves, década de 1920. Fotografia de Antonio Veronese. Acervo IHPE.

tado, tripulado por 2 senhoritas do Bloco 21. Esses carros demonstravam bom gosto e aptidão artística em sua confecção, devido principalmente aos esforços dos srs. Carlos Fontani e Carlos Weigang. Sobre caminhões automóveis notavam-se os dois ruidosos 'zés' dos Blocos 21 e 25. Três orquestras

dos Blocos 21, 25 e Juventude, em diferentes auto-caminhões alegravam o curso. Durante o trajeto, que foi modificado, manteve-se sempre ativo jogo de serpentinas e confetis. Não fez parte do curso um carro alegórico por não estar ainda terminada a sua feitura. Apesar do brilhantismo dessa passeata, quatro fatores contribuíram para anuviar um pouco o seu êxito completo. O primeiro deles foi a falta de uma banda de música que dá vida e entusiasmo nesses desfiles; o segundo foi a falta de uma severa organização no desfilarm dos carros, notando-se uma certa confusão, bastante prejudicial à estética do conjunto; o terceiro foi a hora um tanto tardia da passeata e o quarto e principal foi a poeira estupenda que os autos levavam em nuvens densas em sua companhia. Disseram-nos mesmo, num humorismo repentino, que o curso de domingo foi uma magnífica tarde de poeira. [...] Corso de ontem. Ainda ontem saiu à rua o curso organizado pelo '21' com a cooperação dos demais blocos. A descrição desta segunda passeata é a mesma que a da primeira, havendo de novidade o apareci-

mento de um novo carro alegórico. Esse carro representava uma homenagem ao aviador Ramon Franco, autor do famoso raide Espanha – Buenos Aires; sobre uma montanha de regular altura pairava um aeroplano de grande tamanho pilotado pelo pequeno Dirce, filho do sr. Claro Pereira Gomes. Pela bela confecção do aeroplano constituiu esse carro o melhor e o mais original de quantos foram feitos. Sobre o aparelho lia-se o seguinte: Plus Ultra; sobre a cauda levava o número '21'. Notamos ainda o aparecimento de novos carros ornamentados, sobressaindo-se uma barca, bem tripulada, feita pela agência Chevrolet. O curso percorreu unicamente a Avenida Brasil, dissolvendo-se em frente ao Club União Comercial. Verificamos um pouco mais de ordem nessa passeata. Antes do curso alegrou a multidão que o esperava o Bloco Gaúcho que constituiu uma nota original pelo desfile de seus membros. [...]

¹ O NACIONAL, n° 70, 17 fev. 1926. AHR.

No mesmo ano, a Sociedade Visconde do Rio Branco foi notícia no jornal *O Nacional*. O periódico deu destaque para o percurso do *Bloco Flor da Mocidade*, pelas ruas passo-fundenses, mencionando sua “excelente orquestra e a presença de sua soberana” (*O Nacional*, 1928 apud Damian; Damian, 2008, p. 47).

É somente na década de 1950 que se funda a primeira escola de samba de Passo Fundo, por iniciativa do clube Visconde do Rio Branco. Logo depois, em 1953, surge outra escola, a *Sociedade Recreativa Garotos da Batucada*. Segundo Batistella e Ribeiro, a *Garotos da Batucada* foi fundada através de uma dissidência da escola de samba Visconde do Rio Branco. Já na década de 1970, novas escolas de samba são fundadas em Passo Fundo, a saber: *Bonsucesso*, em 1971, e a *Particulares do Ritmo*, em 1977 (Batistella; Ribeiro, 2017, p. 155-156).

Carnaval

BAILE BURLESCO DAS CARAPUÇAS, NO COMERCIAL

Teremos hoje, às 22 horas, o grande baile burlesco das Carapuças, no Clube Comercial, fato que está despertando o entusiasmo entre os associados do Palácio Encantado da Avenida Brasil, que já se encontram preparados para a grande noite de hoje, noite magnificamente programada pelo Coronel Arthur Langaro, presidente do Comercial, contando com a colaboração dos membros da dinâmica diretoria.

Foi contratada excelente orquestra que já na quinta-feira última fez ensaio de marchas, sambas e bailes carnavalescos, conseguindo impor-se de maneira notável, prevendo-se que fará muito barulho hoje à noite, comandando as danças burlescas.

Comerciantes: vamos para a "refrega", que estamos no reino da alegria, que é a fazenda principal dos domínios do Imperador da Polia, Sua Magestade o rei Momo!

Além o General da Banda, comandando um forte exército de foliões que, por certo, tomará de assalto a Capital do Píanoito, recordando os Heróidos, os que vivem a moer as próprias manhas, os sândoistax, os sebastianistas, de todos os matizes. Momo possui um exército de gente forte, decidida, que transborda de otimismo, esse otimismo que é o alívio de toda vitória. Aterrino entusiasmo, espanão e intrépidos são as características desse linco exército que assaltará hoje à noite o Palácio Encantado, que é reino de Cinderela, defendido pelo Coronel Arthur Langaro que, ao final, terá de dar-se por vencido. . . .

Bozza — V. Férrea, Faustino Dias — Prefeitura, S. Machado — Prefeitura.

Baile no Clube Recreativo Cruzeiro

Hoje haverá um baile carnavalesco no Clube Recreativo Cruzeiro, sito na Vila Cruzeiro, que deverá revestir-se de grande brilhantismo. A propósito, recebemos o seguinte convite:

Hon. Sr. Diretor de O NACIONAL — Nesta cidade, o Hon. Sr. Diretor do Clube Recreativo Cruzeiro tem o prazer de convidar-vos e vossa família para o Baile que se realizará dia 26 de janeiro, com início às 21 horas, em sua sede social.

DUPILAR PIRES DE MELLO
— Secretário.

Baile no Clube Visconde do Rio Branco

Também no Clube Visconde do Rio Branco, no tradicional bairro do Boqueirão, haverá um grande baile burlesco que fará época ali, reinando grande entusiasmo em torno desse acontecimento social.

A gente morena está disposta e alegre, porque o carnaval faz parte de sua vida. Ela sabe que sem carnaval, o brasileiro esmorece, não tem animo para nada e não é capaz de vencer a luta pela sobrevivência. . . . Só com o tempo da alegria é que se conquistam os verdadeiros louros, alegria que o carnaval proporciona em largos limites.

Assim, pois, hoje à noite, teremos mais uma brilhante

noitada burlesca no Boqueirão, que irá dar barulho a mata não poder. . .

GENTIL DUTRA, AMANHÃ EM CARASINHO

O conhecido cantor de música popular brasileira, Gentil Dutra, recebeu um convite para comparecer amanhã, à cidade de Carasinho, onde tomará parte nos ensaios do Carnaval popular daquela cidade. O cantor "colored": acetoi ou convite e, assim, embarcará amanhã para a vizinha cidade, onde abrihantará o carnaval carasinense, acompanhado de alguns colegas da Escola de Samba "Serelesteiros do Luar", desta cidade.

DIRETOR DO I. E.
roxima semana
niel L. Betts



► Desfile de Escolas de Samba na AV. Brasil, década de 1970.
Acervo Museu Histórico Regional.

A partir da década de 1990, ocorre a inserção de mais escolas de samba no Carnaval da cidade, Batistella e Ribeiro (2017) citam as seguintes escolas: *Mocidade Independente*, *Bambas da Orgia*, *União da Vila*, *Imperadores do Samba*, *Pandeiro de Prata* e *Era de Aquários*. Por sua vez, as escolas de samba *Academia de Samba Cohab I*, *Unidos da Operária* e *Acadêmicos do Chalaça*, entre outras, tiveram suas origens somente após os anos 2000 (Batistella; Ribeiro, 2017, p. 156).

No Quadro 01, listam-se as escolas que desfilaram no Carnaval de Rua de Passo Fundo, entre os anos 2000 e 2015. Os dados foram levantados a partir das publicações do jornal *O Nacional* e dos *Cadernos de Programação e Regulamento* (livretos produzidos pelas entidades realizadoras dos desfiles):

**QUADRO 01. ENTIDADES PARTICIPANTES DOS DESFILES OFICIAIS DAS
ESCOLAS DE SAMBA DE PASSO FUNDO ENTRE 2000 E 2015**

Ano	Escolas de Samba
2000	S.E.R.C. Bom Sucesso, S.B.C União Da Vila, Escola De Samba Águia Dourada, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, Escola De Samba Particulares Do Ritmo, S.R. Garotos Da Batucada, Era De Aquários, Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.C.B. Imperadores Do Samba, Escola De Samba Mocidade Independente.
2001	S.B.C União Da Vila, Escola De Samba Acadêmicos Do Sol, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.R. Garotos Da Batucada, S.E.R.C. Bom Sucesso, Escola De Samba Mocidade Independente, Escola De Samba Águia Dourada, S.C.B. Imperadores Do Samba, Escola De Samba Era De Aquários, Escola De Samba Pandeiro De Prata.
2002	S.R. Garotos Da Batucada, S.B.C União Da Vila, Escola De Samba Águia Dourada, Escola De Samba Acadêmicos Do Sol, S.C.B. Imperadores Do Samba, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.E.R.C. Bom Sucesso, Escola De Samba Era De Aquários, Escola De Samba Mocidade Independente.
2003	S.C.B. Imperadores Do Samba, S.R. Garotos Da Batucada, Escola De Samba Acadêmicos Do Sol, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.E.R.C. Bom Sucesso.
2004	Escola De Samba Águia Dourada, S.B.C. Unidos De Passo Fundo, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, Escola De Samba Era De Aquários, S.E.R.C. Bom Sucesso, S.B.C. União Da Vila.
2005	S.E.R.C. Bom Sucesso, S.B.C. Unidos De Passo Fundo, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia.
2006	S.E.R.C. Bom Sucesso, Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.B.C. União Da Vila.
2007	Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.E.R.C. Bom Sucesso, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.B.C. União Da Vila.

Ano	Escolas de Samba
2008	S.E.R.C. Bom Sucesso, S.B.C. União Da Vila, S.E.R.C. Academia De Samba Cohab I, Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia.
2009	S.E.R.C. Academia De Samba Cohab I, S.E.R.C. Bom Sucesso, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.B.C. União Da Vila, Escola De Samba Pandeiro De Prata.
2010	S.E.R.C. Bom Sucesso, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.B.C. União Da Vila.
2011	S.B.C. União Da Vila, Escola De Samba Mirim Semente Do Samba, Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.E.R.C. Bom Sucesso, S.E.R.C. Academia De Samba Cohab I.
2012	S.E.R.C. Bom Sucesso, S.E.R.C. Academia De Samba Cohab I, S.B.C. União Da Vila, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.E.R.C. Acadêmicos Do Chalaça.
2013	S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.E.R.C. Acadêmicos Do Chalaça, S.E.R.C. Unidos Da Operária, S.E.R.C. Bom Sucesso, Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.E.R.C. Academia Do Samba Cohab I, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.B.C. União Da Vila.
2014	Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.E.R.C. Acadêmicos Do Chalaça, S.B.C. União Da Vila, S.E.R.C. Academia Do Samba Cohab I, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia, S.E.R.C. Unidos Da Operária, S.E.R.C. Bom Sucesso.
2015	Apae, Escola De Samba Pandeiro De Prata, S.B.C. União Da Vila, S.E.R.C. Unidos Da Operária, S.E.R.C. Acadêmicos Do Chalaça, S.E.R.C. Academia Do Samba Cohab I, S.E.R.C. Bom Sucesso, S.E.R.C.B. Bambas Da Orgia.

Fonte: Canden, 2018, p. 74-80⁵.

⁵ SBC (Sociedade Benficiente e Cultural); SERC (Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural); SERCB (Sociedade Esportiva, Recreativa, Cultural e Benficiente).

Entre os anos 2000 e 2015, os desfiles das escolas de samba de Passo Fundo aconteceram na Avenida Sete de Setembro que, uma vez por ano, transformava-se na passarela do samba⁶. Nos dias de desfile, a avenida travestida de sambódromo – entre a Avenida Brasil e a Avenida Presidente Vargas – tornava-se inacessível aos veículos que todos os dias trafegavam por ali, passando a ser via exclusiva de carros alegóricos⁷.

Desde o ano 2000, os desfiles oficiais, tanto os do grupo especial quanto os do grupo de acesso, foram realizados através de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Passo Fundo, a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto (SETUR), atual Secretaria de Desporto e Cultura (SEDEC), e a Associação das Entidades Carnavalescas de Passo Fundo, hoje Liga Independente das Escolas de Samba de Passo Fundo (LIESPF), bem como com o patrocínio de empresas do setor privado. Em 2015, a Avenida Sete de Setembro serviu de sambódromo pela última vez, não havendo mais desfiles oficiais no município até o momento da escrita dessas linhas.

Contudo, para além das escolas de samba, há também outros Carnavais. Portanto, clubes tradicionais da cidade

⁶ Com exceção de 2001, quando o desfile teria ocorrido na Av. Brasil, entre as ruas Benjamin Constant e a Bento Gonçalves. Ver: REGULAMENTO geral, histórico e enredo das entidades: desfile das escolas de samba de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001. p. 43.

⁷ Informação presente nos livretos. Ver: REGULAMENTO geral, histórico e enredo das entidades: desfile das escolas de samba de Passo Fundo. Passo Fundo, 2000-2015.

como o Clube Comercial⁸, o Clube Caixeiral⁹, o Clube Juvenil¹⁰ e a S.R. Garotos da Batucada, continuaram promovendo a folia carnavalesca nos últimos anos. É comum nesses clubes ocorrer os bailes de máscaras e a tradicional marchinha de carnaval, além da modalidade da festa para o público infantil. Para mais, ressalta-se que, realizado pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, ocorreu em 2018 e 2019, no parque da Gare, o chamado *Carnaval Popular*. Já os blocos Sarajevo e Tira Roupas, parecem organizar, nos últimos anos, uns dos carnavais mais famosos e “populares” da cidade¹¹.

SUA MAJESTADE, O CLUBE VISCONDE DO RIO BRANCO

O Clube Visconde do Rio Branco foi oficialmente fundado em 1916. Contudo, sua origem está relacionada à Sociedade José do Patrocínio, fundada em 1912. Somente em 1932 a Sociedade Recreativa Visconde do Rio Branco inaugurou sua sede, na esquina das ruas Moron e Vinte de Setembro,

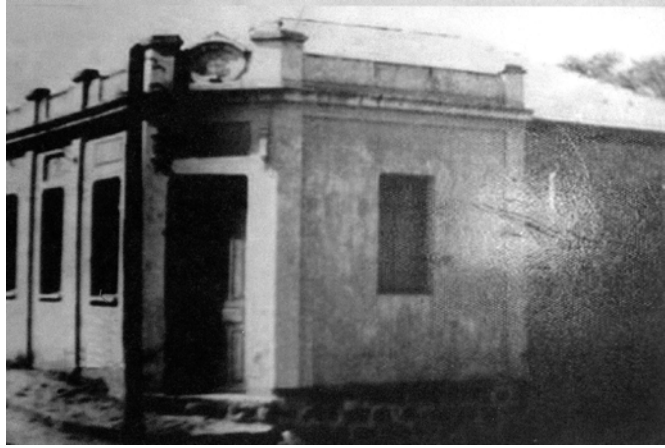
⁸ O Clube Comercial, “destinado a congregar a classe comerciária”, fora fundado em 1912, segundo dados disponíveis em seu site. Disponível em: <https://www.clubecomercialpf.com.br/o-clube/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

⁹ Fundada por imigrantes italianos no ano de 1901, a Società Italiana di Mutuo Soccorso Iolanda Margherita di Savoia, em 1938, passou a chamar-se Clube Caixeiral (Dalla Rosa, 2007, p. 130).

¹⁰ Conforme informações do site do clube, em 1913 fora fundada a Sociedade Alemã (ou Deutscher Verin) que, em 1938, passou a denominar-se Clube Recreativo Juvenil. Disponível em: <http://www.clubejuvenil.com.br/site/o-clube/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

¹¹ Sobre os últimos Carnavais passofundenses, ver a programação de algumas entidades para o Carnaval de 2019: Disponível em: <http://www.onacional.com.br/geral/cidade/89602/foleoes+terao+quatro+dias+de+programacao+intensa>. Acesso em: 13 jul. 2019.

onde ainda hoje, em ruínas, resiste. Antes disso, o clube teve sua sede em um endereço próximo àquele local (Battistella; Ribeiro, 2017, p. 153-154).



► Sede do Clube Visconde do Rio Branco, inaugurada em 1932. Fonte: Acervo iconográfico do Museu Histórico Regional.

Isso posto, de acordo com Murilo Fernandes (2018), a presença de negros nos clubes existentes de Passo Fundo era incomum, visto que o ingresso de membros passava por critérios étnicos. Posteriormente, os clubes abriram suas portas para outros grupos, mas só seriam aceitas pessoas indicadas por membros¹². Como não havia espaço para as famílias negras nos clubes do município, esses sujeitos “começam a se organizar como grupos ou como comunidade para criar seus clubes. Em meio a esse contexto surge em Passo Fundo no ano de 1916 o clube Visconde do Rio Branco” (Fernandes, 2018, p. 27).

O clube se tornou um “lugar de encontro, de socialização e de integração da comunidade negra da cidade” (Fernandes, 2018, p. 33). Mesmo o Visconde tendo sido fundado por famílias negras e presidido por membros negros, além de sua memória enquanto clube étnico, não há indícios de

¹² É difícil precisar a partir de quando ocorre essa abertura. Segundo d'Ávila, o declínio do Clube Visconde do Rio Branco ocorre entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como um de seus motivos, entre outras questões, o momento quando clubes como o Comercial e o Caixaeral “abriram para os negros” (apud Fernandes, 2018, p. 37).

que o clube não fosse aberto a pessoas de outras etnias. Batistella e Ribeiro destacam que

no Clube Visconde do Rio Branco eram comuns os encontros, as socializações, as festas (como, por exemplo, os casamentos, aniversários e os bailes de debutantes), as danças, os jogos, entre outras atividades recreativas e culturais. Contudo, uma das atividades culturais mais famosas promovidas pelo Clube Visconde do Rio Branco durante o século XX foram as festividades populares de carnaval, que atraíam pessoas de todas as etnias e classes sociais (Batistella; Ribeiro, 2017, p. 154).

Por mais diversificado que fosse o calendário de eventos do Clube Visconde do Rio Branco, é principalmente pelos seus Carnavais que ele é lembrado até hoje. Seu Carnaval, profundamente popular, atraía pessoas de diversos grupos sociais e suspendia temporariamente – e em partes – os preconceitos, as divisões e a ordem social excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhece-se que existem características que são próprias do Carnaval, aspectos que, muitas vezes, lhe dão um tom de *universalidade*. Porém, é evidente a diversidade das festas carnavalescas pelo Brasil e mundo afora. Por isso é importante que se tenha em mente que existem, em verdade, Carnavais, e não apenas um modelo fixo instaurado e reproduzido em um único lugar. Há Carnavais plurais e que estão em um contínuo processo de transformação e adaptação. Como definiu Pereira, “se todos brincavam a mesma

festa (carnavalesca), certamente construíam para ela significados radicalmente diferentes” (apud Ferreira, 2005, p. 316).

Cabe dizer que os Carnavais, em Passo Fundo, foram e são bastante diversos. Alguns modelos da festa persistem, se reinventam e assim seguem fazendo frente à *Quaresma*. Já outros parecem ter sido acometidos por um período indeterminado de privações. Por fim, já em vias de concluir esse *desfile tipográfico*, evoca-se o samba-enredo campeão do Carnaval carioca de 2019, da Estação Primeira de Mangueira: “Brasil, meu dengo / A Mangueira chegou / Com versos que o livro apagou / Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento / Tem sangue retinto pisado / Atrás do herói emoldurado / Mulheres, tamoios, mulatos / Eu quero um país que não está no retrato”¹³.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Fapesp, 1999.

BATISTELLA, Alessandro; RIBEIRO, Odorico José. Os Afrodescendentes em Passo Fundo. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia; BATISTELLA, Alessandro (Org.) *A formação étnica de Passo Fundo: história, memória e patrimônio*. Erechim: Allprint Varella, 2017.

CANDATEN, Jeferson Sabino. Terreiro na avenida: relações entre o carnaval e as religiões afro-brasileiras em Passo Fundo/RS (2000-2015). Trabalho de Conclusão de Curso (História) pela Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2018.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/06/mangueira-e-a-campea-do-carnaval-2019-do-rio.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. *Páginas da belle époque passo-fundense*. Passo Fundo: Passografic, 2008.

FERNANDES, Murilo. *Clube Visconde do Rio Branco: Narrativas de memória e esquecimento (1916 - 2018)*. Trabalho de Conclusão de Curso (História) pela Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2018.

FERREIRA, Felipe. *Inventando carnavais: o surgimento do Carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

DALLA ROSA, Luísa Grigolleti. Margherita Di Savoia, o clube italiano. In: LECH, Osvandré (Org.). *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 130-131.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983.

O NACIONAL. É hoje o dia da folia. Passo Fundo, *O Nacional*, n. 22804, 05 fev. 2005, capa.

REGULAMENTO geral, histórico e enredo das entidades: desfile das escolas de samba de Passo Fundo. Passo Fundo, 2000-2015.

ZANOTTO, Gizele. Carnaval. In: ZANOTTO, Gizele (Org.). *Mapeamento do patrimônio imaterial de Passo Fundo/RS*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016. p. 30-33.



RUA XV DE NOVENBRO:

UM ENQUADRAMENTO
FOTOGRAFICO FANTASMA

Fabiana Beltrami

Resumo: O presente texto tem por objetivo analisar a produção fotográfica de alguns enquadramentos escolhidos para representar diversas regiões de Passo Fundo. O estudo centra-se nas regiões tornaram-se objetos de registros fotográficos do passado e que hoje constituem elementos identitários da cidade, como a Avenida Brasil e a Praça Marechal Floriano. A proposta partiu de um questionamento: Por que a Rua XV de Novembro não se fez presente nas imagens da cidade produzidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950? A “rua do meretrício”, localizada próxima ao centro da cidade e à Estação Ferroviária, movimentou a vida noturna e a economia da cidade. Deste modo, neste ensaio, foca-se em breves análises de registros de algumas das regiões mais retratadas fotograficamente e que abrangem usos e sentidos públicos da cidade, em contraponto com a Rua XV de Novembro, cujo enquadramento fotográfico é “fantasma”.

Palavras-chave: Rua XV de Novembro; enquadramento fotográfico; enquadramento fotográfico fantasma.

INTRODUÇÃO

Em 2016, durante a pesquisa e a produção do documentário “*Rua XV de Novembro: Fronteiras da (In)tolerância*”¹, verificou-se que os acervos iconográficos da cidade de Passo Fundo/RS não possuíam – e ainda não possuem – imagens fotográficas da Rua XV². Apesar de a rua estar localizada nas imediações do centro da cidade e da Estação Ferroviária, os acervos do Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS), do Museu Histórico Regional (MHR), do Arquivo Histórico Regional (AHR), do site Projeto Passo Fundo, além de publicações sobre a história de Passo Fundo, bem como os entrevistados no documentário não possuíam registros da “rua do meretrício”³.

¹ O documentário foi um produto do projeto-pesquisa Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI-UPF), vinculado ao curso de Graduação em História e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, financiado pela FAPERGS. A autora do capítulo participou da realização do documentário pelo Núcleo Experimental de Jornalismo (Nexjor) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes e Comunicação da UPF. Documentário disponível no Youtube através do link https://www.youtube.com/watch?v=4h5LnzC-3_0. Acesso em: 20 set. 2019.

² A rua XV de Novembro congregava vários estabelecimentos, como bares, pensões, cassinos, casas que alugavam quartos para a prostituição, mas, também, era um espaço de sociabilidade, onde a população masculina da elite praticava seus negócios econômicos e políticos. Para mais informações acesse o-ebook: MEYER, Marlise Regina. (org.). *Quinze de Novembro – Fronteiras da (in)tolerância: Passo Fundo (1945- 1955)*. São Leopoldo: Oikos, 2016. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Quinze%20de%20novembro%20-%20E-Book%20-%20BAIXA%20RESOLU%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

³ Após o término da pesquisa continuei a percorrer acervos pessoais e, também, o Instituto Histórico de Passo Fundo, não sendo encontradas imagens da rua. Em 2019, durante a revisão deste estudo, páginas em redes sociais, mostrando fotografias antigas de Passo Fundo, tornam-se fontes iconográficas consultadas. Assim, na página Fotos Antigas Passo Fundo, foram encontradas duas imagens - uma foi publicada no Jornal Zero Hora, compartilhada pela página, e outra publicada isoladamente, porém do ano de 1939, achados que complementam a

Na época surgiram, então, dois questionamentos: Por que a Rua XV de Novembro não se fez presente nas imagens da cidade produzidas nas décadas de 1930, 1940 e 1950? Dado que a rua ficava próxima ao centro da cidade e à Estação Ferroviária, que movimentou a chamada “Rua do Meretrício”, destacando-se nas notícias dos periódicos da época, que mencionavam as moças que viviam nos cassinos – *dancings* – chamando a atenção de todos por serem “de parar o comércio”⁴. Além disso, a região era frequentada por pessoas “abonadas”⁵, da alta sociedade⁶. Em contrapartida, quais as regiões tornaram-se objetos da lente dos registros fotográficos daquela época e que hoje constituem elementos identitários da cidade?

Para tanto, o olhar da pesquisa voltou-se para a produção fotográfica, o enquadramento escolhido para representar as regiões de Passo Fundo/RS. Foca-se, em breves análises, na Avenida Brasil e na Praça Marechal Floriano, pois são algumas das primeiras regiões que abrangem usos e sentidos públicos da cidade – a Avenida Brasil como a primeira rua a estabelecer o comércio na urbe e a Praça Marechal Floriano sendo a primeira a agregar o envolvimento da cidade com a religião, cultura, arte, bailes, discussões políticas e ruas que sempre se fizeram presentes nas imagens. Outra fonte de investigação foi o Plano Diretor de 1953, feito

revisão deste estudo.

⁴ D’ARIENZO, Aniello. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

⁵ TOGLIO, Erno. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016

⁶ RIBEIRO, Carmem. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

por uma equipe de arquitetos de Porto Alegre para a administração municipal. Tal documento expressa uma leitura da cidade e uma proposta de organização do urbano no início da década de 1950. Vale ressaltar que as escolhas realizadas naquele período constituem a visão construída sobre a cidade nos âmbitos econômicos, políticos, culturais, sociais e, também, do olhar do fotógrafo e suas demandas. Considerado tais conjecturas, o estudo dividiu-se em três partes: 1. As imagens fotográficas da cidade; 2. A cidade antes do Plano e 3. Que rua do meretrício?

AS IMAGENS FOTOGRÁFICAS DAS CIDADES

O fotógrafo, no momento do clique, ao mesmo tempo em que inclui no enquadramento escolhido seus elementos de interesse – pessoas, prédios, ruas, objetos –, exclui os outros elementos pertencentes ao contexto. Para tanto, é necessário, ao ler/estudar imagens de cidade, observar o que não foi incluído nela, já que alguns elementos que aparecem na foto podem se relacionar com os objetos enquadrados, portanto, fazendo parte do conteúdo histórico daquela imagem. Assim, ressalta-se que

a fotografia é um recorte do real. Primeiramente, um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão de acontecimentos. Em segundo lugar, ele é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc. (Monteiro, 2006, p. 12).

Ao selecionar um tema/objeto, o fotógrafo cria uma imagem a partir do real, um recorte, considerando vários fatores técnicos – como a lente, o tipo de máquina, a luz – e, conscientemente ou não, traz referências de sua vida – seu cotidiano na cidade, seu conhecimento e envolvimento político, social, econômico, etc. (Kossoy, 2007). Ou seja, a criação dele na captura daquele fragmento do tempo – da escolha do que mostrar/guardar no suporte fotossensível – é feita a partir da interpretação de um imaginário social, fixando o resíduo do real e não à extensão da realidade (Novaes, 2005, p. 111).

Portanto, o fotógrafo que registra a cidade, ao “enquadrar” certos espaços ou elementos urbanos, pode fortalecer a imagem de determinados lugares, tornando-os centros visuais nas representações da cidade pela população ou para visitantes, bem como para aqueles que não conhecem a cidade. O ato de valorizar um elemento, uma paisagem, uma pessoa, um monumento, uma edificação, já é uma condição constituída na “escrita” fotográfica. Também há possibilidades de outros envolvimento, por exemplo, o de registrar o desenvolvimento da cidade ou dos espaços “importantes” dela no decorrer dos anos, sequenciando, assim, imagens da paisagem urbana. Nas palavras de Aumont,

enquadrar é, portanto, fazer deslizar sobre o mundo uma pirâmide visual imaginária (e às vezes cristalizá-la), Todo enquadramento estabelece uma relação entre um olho fictício – o do pintor, da câmera, da máquina fotográfica – e um conjunto organizado de objetos no cenário: O enquadramento é pois, nos termos de Arnheim, uma questão de centramento/des-

centramento permanente, de criação de centros visuais, de equilíbrio entre diversos centros, sob a direção de um “centro absoluto”, o cume da pirâmide, o Olho (Aumont, 1993, p. 154).

Nesse sentido, o ato de recortar visualmente o espaço fotografado, colocando nele objetos de interesse, centralizando aspectos referentes ao conteúdo da imagem, descentralizado da temática o que não aparece, excluindo o espaço/objeto/pessoa, etc., faz com que haja uma inclusão/exclusão de prédios, de pessoas, de objetos da cidade.

Complementarmente, na constituição técnica da imagem, o “ponto de vista” de Aumont (1993, p. 156) organiza-se em três significados: 1. Um local, real ou imaginário, a partir do qual uma cena é olhada; 2. O modo particular como uma questão pode ser considerada; 3. Enfim, uma opinião, um sentimento com respeito a um fenômeno ou a um acontecimento. Ou seja, o enquadramento em união com o ponto de vista interfere no que, e como, será expressa aquela imagem, de que forma ela vai ser lida e, ainda, como ela pode contextualizar e focar conteúdos históricos.

Portanto, ao escolher a paisagem na cidade, o fotógrafo pode produzir a foto por vontade própria ou por ter sido solicitado a fazer a imagem de determinado assunto. Ainda assim, para além da procedência do pedido, ele vai registrar o espaço que foi constituído/ocupado pelo homem. Esse espaço é uma construção social/econômica/política, imbricada com a condição geográfica do espaço físico, no qual a urbe vai sendo estabelecida e, a partir da circularidade temporal e da dinâmica das relações sociais, formada em

espaços públicos e privados. Estabelecimentos, entre ruas, quadras, comércios, residências, edificações, monumentos, fazem parte do conjunto de relações entre pessoas físicas e jurídicas (Viscardi, 2010). Para tanto, ao fotografar a cidade, o fotógrafo vai registrar uma sequência de épocas dos fenômenos políticos, econômicos e sociais estabelecidos ali.

Ademais, os atores sociais – políticos, comerciantes, servidores públicos, particulares, professores, moradores, etc. – adquirem uma relação muito próxima com a cidade em que vivem. Eles podem gostar ou não, mas alguma relação se cria no decorrer da história que fazem com a cidade. Assim, os espaços se tornam importantes no cotidiano dos atores com a urbe, como curso espacial de suas próprias vivências e, conseqüentemente, de suas próprias histórias. Essas relações com a cidade, com os bairros, com os trabalhos, com o centro da cidade faz confluir na convivência distante e/ou aproximada dos demais, sejam eles residentes na cidade ou não, o que é possível de gerar informações pessoais sobre sua vivência e leituras do urbano para uma possível memória urbana, como explica Sandra Mara Ortogosa:

Um dos aspectos fundamentais na vida de uma cidade, portanto, é o conjunto de recordações que dela emergem: a memória urbana é a realidade que marca nossa própria fugacidade na história, ao mesmo tempo em que anuncia a possibilidade de transcendermos nossa temporalidade individual (Ortogosa, 2009, s/p).

Portanto, se o olhar e a técnica do fotógrafo junto com a constituição e vivências da/na cidade mostram o porquê de

um espaço ser constituído no tempo na fotografia, quais as regiões da cidade que permaneceram representando a efígie da urbe nas décadas de 1930, 1940, 1950? Quais serão as imagens que foram incluídas no enquadramento fotográfico e permanecem no que se pode considerar como o imaginário/memória de Passo Fundo de um determinado período?

Ressalta-se que as imagens que serão apresentadas foram escolhidas por pertencerem às regiões que aparecem com mais incidência nas fontes pesquisadas, nos acervos públicos e particulares de fotografias, bem como nas publicações de periódicos.

A ANTIGA ESTRADA DAS TROPAS

Os caminhos abertos antigamente pelos indígenas Guarani e Kaingang foram utilizados pelos tropeiros ao passarem pelo terreno onde se estabeleceria Passo Fundo. Tal caminho seria conhecido primeiramente como a Estrada das Tropas, depois como a *Rua do Commercio* e, no início do século XX, mudaria de nome para Avenida Brasil, integrando uma das mais importantes estradas do Brasil, a BR-285.

Salienta-se que foi entre 1888 e 1902 que os entornos da primeira capela começaram a ser habitados, expandindo para o lado contrário ao Boqueirão e urbanizando a então Rua do Comércio (Miranda; Machado, 2005). Essa se tornou a principal rua da cidade. E, após o estabelecimento do comércio no local, outros empreendimentos fixaram-se ali, como clubes, hotéis, faculdades, instituições financeiras (bancos), a Intendência Municipal; também se consolidaram

naquele espaço, por um determinado período, estúdios fotográficos, entre outros estabelecimentos.



► Figura 01. Fotografia da Avenida Brasil, esquina com Avenida General Netto. Em primeiro plano, à esquerda o Hotel Avenida, em 1934. Autor Benjamin D'agnoluzzo. Acervo do Museu Histórico Regional (UPF/PMMPF).



► Figura 02. Fotografia da Avenida Brasil, no trecho entre as ruas Teixeira Soares e Quinze de Novembro. Em destaque, atravessando a Avenida, o Coronel Arthur Ferreira Filho, então prefeito municipal. À direita o edifício da Prefeitura Municipal, em 1940. Autor: Foto Moderna. Fonte: Lech, Czamanski, Czamanski, 1999, p. 29.

A PRAÇA MARECHAL FLORIANO E SUAS RUAS

Com a chegada da ferrovia ao município, em 1898, foi alterado o eixo da “expansão urbana da Avenida Brasil para a região da Praça Marechal Floriano, revelando a importância da ferrovia para o desenvolvimento local e regional” (Zanotto, 2016, p. 80). Assim, o crescimento geográfico e populacional foi consequência do desenvolvimento econômico que ocorreu graças à instalação dos trilhos na cidade, pelo projeto de ligação da ferrovia Santa Maria/RS a Itararé/SP, no qual Passo Fundo passou a integrar o trecho Santa Maria – Marcelino Ramos/RS.

Desse modo, a Avenida General Netto tornou-se importante, pois era a via que ligava a Estação Férrea com a principal avenida da cidade, a Avenida Brasil, trazendo toda a movimentação de moradores, visitantes e homens de negócios para esta região. Tal era a importância da rua, que o cemitério, localizado então entre a atual Rua Independência e Avenida General Netto, fora retirado do local e transferido para outra região (Knack, 2013).

Por conseguinte, juntamente com o desenvolvimento econômico e cultural da cidade, a Praça Marechal Floriano começa a ter a fisionomia de um espaço de convivência entre os moradores e pessoas que chegavam à cidade, ganhando ajardinamento, bancos e passeios. Os cafés, cinemas, clubes e hotéis começam a se estabelecer nos arredores dela nas décadas seguintes. Logo,

[...] a cidade encontrou a modernidade: as ruas se iluminaram com a substituição dos lampiões a querosene por lâmpadas elétricas; a rede

telefônica encurtou distâncias; a instalação do primeiro banco agilizou o comércio; o primeiro cinema encantou os habitantes (Miranda; Mendes, 2011, p. 22).

A praça foi repetidamente fotografada no decorrer das décadas. A Figura 03 foi reproduzida em quatro obras de cunho histórico e, em uma delas, a fotografia tornou-se capa⁷. O enquadramento escolhido, praticamente do mesmo ângulo, é repetido em outros registros fotográficos e em épocas diferentes. Na imagem, a Praça Marechal Floriano, da perspectiva da Avenida General Netto, mostra ao fundo o Banco da Província, na esquina das ruas Moron e Bento Gonçalves.



► Figura 03. Fotografia da Praça Marechal Floriano, tirada do canteiro central da Avenida General Netto. Ao fundo vê-se o Banco da Província, na esquina das ruas Moron e Bento Gonçalves, em 1940. Autor: Foto Moderna. Fonte: Miranda e Machado, 2005, p. 16-17.

⁷ MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de.; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo: O passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

Já a Figura 04 é um registro fotográfico da Praça Marechal Floriano, a partir da Rua Moron, tendo ao fundo a Rua Bento Gonçalves, destacando-se o Clube Caixeiral.



► Figura 04. Cartão Postal da Praça Marechal Floriano. Ao fundo, a Rua Bento Gonçalves, onde se vê a Sede do Clube Caixeiral, em 1942. Autor: Foto Moderna. Acervo Museu Histórico Regional (UPF/PMPF).

Para mais, um dos pontos no entorno da praça constantemente retratado foi a Rua Moron. Destaca-se que as ruas que circundam a Praça Marechal Floriano foram as primeiras a receber calçamento de pedras, antes mesmo de a Avenida Brasil receber tal cobertura. A Figura 05 ilustra um fragmento de suas edificações e de sua pavimentação, em 1940.

► Figura 05. Vista da Rua Moron, em 1940. Autor Foto Moderna. Fonte: Lech, Czamanski, Czamanski, 1999, p. 42.



A CATEDRAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Após o início da ocupação luso-brasileira na região de Passo Fundo, durante as primeiras décadas do século XIX, deu-se início à constituição do povoado. Para tanto, em 1835, iniciou-se a construção de uma capela, pois era necessária a presença da Igreja para que Passo Fundo passasse a ter o *status* legítimo de povoado ante o Estado e a Igreja que compartilhavam as atividades administrativas civis (d'Ávila, 1996, p. 60).

Assim, em 1847, o povoado passou à condição de Freguesia e, em 1857, à sede do município emancipado. Alguns anos mais tarde, a capela é desmanchada devido ao seu estado precário e, em 1890, inicia-se a construção de uma

► Figura 06. Desfile Cívico - Praça Marechal Floriano - Avenida General Netto, na década de 1940. Vê-se O antigo Altar da Pátria e o início da construção da Catedral. Autor: Foto Moderna - Armando Czamanski. Fonte: Projeto Passo Fundo.

nova igreja, dessa vez, na Praça Tamandaré. Com a chegada da Ferrovia em 1898, e a conseqüente alteração da expansão urbana, a área da antiga Capela, próxima à Praça Marechal Floriano, começa a receber as fundações de um novo templo: a futura Catedral Nossa Senhora Aparecida.



► Figura 07. Figura 07: Avenida General Netto, vendo-se, na direita, a Catedral ainda em construção, em 1948. Autor Foto Moderna. Fonte: Lech, Czamanski, Czamanski, 1999, p. 60.



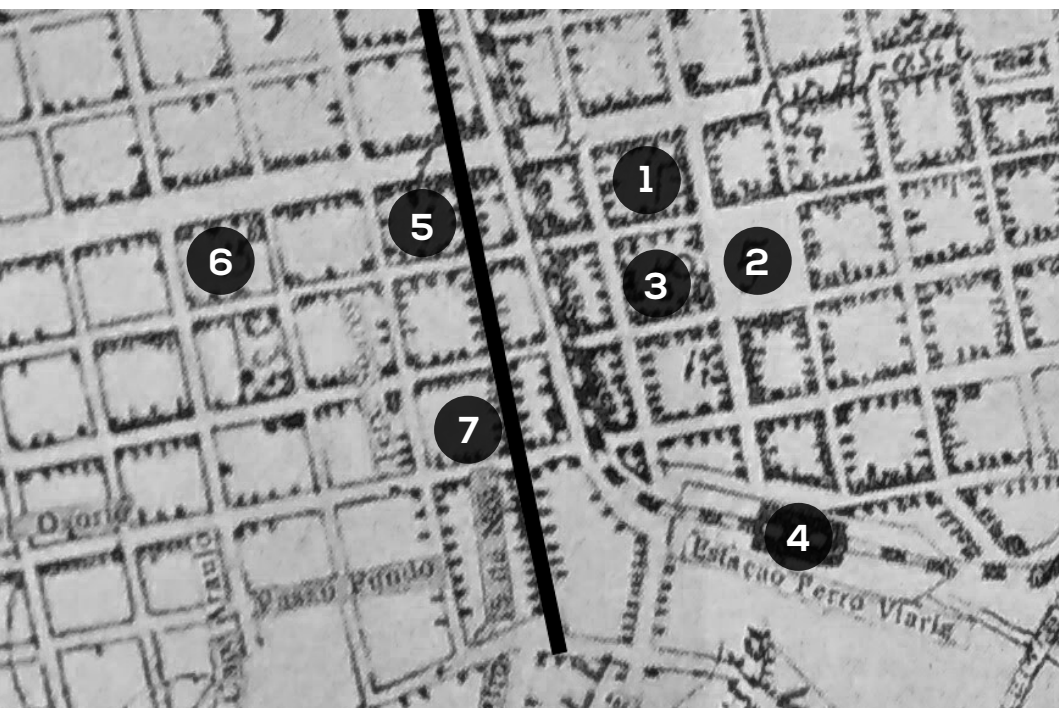
► Figura 08. Esquina da Avenida General Netto com a Rua Independência, vendo-se ao fundo a Catedral ainda sem as torres, em 1953. Autor Nestor Nadruz. Fonte: Plano Diretor, 1953, p.19.

A RUA XV DE NOVEMBRO

A Rua XV de Novembro, até 1912, teve seu crescimento centrado apenas em duas quadras, isto é, a partir do cruzamento com a Avenida Brasil. É então, entre 1913 e 1918, que a ocupação ao longo da rua se amplia. Nesse período, a ferrovia já estava estabelecida e consolidada, o que proporciona o desenvolvimento de diversas áreas no entorno do centro da urbe. A partir de 1918 houve uma grande

expansão na cidade, com o surgimento de loteamentos e vilas, como a Vila Rodrigues e a Vila Luiza – espaço vizinho à rua XV (Miranda; Machado, 2005).

A localização da rua XV de Novembro, uma quadra abaixo dos trilhos do trem e distante apenas três quadras da Praça Marechal Floriano, acabou colocando-a em um ponto de destaque dentro da malha urbana. Assim, com o crescente desenvolvimento econômico de Passo Fundo, impulsionado na década de 1920, grandes somas de dinheiro passaram por Passo Fundo, e, muitas vezes, pela Rua XV.



► Figura 09. Mapa da região central da cidade, na década de 1940. Vê-se, em destaque, a Rua XV de Novembro; na marcação o Fórum (1), a Praça Marechal Floriano (2), a Catedral em construção (3), a Estação Férrea (4), a Prefeitura Municipal (5), o Colégio Notre Dame (6), o Cassino Palacio (7). Fonte: GUIA Geral de Passo Fundo. Passo Fundo: Tipografia Nehls, 1940. Acervo digital do IHPE.

Segundo Meirelles Duarte (2016), a “rua XV de Novembro, se tornou famosa no estado, no final da década de 1930, toda a década de 1940 e até a metade da década de 1950”⁸. O jornalista destaca que a “noite passo-fundense da rua XV de Novembro era famosa além-fronteiras do próprio estado”, isso porque era a rua das casas de prostituição, dos *dancings* e do Cassino Palacio, onde circulavam grupos musicais da Argentina e do Uruguai, além das “moças mais belas” dos países vizinhos e até da França⁹.

A circulação de pessoas que tinham poder financeiro era intensa, conforme explica D’Arienzo (2015), elas “animavam a noite, e ali havia muito dinheiro, que era o dinheiro do contrabando de pneus”¹⁰. Meirelles Duarte confirma a informação: “A rua XV foi projetada por causa da era do contrabando de pneus”¹¹. A rua se estendia por três quarteirões, como lugar de festa e prostituição, de acordo com Troglío “porque a quinze, a zona mesmo, descia da Independência, sabe que tem a escada alta, daí pra esquerda, pra direita era cidade, e mais uns barzinhos que tinha”¹².

Destaca-se que é permanece na memória dos entrevistados a intensidade dos relacionamentos que lá se deram, bem como a exuberância das mulheres que trabalhavam

⁸ DUARTE, Meirelles. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

⁹ PINHEIRO, Wilson. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

¹⁰ D’ARIENZO, Aniello. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2015

¹¹ DUARTE, Meirelles. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.

¹² TROGLIO, Enes. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2015

no cassino. As falas confluem em certa admiração, as moças “estavam sempre na moda”, com leituras estrangeiras vindas de Paris, eram muito bonitas e bem arrumadas. Conquistaram alguns dos moradores locais mais abonados, tanto que muitas se casaram, formando suas famílias na alta sociedade.

Entretanto, apesar de ser um dos espaços de sociabilidade passo-fundense, local de diversão e por onde passavam grandes somas de dinheiro, a rua XV não era retratada fotograficamente. As imagens relacionadas à rua eram publicadas nos jornais, porém não eram da rua propriamente dita, mas sim do “Cassino Palacio” – importante estabelecimento que funcionou na esquina das ruas XV de Novembro e General Osório.



► Figura 10: Anúncio no Jornal O Nacional de 24 fev. 1949. Acervo Arquivo Histórico Regional.

O PLANO DIRETOR DE 1953

Com a expansão da cidade, em 1953, foi elaborado o primeiro Plano Diretor de Passo Fundo. A pedido da ad-

ministração municipal, uma equipe vinda de Porto Alegre, capital do estado, passou a estudar a estrutura urbana de Passo Fundo, cidade que, nesse período, tinha aproximadamente 26 mil habitantes.¹³ O Plano deu destaque para a Avenida Brasil e para a Avenida General Netto, conforme mostra o trecho a seguir:

A Avenida Brasil, além de constituir uma das geratrizes, a única via predominante e caracterizada por uma maior largura, é a ligação entre a avenida Brasil e Estação ferroviária (avenida Gal. Neto). A avenida Brasil, além de constituir uma das geratrizes do traçado, assumiu, através dos tempos, marcante importância no acervo material e, principalmente, sentimental dos passo-fundenses (Paiva et al., 1953, p. 30).

A região da Praça Marechal Floriano também foi destacada pelo documento:

Afirmada a ocupação do lugar e aumentando a sua população foi se afastando o perigo das incursões indígenas. O alto da colina (3) foi ocupado pela Capela e o casario continuou avançando na direção do “passo” e na direção do novo órgão solicitante – o centro religioso. Em determinado momento, aparece outro importante elemento de atração – a linha férrea – e se localiza a Estação em (4). Esta exerce um tal poder que, a colina próxima passa a ocupar a posição mais importante – ali se densifica o casario e se instala definitivamente o centro tradicional da cidade. A Estação foi, assim, o fator decisivo para a localização do comércio

¹³ PAIVA, Edvaldo et al. *Passo Fundo – Plano Diretor*. Passo Fundo: Prefeitura Municipal, 1953.

atacadista na encosta Sul da coxilha grande e para a consolidação do Centro no topo da mesma (1) (croquis n. 2b). O antigo centro genético nada mais significa para a cidade – nem como fato material e nem como reminiscência cultural. (Paiva et al., 1953, p. 14-15).

Através do exposto, fica claro que a região da Praça Marechal Floriano se tornou o “centro tradicional da cidade”, ressaltando, também, o papel decisivo que a Estação Ferroviária teve para a delimitação do espaço comercial citadino.

Ademais, sublinha-se que o Plano Diretor apresenta uma série de planos fotográficos que apresentam as áreas insalubres, a área industrial e o centro urbano, ilustrado com a seguinte legenda “construções modernas no centro urbano”. Todavia, Passo Fundo, às vésperas de seu centenário, queria mostrar-se moderna. Para tal representação, foram escolhidos prédios localizados na região da Praça Marechal Floriano, como o edifício da Catedral, ainda em construção e um destaque na fotografia e na paisagem urbana. Salienta-se que as imagens fotográficas e o objeto que elas apresentam em sua forma, se faz correspondente à relação da sociedade com o passado, com os significados culturais da época vivenciada. Portanto, a memória urbana e fotográfica pode revelar muito mais, “[...] a imagem, em cada época, educa a visão e os olhos. A imagem produzida pelo homem diz ao homem, em cada época, quem o homem é”, os lugares onde esteve e que dotou de sentido (Martins, 2008, p. 20).

Uma das propostas do Plano foi o zoneamento da cidade e a campanha para a “limpeza” das áreas que contornavam a área central. No estudo, além das referências às

moradias precárias, remanescentes do início do processo de urbanização, são elencadas as várias partes da cidade como áreas insalubres. Nesse sentido, a primeira a ser citada é a Vila Luiza¹⁴, ao sul da cidade. Em depoimento, Maria, residente na rua desde meados da década de 40, indica que “já estava sendo centro aqui, aí eles queriam modificar tudo, então botaram elas [prostitutas e dançarinas] lá longe, mas elas não queriam ir [...]”¹⁵. A fala dela refere-se à década de 1950, momento no qual foram iniciadas as tentativas de tirarem a “rua do meretrício” daquela região da cidade.

QUE RUA DO MERETRÍCIO?

A cidade de Passo Fundo foi constantemente registrada. Inúmeros fotógrafos e seus dispositivos capturaram momentos de transformação urbana, de cenas políticas, de lazer, de religiosidade, a pujança econômica, as movimentações sociais, etc. Entretanto, ao se observar a produção fotográfica do século XX em Passo Fundo, salta aos olhos a ausência de imagens da Rua XV de Novembro e de seus personagens. Esse silenciamento, tanto em instituições de guarda quanto em arquivos privados de pessoas que viveram os espaços da Rua XV, diz muito sobre aquilo que nem sequer foi registrado.

¹⁴ Plano Diretor – Ano de 1953, 2000, p. 34.

¹⁵ RIBEIRO, Maria. Documentário audiovisual – “Rua XV de Novembro – Fronteiras da Intolerância”. Entrevista concedida para Marlise Meyer, 2016.



► Figura 11. Rua XV de Novembro onde, ao fundo, aparece o edifício do Cassino da Maroca. Fonte: Foto reprodução do *Zero Hora* pela página Fotos Antigas de Passo Fundo.

A memória visual, as efígies da cidade se delimitaram, em grande parte, na praça, nas fases de alteração e construção da catedral e na Avenida Brasil. Sendo assim, esses locais tornaram-se “espaços de memória”, fixados pelos constantes registros fotográficos. Te-

desco (2004) traz reflexões sobre *lugar*, a partir das considerações de Halbwachs, afirmando que “do ponto de vista temporal, a memória reinvoca um fato que coloca em algum ponto do espaço.” Segue, complementando com Nora, “os lugares de memória são espaços que se condensam às imagens de um passado carregado de significados” (Tedesco, 2004, p. 196). Considera-se, neste âmbito, a fotografia como um lugar de memória, já que ela carrega a representação do real ou de um passado histórico. Para mais, funciona nos dias atuais como memória de lugares, de fatos e de pessoas, e, intencional e ativamente, deixa vestígios e recordações (TEDESCO, 2004, p. 207).

Concorda-se com Kossoy (2007, p. 60) quando este diz que: “é fundamental que se perceba o papel da imagem fotográfica enquanto elemento de fixação da memória”. Ora, se a fotografia pode ser um elemento de fixação de memórias, torna-se memória apenas os espaços fotografados, divulgados – pela imprensa escrita, sobretudo – e preservados em acervos (públicos ou privados) que permitiram o acesso aos registros. No caso de Passo Fundo, apenas espaços vinculados com a religião, com o comércio e a praça, lugares que tiveram seu desenvolvimento oriundo da ferrovia, representando a modernidade e a expansão da dinâmica industrial na cidade.

As imagens da praça, das demais ruas, da avenida e do templo religioso correlacionam a fotografia com o espaço e o tempo, afirmando que o seu significado vai além – é necessário “ver” as lacunas silenciosas que a fotografia, enquanto fonte histórica, possui. A ausência de uma memória fotográfica da Rua XV de Novembro é um silêncio que ensurdece, considerando sua importância para a vida noturna passo-fundense, como espaço de sociabilidade e lazer.

Tal ausência torna-se indicativa da construção de um discurso composto por escolhas que excluem do repertório imagético da cidade o enquadramento fotográfico da Rua XV de Novembro, transpondo-o num espaço fantasma, constituindo-se em negação de uma memória. Em que lugares estariam escondidas as reminiscências da polêmica e acalorada Rua XV? Onde estão os registros fotográficos? Ruas movimentadas, mulheres encantadoras, músicas envolventes, a rua, as casas. Quais são os motivos de não figurarem nos livros?

A fotografia coloca os sujeitos num certo nível de contato com o passado, mas o faz de forma frágil: testemunha fenômenos e movimentos fragmentados, em que a memória deve debruçar-se para complementar os sentidos; aponta na direção de uma “realidade”, de forma lacônica. Ademais, possui outra fragilidade: o do registro escolhido para vislumbrar o olhar social ou a escuridão do esquecimento. Ainda assim, a capacidade expressiva das lacunas é denunciadora de narrativas hegemônicas e excludentes, nelas o “silêncio” torna-se espaço para a atuação do imaginário, seja no universo do pesquisador ou no imaginário social.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- d'ÁVILA, Ney Eduardo Possap. *Passo Fundo: Terra de Passagem*. Passo Fundo; Aldeia Sul, 1996.
- DAMIAN, Marco Antonio; DAMIAN, Heleno Alberto. *Páginas da Belle Époque Passo-fundense*. Passo Fundo: Editora Passograf, 2008.
- KOSSOY, Boris. *Os Tempos da Fotografia – O Efêmero e o Perpétuo*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2007.
- LECH, Osvandré; CZAMANSKI, R.; CZAMANSKI, D. *Passo Fundo: memória e fotografia*. Passo Fundo: Pe.Berthier, 1999.
- LECH, Osvandré. *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. Segunda Edição, São Paulo/SP: Editora Contexto, 2008.
- MIRANDA; Fernando. MACHADO, Ironita. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.
- MIRANDA, Fernando Borgmann Severo de.; MENDES, Jeferson dos Santos. *Passo Fundo: O passo das ruas*. Passo Fundo: Méritos, 2011.

MIRANDA; Fernando. MACHADO, Ironita Policarpo. Lugar de Passagem: toponímia e patrimônio. In: ZANOTTO, Gizele. Et. Al. (orgs) *Momento Patrimônio Volume II*. Passo Fundo: Aldeia Sul; Berthier, 2013.

MONTEIRO, Charles. *História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa*. MÉTIS: história & cultura – v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O etnólogo e suas imagens. In. SAMAIN, Etienne. *O Fotográfico*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Senac São Paulo, 2005.

RIBAS, Desire; FIOREZE, Zélia Guareschi. A evolução urbana da avenida Sete de Setembro: uma contribuição para a organização do espaço passo-fundense. In: SILVA, Ana Maria Radelii da. Et.al. (orgs.) *Estudos de Geografia Regional: o urbano, o rural erurbano da região de Passo Fundo*: UPF, 2004.

TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiências e narração*. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Texto: História, região e poder – uma busca metodológica. *Locus Revista de História Juiz de Fora*. Vol. 3, número.1 - 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/71.pdf> Acesso em junho de 2015.

ZANOTTO, Gizele (org.). *Mapeamento do Patrimônio Imaterial de Passo Fundo/RS*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2016.



Vista da Rua Bento Gonçalves, na esquina com a Rua Gal. Osório. À direita, o Edifício Ughini, década de 1950. Fonte: Acervo Fotos Antigas de Passo Fundo. ◀



ART DÉCO E CENTRALIDADE URBANA:

OS IMPACTOS DO CRESCIMENTO
SOCIOESPACIAL E DA ATIVIDADE
PUBLICITÁRIA NO PATRIMÔNIO MODERNO
DE PASSO FUNDO

*Pedro Henrique Carretta Diniz
Caliane Christie Oliveira de Almeida*

Resumo: Esse artigo insere-se na temática dos impactos do crescimento socioespacial e das mudanças de uso nas edificações com características Art Déco localizadas na centralidade urbana da cidade de Passo Fundo, mais precisamente dos prédios implantados nas Ruas Paissandu, Moron e Avenida Brasil, no trecho entre as Ruas Coronel Chicuta e Tiradentes. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi registrar, mapear e analisar o repertório Art Déco da referida cidade entre as décadas de 1930 e 1960. Mais especificamente, objetivou-se identificar quais foram as mais significativas alterações que o crescimento da cidade e as mudanças de uso ocasionaram nesses exemplares ao longo dos anos. A identificação das edificações abordadas foi realizada por meio de análises bibliográficas e deslocamento peatonal. Pôde-se perceber que parte dos prédios registrados se apresentam comprometidos em algum aspecto, seja em relação ao seu estado de conservação ou pela anexação de anúncios publicitários demasiadamente grandes, comprometendo a visualização de grande parte da volumetria e modificando significativamente a percepção da identidade arquitetônica. Sendo assim, acredita-se que o presente trabalho possa contribuir com as discussões nesse campo e incentivar a valorização dessas edificações e a outorga de legislação patrimonial que promova sua preservação no contexto municipal.

Palavras-chave: Art Déco. Mudanças de uso. Crescimento socioespacial.

LINHAS INTRODUTÓRIAS

As edificações de valor histórico/cultural possuem grande importância na sociedade e sua preservação pode ajudar a garantir, não só a identidade local, como também a oportunidade das futuras gerações de vivenciar e valorizar construções com características arquitetônicas que já não estão mais em voga. Em muitos casos, pode-se dizer que o patrimônio arquitetônico das cidades se conforma como testemunho edificado do contexto histórico, cultural, social e econômico em que foram inseridos.

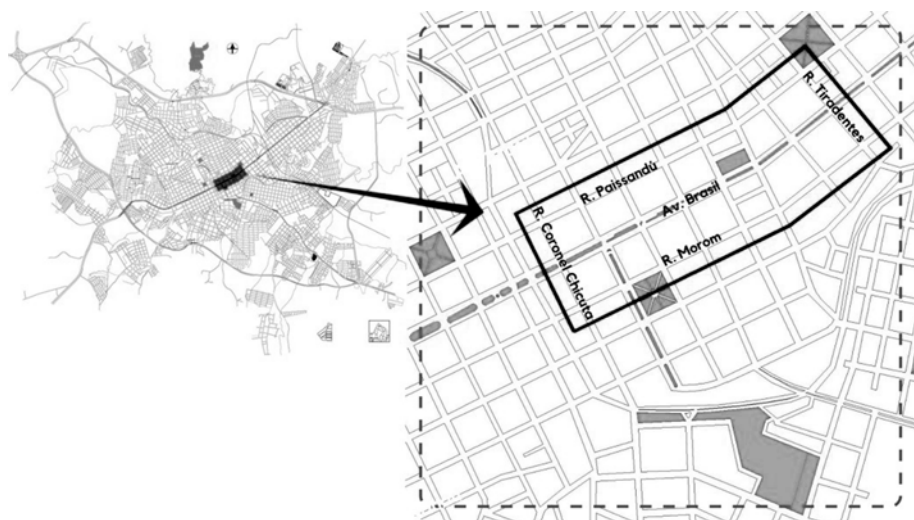
Salvador (2012) considera o Art Déco como um dos repertórios arquitetônicos que merecem ser valorizados e incorporados ao entendimento da história da cidade. Já Pinheiro (2008), ao analisar o processo de verticalização da cidade de São Paulo entre os anos de 1930 e 1940, aponta o referido léxico como uma das manifestações arquitetônicas mais facilmente reconhecíveis e menos estudadas na capital paulista. Ademais, Correia (2010) demonstra que, no contexto carioca, o Art Déco pode ser observado em projetos que buscavam expressar a modernidade, sobremaneira na primeira metade do século XX. Entretanto, o processo de difusão e apropriação do léxico Déco no Brasil, em especial na região Sul, ainda merece ser aprofundado. É pautada nesse aspecto que a presente pesquisa se justifica e é contextualizada.

No que tange o aspecto da problemática atual das edificações Art Déco de Passo Fundo, cidade localizada ao noroeste do estado do Rio Grande do Sul, encontra-se o seguinte cenário: inúmeros exemplares com essa referência

arquitetônica estão implantados na sua malha urbana, especialmente na região central, que hoje apresenta-se verticalizada e com grande diversidade de usos, como comércios, serviços e construções de caráter misto e multifamiliar. No entanto, as edificações pertencentes ao léxico arquitetônico mencionado encontram-se, em suma, fadadas à descaracterização e à perda de identidade, ambas provenientes da falta de interesse, discussão e normatização acerca de questões relacionadas à salvaguarda dos prédios de valor histórico da cidade.

Desse modo, o objetivo desse artigo é registrar, mapear e analisar o repertório arquitetônico com características Art Déco na centralidade urbana de Passo Fundo/RS, diante do contexto de transformações socioespaciais e modernização da cidade entre as décadas de 1930 e 1960. Mais especificamente, objetiva-se identificar as mais significativas alterações ocasionadas pelas mudanças de uso dessas edificações ocorridas ao longo dos anos.

O recorte espacial considerado está compreendido entre as Avenida Brasil e Ruas Moron, Paissandu, Coronel Chicuta e Tiradentes (Figura 01). Trata-se de uma região composta por 14 quadras que abrangem o centro tradicional da cidade e é onde a maior parte dos casarões Art Déco se encontra. Tal recorte se justifica diante das rápidas modificações e/ou alterações urbanas impostas pela especulação imobiliária na localidade, as quais influenciam diretamente na salvaguarda do patrimônio moderno ali existente.



► Figura 01. Mapa com a localização e delimitação da área de estudo em Passo Fundo. Fonte: Lorenzi et al., 2019, p. 4.

Quanto aos procedimentos metodológicos, essa pesquisa foi dividida em duas etapas principais: revisão bibliográfica e levantamento iconográfico *in loco*. A identificação das edificações Art Déco abordadas foi realizada por meio de deslocamento peatonal e complementada pela análise bibliográfica de trabalhos da área de arquitetura e urbanismo realizados em Passo Fundo, representados, essencialmente, por Gosch (2000), Kramer e Waihrich (2007), Diniz e Almeida (2017), bem como pelo Estudo para Tombamento de Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Paisagem de Passo Fundo (2012), promovido pelo curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo (UPF). Em seguida, fez-se o registro fotográfico de cada um dos 18 prédios identificados para auxiliar no mapeamento e nas análises arquitetônicas empreendidas.

Assim, registrando, mapeando e analisando as edifica-

ções que remetem ao léxico Déco em Passo Fundo, pretende-se contribuir com as discussões nesse campo no âmbito do grupo de pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC - IMED), assim como incentivar a valorização dessas edificações e a elaboração e outorga de legislação patrimonial que promova sua preservação no contexto municipal.

O MOVIMENTO ART DÉCO: GÊNESE E CARACTERÍSTICAS

Em linhas gerais, o Art Déco surgiu nas primeiras décadas do século XX como uma expressão artística na Europa, que se contrapunha aos excessos da Art Nouveau e que se dissipou pelo continente americano ao longo das décadas subsequentes. Os primeiros registros dessa vertente artística foram evidenciados em Paris, no ano de 1925, durante a *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes* (Pisseti; Souza, 2011).

Segundo Mallgrave (2005), as referidas expressões artísticas puderam ser percebidas em móveis, estamparias, tapeçarias, cerâmicas, vidros, joias, esculturas, luminárias, entre outros objetos de decoração que derivaram, sobretudo, do cubismo decorativo francês, da Bauhaus alemã, do Futurismo italiano e do Construtivismo russo.

Ressalta-se que a simplificação ornamental é uma das principais marcas do léxico Déco. Ademais, inclui-se aos elementos característicos desse movimento referências à máquina, à fauna e à flora, assim como o geometrismo, por meio do uso de prismas ortogonais, escalonamento e sobreposição de planos nas fachadas (Correia, 2008).

O Déco pode ser percebido em edifícios que traziam um novo e moderno conceito de consumo à época, a exemplo das lojas de departamentos, postos de gasolina, cinemas, clubes, pavilhões de exposições e fábricas. Logo, tratavam-se de prédios que propagavam novas formas de cultura e lazer e que, além disso, refletiam as inovações do ramo da produção e modernizavam o modo de viver e de morar nas cidades (Correia, 2008; Diniz; Almeida, 2017; Reis, 2014).

Em se tratando da América Latina, o movimento Déco pode ser considerado um período de transição entre os princípios das escolas de Belas Artes e o racionalismo da nova arquitetura que estava surgindo, praticamente eliminando os vínculos classicistas e a linguagem historicista, mas mantendo elementos como simetria e utilização de ornamentos decorativos aplicados, mesmo que simples. Nesse sentido, salienta-se que a arquitetura Art Déco latino-americana ganhou grande popularidade devido a sua abrangência, uma vez que ela foi bem aceita pela classe média daquele período, fato que resultou em uma expressão mais sóbria, que conta com menos recursos econômicos e materiais (Venturini; Lima, 2009).

No Brasil, conforme os estudos de Correia (2008) e Diniz e Almeida (2017), pode-se categorizar a arquitetura Art Déco a partir de duas principais vertentes: *ZigZag Modern* e *Streamlined*. A primeira possuía maior proximidade com o racionalismo modernista, apresentando linhas e ângulos retos encontrados em elementos escalonados e/ou em zig-zague. A segunda, por sua vez, era caracterizada por elementos mais arredondados, representados por linhas aerodinâmicas muitas vezes utilizadas em platibandas, saca-



► Figuras 02 e 03: Acima, casa localizada no cruzamento entre as ruas Bento Gonçalves e Uruguai, no centro de Passo Fundo, exemplificando uma edificação com tendências “zigzag modern”. Abaixo, casa localizada na Rua Dr. Vergueiro, na Vila Rodrigues, exemplificando uma edificação com tendências “streamlined”. Fonte: Fotos do Google Maps.

das e na marcação de esquinas (Figuras 02 e 03).

Para mais, sabe-se que as máquinas, os trens e os navios foram importantes fontes de inspiração para a linguagem Art Déco, representadas em vãos circulares, volumes arredondados, ornamentos em formas de engrena-

gens e peças de motores e mastros dispostos na fachada principal (Conde; Almada, 2000; Correia, 2010). Além disso, vale mencionar que da arquitetura de *Beux-Arts* foram emprestadas as regras de simetria, axialidade e hierarquia na distribuição da planta, expressas por meio da ênfase no acesso principal e nas fachadas (Correia, 2008; 2010).

Correia (2010) descreve que o Art Déco também marcou significativamente o cenário das cidades brasileiras, principalmente entre as décadas de 1930 e 1940, afirmando-se como expressão de modernidade à época. Exemplo disso foram os primeiros arranha-céus que marcaram o processo de verticalização de diversas capitais brasileiras, em es-

pecial São Paulo e Rio de Janeiro, condição *sine qua non* para a consolidação destas como metrópoles nacionais.

Observando por outro viés, a autora também destaca a falta de valorização de produções arquitetônicas que incorporam tendências Déco no país, aspecto extremamente paradoxo à grande quantidade de exemplares no cenário urbanístico brasileiro. Ademais, é importante ressaltar que existem algumas restrições para o uso desse termo ao designar um período arquitetônico com características comuns, uma vez que os prédios vinculados a essa tipologia possuem, em sua grande maioria, aspectos derivados do neoclassicismo, ecletismo, modernismo e até da arquitetura do período colonial (Correia, 2008; 2010).

Já na região Sul do Brasil, segundo Conde e Almada (2000), a arquitetura Art Déco encontrou grande expressão devido aos inúmeros arquitetos imigrados, sobretudo da Alemanha, que se instalaram e trabalharam na região. Para Kümmler (2013), assim como no Uruguai, o léxico Déco no Rio Grande do Sul sofreu forte influência da geometrização e da verticalização norte-americana. Contudo, foi a partir da realização da Exposição do Centenário Farroupilha, no ano de 1935, em Porto Alegre, que o Art Déco passou a figurar com mais representatividade no cenário urbano de cidades do estado, a exemplo de Passo Fundo, onde esse estudo foi realizado.

De acordo com Segawa (2014), a Exposição do Centenário da Farroupilha (1935) transformou o antigo Campo da Redenção, projeto do urbanista francês Alfred Agache, no Parque Farroupilha, um dos mais importantes da capital do

estado, localizado no centro da cidade¹. Nele, foram montados diversos pavilhões temáticos para a exposição de produtos agrícolas e industriais, organizada por Christiano de la Paix Gelbert. A exposição contou com representantes da indústria estrangeira, de empresas ferroviárias e dispunha de espaços destinados a cinemas, cafés, bares e restaurantes de diferentes localidades do Brasil. Pelo caráter efêmero dessas obras, as construções e decorações eram conduzidas por soluções simplificadas. Com exceção do pavilhão do estado do Pará, construído em alvenaria e com referências marajoaras, os demais eram estruturados de madeira com fechamento em estuque e o “despojamento ou arrojo ornamental subordinava-se ao sistema construtivo empregado, e o Déco confluía para uma solução formal menos rebuscada” (Segawa, 2014, p. 62).

A exposição, além de rememorar os fatos históricos referentes ao levante armado dos Farrapos contra o governo central, objetivava impulsionar a produção agrícola e industrial local. Além disso, tratava-se de uma “[...] primeira tentativa [no Rio Grande do Sul] de produzir um conjunto de edificações baseado em vocabulário arquitetônico de estética nitidamente modernizante”, já que os pavilhões foram inspirados nas exposições internacionais dos anos de 1920 e 1930 (FROTA; CAIXETA, 2009, p. 4). Nesse contexto, em muitas cidades do interior do estado, a exemplo de Passo Fundo, arquitetos, engenheiros e administradores públicos passaram a incorporar a estética das edificações da Exposição de 1935 para também modernizar suas cidades.

¹ Até os dias de hoje o Parque Farroupilha é popularmente chamado de “Redenção” pelos moradores da capital sul-rio-grandense.

O SURGIMENTO E A POPULARIZAÇÃO DA ARQUITETURA ART DÉCO EM PASSO FUNDO

No que tange os aspectos demográficos, atualmente Passo Fundo corresponde à décima-segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Sul, com uma população de cerca de 200.000 habitantes (IBGE, 2018), sendo caracterizada como de porte médio graças aos tipos de relações horizontais e verticais que apresenta (Ferretto, 2012).

Em se tratando das relações verticais, aquelas voltadas ao exterior do Brasil, destacam-se o agronegócio e a indústria alimentícia, que formam na cidade um complexo agroindustrial, de ensino e de pesquisa voltada a esse setor. Acerca das relações horizontais, ou seja, as relações com as cidades da região, os serviços de saúde, educação e comércio configuram-se como os principais fatores que atraem de pessoas. Eles são responsáveis por fluxos populacionais intensos, pendulares e diários entre os municípios do noroeste gaúcho. A região em questão é conformada, essencialmente, por Erechim, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Cruz Alta, Carazinho, Panambi, Marau, São Luiz Gonzaga, Palmeira das Missões, Soledade, Frederico Westphalen, Três Passos e Três de Maio (Ferretto, 2012).

Apesar dessa representatividade regional/estadual, em se tratando dos estudos socioespaciais e referências arquitetônicas, Passo Fundo ainda é tida como um território pouco explorado. Visto que a historiografia local se deteve, primordialmente, em analisar os processos de ocupação do seu território e a influência europeia nesse contexto.

Ferretto (2012) classifica o desenvolvimento urbanísti-

co de Passo Fundo em três períodos. Esses períodos compreendem uma linha do tempo que começa com a expansão paulatina das ocupações ao longo da Estrada das Tropas, que fazia ligação do povoado com o resto do país, em 1827. Essa estrada foi estratégica para a passagem dos tropeiros rumo a São Paulo e hoje em dia se transformou na maior via arterial da cidade, a Avenida Brasil. Ali encontram-se os principais estabelecimentos comerciais e de serviço, bem como o primeiro Shopping Center da região.

O segundo marco nessa linha do tempo, de acordo com o referido autor, se dá a partir de 1898, com a construção da Estação Ferroviária de Passo Fundo. Atualmente, esse complexo ferroviário está tombado pela Lei Municipal n.º 2.6714/1991 e seu entorno recebeu uma requalificação, proporcionando novos usos ao local que se encontrava parcialmente abandonado, transformando-o no maior parque de lazer da cidade (Ferretto, 2012).

A última das três fases corresponde a meados do século XX, momento em que ocorreu uma expansão horizontal considerável da malha urbana passo-fundense a partir, entre outros aspectos, da criação de loteamentos periféricos, como a Vila Santa Marta e o Parque Farroupilha (Ferretto, 2012). Foi nesse contexto histórico que, a exemplo do que estava acontecendo nos grandes centros brasileiros como São Paulo e Rio de Janeiro, bem como na Europa e América do Norte, começou-se a construir e disseminar a arquitetura Déco em Passo Fundo. Assim, muitos prédios para diferentes usos foram edificadas e a maioria deles ainda podem ser encontrados no centro tradicional da cidade.

O primeiro edifício Déco em Passo Fundo foi concebido

no contexto de verticalização da área central e é considerado o primeiro prédio de apartamentos da cidade. Trata-se do Edifício Lângaro, localizado na esquina das avenidas General Netto e Brasil, concebido pelo projetista Annito Petry no ano de 1942 (Figuras 04 e 05). Levantamentos pretéritos revelam que Passo Fundo chegou a comportar mais de 200 edificações com referência Déco ao longo das décadas de 1930 a 1960. Contudo, vale registrar que boa parte deste conjunto já sofreu significativas alterações ou mesmo descaracterizações pelo uso comercial (Diniz; Almeida, 2017).



- Figuras 04 e 05: À esquerda, o Edifício Lângaro durante sua construção (s/d); à direita, o mesmo edifício atualmente (2018). Fonte: Projeto Passo Fundo (2018) e Acervo dos Autores.

Apesar do repertório de arquitetura Art Déco passo-fundense ser significativo, as edificações que remetem a esse movimento ainda são pouco analisadas sob o viés preservacionista. Estudos mais específicos merecem ser desenvolvidos nesse sentido, seja sob o enfoque da conservação do patrimônio arquitetônico da modernização e/ou industrialização da cidade, seja a partir do eixo central de discus-

são sobre as práticas de reuso e/ou a valorização de diferentes referências arquitetônicas na cidade.

Em relação à centralidade urbana de Passo Fundo, onde esse estudo foi desenvolvido, Ferretto (2012, p. 88) afirma que “no início do século XX, o centro da cidade se desenvolvia entre a estação ferroviária e a Avenida Brasil, sendo a Avenida General Netto o principal eixo de conexão. O autor completa que outras ruas já se destacavam naquele período, tais como a Rua Bento Gonçalves, Rua Moron, Rua Independência, Rua Capitão Eleutério e Rua General Canabarro, nas quais se localizavam os mais tradicionais estabelecimentos comerciais da cidade nas primeiras décadas do século XX. Por outro lado, também se salienta o uso residencial da área central naquele período, quando antigos casarios eram ocupados pelas famílias tradicionais da cidade, “compostas por proprietários de terras, comerciantes e profissionais liberais. Essa elite morava, trabalhava e se sociabilizava no centro da cidade, frequentando os clubes, cafés e cinemas” (Ferretto, 2012, p. 91).

Para além, Machado e Miranda (2005, p. 49) apontam que a primeira metade do século XX pode ser lembrada como “a época em que a cidade encontrou a sua modernidade”. As ruas ganharam iluminação por lâmpadas elétricas que substituíram os lampiões a querosene, houve a ampliação da rede telefônica, a construção do primeiro banco, cinemas (Figura 06), entre outros movimentos que mudaram a paisagem urbana, como a construção de hotéis e a inauguração do prédio da Intendência Municipal.

Pode-se notar algumas características arquitetônicas que remetem ao Art Déco presentes na hierarquia de acesso da fachada do Cine Coliseu, assim como



► Figura 06: Foto noturna do Cine Teatro Coliseu em 1937, localizado na Avenida General Netto. Fonte: Lech; Czamanski; Czamanski, 1999, p. 162

na simetria da distribuição das aberturas e ornamentos e na presença de elementos escalonados, principalmente na platibanda. Em relação à categorização dessa edificação, que possuía grande importância cultural para Passo Fundo à época (décadas de 1930-1940), pode-se afirmar que os aspectos supramencionados a caracterizavam como um exemplar Déco de vertente ZigZagModern. Segundo Lech et al. (1999), o Cine Coliseu foi destruído por um incêndio, onde mais tarde foi erguido o Cine Real, que também possuía aspectos referentes ao léxico Déco.

De maneira geral, afirma-se que ao longo da primeira metade do século XX ocorreram grandes e importantes transformações no espaço urbano passo-fundense, dando início ao processo de verticalização da área central da cidade. Esse processo foi marcado pela edificação do referido Edifício Lângaro (1942), que precedeu a construção de uma série de outros prédios Art Déco que ajudaram a modificar a paisagem urbana de Passo Fundo e que constituem, até os dias de hoje, marcos referenciais no imaginário coletivo.

A EXPRESSIVIDADE DO ART DÉCO NA CENTRALIDADE URBANA DE PASSO FUNDO

Atualmente, o recorte espacial desse estudo se caracteriza por ser uma área de grande densidade e predomínio de uso misto do solo, ocupada principalmente por pontos comerciais, de serviço e residências, manifestando expressões de heterogeneidade e pluralidade. Na centralidade urbana, o Art Déco se apresenta em edifícios de uso variados, sobretudo, comerciais e institucionais, que originalmente comportavam grandes e suntuosas residências pertencentes à população mais abastada da primeira metade do século XX. Essas edificações encontram-se situadas em vias predominantemente movimentadas (arteriais e coletoras), possuindo uma dinâmica de mobilidade mais complexa em relação ao observado em outras localidades da cidade.

Como visto anteriormente, as análises dessa pesquisa estão delimitadas pelas 14 quadras localizadas na Rua Paissandu, Avenida Brasil e Rua Moron, entre as Ruas Coronel Chicuta e Tiradentes. Desse modo, vale mencionar que, conforme o mapeamento realizado, oito edificações estão implantadas na Rua Paissandu (33,3%), sendo uma delas de esquina com a Rua Tiradentes; quatro edificações estão implantadas na Avenida Brasil (22,2%); e oito encontram-se na Rua Moron (44,4%), sendo uma delas de esquina com a Rua Coronel Chicuta e outra de esquina com a Rua Tiradentes (Figura 07).



► Figura 07: Mapa de localização das 18 edificações com características Art Déco estudadas. Fonte: Lorenzi et al., 2019, p. 10.

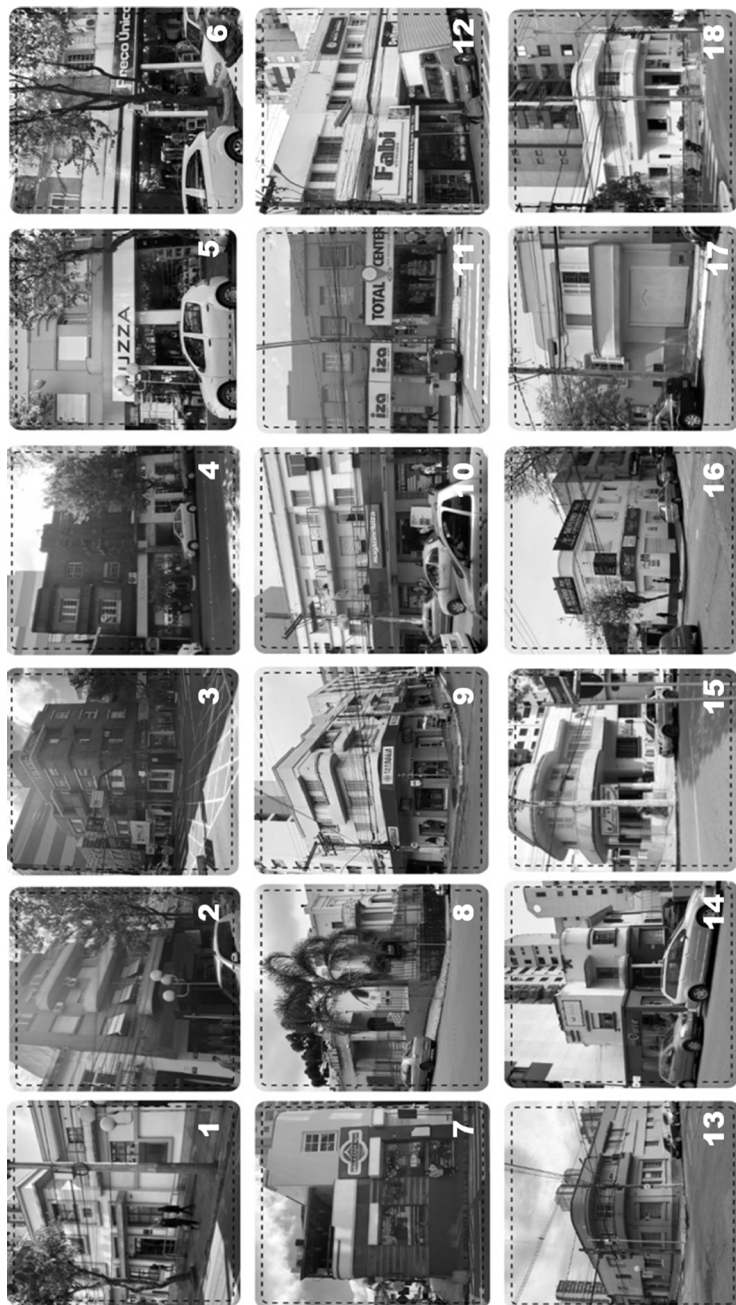
No que diz respeito à questão patrimonial, Passo Fundo possui legislação específica regulamentada pela Lei nº 2.997, de 1995, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do município. As ações de salvaguarda ocorrem com a inscrição dos bens de natureza material em livro do tomo, conforme o Decreto nº 134/2013. Atualmente, a lista de bens tombados não compreende edificações com referências à arquitetura moderna, ficando toda a produção Déco relegada ao esquecimento e/ou abandono. Desse modo, o repertório analisado nessa pesquisa encontra-se fadado às mais variadas formas de descaracterização, promovidas pelo crescimento urbano,

pelas mudanças de uso e pela falta de educação patrimonial da população.

Salienta-se que a importância da conservação do patrimônio material existe na lógica de preservar as características originais da edificação, não permitindo, desse modo, que ela se descaracterize em virtude das transformações urbanas do meio em que estão inseridas. Todavia, como colocado por Salvador (2012), as alterações que não descaracterizam a edificação são benéficas, pois garantem a manutenção e a atuação ativa delas nas cidades e, conseqüentemente, o uso e a manutenção de sua memória.

É importante ressaltar que apenas o reconhecimento do valor histórico de edificações não garante sua preservação. Faz-se necessária uma legislação regulamentadora em prol da salvaguarda desses testemunhos históricos. No caso de Passo Fundo, as transformações socioespaciais e as mudanças de uso dos prédios Art Déco analisados, principalmente do uso residencial para o comercial, podem comprometer significativamente suas características arquitetônicas. O levantamento fotográfico dessas edificações (Figura 08) apresenta-se, assim, como um primeiro passo para a proteção desses bens edificados, com o intuito de contribuir para o reconhecimento de seu valor histórico-cultural para a cidade.

Como dito anteriormente, o reuso pode ser considerado uma das mais eficientes formas de preservação do patrimônio edificado, pois permite que as edificações se mantenham vivas na paisagem das cidades e no convívio social. Porém, as mudanças de uso sem critérios estabelecidos e normatizados acarretam, muitas vezes, na descaracterização.



▲ Figura 08: Mapa de locação das 18 edificações com características Art Déco estudadas. Fonte: Lorenzi et al., 2019, p. II.

No caso de Passo Fundo, das 18 edificações levantadas, apenas uma delas ainda preserva seu uso original (residencial). Todas as outras passaram a abrigar estabelecimentos comerciais, de serviço ou apresentam uso misto (térreo comercial e demais andares residenciais). Diniz e Almeida (2017) demonstram que o uso comercial/serviço atribuído com o passar dos anos às edificações Art Déco da cidade exerce grande influência na descaracterização dessas edificações. Segundo eles:

[...] o valor histórico, arquitetônico e artístico deste montante de edificações está sendo negligenciado pela municipalidade e pela população, que não consciente do seu valor, não mobiliza esforços para a sua preservação. Estando o repertório Déco passo-fundense relegado aos interesses da iniciativa privada e fadado ao desaparecimento. Neste contexto, vale ressaltar que não há nenhum projeto de Lei Municipal que padronize letreiros, propagandas, outdoors, cores ou revestimentos para incentivar o resguardo das características arquitetônicas destas construções (Diniz; Almeida, 2017, p. 8).

Nesse trabalho foram elencadas, dentre as 18 registradas, três edificações para a realização de análises mais detalhadas. Portanto, ao se analisar a situação atual de todos os exemplares estudados, escolheu-se àqueles Art Déco que apresentaram o maior grau de descaracterização promovido pelas transformações socioespaciais e pelas mudanças de usos. São os prédios de nº 07, nº 11 e nº 12 (Figura 09):

► Figura 09: as três edificações que apresentam maior grau de descaracterização dentre as estudadas. Fonte: Lorenzi et al., 2019, p. 12.



Edificação nº 7: localizada na esquina da Rua Moron com a Rua Fagundes dos Reis, essa edificação Art Déco com referências *Streamlined* pode ser considerada uma das mais problemáticas dentre as analisadas nesse estudo. Seu uso original (residencial) foi totalmente modificado para abrigar um estabelecimento comercial especializado em venda de açaí. Nesse sentido, mais de 70% da edificação foi coberta com as cores da marca, foram anexados às fachadas grandes painéis de madeira com vegetações e letreiros e, além disso, a maior parte das esquadrias originais foram substituídas por vidros fixos, havendo quebra da estrutura original da fachada para abertura de vãos maiores.

Edificação nº 11: esse prédio está localizado na Avenida Brasil, onde milhares de pessoas transitam por dia. Pode-se notar que seu uso original era de caráter misto, sendo comercial no pavimento térreo e residencial no segundo, fato que se mantém até a atualidade com uma loja de confecções, um bazar e uma residência unifamiliar. Assim como

no exemplo anterior, essa edificação se enquadra como Art Déco, mas com influências que remetem, essencialmente, ao *zigzag modern* devido as suas linhas mais retas e aos elementos escalonados. Quanto ao seu grau de conservação na envoltória, percebe-se uma fachada com reboco e pintura deteriorados, anexação de aparelho de ar-condicionado e esquadrias em madeira com diferentes colorações. As atividades publicitárias no primeiro pavimento possuem cores destoantes do restante do edifício, além da utilização dos anúncios que, por sua vez, estão despadronizados e cobrindo demasiadamente a fachada frontal.

Edificação nº 12: assim como no caso anterior, esse prédio, conhecido como Edifício Berta, está localizado na Avenida Brasil e possuía, originalmente, uso misto: comercial no pavimento térreo e residencial no segundo pavimento. Atualmente, essa construção abriga duas salas comerciais, sendo uma loja de roupas e acessórios e outra de eletrodomésticos. No segundo andar, por sua vez, o uso é metade residencial e metade de serviço. Esse exemplar Art Déco também possui referências que remetem ao *zigzag modern* devido ao escalonamento de sua platibanda e sua linguagem mais ortogonal. Em virtude dos diferentes usos que esse prédio possuiu durante os anos, percebe-se a utilização de materiais de revestimento destoantes entre o embasamento e a parte superior, assim como entre o lado esquerdo e direito da fachada principal. Além disso, nota-se a anexação de anúncios publicitários despadronizados e que cobrem demasiadamente a fachada, em especial na loja de eletrodomésticos, onde o anúncio “esconde” duas sacadas com cantos arredondados, típicas do movimento Déco.

Analisando por este viés, Diniz e Almeida (2012) trazem exemplos de legislações municipais que já foram outorgadas e que apresentaram resultados satisfatórios em relação à preservação das edificações históricas sob o aspecto da ação desregulada da publicidade inerente aos estabelecimentos comerciais e de serviço. A primeira delas é da cidade de São Paulo (Lei nº 14.223/06), que dita regras para a colocação de anúncios indicativos nas fachadas dos imóveis públicos e privados, dando tratamento especial para as edificações com valor histórico. Desde que a lei entrou em vigor, ficou determinando que todos os estabelecimentos comerciais e de serviço devem possuir, no máximo, dois anúncios padronizados, dependendo da extensão da fachada. Para prédios considerados de pequeno porte, com testada de até 10 metros, o anúncio não pode ter uma área maior que 1,5 m². Esse valor aumenta proporcionalmente com o edifício, sendo que, em último caso, o dono do estabelecimento pode recorrer a dois anúncios caso a testada deste seja superior a 100 m lineares. Além disso, ficou proibido instalar qualquer tipo de anúncio publicitário que oblitere, de qualquer maneira, a visibilidade de bens tombados, prejudique a edificação em que estiver instalado ou as edificações vizinhas, bem como que comprometa a insolação ou a aeração da edificação em que estiver instalado ou a dos imóveis limítrofes (Diniz; Almeida, 2007).

A segunda lei que os autores apresentam foi outorgada em Erechim, um município da região do Alto Uruguai, localizado aproximadamente a 75 km de distância de Passo Fundo, e apresenta aspectos comuns à legislação paulista. A Lei municipal “Erechim, Cidade Limpa” (Lei nº 6.093/15),

de 2015, tornou-se um instrumento importante no processo de requalificação do centro comercial e histórico do município. De modo geral, conforme o mencionado documento, todo anúncio indicativo em edificações de cunho comercial deve observar, entre outros, o seguinte critério básico: não prejudicar a integridade nem a visualização das edificações, principalmente as de valor histórico e cultural. Além disso, essa normatização ainda proibiu qualquer tipo de adesivo colado sobre as vitrines de edificações históricas. Banners e outros anúncios de mesma natureza só são permitidos no interior do estabelecimento, a no mínimo 1 m de distância da vitrine. Por fim, adesivos em fachadas não históricas deverão igualmente passar por análise do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, o COMPHAC, quanto a sua permissividade ou não, caso esses prédios estejam no entorno de edificações de caráter histórico no raio delimitado pelo Plano Diretor Vigente (Diniz; Almeida, 2017).

A terceira e última lei regulamentadora para letreiros publicitários apresentada foi a Lei nº 5.871/14, da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, localizada na região serrana do estado do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 175 km de Passo Fundo. Nesse caso, também se propôs a padronização das dimensões dos letreiros, placas, outdoor, etc., aos moldes das supramencionadas cidades, nos imóveis que estão inventariados nas fichas patrimoniais da municipalidade (Diniz; Almeida, 2017).

Nesse sentido, percebe-se que o governo possui o poder de ditar as regras pertinentes à normatização de letrei-

ros publicitários e à salvaguarda do patrimônio histórico. Em se falando das construções de caráter Déco na cidade de Passo Fundo, essa é uma das formas mais eficazes de se criar uma cultura de cuidado desse patrimônio, bem como de desenvolver um senso de estética e conforto ambiental perceptível pela maior parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo realizado, pode-se reafirmar que o surgimento da arquitetura com características que remetem ao Art Déco possuiu um papel significativo nos processos de modernização e verticalização das cidades brasileiras, sobremaneira nas capitais. Seguindo essa tendência, nota-se que a influência da arquitetura dos grandes centros urbanos “respingou” nos processos de formação e transformação das cidades de porte médio de meados do século XX em diferentes regiões do país, incluindo a cidade de Passo Fundo. Mais especificamente, identificou-se a referida Exposição do Centenário da Farroupilha (1935) como um importante marco na disseminação do léxico Déco no âmbito do estado do Rio Grande do Sul.

Em Passo Fundo, o Art Déco foi amplamente utilizado em diversas edificações de variados usos e tipologias. Pode-se identificar, até os dias de hoje, antigos clubes, cinemas, residências e edifícios de uso misto que possuem características dessa vertente arquitetônica/artística. Entretanto, essas edificações ainda não são reconhecidas como patrimônios históricos municipais, o que pode acarretar, ao longo do tempo, em sua descaracterização total.

Os exemplos identificados, mapeados e analisados nesse trabalho, assim como todas as outras edificações Art Déco da cidade de Passo Fundo, deveriam ser reconhecidas como importante elemento histórico e, dessa maneira, estarem protegidas pelos órgãos regulamentadores do patrimônio. Destaca-se que elas pertencem a um notório período histórico de expansão da malha urbana, como visto por meio, principalmente, dos textos de Gosch (2000) e Ferretto (2012), época na qual as técnicas construtivas e os materiais utilizados eram diferentes; o movimento arquitetônico que elas representam não está mais em voga, mas estão inseridas em meio a um grande conjunto de edificações similares.

Além disso, verificou-se que parte desses testemunhos históricos se apresentam comprometidos quanto aos seus estados de conservação, tendo reboco, pintura, esquadrias e materiais da fachada degradados e/ou sem restauração alguma. No caso de edificações comerciais ou de serviço, a maioria possui anúncios excessivamente grandes, desproporcionais ou com coloração que compromete grande parte da volumetria, modificando significativamente a percepção da identidade arquitetônica. Ademais, em alguns dos prédios, observou-se alterações estruturais na fachada, como retirada de sacadas, janelas, platibandas ou marquises. Portanto, todos esses fatores tornam esses testemunhos históricos em elementos urbanos fadados ao esquecimento e desaparecimento, pondo em xeque boa parte da história passo-fundense.

Observando por outro viés, acredita-se, sobretudo, no reuso como a forma mais eficaz de preservação do patrimônio histórico, por mais que algumas concepções acerca

desse assunto sejam divergentes. O problema social e urbano do patrimônio e a forma como o reabilitam-no para sua nova função está filiado à falta de conscientização geral de seus donos, da população que os utiliza e do poder público. Percebe-se em Passo Fundo e em inúmeras outras cidades uma desvalorização da importância histórica e artística dos prédios Art Déco em detrimento ao valor seu econômico; deixando a sua gestão a cargo dos interesses da iniciativa privada.

Por fim, salienta-se que existem modelos de Leis Municipais que podem servir de embasamento para a criação de uma normatização própria para a cidade, a exemplo de São Paulo, no âmbito nacional, e Erechim e Bento Gonçalves, no âmbito estadual, que já estão colhendo os frutos de uma padronização em prol da preservação dos anúncios em seus estabelecimentos, em especial os de importância histórica. A criação de uma Lei Municipal é uma das maneiras mais simples de se padronizar os anúncios e os tratamentos de fachada, muitas vezes submetidos ao gosto popular de pessoas que não possuem qualificação ou habilitação para saber como preservar seus bens. Portanto, cabe aos Arquitetos e Urbanistas, bem como os demais profissionais da construção civil e da publicidade, discutirem formas de se conciliar a salvaguarda das construções históricas com a prática da propaganda, tão presente e necessária nos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

CONDE, Luiz Paulo Fernandez; ALMADA, Mauro. Panorama do Art Déco na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Centro de Arquitetura e Urbanismo (Rio de Janeiro, RJ)*. Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. p. 5 – 20.

CORREIA, Telma de Barros. *Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940*. An. mus. paul., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 47-104, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai. 2019.

CORREIA, Telma de Barros. *O art déco na arquitetura brasileira*. Revista UFG, v. 12, n. 8, 2010.

DINIZ, Pedro Henrique Carretta; ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. Cenário déco e comércio local: a expressividade do Arte Déco e o impasse da publicidade em edificações históricas no centro comercial de Passo Fundo-RS. In: XI Mostra de Iniciação Científica e Extensão Comunitária e X Mostra de Pesquisa de Pós-Graduação IMED 2017. Passo Fundo. *Anais...* Passo Fundo: IMED, 2017.

FERRETTI, Diogo. *Passo Fundo: estruturação urbana de uma cidade média gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2012.

FROTA, José Artur D'Aló; CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira. *Arquiteturas efêmeras: dois momentos de modernidade na arquitetura gaúcha*. In: Seminário Docomomo Brasil, 8, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/053-1.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.

GOSCH, L. R. M. *Passo Fundo, de Saturnino de Brito ao Mercosul – projetos e imagens urbanas*. (Dissertação). Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Panorama de Passo Fundo*. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>. Acesso em 10 ago. 2018.

KRAMER, Mara; WAIHRICH, Lorena Postal. *Arquitetura Urbana de*

Passo Fundo: 1865-1965. Passo Fundo: Berthier, 2007. 128 p.

KÜMMEL, Márcia Barroso. *Estudo sobre o art déco em Santa Maria/RS: o caso da avenida Rio Branco e seu patrimônio edificado*. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Área de Concentração: Arquitetura e Patrimônio Material) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

LECH, Osvandré; CZAMANSKI, Deoclides; CZAMANSKI, Ronaldo. *Passo Fundo: memória e fotografia*. 2. ed. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1999.

LORENZI et al. Art Déco e a centralidade urbana em Passo Fundo/RS, Brasil: impactos do crescimento socioespacial e da mudança de uso no repertório local. 13º Seminário Docomomo Brasil, 2019, Salvador. In: *Anais do...* Salvador, 2019.

MACHADO, Ironita P.; MIRANDA; Fernando B. Severo de. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

PASSO FUNDO. Decreto nº 134, 2013. Regulamenta o artigo 2º da lei nº 2997, 06 de janeiro de 1995, instituindo o livro tombo e dá outras providências. Passo Fundo, RS. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/passo-fundo/decreto/2013/13/134/decreto-n-134-2013-regulamenta-o-artigo-2-da-lei-n-2997-06-de-janeiro-de-1995-instituindo-o-livro-tombo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PASSO FUNDO. Lei nº 2997, 06 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural, paisagístico e natural do município de passo fundo e dá outras providências. Passo Fundo, RS. Disponível em: <file:///C:/Users/letic/OneDrive/Documents/Mestrado/ABNT%20NBR%206023.2018%20-%20Referências%20-%20Elaboração.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 mai. 2018.

PISSETI, Rodrigo Fernandes; SOUZA, Carla Farias. Art Déco e Art

Nouveau: confluências. *Revista Imagem*, Caxias do Sul. v.1, n.1, Jun./Dez. 2011, p. 17-24.

REIS, Márcio Vinicius. O art déco na *Obra Getuliana*. Moderno antes do modernismo. 2014. 272 p. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SALVADOR, Sabrina Carnin. *As edificações art déco na paisagem urbana: um estudo de caso em Criciúma – SC*. 2012. 138 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2014. 323 p.

VENTURINI, A; LIMA, Raquel Rodrigues. Modernidade na tangente: edifícios de apartamentos Art Déco em Porto Alegre. Salão de Iniciação Científica PUCRS, 10. 2009, Porto Alegre. In: *Anais do X Salão de Iniciação Científica PUCRS*, Porto Alegre, 2009, p. 1862-1866.



**DAS CASAS
AOS CENTROS:**

OS PRIMÓRDIOS DO
ESPIRITISMO EM PASSO FUNDO

Chaline de Souza

Resumo: Mesmo com o controle e a perseguição advindos da Igreja Católica, o Espiritismo estabeleceu-se firmemente no Brasil ainda no século XIX. Formaram-se grupos de estudos destinados à apreensão do conteúdo doutrinário, religioso e filosófico kardecista, como também se estabeleceram as práticas de caridade e de caráter assistencialista. Em Passo Fundo, nas primeiras décadas do século XX, já estavam formados grupos espíritas. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo discorrer sobre os primeiros grupos e centros espíritas de Passo Fundo, por meio do periódico espírita *Orientador* (1948-1958).

Palavras-chave: Espiritismo em Passo Fundo. Imprensa espírita. Centros espíritas.

INTRODUÇÃO

No século XIX, o espiritismo estabeleceu-se como crença de que a conversão às modernas ideias excluía a possibilidade de aceitação do sobrenatural, sendo ele em suas inúmeras formas. Os fiéis da doutrina espírita, nesse período, tentavam adequar seus estudos acerca dos fenômenos, até então considerados sobrenaturais, ao campo científico. Saliência-se que a afirmação do saber científico materialista do século XIX foi o resultado de um processo longo e descontínuo de separação entre conhecimento de base experimental e a metafísica (Damazio, 1994, p. 33).

A crença na multiplicidade de existências não foi uma inovação da doutrina espírita kardecista. A crença reencarnacionista remonta a vários povos da Antiguidade, desde os primeiros povos da África e das Américas até o subcontinente asiático. Na Grécia Clássica, Pitágoras e Sócrates, alguns dos maiores pensadores gregos, já acreditavam na reencarnação (Damazio, 1994, p. 33).

Fora então, no século XIX, em meio a um contexto em que a ciência e o materialismo se entrelaçavam na Europa, que surgiram e propagaram-se os ideais do desenvolvimento moral, intelectual e técnico. Na França, na segunda metade do século XIX, desenvolve-se a sistematização do que viria a se tornar a doutrina espírita, organizada por Hippolyte Léon Denizard Rivail¹ a partir do lançamento do

¹ Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869) nasceu em Lyon na França, estudou no Instituto de Educação de Pestalozzy. Dedicou-se ao magistério, à tradução de livros e à preparação de livros didáticos. Também prestou trabalhos de contabilidade, além de contribuir na área do ensino, onde seus livros foram adotados em estabelecimentos de ensino público francês. A partir de 1855, em-

Livro dos Espíritos, em 1857, compilação extensa baseada em pretensas 1.019 respostas obtidas por meio do contato com espíritos (Aureliano, 2011, p. 31).

De acordo com José Roberto de Lima Dias, naquele contexto, Rivail procurou

[...] associar as ideias ao pensamento científico da sua época, adotando procedimentos científicos rigorosos como forma de dar validade à nascente doutrina, junto à sociedade francesa. Preocupado em estabelecer parâmetros que configurassem uma presumível verdade espírita no âmbito do cientificismo, afirma que o verdadeiro caráter da ideia é o de uma ciência (Dias, 2011, p. 45).

Como os demais intelectuais de sua época, Rivail também se interessou pelos fenômenos do mesmerismo², dedicando-se a estudar o magnetismo. Através desses estudos, teve contato com os eventos envolvendo as mesas girantes em Paris, entre os anos de 1853 e 1857. Esses fenômenos consistiam em formar uma cadeia magnética em torno de uma mesa, fazendo-a girar, ao passo que os espíritos respondiam às perguntas dos assistentes através de pancadas. Esses eventos tornaram-se objeto não só de curiosidade, como também de diversão nos salões parisienses.

penhou-se a estudar os fenômenos e as crenças relacionadas a uma vida após a morte. Ver mais em: Damazio, 1994, p. 45

² Movimento tido a partir das ideias do alemão Franz Anton Mesmer (1733-1815). Segundo Mesmer existiria no ser humano e em toda natureza uma energia magnética capaz de ser manipulada pela vontade e pelo uso das mãos e de ser posta a serviço da medicina. Ver mais em: GIL, Marcelo de Freitas. *O movimento espírita pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais*. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008, p. 57.

Rivail convenceu-se de que os fenômenos das mesas girantes eram produzidos por espíritos. Então, pela primeira vez, o codificador do espiritismo se utiliza das noções previamente desenvolvidas pelo mesmerismo e que acabam, em grande parte, sendo incorporadas ao corpo doutrinário do Espiritismo³. Nessas sessões, Rivail acaba por descobrir, através do contato com os espíritos, que seu nome em outra encarnação teria sido Allan Kardec. Desse modo, justifica a adoção desse pseudônimo como forma de externar que a nova obra doutrinária não era sua, e sim dos espíritos, sendo Kardec apenas o seu organizador (Aubrée; Laplantine, 1990, p. 42).

Allan Kardec elaborou mais outros quatro livros e uma série de artigos, estes publicados pela *Revue Spirite* (Revista Espírita), fundada por ele em 1858. De acordo com Waleska Araújo Aureliano (2011, p. 33), nesses escritos Kardec viria a formular as bases da doutrina espírita, abordando diversos temas:

[...] dos elementos gerais do universo às categorias de espíritos, do suicídio às leis do trabalho, da caridade aos períodos geológicos da Terra. Não escaparia à obra espírita de Kardec qualquer elemento, seja de ordem material, espiritual, social, moral ou política.

Por muitos anos Kardec defendeu a ideia de ter sido o compilador de uma doutrina filosófica e moral de cunho

³ O termo “Espiritismo” surgiu como um neologismo, criado pelo pedagogo francês Hippolyte Léon Denizard Rivail para nomear especificamente o conjunto de ideias codificadas por ele, após a publicação de seus livros. Desse modo, nesse trabalho adotar-se-á tal termo.

religioso, como qualquer outra filosofia espiritualista⁴, negando o caráter convencional de religião que o espiritismo viesse a ter na época. Para Kardec o conceito de religião era inseparável do conceito de culto (Damazio, 1994, p. 48). Nesse mesmo sentido, Célia da Graça Arribas (2011) diz que

desde seus começos, essa doutrina nunca foi tratada como sendo especificamente uma religião. Ela propunha entender o mundo e suas relações com o além de uma forma bastante inusitada, já que se definia como sendo, ao mesmo tempo, uma doutrina filosófica, científica e religiosa. E foi justamente essa definição que acabou provocando polêmicas por onde quer que o Espiritismo tenha passado. Nem propriamente filosofia, nem ciência, nem propriamente religião, ele não só foi interpretado de diversas maneiras por seus diferentes adeptos, como também recebeu ataques de todas as partes, principalmente dos campos científico e religioso (Arribas, 2011, p. 15).

Ressalta-se que apesar de o Espiritismo ter se desenvolvido e disseminado pelo continente europeu a partir da metade do século XIX, com o intuito de definir-se e alcançar o patamar de ciência, filosofia e religião, deve-se destacar que suas proporções não limitaram-se apenas à Europa, alcançando, em especial, o continente americano, onde passaria a assumir novas características.

⁴ Usar-se-á desse termo “espiritualista” para denominar as crenças que se baseiam na reencarnação, comunicação com espíritos e mediunidade, porém que se diferem do Espiritismo, pois não se fundamentam nas obras básicas da doutrina kardecista.

ESPIRITISMO À BRASILEIRA

O século XIX trouxe modificações após a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, fato esse que ocasionou a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Com a abertura dos portos, permitiu-se o contato com a França, centro cultural procurado pelas novas gerações da elite brasileira em busca de diploma. Tal contato possibilitou a consciência dessas elites da desarmonia em que o Brasil vivia em relação à Europa (Damazio, 1994, p. 54).

Ressalta-se que o Brasil ainda em seu período colonial recebeu de forma gradativa influxos das ideias iluministas, que se limitaram a atingir os poucos grupos mais intelectualizados da época. Torna-se compreensível, segundo Sylvia Damazio (1994), que tal acanhamento se explique tanto pelo fato da distância geográfica entre o Brasil e a Europa quanto pelo estatuto da colônia, que não só dificultava, como também inibia o entrosamento com o restante do ocidente.

Assim, com o alinhamento do Estado e da Igreja, houve a radicalização da posição católica quanto aos demais cultos e crenças, bem como a exclusão e a condenação de tudo que ia de encontro aos preceitos pregados pela Igreja Católica.

Segundo Marcelo Gil (2008),

a Igreja Católica procurou reagir a toda essa ordem de fatores. No entanto, ao invés de assimilar a noção de progresso em seu arcabouço teórico-doutrinário, mostrou-se intransigente condenando o liberalismo, o evolucionismo, afirmando a infalibilidade papal em meio a todo esse contexto de efervescência intelectual, o que contribuiu decisivamente para o

descrédito em meio a uma sociedade cada vez mais intelectualizada (Gil, 2008, p. 43).

Apesar de todo o empenho da Igreja Católica e dos poderes do Estado, grande parte da elite intelectual e política, assim como o povo, continuaram a manter as doutrinas e práticas combatidas. No entanto, deve-se ressaltar que para a manutenção dessas crenças fora necessário o não afrontamento direto às determinações da Igreja Católica, que prezava por manter o catolicismo sob *status* de religião oficial (Gil, 2008, p. 54).

Conforme Gil (2008, p. 71), a crença na possibilidade de haver comunicação com os espíritos não era nenhuma novidade no Brasil. A fé em seres sobrenaturais, em assombrações e no poder da magia já fazia parte da cultura popular brasileira quando aqui chegou a então doutrina sistematizada por Kardec. No mesmo sentido, para Ubiratan Machado (1983, p. 165), o brasileiro seria um “homem místico” que “não se contentava com a frieza da razão” e por isso “abrazeirando-se, o espiritismo perdia o caráter rigidamente experimentalista e científico de sua origem”.

O Espiritismo no Brasil se adaptou à realidade, criando maneiras de lidar com a cultura local e a censura. Desse modo, com a absorção e a intelectualização dos preceitos da doutrina kardecista pela elite brasileira, criaram-se favoráveis condições para a sua difusão e inserção no Brasil (DIAS, 2011, p. 95). De acordo com as palavras de Dias (2011),

o Espiritismo brasileiro, filiado ao Espiritismo francês propagado nos meados do século XIX, implantou-se no país na época em que se

iniciava a secularização em favor de um sistema político republicano. Essa modificação foi acompanhada pela introdução de uma lógica cientificista resultante, principalmente, da atuação e da educação de militares, engenheiros e de alguns intelectuais que queriam manter um vínculo com a espiritualidade. Em razão da situação vigente, podemos entender o momento histórico do surgimento do Espiritismo no Brasil como propício para a formação de uma ideia conciliadora, que procurou superar os limites entre corpo e espírito, entre racionalidade materialista e espiritualidade (Dias, 2011, p. 98).

Referindo-se a exemplos de ambiguidade ideológica entre ciência e razão no Brasil, para a elite letrada tem-se o discurso de Rui Barbosa em que este afirma: “Pus a ciência acima de todas as coisas; mas não afirmei jamais que a ciência não possa abranger as coisas divinas” (Dias apud Damazio, 1994, p. 56). Entretanto, tal movimentação ideológica se restringia a um pequeno grupo de intelectuais e políticos, como Silvio Romero, Tavares Bastos, Rio Branco e outros; a população ficava à margem do debate. Para mais, ressaltase que mesmo esse grupo professando ideias e crenças divergentes da religião oficial, os membros continuavam a se declararem católicos, ao menos para fins censitários (Damazio, 1994, p. 56).

No ano de 1860, as obras do codificador Allan Kardec começaram a chegar no país. Afinal, através das polêmicas geradas por Kardec nas principais revistas e jornais franceses e em outros locais do mundo, iniciou-se no Brasil a leitura do *Livro dos Espíritos*. Para Maria Cavalcanti (1983),

a comunicação espiritual ergueu-se com evidência dos sentidos, ganhando então o estatuto de prova científica. O Espiritismo, na codificação, apresentar-se-ia não apenas como uma religião, mas também como ciência e uma filosofia. A tríade desse aspecto do Espiritismo e sua ênfase racional estão no âmago desta doutrina. Contudo, de acordo com Cavalcanti, no Brasil o Espiritismo teria adquirido um caráter essencialmente “místico”, “religioso”. Renshaw dá ênfase à noção de cura espiritual e à ação fluídica de forças espirituais como fatores determinantes do rumo que o Espiritismo tomou no Brasil, destacando a “caridade mística e a cura mágica e espiritual”. O referido autor ainda afirma que “para a maioria dos espíritas brasileiros, a fé não baseia-se na razão, mas na interpretação de curas como milagres” (Renshaw apud Cavalcanti, 1983, p. 57). É importante destacar que para as demais classes sociais brasileiras o espiritismo não era algo que precisava ser naturalizado, tendo em vista que as práticas espiritualistas já eram corriqueiras no dia a dia de muitos grupos menos letrados e favorecidos. Enquanto na Europa o Espiritismo se apresentava como uma doutrina da elite e para elite, no Brasil, mesmo que tivera sido aceito e difundido por figuras da intelectualidade, o espiritismo brasileiro desenvolvera-se diferentemente dos demais.

No período de fins do século XIX, em que a doutrina já se encontrava em estado de consolidação, a população brasileira, em geral, não possuía escolarização e tinha dificuldades de entender o espiritismo nos moldes científico-filosóficos. Como mencionado anteriormente, à época, existia, quanto ao sobrenatural, uma concepção de que este era ine-

rente à sociedade, portanto, natural. Segundo Paulo César da Conceição Fernandes (2008, p. 19), o estranhamento com tal doutrina não fora significativo, o que facilitou o seu florescimento no país, diferente da concebida na Europa.

Depois de certo tempo, o Espiritismo acabou por atingir todos os grupos da sociedade brasileira. Conforme Fernandes (2008), a razão disso está

[...] na mentalidade (ainda presente) dos setores privilegiados e desprivilegiados de nosso país em seu primeiro contato com essa doutrina. As elites buscavam o espiritismo como amuleto contra mau-olhado, a azaração, e outras magias, o que acabou por transformá-lo em ‘coisa sua’ *versus* os setores que os ameaçavam (no caso, os escravos e outros desprovidos), na ‘guerra mágica’ que era reflexo do conflito social explícito ou implícito. Todavia, sabemos também que os setores menos favorecidos tentavam mimetizar os costumes dos ricos, na busca por se parecer com eles, o que é fruto da “cultura de aparências” brasileira (Fernandes, 2008, p. 20).

É importante destacar que Luiz Olimpio Teles de Menezes⁵ fora o criador do primeiro Centro Espírita brasileiro, em meados da década de 1860. De acordo com Fernandes (2008),

⁵ Luiz Olympio Telles de Menezes (1825-1893) fora um intelectual baiano, com passagens em conselhos artísticos imperiais e fundador de um jornal literário. Após ter contato com a obra de Allan Kardec, deu o pontapé inicial do espiritismo em solo brasileiro, traduzindo as obras, publicando em jornais laicos e mais tarde fundando o primeiro periódico espírita brasileiro.

Teles quis tirar o espiritismo da alta roda que circulava e aproximá-lo de todos. Mais que uma curiosidade, para esse ‘apostolo baiano’ o espiritismo deveria ser encarado de outra maneira. E devido a isso, depois de cinco anos de contato, estudo e um pouco de propaganda da doutrina, às 22h30min do dia 17 de setembro de 1865, realizava-se em Salvador, na Bahia, a primeira sessão espírita do Brasil, sob a direção de Luiz Olímpio. Ainda nesse mesmo ano, Teles irá fundar, também em Salvador, o primeiro centro espírita brasileiro: *Grupo Familiar do Espiritismo*. Em 1866, lança ele o opúsculo *O Espiritismo - Introdução ao Estudo da Doutrina Espírita*, que seria um apanhado de páginas traduzidas por Teles de Menezes da 13ª edição do Livro dos Espíritos (Fernandes, 2008, p. 20).

Assim, apesar do controle e da perseguição advindos da Igreja Católica, o Espiritismo estabeleceu-se firmemente no Brasil. Formaram-se grupos de estudos destinados à apreensão do conteúdo doutrinário, religioso e filosófico kardecista, e logo se estabeleceram as práticas de caridade, de maneira assistencialista. O ideal de ajuda aos oprimidos não se limitou apenas às práticas de caridade, estendendo-se às sessões de efeitos físicos para comprovação dos espíritos e do consolo às pessoas que perderam entes queridos. Para a narrativa espírita, a doutrina, portanto, também acabou por adentrar à luta política e, em especial, à causa abolicionista.

O ideário abolicionista, segundo Dias (2011), favoreceu a união da intelectualidade carioca no estudo do Espiritismo. Havia, de fato, o interesse permanente pela questão do fim do regime escravista; então, a participação em movimentos favoráveis à libertação dos negros fora frequente entre parte

da elite intelectual brasileira. Bezerra de Menezes – nome de maior prestígio do espiritismo brasileiro – fora um grande defensor da causa abolicionista, tendo ao seu lado Francisco Raimundo Ewerthon Quadros – presidente da Federação Espírita Brasileira e editor-chefe do jornal *Reformador*.

Já na década de 1870, o Rio de Janeiro tornou-se o principal núcleo onde o espiritismo se consolidou e se disseminou para o restante do Brasil. Não diferentemente da Europa, no Brasil o Espiritismo fora interpretado de variadas formas por diferentes grupos. Na década seguinte, surgiram as primeiras iniciativas com objetivo de formar uma unidade doutrinária e reunir institucionalmente a crescente população dispersa de adeptos à doutrina. Nesse contexto, passaram a ser conformadas instituições agremiadoras dos numerosos núcleos espíritas já existentes. Assim, em 1884, fundou-se a Federação Espírita Brasileira (FEB), que nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX atuou na efetivação de uma organização do movimento espírita nacional (Weber, 2012, p. 23). Contudo, somente por volta de 1950 a FEB assumiria a liderança do movimento espírita brasileiro.

A DOCTRINA ESPÍRITA CHEGA AO RIO GRANDE DO SUL

O cenário político sul-rio-grandense no final do século XIX e início do século XX foi basilar para a inserção do espiritismo no Rio Grande do Sul. Mesmo que houvesse as proibições determinadas pelo Código Penal de 1890, dado que seus artigos 156 e 157 vinculavam o espiritismo com magia e com práticas de curandeirismo, no estado do Rio Grande do

Sul, devido à política positivista da época, fora assegurada a liberdade religiosa. A doutrina pôde, então, fruir de maior liberdade, não só de prática, como também de difusão por todo o estado (Gil, 2008, p. 94).

Júlio de Castilhos, em julho de 1891, outorgou a Constituição que consagraria não somente a liberdade profissional, mas também o irrestrito respeito a todas religiões, eliminando um culto oficial e assegurando a independência entre o poder temporal e o espiritual (Gil, 2008, p. 93). No entanto, o processo de ascensão da nova doutrina não se deu sem percalços, estes advindos, sobretudo, de lideranças católicas e dos saberes médicos da época. Entretanto, em razão da legalidade da liberdade de culto, provida pelo estado, tais embates se deram de maneira mais amena do que no restante do país (Sherer, 2013, p. 34).

De acordo com Dias (2011, p. 144), a chegada da doutrina espírita no Rio Grande do Sul tivera início na cidade de Rio Grande, resultado de um trabalho pioneiro de alguns intelectuais que incorporaram as ideias da doutrina espírita. No ano de 1887, foi fundada a Sociedade Espírita Rio-Grandense, considerada a primeira do estado. Em seguida, foram criadas a Sociedade Espírita Allan Kardec, em Porto Alegre, no ano de 1898, e a Sociedade União Espírita, na cidade de Pelotas, em 1901. Então, já no ano de 1921, a Sociedade Espírita Allan Kardec de Porto Alegre juntamente com outras entidades articularam a Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS) (Sherer, 2013, p. 23). Nessa mesma ocasião de articulação da FERGS, fora realizado o I Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, que contou com 18 grupos organizados de várias cidades sul-rio-grandenses.

No processo de ocupação da região norte do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, desenvolveu-se, através da abertura de novas rotas de passagem e de comércio à Província, o início da ocupação luso-brasileira na região. Propiciou-se, assim, o início da formação de fazendas pastoris e de um núcleo populacional estável, o que resultou na convivência entre diferentes grupos: a população cabocla e indígena, como também tropeiros e militares de passagem (Batistella, 2011).

Emancipado em 1857, o município de Passo Fundo mostrou, a partir de então, um crescimento demográfico contínuo, tendo como atores principais do incremento populacional negros escravizados – que em 1859 já compunham 20% da população total da localidade – e imigrantes/migrantes – sobretudo alemães e italianos –, entre outros grupos que ainda constituem a base étnica do município.

Os primeiros registros históricos redigidos sobre o município de Passo Fundo dão ênfase ao catolicismo como a base religiosa, sobre a qual os passo-fundenses se apoiaram desde o início do núcleo urbano. Contudo, mesmo que a historiografia apresente a diversidade étnica dos munícipes, percebe-se a carência no que tange a diversidade religiosa nas narrativas sobre o município, considerando esse elemento de diversidade fundamental, pois tais discursos silenciam a multiplicidade advinda de tamanha mescla étnica e cultural (Souza, 2016).

O “manto católico” está presente – não somente na cidade de Passo Fundo, mas em todo Brasil – desde os tempos coloniais, encobrindo assim as demais crenças, práticas, ritos e rituais de outras matrizes religiosas que, com toda

certeza, coexistiram, atrelando-se ao catolicismo e à dinamicidade sócio-histórica brasileira, sul-rio-grandense e, por conseguinte, em Passo Fundo e região (Zanotto; Silva; Gastaldon, 2013).

DAS CASAS AOS CENTROS: O ESPIRITISMO EM PASSO FUNDO

As pesquisas sobre o Espiritismo na cidade de Passo Fundo são atuais, mas remotas são as provas de um Espiritismo já consolidado no município. Contudo, sabe-se que entre os anos de 1902 e 1903 houve o registro da fundação do primeiro núcleo espírita local:

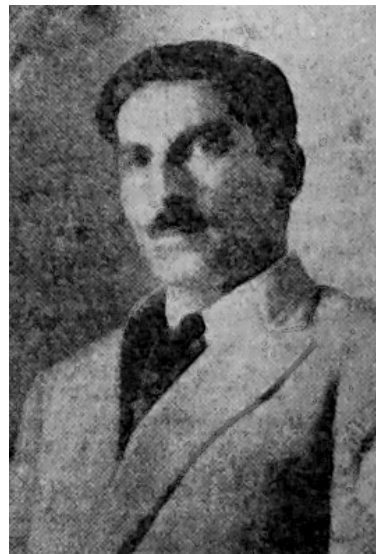
<Orientador> deve ao venerado conterrâneo e confrade sr. Francisco Antonino Xavier e Oliveira, as informações sobre os dois mais antigos grupos espíritas desta cidade. Eis que conta êle, na colaboração publicada em Dezembro de 1950, edição n° 33, dêste órgão, sob o pseudônimo de AVILER: <Que eu saiba o autor destas linhas, o primeiro grupo espírita surgido em Passo Fundo teria sido o que, em 1902 ou 1903 surgiu por influência de Augusto César de Castro Bandeira, telegrafista aposentado com residência no Rio de Janeiro e que se achava então em visita a seu genro dr. Custódio Moreira de Souza, médico bahiano que nessa cidade estava clinicando. Desse primeiro grupo faziam parte o telegrafista Aniceto Gomes Castanho encarregado da estação telegráfica local, Francisco Antonino Xavier e Oliveira e outros, cuja recordação o longo tempo decorrido enevoa>⁶.

⁶ ORIENTADOR. Passo Fundo, n° 109, abr. 1957, p. 4.

O segundo núcleo chamou-se Grupo Espírita Con-córdia e Caridade, fundado em 29 de junho de 1905, cuja diretoria era constituída por Eduardo Manoel de Araújo, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, João de Deus Goulart, João Brandizio de Almeida, Alfredo Pereira da Silva e Carlos Leopoldo Reichmann. Porém destaca-se que o núcleo não teve longa duração.

Já o primeiro centro espírita do município de Passo Fundo foi o Centro Espírita de Amor e Caridade Cristã (CEACC), criado no início da década de 1920, possivelmente entre os anos de 1923 e 1924; nesse mesmo período também se originou o Grupo Espírita Camilo Flamarion, que se fundiu com o CEACC poucos anos depois. O centro foi fundado por Gastão Marques e na ocasião de fundação consta nas atas a presença de 80 pessoas, externando que mesmo em época de pouco conhecimento da doutrina o número de presentes reflete em seu crescimento na cidade. Juntamente com Gastão Marques, faziam parte da diretoria do centro Herminia Chicuta e Antônio Cruz Rosado, tendo como médiuns Carmem Rosado e Antonina F. Martins. O CEACC durou, segundo a narrativa espírita, em torno de um ou dois anos (Souza, 2016).

Ainda no ano de 1924 há registros de atividades do denominado Grupo Sr. Manuel Peres, que teria atuado apenas por três anos. Após sua extin-



► Figura 01. Gastão Marques, membro da Diretoria do Centro Espírita de Amor e Caridade Cristã. Fonte: *O Orientador*. AHR.

ção, seus membros reuniram-se ao CEACC, fundando, em 25 de dezembro de 1935, o Centro Espírita de Caridade Dias da Cruz, que no ano de 1943 se filiou a FERGS (Zanotto; Silva; Gastaldon, 2013, p. 50). Conforme o jornal *Orientador*:

C.E. DE CARIDADE- <DIAS DA CRUZ>

Em seguida, estando adquirido o prédio pelo Grupo, foi este ali instalado, tomando a denominação de Centro Espírita de Caridade <DIAS DA CRUZ>, fundado a 25 de Dezembro de 1935. A presidência foi assumida pelo irmão Pedro Cogo, que exerceu tal cargo durante 20 anos, com grande compreensão e dedicação. Desencarnando em 1955, foi substituído pelo atual presidente irmão Ernesto Formighieri que vem prestando excelentes serviços. O C.E. <Dias da Cruz> possui magnífica sede, tendo anexo, um hospital para doentes mentais, o qual tem sido de grande eficiência, inclusive para doentes de fóra. Possui departamento da juventude e infância, sob direção de duas evangelizadoras que fizeram curso especial em P. Alegre. No serviço de assistência, possui o Roupeirinho do Pequenino, que vem prestando bons serviços⁷.

As inúmeras instituições espíritas, sejam nacionais ou sul-rio-grandenses, estiveram imbuídas das perspectivas gerais do movimento espírita, codificadas por Allan Kardec e, mais tarde, sistematizadas pela FEB. Tais concepções baseavam-se na noção da caridade, em que a doutrina enfatizava o auxílio material aos necessitados. Desse modo, os núcleos e centros espíritas promoveram a organização de instituições de caráter assistencial (Souza, 2016, p. 29). De acordo com Souza (2016),

⁷ ORIENTADOR. Passo Fundo, nº 109, abr. 1957, p. 4.

a caridade, portanto, seria o alicerce para expansão da ação espírita, seria através dessa prática social que o Espiritismo superaria os preconceitos e incompreensões religiosas da sociedade. Para a historiografia acerca da prática assistencialista do Espiritismo, fica claro que a caridade não se limita a uma visão de senso comum, de distribuição de esmolas, mas sim que se trata de uma virtude maior, mais representativa, vinculada a ajuda moral e espiritual (não somente material, portanto) (Souza, 2016, p. 26).

Foi nesse sentido que o C.E.C. Dias da Cruz assimilou claramente essa noção, visto o trabalho assistencial em benefício de crianças – Cidade dos Menores Desamparados e Fundação Allan Kardec –, a oferta de ensino escolar – Escola Assistencial Municipal Manuel Peres –, uma atividade de assistência social, responsável pela distribuição de roupas, alimentos e remédios – Roupeirinho dos Pequenininhos –, bem como o tratamento de doentes mentais no chamado Hospitalzinho, que funcionava no andar térreo do C.E.C. Dias da Cruz⁸. A dimensão das práticas assistencialistas não se limitou apenas a essas atividades mencionadas, incluía-se também estudos desde a infância sobre o Espiritismo, além de passes e de auxílio a espíritos “desencarnados” através de sessões mediúnicas.

Para mais, é preciso ponderar sobre a perceptível presença de mulheres durante as organizações dos núcleos e centros da doutrina na cidade, exteriorizando a permeabilidade do espiritismo por entre a elite intelectual e, inclusi-

⁸ Idem.



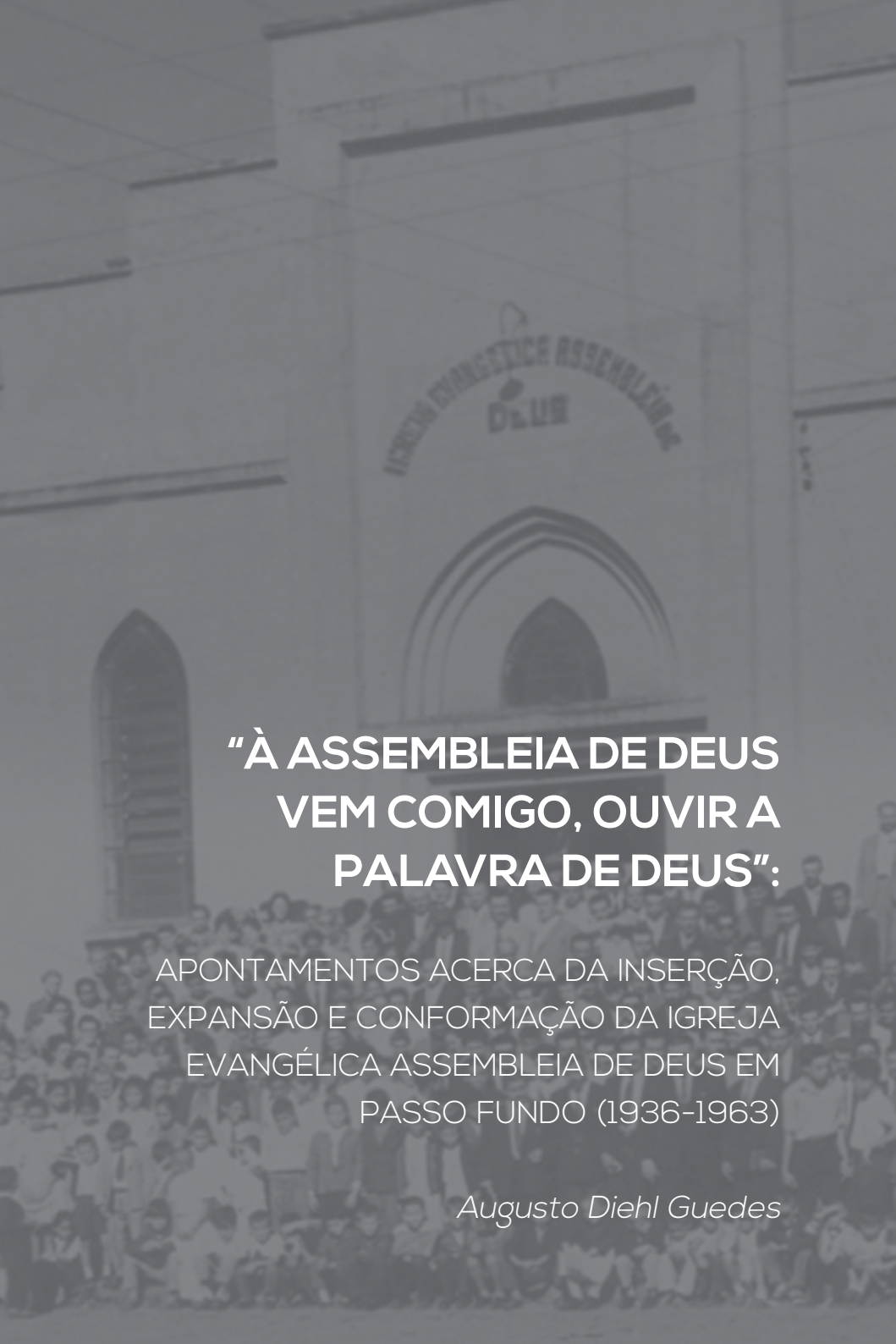
► Figura 02. Hermínia de Oliveira Chicuta.
Fonte: *O Orientador*.
AHR.

ve, em meio a figuras femininas que se destacaram em âmbito regional, apesar de serem sempre consideradas coadjuvantes no cenário político, social e religioso da época (SOUZA, 2016). Na imagem a seguir (Figura 02), tem-se como primeiro exemplo retratado na imprensa espírita passo-fundense, Herminia de Oliveira Chicuta, pioneira na participação e representatividade feminina no meio espírita da cidade, o que acaba por remeter aos papéis fundamentais tidos por mulheres na organização, inserção e divulgação da doutrina em Passo Fundo e região.

Destaca-se que os diversos meios de assistencialismo aos setores desassistidos, não só possibilitou a divulgação da doutrina, como aumentou o número de adeptos e simpatizantes. Isso agrega-se, então, à proposta de praticar a caridade com a intenção de evangelizar seus adeptos. Nesse sentido, o C.E.C Dias da Cruz passou a utilizar como veículo de difusão um periódico, intitulado *Orientador*. Assim, a criação de um órgão de imprensa pelos membros do C.E.C Dias da Cruz visou a introdução na sociedade passo-fundense dos princípios ético-morais da crença e mostrou-se fundamental, não só para intensificar a divulgação, como também para consolidar o Espiritismo em Passo Fundo.

REFERÊNCIAS

- AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos. Gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil*. Paris: J. C. Lattès, 1990.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico- em Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- DAMAZIO, Sylzia. *Da Elite ao Povo; advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- DIAS, José Roberto de Lima. *Percursos da racionalização do sagrado no espiritismo: um conjunto de ideias presentes na literatura e na imprensa brasileira (1857-1915)*. Tese (Doutorado em História), PUC. Porto Alegre, 2011.
- GIL, Marcelo de Freitas. *O movimento espírita pelotense e suas raízes sócio-históricas e culturais*. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.
- MACHADO, Ubiratan Paulo. *Os intelectuais e o espiritismo: de Castro Alves a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Antares, 1983.
- MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *100 anos de comunicação espírita em São Paulo (1881-1981)*. São Paulo: Madras, 2003.
- SHERER, Bruno Cortês. *Ações sociais do espiritismo: a sociedade espírita feminina Estudo e Caridade, Santa Maria – RS (1932 -1957)*. Monografia (Graduação em História), UFSM. Santa Maria, 2013.
- SOUZA, Chaline de. *“O sublime papel da mulher”*: análise das representações das condições femininas no periódico espírita Orientador (1948-1958). Trabalho de conclusão de curso, UPF. Passo Fundo. 2017.
- WEBER, Beatriz Teixeira, ZANOTTO, Gizele (Orgs.); *Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul: espiritismo e religiões mediúnicas*. São Paulo: ANPUH, 2013
- ZANOTTO, Gizele (Org.). *Religiões e Religiosidades no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2012.



**“À ASSEMBLEIA DE DEUS
VEM COMIGO, OUVIR A
PALAVRA DE DEUS”:**

APONTAMENTOS ACERCA DA INSERÇÃO,
EXPANSÃO E CONFORMAÇÃO DA IGREJA
EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS EM
PASSO FUNDO (1936-1963)

Augusto Diehl Guedes

Resumo: Os estudos da História das religiões e religiosidades têm constantemente apresentado a pluralidade como um fator inerente ao campo religioso brasileiro. Entender essa realidade é buscar compreender quais foram os agentes que (re)configuraram e ainda (re)configuraram diferentes delineamentos para esse campo tão significativo na percepção das histórias dos grupos humanos. Nesse sentido, ante as comemorações no campo da historiografia passo-fundense e a proposta dessa coletânea, lança-se a discutir os primeiros anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Passo Fundo, como uma difusora das crenças pentecostais. Para tanto, intenta-se evidenciar quem foram os sujeitos que a constituíram, bem como analisar aspectos da sua história entre os anos de 1936-1963, recorte estabelecido a partir do primeiro caderno de matrícula de membros da igreja. Esse trabalho apresenta-se como um esforço de evidenciar e compreender outros grupos religiosos passo-fundenses para além da matriz católica na região do Planalto Médio.

Palavras-chave: Protestantismo. Assembleia de Deus. Igreja Evangélica.

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro censo religioso brasileiro, realizado no ano de 1872¹, durante o período do Brasil Imperial, e ainda antes disso, o catolicismo tem se configurado como a confissão religiosa que mais possui adeptos em território nacional. Entretanto, é também o grupo religioso que mais perdeu adeptos a cada censo realizado, o que evidencia um crescimento de outras matrizes no campo religioso brasileiro. Entendê-las e discuti-las consiste na busca da compreensão de parte das dinâmicas que envolvem a própria história nacional. Nos últimos 500 anos, viu-se, para além das crenças indígenas das inúmeras nações que ocupavam esse território, a chegada do catolicismo ibérico, dos judaísmos e dos cristãos novos, dos primeiros protestantes – calvinistas, anglicanos, luteranos –, das crenças africanas, dos metodistas, congregacionais e presbiterianos, dos espiritismos, dos pentecostalismos, das crenças budistas, esotéricas, dos islamismos, religiões orientais e também da não crença.

Dentre essas matrizes religiosas, as igrejas evangélicas, instaladas de forma efetiva há cerca de 200 anos, têm se destacado, seja pelo seu número de adeptos, com aproximadamente um quarto da população do país, e em constante crescimento, seja pela presença nos mais diversos espaços que antes lhes eram vedados ou de difícil acesso (para uma minoria religiosa), como a política, a economia, a cultura, as

¹ Apesar das deficiências e limitações apresentadas nos e dos censos, os entendem-se como significativos para a compreensão de alguns aspectos quantitativos do campo religioso. Evidencia-se que no contexto (1872), a liberdade de confissão religiosa era muito diferente da atualidade, sendo ainda o catolicismo a religião oficial do Império do Brasil.

mídias e outros âmbitos da sociedade. Esse fenômeno pode ser verificado tanto na escala nacional quanto estadual e municipal.

Assim, passadas as comemorações encetadas pelos 500 anos da Reforma Luterana (1517-2017), deve-se considerar que os protestantismos brasileiros são múltiplos². Entende-se que essas igrejas comungam em pelo menos três premissas: a justificação pela fé, o sacerdócio universal de todo cristão e a infalibilidade da Bíblia Sagrada (Delumeau, 1989, p. 59). Observando a pluralidade própria dos protestantismos, as igrejas pentecostais são as que têm apresentado maiores taxas de crescimento e atualmente representam a maior parte das igrejas protestantes, dentre elas a Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEAD) desponta como a segunda maior confissão religiosa no Brasil, com cerca de 12

² Com base nestas crenças, distinguimos cinco tipos de protestantismos. Inicialmente, o “protestantismo de imigração”, representado por anglicanos e luteranos, principalmente, foram grupos que se preocuparam em acompanhar e assistir espiritualmente as comunidades étnicas que vieram ao Brasil durante o séc. XIX. Já o “protestantismo de missão” constitui-se pelos grupos principalmente estadunidenses que vieram para o país entre 1835-1859 com intuito proselitista, dentre os quais evidenciamos metodistas, batistas, congregacionais, presbiterianos e episcopais (Dreher, 2002, p. 120). O “pentecostalismo”, das igrejas Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor, designa o terceiro tipo dos protestantismos, inserido no Brasil a partir de 1910. Por sua vez o “neopentecostalismo”, com centralidade na teologia da prosperidade, exorcismos, confissão positiva e cura divina, é o quarto tipo dos protestantismos, desenvolvido a partir de 1977 com as igrejas Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Apostólica Renascer em Cristo. Por fim a “transconfessionalidade” protestante é conformada por grupos dissidentes do protestantismo histórico (de missão e imigração), que de caráter agora interdenominacional buscam atuar em projetos missionários e evangelísticos, preconizando novas formas de manifestação e compreensão da fé, além de grupos que aderiram a Teologia da Libertação ou a concepções semelhantes (DREHER, 2002, p. 120-121).

milhões de membros (IBGE, 2010) e com presença em todos os estados brasileiros de maneira efetiva e consolidada.

Compreender a história de uma instituição já centenária como a IEAD e a sua configuração em território nacional, constituem-se como fatores fundamentais para o campo religioso brasileiro. Em vista disso, atentando para as dinâmicas locais, a presente proposta consiste em analisar a presença dessa instituição religiosa na região de Passo Fundo/RS. Entendendo-a a partir das dinâmicas do campo religioso de Bourdieu³, toma-se como fonte principal o primeiro caderno de matrícula de membros da igreja, que confere a essa pesquisa o recorte temporal (1936-1963), ao que se somam fotografias, a história oficial, o estatuto e a revisão de literatura⁴ para auxiliar na compreensão acerca da inserção e da (con)formação inicial dessa comunidade na região do Planalto Médio sul-rio-grandense.

³ Partindo de Bourdieu (2015, p. 39), entendemos que campo religioso é o espaço dinâmico produzido pelas relações de poder envolvendo a ação dos agentes religiosos, inicialmente para com os leigos, mas também dentre seus pares. Entre si, esses agentes, que consistem no corpo de especialistas (padres, pastores, médiuns, ialorixás, etc.), lutam pela ampliação de sua influência no campo para garantir o seu monopólio. No caso brasileiro, sacerdotes do clero católico romano empreenderam, desde a época da colonização, estratégias para manter, expandir e consolidar o domínio católico no país, inclusive buscando influenciar outros campos e não somente o religioso, uma vez que nenhum campo é autônomo, mas está vinculado aos demais, como o político, artístico, intelectual, cultural, econômico, entre outros.

⁴ É importante agradecer ao Pastor João Maria Hermel, Pastor Presidente da IEADPF na época inicial da pesquisa, e ao Pastor Ângelo Zanfir da Silva, atual Pastor Presidente da IEADPF Sul, pela confiança de terem nos recebido no templo sede e permitido que a pesquisa fosse realizada por meio da consulta e digitalização dos documentos, bem como a Alan Chiamenti Machado pela disponibilização das fotografias e a Daniel Jesus da Rosa pelas conversas e indicações, sem as quais seria difícil o desenvolvimento desse trabalho.

“PORTA QUE ABRIU E NUNCA MAIS FECHOU”⁵: A PRESENÇA DA IEAD NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Em 19 de novembro de 1910, provenientes dos Estados Unidos, desembarcaram no porto de Belém (PA) dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren, e lá se estabeleceram junto a uma igreja batista com vínculos suecos, dirigida pelo Pr. Erik Nilsson. A doutrina por eles pregada – o pentecostalismo – levou a uma cisão na igreja local, criando uma nova igreja no Brasil, a Assembleia de Deus⁶.

O pentecostalismo se caracteriza como a crença, dentro do protestantismo, na continuidade de dons “carismáticos” registrados na Bíblia, aos quais a igreja contemporânea teria ainda acesso. Essa compreensão teológica, que nasceu na Escola de Topeka (Kansas/EUA) e foi potencializada na *Apostolic Faith Mission* (Los Angeles/EUA)⁷, levou as igrejas estadunidenses na virada do século XIX para o XX a viverem cultos marcados por êxtases, curas e demais experiências tidas pelos fiéis como sobrenaturais e legitimadoras dessa fé. Assim, pastores e pastoras fundaram novas igrejas que atingiram inúmeros países, como no caso do Brasil. Historiadores e sociólogos concordam a respeito das características desse pentecostalismo nascente que chega ao Brasil denominado de “Pentecostalismo Clássico” ou de “primeira onda”, visto que é marcado pela simplicidade da mensagem

⁵ Trecho do “Hino do Centenário” da IEAD.

⁶ Inicialmente, o grupo adotou o nome de Missão da Fé Apostólica, mudando-o apenas em 1918 para *Assembleia de Deus*. Ambos os nomes eram também de igrejas estadunidenses.

⁷ Para saber mais sobre o chamado “Avivamento da Rua Azusa” ver em: ARAÚJO, Israel de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2014.

(para todos os públicos) trazida por imigrantes, dando ênfase ao adventismo (imminente retorno de Jesus Cristo) e à *glossolalia* (batismo no Espírito Santo). Portanto, criam-se comunidades a partir da atuação de leigos⁸, principalmente nas periferias e no meio rural (Freston, 1994; Mariano, 2014; Siepierski, 2008)⁹.

A pregação das IEADs estava dirigida às camadas mais pobres da população, fator que impulsionou seu crescimento (Alencar, 2005, p. 46), inclusive ao proporcionar a atuação de leigos nas comunidades, até mesmo em cargos de liderança, o que é uma marca do pentecostalismo. A sua expansão deveu-se, dentre inúmeros fatores, à agência dos fiéis no evangelismo pessoal ao divulgar a sua fé no seu círculo de convivência (ROLIM, 1985, p. 46). A respeito dos pentecostais, toma-se as considerações feitas por Dreher com relação aos protestantes brasileiros desse contexto e que se aplicam à realidade que é estudada (apesar das generalizações). Assim, pode-se traçar alguns delineamentos dos pentecostais como sujeitos de

participação na vida da Igreja, testemunho público da fé; [...]; pratica a temperança: não bebe, não fuma, [...]; [no caso pentecostal] não

⁸ Com base em Bourdieu (2007, p. 39) depreende-se que os leigos são aqueles que no processo de monopolização da gestão dos bens de salvação, foram destituídos da capacidade de criação. Seu oposto são os agentes religiosos, um corpo de especialistas do sagrado, podendo ser entendidos, neste caso de estudo, como os pastores.

⁹ Em 1910 foi fundada a primeira igreja pentecostal no Brasil – a Congregação Cristã no Brasil – fundada por dois imigrantes italianos que estavam nos EUA, Luigi Francescon e Giacomo Lombardi, na cidade de São Paulo, inicialmente para a comunidade de imigrantes italianos, sendo posteriormente ampliada também para os brasileiros (Araújo, 2014, p. 202).

[busca] transforma[r] a sociedade [entendido por um viés de projeto político], mas a condena por causa de seus vícios. É contra carnaval, baile e festa. [...]. A igreja é considerada espiritual, nada tendo a ver com este mundo; ao invés do caráter profético, surge nesse protestantismo o institucionalismo (Dreher, 2002, p. 131).

Com uma identidade muito bem firmada enquanto grupo religioso, permeada por compreensões sobrenaturais sobre si e acerca do grupo¹⁰, uma das marcas da expansão assembleiana pelo Brasil foi o evangelismo pessoal, seja ele gestado pela instituição ou pela ação deliberada dos leigos. Até o ano de 1956 a IEAD já estava presente em todos os estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal.

Cerca de 45%¹¹ dos estados brasileiros tiveram a instalação da primeira congregação da IEAD “por meio de seus adeptos, leigos, que migraram para essas regiões e ali começaram a pregar sua convicção religiosa. Muitos destes (i)migrantes que se deslocaram, o fizeram por razões econômicas e não com um intuito proselitista, missionário” (Guedes, 2017, p. 519). Nos outros 14 estados brasileiros, inclusive o Rio Grande do Sul, e no Distrito Federal a lógica de implantação da primeira comunidade se deu através do envio de pastores ou missionários que tinham por intuito implantar novas igrejas.

¹⁰ Como apresentado no título deste trabalho: “À Assembleia de Deus vem comigo ouvir a Palavra de Deus”, trecho de um hino da Harpa Cristã (hinário oficial das IEADs no Brasil), que indica uma autocompreensão legitimadora do processo evangelístico pela presença de Cristo e de sua palavra junto ao fiel.

¹¹ Foram eles Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Piauí, Rondônia, Amazonas, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Sergipe, Santa Catarina, Goiás (Guedes, 2017, p. 519).

No Rio Grande do Sul, a instalação da primeira igreja aconteceu por meio do envio do casal de missionários suecos Gustav e Herwig Nordlund à capital, Porto Alegre, em 2 de fevereiro de 1924. Vindos da Suécia em 1922, passaram pelos EUA e depois residiram em Belém (PA), local onde trabalharam por um período de oito meses. O primeiro culto em terras porto-alegrenses aconteceu em 15 de abril de 1924, com a presença de quatro pessoas. No mesmo ano, em 19 de outubro, o batismo de dez pessoas no rio Guaíba foi o marco da fundação oficial da igreja em terras sulinas. Ressalta-se que o crescimento do grupo é evidenciado pela mudança, em 1926, para um templo que comportava 200 pessoas, transferência esta que só foi possibilitada por doações de amigos do casal nos EUA e na Suécia (Lopes, 2008, p. 26).

Contudo, cabe destacar duas questões nas quais a IEAD no Rio Grande do Sul se difere do restante do país. A primeira refere-se à permanência dos suecos na direção da igreja, com Gustavo Nordlund e seu sucessor Nils Taranger, desde 1924 até 1988. Quanto à segunda questão, observa-se a expansão da igreja de forma mais coordenada a partir da instituição, com ações evangelísticas, diferente do que aconteceu nas regiões Norte e Nordeste (Lopes, 2008). O evangelismo pessoal continuou sendo a marca da ação prosélita, todavia, consistia em um investimento organizado eclesialmente pró-expansão da doutrina assembleiana.

Um ponto marcante na história da IEAD no estado foi a inauguração, em 26 de fevereiro de 1939, de um templo com capacidade para 2.000 pessoas¹², o maior da igreja até

¹² No salão principal de cultos, fora os demais espaços e salas disponíveis.

a época em todo o Brasil. A esse respeito, o periódico oficial da IEAD no Brasil, o *Mensageiro da Paz*, noticiou o acontecimento na capa da edição da primeira quinzena de abril de 1939, como confere-se na sequência, na Figura 01.

A imagem estampada na capa reforça a ideia da multidão comportada pela igreja e que se fazia presente na celebração pela inauguração do novo templo. Na página de número seis da mesma edição, um dos articulistas do jornal, Pr. Samuel Nyström, destacou a grande assistência da celebração que fora presidida pelo Pr. Gustav Nordlund, e apresentou a construção como o esforço das IEADs do estado do Rio Grande do Sul, como



► Figura 01. Capa do *Mensageiro da Paz* - 1ª quinzena de abril de 1939. Fonte: *Jornal Mensageiro da Paz*. Acervo do autor.

verificado no trecho a seguir:

Foi uma grande vitória, que o Senhor concedeu às Assembléas de Deus, no Rio Grande do Sul, ás quais deu um amplo salão para a pregação do Evangelho de Cristo, na capital do Estado. Todas as assembléas no Estado têm, assim, parte na obra efetuada, e, por isso, se alegram com a assembléa local sôbre á vitória conseguida (1939, p. 6).

Nos anos de 1940, a IEAD de Porto Alegre teve diversas congregações a ela vinculadas fundadas no estado. O Pr. Frederico Linck listou 32 igrejas¹³ criadas até aquele momento com o objetivo de expandir o grupo por todo o Rio Grande do Sul e que estavam filiadas a IEAD de Porto Alegre, dentre as quais encontram-se Passo Fundo e Cruz Alta, na região do Planalto Médio (1957, p. 304).

Os anos seguintes foram assinalados por uma crise política que levou a saída do casal Nordlund da direção da igreja em Porto Alegre. Isso posto, concorda-se com Lopes ao entender que “os motivos da saída de Nordlund foram políticos. Havia um movimento dissidente na Assembléia de Deus gaúcha que intentava assumir o comando da denominação” (Lopes, 2008, p. 28).

Com a saída de Nordlund, três pastores sul-rio-grandenses, Jesuíno de Lima, Manoel Dorneles e Orvalino Lemos, indicaram o nome do Pr. Nils Taranger, pastor em Bagé/RS desde 1948, para assumir a igreja em Porto Alegre. A administração do novo pastor resolveu as dissidências no estado por meio da implementação do modelo administrativo ainda presente e tem a sua gestão marcada pela criação da Convenção das Igrejas Evangélicas e Pastores da Assembleia de Deus no Estado do Rio Grande do Sul (CIE-PADERGS), em 1957, mesmo ano em que criou 17 campos autônomos da IEAD no Rio Grande do Sul (Lopes, 2008, p.

¹³ Eram as seguintes igrejas: Caxias do Sul, Taquari, Pega-fogo, São Francisco de Paula, Cachoeira do Sul, Jaguarão, Santa Maria, Cacequi, Alegrete, Uruguaiana, Itaquí, São Borja, Itacurubi, Timbaúba, Itaquerichim, Rincão dos Mirandas, Cândida Vargas, São Luiz Gonzaga, Santo Ângelo, Pôrto Lucena, Linha saltinho, Ijuí, Ramada, Cruz Alta, Potreiro Bonito, Ribeirão Bonito, Boi Preto, Costa da Serra, Rincão da Timbaúva, Alto Uruguai e Passo Fundo.

29). Segundo o Estatuto da ADPF, são eles: Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Ijuí, Itacurubi, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Saltinho, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Três Passos e Uruguaiana. Assim, com a criação de campos autônomos da igreja pelo estado, legou-se maior autonomia para as igrejas locais, o que teria favorecido o desenvolvimento desses grupos.

Com base nos levantamentos do Pr. Linck¹⁴, 30 anos após a instalação da IEAD no estado, contabilizavam-se mais de 100 mil membros, com cerca 500 obreiros “nativos” e aproximadamente 120 templos e capelas, que pertenciam, em sua maioria, à instituição, sendo alguns alugados (1957, p. 309)¹⁵.

Assim, compreendeu-se até o momento o cenário que foi sendo estabelecido pela atuação dos assembleianos no Brasil e sua inserção no estado sul-rio-grandense. Postas essas questões, direcionar-se-á para a compreensão da fundação e expansão da IEAD na cidade de Passo Fundo.

¹⁴ Toma-se esses dados como indicativos, uma vez que Frederico Linck era pastor da denominação e fala do lugar religioso.

¹⁵ A gestão do Pr. Nils Taranger que se estendeu até 1988 se destacou também por uma maior inserção nos meios midiáticos, com a criação do programa radiofônico *Boas Novas*, através da Rádio Farroupilha AM, além da revista de mesmo nome, a fundação do asilo *Gustavo Nordlund*, da clínica e abrigo *Lar Esperança* e do *Instituto Bíblico Esperança*, para a formação de quadros capacitados para a igreja, todos fundados na década de 1960 (Lopes, 2008, p. 30).

“EM CADA POVOADO TEM UMA IGREJA”¹⁶: ASPECTOS DA IEAD EM TERRAS PASSO-FUNDENSES (1936-1963)

No contexto da instalação da nova igreja em Passo Fundo na década de 1930, a cidade vivenciava um momento de crescimento e desenvolvimento econômico proporcionado tanto pelas madeireiras, pela produção de milho e trigo, quanto pela crescente indústria de frigoríficos, olarias e serrarias (Miranda; Machado, 2005). O campo religioso que se apresentava também era diverso. Para além da presença católica já estabelecida (século XIX), notabiliza-se as crenças afro-brasileiras (século XIX), a presença do espiritismo (1902-1903), dos judeus (1912), bem como de quiromantes e astrólogos itinerantes.

A presença de outras igrejas evangélicas também deve ser considerada. O pioneirismo protestante se deu com os metodistas que instalaram sua igreja no ano de 1912, mas já estavam presentes na cidade desde 1904 com as primeiras visitas de pastores de Cruz Alta/RS à cidade (Medeiros, 2007, p. 101). Em 1936, a Assembleia de Deus representou a segunda igreja protestante a se instalar no município, seguida pela comunidade da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (1937)¹⁷. Já nos anos 1950, ocorreu o estabelecimento de duas outras igrejas: a Igreja Batista Independente (1953) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (1959)¹⁸.

¹⁶ Trecho do “Hino do Centenário” da IEAD.

¹⁷ Notabilizou-se que a Igreja Luterana já tinha um grupo de senhoras luteranas (a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas - OASE) por volta de 1928. Entretanto, optou-se por tomar a data utilizada pela própria igreja (1937) uma vez que foi nela a fundação oficial da comunidade em Passo Fundo.

¹⁸ Não foram obtidas informações sobre conflitos entre membros da IEAD e algum outro grupo religioso na cidade neste período, o que não significa que

Como já registrado, um dos fatores que levaram à expansão das IEADs em território nacional fora o evangelismo pessoal, o que também ocorreu no estado sulino. Assim, nos primeiros 25 anos da IEAD no estado, igrejas foram fundadas em pelo menos 17 cidades¹⁹, a saber: Porto Alegre (1924), Santa Maria (1927), Caxias do Sul (1928-1931), Porto Lucena (1931-1932), São Luiz Gonzaga (1933-1934), Cruz Alta (1935), Palmeira das Missões (1935-1936), Passo Fundo (1936), Rio Grande (1937-1943), Uruguaiana (1937-1938), Nonoai (1938), Ijuí (1940-1942), Santo Ângelo (1940), Alegrete (1946), Cachoeira do Sul (1946) e Três Passos (data não obtida).

Com base na listagem anterior, percebe-se que Passo Fundo foi a oitava cidade em que uma igreja Assembleia de Deus se instalou. Entretanto, a sua fundação está relacionada à atuação do sujeito leigo dentro da igreja, e não a projetos arquitetados pela instituição. Assim,

[...] a data que assinala o início das atividades da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Passo Fundo é o dia 19 de maio de 1936, quando o irmão Oscar Ferreira, diácono da Igreja Assembleia de Deus (telegrafista da Ferrovia) foi transferido provisoriamente para Passo Fundo (por motivos do trabalho). Ele veio com sua família. Uma vez em Passo Fundo, o irmão Oscar anunciava a Jesus através do evangelismo pessoal (IEADPF, 2014, p. 11).

não ocorreram, visto que o campo religioso se pauta também pela concorrência (Bourdieu, 2007).

¹⁹ Os dados foram obtidos através da obra de Machado (2014), que se importou em reunir informações sobre as primeiras igrejas no estado extremo sulino.

Corroborar com essa leitura o fato de os primeiros sete membros arrolados no Caderno de Matrícula terem sido ferroviários ou pessoas ligadas a eles. Então, foram recebidos como os primeiros membros da IEAD em Passo Fundo, por meio do batismo nas águas²⁰, no dia 21 de junho de 1936, Etelvina S. Ramos, 37 anos e casada, João S. Ramos, ferroviário e casado, Demétrio Bolner, 40 anos, casado e ferroviário, Celina Bolner, 31 anos e casada, Maria Joaquina, 69 anos e viúva, Marcelino Freitas, ferroviário e casado, e Catharina Freitas, casada (Caderno de Matrícula, 1936-1963), abrindo oficialmente a igreja na cidade.

Para a realização do batismo era necessária a presença de um ministro ordenado, o que se deu pela presença do Pr. Tomé de Souza, primeiro pastor da IEADPF, enviado pela igreja da cidade de Santa Maria, de forma provisória. Em 1937, a IEAD de Porto Alegre enviou o Pr. Emiliano Araújo Lopes para coordenar a igreja em Passo Fundo (IEADPF, 2014, p. 11)²¹.

Posto isso, o que se verifica no caso de Passo Fundo é o que Rolim (1985) denominou de nucleação (formação de pequenos núcleos), ou seja, uma vez que

[...] cada crente é um porta-voz de sua fé. Aonde chega semeia sua crença como uma planta

²⁰ Ressalta-se que, de tradição batista, o batismo nas águas é o meio para recepção do fiel como membro de fato na instituição. Casos em que a pessoa viera de outras igrejas evangélicas se faz apenas um reconhecimento, sem precisar ser novamente batizada.

²¹ Outros pastores conduziram a igreja na cidade por pouco tempo. São eles: Pr. Júlio Adão Michel (05/1941-04/1943), Pr. Orvalino Lemos (04/1943-11/1943), Pr. Teodoro Borges (01-02/1952), Pr. Ramão Marques (02/1952-12/1952) e Pr. Noé Camargo (06/1953-01/1954).

nova. E aqui entre o segundo elemento vivido pelas populações nortistas e nordestinas, sobretudo a imigração inter-regional. Cada crente que se desloca carrega consigo sua igreja para plantá-la no lugar onde vai morar. Não espera a construção de um templo, nem mesmo pela chegada de um pastor. Estabelece o culto em sua própria casa, nas periferias das cidades ou vilas, ou mesmo na área rural (Rolim, 1985, p. 46)

Entendendo que o pentecostalismo é um meio em que as experiências cotidianas são valorizadas pela comunidade de fiéis e cridas como perpassadas do sobrenatural, muitos destes sujeitos interpretam essa experiência “como um mandato para o evangelismo” (Araújo, 2014, p. 289), uma missão. Foi através dessa perspectiva que um ferroviário integrante da IEAD em Santa Maria/RS iniciou suas prédicas com um pequeno grupo em sua casa. Destaca-se, também, que não há registros precisos de onde teria sido a primeira igreja, mas pelo que as fontes indicam, poderia ter sido na Rua Fagundes dos Reis, próximo da Vila Rodrigues, região onde muitos ferroviários residiam na cidade.

Vale ressaltar que a principal fonte é o primeiro Caderno de Matrícula de Membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Passo Fundo (IEADPF). Nela, encontram-se arroladas 3.092 pessoas que foram batizadas entre 21 de junho de 1936 e 22 de outubro de 1963, compreendendo um período de 27 anos. O caderno contém os seguintes registros: números (de registro como membro), nomes, idade (data de nascimento), nacionalidade, batismo (data), profissão, residência (localidade ou município em que reside),

estado civil, “eliminação” – subdividida em data e causa da exclusão do membro – e observação (Caderno de Matrícula, 1936-1963).

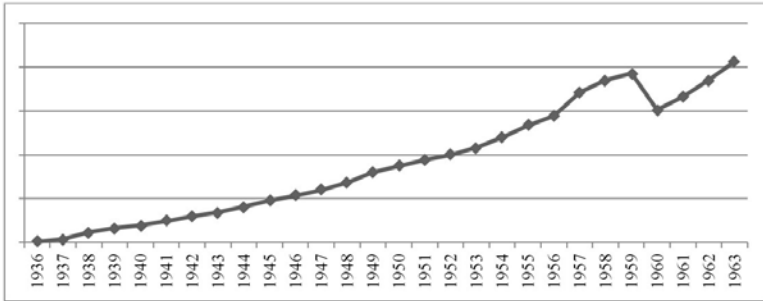
Então, partindo da análise dos dados contidos no caderno, busca-se evidenciar algumas questões acerca da história dessa comunidade na cidade de Passo Fundo. Por exemplo, dentre os membros, diversos não possuem todas as colunas preenchidas. Ademais, salienta-se que o número de 3.092 ressalta o ingresso de novos membros, mas nem sempre a permanência vitalícia destes na igreja. No ano de 1967, o número de membros em comunhão foi cedido pelo Pr. Nils Taranger às pesquisas do Pr. William R. Read.²² Esses dados foram tabelados em um gráfico para que se compreenda o crescimento vivenciado pela IEADPF²³. Como evidenciado no Gráfico 1, verifica-se que a expansão da instituição e o recebimento de novos membros foram constantes durante o período estudado, o que permite perceber uma aceitabilidade da fé pentecostal na comunidade de Passo Fundo. Todavia, sublinha-se que as crianças não são contabilizadas nesses dados, posto que a IEAD não possui a prática de batizar crianças, fazendo-o geralmente depois dos 10-12 anos de idade. Além disso, ao observar quem eram os sujeitos que compõem a comunidade assembleiana em Passo Fundo, a

²² William Read foi pastor presbiteriano, estadunidense, e desenvolveu diversas pesquisas a respeito do protestantismo no Brasil e na América Latina, dos quais destacamos a obra produzida dois anos após a obtenção dos dados: READ, William; MONTERROSO, Victor; JOHNSON, Harmon. *O Crescimento da Igreja na América Latina*. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 1969.

²³ Uma vez que os dados cedidos a William Read não conferem com os números obtidos junto ao caderno (apresentam menos membros que os arrolados), tomam-se essas informações para delinear um gráfico representativo do crescimento da IEADPF.

maioria absoluta era composta de brasileiros, com a exceção de alguns poloneses (4), russos (3), alemães (2) e uruguaios (2)²⁴.

Gráfico 01: Crescimento dos membros da ADPF (1936-1963)



Fonte: Dados de William R. Read citados no Caderno de Matrícula dos Membros da ADPF. Acervo da ADPF. Gráfico produzido pelo autor²⁵.

Para mais, os batismos eram realizados várias vezes por ano, tendo relação direta com o crescimento da adesão à fé assembleiana. Em 1936, primeiro ano da comunidade, foram realizados dois batismos (junho e agosto). No segundo ano, o número subiu para seis (janeiro, abril, julho, outubro, novembro e dezembro), mantendo-o para o ano de 1938 (março, maio, agosto, setembro, novembro e dezembro).

Na imagem a seguir (Figura 02) tem-se o primeiro re-

²⁴ Como as datas da vinda destes ao Brasil não foram registradas não se pode afirmar os motivos que levaram à migração. Entretanto, depreende-se que eventos como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) possam ter alguma relação com o deslocamento desses sujeitos.

²⁵ Ponderamos que a queda entre os anos de 1959 e 1960 se deu devido à emancipação da Assembleia de Deus de Nonoai. Houve com isso uma redução de 537 membros. Outra consideração é que as crianças não são membros uma vez que ainda não receberam o sacramento do batismo, o que ocorre na pré-adolescência.

gistro fotográfico de um batismo assembleiano em Passo Fundo. Em concordância com as informações do caderno de membros, compreende-se que esse batismo ocorreu em 29 de maio de 1938. No meio da fotografia, em posição de destaque, é possível verificar a presença do Pr. Emiliano Araújo Lopes, responsável pela igreja na cidade entre os anos de 1937-1941 e de novembro de 1943 a fevereiro de 1953. As roupas dos candidatos ao batismo são batas brancas, uma referência explícita à simbologia de pureza e à santificação do rito.



► Figura 02. Batismo nas águas – 29 de maio de 1938. Fonte: Autoria desconhecida. Acervo da IEADPF.

Salienta-se que a comunidade era formada por aproximadamente 63% de mulheres. Apesar destas não terem lugar na hierarquia assembleiana, eram ativas nas classes

das Escolas Bíblicas Dominicais²⁶ e nos círculos de oração, grupos nos quais oravam, cantavam e compartilhavam suas vivências. Mello (2011, p. 30) considera que a adesão das mulheres ao pentecostalismo nesse contexto permite uma maior participação na esfera pública, uma vez que por meio da evangelização e do trabalho desempenhado na congregação a mulher tem maior atuação na sociedade.

Em relação ao estado civil de seus membros, boa parte dos assembleianos, tanto homens quanto mulheres, eram solteiros (49%). Casados constituíam cerca de 46%, e viúvos, 5%²⁷. Quanto à profissão, a maioria das mulheres eram classificadas como “domésticas”, ou seja, donas de casa²⁸. As profissões que se destacaram foram: agricultores, operários, seguidos por ferroviários e militares. Indicando uma inserção no meio rural da região. Além destes, jornaleiros, pedreiros, mecânicos, motoristas, comerciantes e evangelistas, ao que se somam guardas noturno, industriais, alfaiates, costureiras, marceneiros, carpinteiros, estudantes, professoras, industriais, alfaiates, pintores, funcionários públicos, niqueladores, latoeiros, secretária, eletricista, entre outros, compunham a IEADPF. Para Guedes (2017, p. 53) isso remete tanto ao crescimento econômico e populacional e à diversificação do trabalho no município no qual a IEAD integra

²⁶ As Escolas Bíblicas Dominicais são encontros de instrução bíblica, realizadas em diversas igrejas evangélicas, geralmente nos domingos pela manhã, com o intuito de difundir e ensinar a sua fé aos seus membros e a quem mais se interessar.

²⁷ Esse número de solteiros nos aponta para a formação de casais entre jovens assembleianos, uma vez que o casamento com alguém da própria igreja era preconizado pela instituição, gerando um fortalecimento da própria igreja.

²⁸ Dado o contexto ainda excludente das mulheres para o mercado de trabalho.

quanto ao aumento dos setores industrial e de prestação de serviços.

Deve-se ressaltar que os membros da IEADPF, naquela conjuntura, não faziam parte do restrito grupo da elite política e econômica passo-fundense. Um dos motivos que reforçam essa compreensão é a parca repercussão da IEAD nos periódicos *O Nacional* e *Diário da Manhã*, principais jornais da região. Apenas duas notícias foram identificadas²⁹ no período entre 1936-1963. A primeira foi veiculada em 25 de maio de 1946 e convidava para a inauguração de um templo da IEADPF, “conhecida em todo o mundo”, na esquina das ruas Moron e Vinte de Setembro, publicada no *O Nacional*³⁰. A segunda veiculação é de novembro de 1957 sobre um congresso realizado na IEADPF, noticiada pelo *Diário da Manhã*.

A década de 1950 marcou três fatores importantes para a igreja local. Inicialmente, em 22 de outubro de 1950 foi construído o templo na Rua Moron, 2560, no Boqueirão (Figura 03), durante a administração do Pr. Emiliano Lopes. O segundo momento foi em janeiro de 1954 quando o Pr. Germano Domingo Zucchi³¹ assumiu a igreja, o pastor lide-

²⁹ Utilizou-se o mapeamento das matrizes religiosas do município de Passo Fundo desenvolvido por bolsistas e voluntários do projeto “Religiosidade e Cultura: possibilidades de pesquisa”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Gizele Zanotto.

³⁰ Sobre esse templo não se encontrou registros, uma vez que o templo atual, inaugurado em 1950, fica na rua Moron nº 2560, esquina com a rua 7 de Agosto. Entendemos que se trata de um equívoco, dado que os endereços estão distantes em um quarteirão.

³¹ Em seus 42 anos de pastorado iniciou o trabalho da IEADPF em 22 municípios da região, além de fundar o *Lar Emiliano Lopes* como abrigo para crianças em situação de vulnerabilidade social. (ADPF, 2014, p. 12). Sublinhamos que Zucchi é o único líder assembleiano a ter seu nome homenageado em um dos topônimos da cidade, com uma praça no Conjunto Habitacional Edmundo

rou a comunidade por maior tempo, 42 anos (IEADPF, 2014, p. 11-13). Por fim, em 1957, o Pr. Nils Taranger concedeu à IEADPF sua emancipação eclesiástica da igreja em Porto Alegre, conferindo autonomia jurídico-administrativa a ela, momento este em que passou a ser a sede da Assembleia de Deus na região norte do estado (Guedes, 2017, p. 55).



► Figura 03.
IEAPF em seu templo central – década de 1960. Fonte: Autoria desconhecida. Acervo da IEADPF.

Além disso, vale mencionar que os membros da Assembleia de Deus em Passo Fundo não residiam apenas na cidade ou na área urbana do município. Ao mapear os lugares de residência, 41 localidades foram apontadas no caderno de matrícula, algumas cidades e outras ainda distritos. A acentuada presença

Trein (Miranda; Mendes, 2011, p. 129).

de localidades do interior corrobora com o entendimento da presença de muitos agricultores entre os membros da IEADPF, o que evidencia o esforço destes agentes assembleianos em ocupar espaços que talvez não tivessem tanta concorrência religiosa ou conota que a presença de outras instituições não fosse tão sensível ao meio rural. As localidades com maior presença eram: Passo Fundo (755) Nonoai (243), Carazinho (231), Erechim (227), Sarandi (209), Votouro (136), Cacique Doble (127), Três Palmeiras (109), Getúlio Vargas (90) e Faxinalzinho (67)³².

Nessa perspectiva, verifica-se uma dispersão e expansão de uma igreja formada por pessoas que não compunham a elite social da cidade, dentre elas agricultores, operários e donas de casa, em múltiplos espaços, principalmente os periféricos. De acordo com Alencar (2010, p. 156), um dos fatores de expansão das IEADs no Brasil era a possibilidade de grupos segregados pela sociedade não somente participarem dos cultos, mas também cantarem, pregarem, glorificarem; o membro “era a igreja”. Essa postura não se restringiu somente à AD, mas revela o investimento religioso na tentativa de angariar novos adeptos entre esses grupos sociais. Partindo da ideia do livre acesso ao “poder dividido”, sem a mediação dos produtores de bens sagrados, a liberdade de se expressar e até de ingressar na hierarquia da instituição,

³² As demais localidades registradas são: “Reserva”, Barracão, São José, Iraí, Coxilha, Lagoa Vermelha, São Luiz, São José do Ouro, “M. Senero”, Engenho Menegheti, Engenho Englert, Santa Bárbara, Não Me Toque, “P. Entrada”, Viadutos, Capoeira, São Bento, Pinheiro Marcado, Espigão Alto, “Casa Zuela”, Coroadó, Machadinho, Palmeira Estação, Marcelino Ramos, Linha do Fundo, “Linha do Trem ‘Dada’”, Santa Rosa, Ijuí, Pulador, Quatro Irmãos, Ribeirão Bonito e Água Santa.

são fatores a serem considerados como valorizadores do indivíduo (Alencar, 2010, p. 44; Dreher, 2013, p. 476).

A última parte do caderno tratava das eliminações dos membros³³, o que poderia acontecer por falecimento, transferência, desobediência (expulso) ou por desistência pessoal do membro (deste último não se encontra registro). Destaca-se que foram registrados pelo menos 255 membros que foram excluídos pelo motivo de “desobediência” entre os anos de 1936-1963. As maiores parcelas foram nos anos de 1942 (21), 1947 (13), 1960 (17) e 1961 (17)³⁴, períodos em que Emiliano Lopes e Germano Zucchi foram pastores. As causas não são especificadas, isto é, não eram assinaladas quais foram as faltas cometidas pelos ex-membros. Sendo assim, depreende-se que isso possa estar vinculado àquilo que está estabelecido no Estatuto, mas também não se desconsidera a desobediência ao pastor da igreja.

Dentre os excluídos, um caso chamou a atenção. Uma mulher de 54 anos, membro desde 1937, residente em Passo Fundo, casada e que foi excluída em 1940. Segundo os registros, teve em sua matrícula escrita a palavra “cigarro”, o que pode indicar a causa da sua eliminação do rol de membros

³³ A respeito disso, o Estatuto da ADPF, no artigo 11, determina que aqueles que não tiverem uma conduta “conforme os preceitos bíblicos”, abandonarem a igreja, “promover[em] dissidência manifesta ou se rebelarem contra a autoridade da igreja, do Ministério ou das Assembléias”, ou praticarem adultério, fornicação, prostituição, zoofilia, relação sexual entre pessoas do mesmo sexo, homicídio e sua tentativa, furto ou roubo, rebelião, “feitiçaria e suas ramificações” e crimes hediondos perderão a sua condição de membros, sendo destituídos de algum cargo se assim estiverem ocupando” (IEADPF, 2006, p. 3).

³⁴ Dado que as causas não são explicitadas torna-se difícil a análise dos dados. Procurou-se grupos sectários da AD que se originaram nesse período, mas não foram encontrados.

da igreja. Logo, esse fato indica para certa rigidez das regras de comportamento impostas ao grupo. Contudo, esse tema ainda merece ser mais bem estudado, buscando entender como se dava a reconciliação e verificando se houve alguma liderança que se rebelou e deu origem a um novo grupo nesse período.

Ressalta-se que não há registros de que esses ex-assembleianos tenham aderido a outro grupo religioso. Para mais, a mobilidade dos membros da AD no estado também é percebida, dado que 196 membros vieram transferidos para a ADPF, e outros 235, oriundos de Passo Fundo, entraram em outras IEADs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode-se perceber, os dados analisados durante esse trabalho permitem ainda múltiplas pesquisas; portanto, não se pretende esgotar as fontes ou encerrar o tema. Com base na observação de sua formação histórica, da (con) formação da sua membresia e da sua operatividade proselitista, compreende-se que a Assembleia de Deus chegou e se expandiu não somente em Passo Fundo no princípio do século XX, mas também em toda a região norte do estado, tendo atingido parcelas significativas da população e se consolidando ante um cenário religioso plural. Nesse processo de expansão, a marca do evangelismo pessoal fora mantida. Assim, assembleianos, agentes de sua fé, foram ativos na evangelização e divulgação de sua fé ante, sobretudo, trabalhadores que constituíam seus vínculos de sociabilidade

e (re)construíram uma nova conformação religiosa para o município de Passo Fundo.

FONTES

IEAPDF - IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS PASSO FUNDO. *Caderno de Matrícula dos Membros*. 1936-1963.

IEAPDF - IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS PASSO FUNDO. *Estatuto*. Versão 2006.

IEADPF - IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS PASSO FUNDO. *Nossa História*. 2014. Disponível em: <www.adpassofundo.com.br>. Acesso em 10 nov. 2015.

IEAPDF - IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS PASSO FUNDO. *Credo*. Versão 2014a.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon. *Assembleia de Deus: Origem, Implantação e Militância (1911-1946)*. São Paulo: Arte Editorial, 2010.

_____. *Protestantismo Tupiniquim: hipóteses sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira*. 3.ed. São Paulo: Arte Editorial, 2005.

ARAÚJO, Isael de. *Dicionário do Movimento Pentecostal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma*. São Paulo: Pioneira, 1989.

DREHER, Martin N. *História do Povo de Jesus: uma leitura latino-americana*. São Leopoldo: Sinodal, 2013.

_____. Protestantismos na América Meridional. In: _____(org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional*. Porto Alegre, EST edições, 2002. p. 115-138.

FRESTON, Paul. Breve História do Pentecostalismo brasileiro. In:

ANTONIAZZI, Alberto. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.67-158.

GUEDES, Augusto Diehl. “*A porta que abriu e nunca mais fechou, Deus multiplicou o seu rebanho*”: a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Passo Fundo (1936-1963). In: BORIN, Marta Rosa. (Org.). *Religiões e Religiosidade no Rio Grande do Sul (V.5) - As religiões protestantes: história, fontes e metodologia de pesquisa*. 1ed. São Paulo: ANPUH, 2017, p. 35-58.

_____. “Com os fiéis ela vai”: um estudo acerca da relação entre migração e a Igreja Assembleia de Deus na primeira metade do século XX. In: WEIZENMANN, Tiago, SANTOS, Luis; MÜHLEN, Caroline von (Orgs.) *Migrações históricas e recentes*. Lajeado, Editora Univates, 2017. p. 514-524.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 10 ago. 2019.

LOPES, Deivis V. *A Organização Eclesiástica da Assembleia de Deus em Canoas/RS*. 2008. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MACHADO, Edgar. *História da Fundação da Assembleia de Deus no Rio Grande do Sul*. Canoas: Provedor, 2014.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MEDEIROS, Márcia Maria de. *Cara ou coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio gaúcho (início do século XX)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

MELLO, Izabel Cristina Veiga. Uma leitura de gênero a partir das relações de poder no pentecostalismo brasileira. *Açusa: revista de estudos pentecostais*. Joinville, vol. II, ano 2, n. 1, 2011, p. 1-34.

MIRANDA, Fernando; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005.

NYSTRÖM, Samuel. A dedicação dum novo e amplo templo em Porto Alegre. *Mensageiro da Paz*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 7, 1ª

quinzena de abril, p. 06, 1939.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. DREHER 2002

SIEPIERSKI, Paulo D. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. In: GUERRIERO, Silas (Org). *O Estudo das religiões: desafios contemporâneos*. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2008. p. 71-88.



A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE PASSO FUNDO

Jonas Balzan

Resumo: Com a Proclamação da República, em 1889, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) no Brasil passou por um período ambíguo. Enquanto alguns clérigos viam o evento como uma desgraça, outros assistiam ao episódio como uma dádiva, já que com a liberdade que a ICAR passaria a ter, o movimento, por vezes chamado de romanização, poderia ser implementado no país. E foi de fato o que ocorreu. Assim, a criação de novas dioceses teve como principal premissa a aproximação da Instituição Católica para com os fiéis por meio da figura do bispo, chefe de sua diocese. Ressalta-se que as dioceses podem ser entendidas como centros administrativos que auxiliam na organização e difusão da doutrina católica. Nesse sentido, compreende-se que a Diocese de Passo Fundo se insere dentro desse grande projeto de romanizar o Brasil. Portanto, nesse trabalho discorrer-se-á sobre o processo de criação da Diocese de Passo Fundo, dando maior visibilidade aos movimentos leigos que auxiliaram nesse processo.

Palavras-chave: Diocese de Passo Fundo. Igreja Católica. Catolicismo.

INTRODUÇÃO

Com a Proclamação da República e a instauração de um Estado laico, a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) no Brasil passou por um período ambíguo. Ao mesmo tempo que se viu livre dos ditames estatais e, por esse motivo, poderia se aproximar de Roma, buscando uma reorganização institucional e clerical, por outro lado teria de “lutar” pelo seu espaço, visto que o *campo religioso* (Bourdieu, 2007) passaria a estar livre para tal disputa. Desse modo, a ICAR utilizou-se de algumas *estratégias* (Certeau, 1998) para se (re)aproximar da população brasileira. Dentre essas ferramentas, a criação de novas dioceses foi basilar para que o catolicismo ultramontano pudesse ganhar legitimidade e se desenvolvesse. Partindo disso, nesse trabalho, pretende-se discorrer sobre o processo de criação da Diocese de Passo Fundo, que se enquadra dentro desse grande processo de romanização, projeto da Sé Romana, e que tem seu início no começo do século XIX, mas que chega ao Brasil apenas no final do referido século.

Ao fim da Primeira República brasileira começaram a surgir menções acerca da criação de uma diocese na cidade de Passo Fundo. A princípio, partem do clero e sociedade passo-fundense e são acolhidos pela ICAR, na pessoa de Dom João Batista Becker, então Arcebispo de Porto Alegre (1912-1946). Dessa forma, não demorou para que movimentos leigos aderissem a essa ideia e sob o olhar da Igreja comesçassem a trabalhar em favor desse objetivo: criar uma diocese em Passo Fundo. No decorrer do período, para a efetivação desse propósito, houve a elaboração de alguns

movimentos para que a tarefa conseguisse ser alcançada: Comissão Abaixo, Associação Pró-Bispado/Pró-Catedral, Legião Feminina Pró-Catedral, Pequena Cruzada da Legião Feminina Pró-Catedral. Estes, por sua vez, usaram como principal instrumento a mídia impressa local¹, na qual comunicam acerca dos eventos que tinham por intuito arrecadar fundos para o cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos pela própria Cúria Romana: certa quantia em dinheiro, um palácio episcopal para residência do bispo e a construção de uma igreja catedral. Enfim, esse movimento, que surgiu por volta de 1930, atingiu seu final em 1951, quando, por meio da Bula *Si qua Dioecesis*, o Papa Pio XII (1939-1958) cria a Diocese de Passo Fundo.

Pode-se dizer que as discussões para a criação de uma diocese em Passo Fundo precedem 1930, pois se Dom Becker veio até Passo Fundo nesse ano para firmar de fato a ideia, sugere que esses desejos já existiam anteriormente. Como o advogado João Junqueira Rocha relata, a criação da diocese era “antiga e justa aspiração dos católicos deste município”². Sobre isso, Welci Nascimento comenta: “Começou em três de setembro de 1926, quando vinte pessoas se reuniram na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Aparecida [...] Era a projeção do futuro bispado de Passo Fundo” (Nascimento, 2000, p. 85). Contudo, em todas as documentações analisadas a que se teve acesso, não se localizou nada que aborde sobre esse assunto antes de 1930, justificando assim, o recorte temporal do trabalho: de 1930 a 1951.

¹ Utilizar-se-á, essencialmente, o periódico *O Nacional*, jornal passo-fundense fundado em 1925, disponível para consulta no Arquivo Histórico Regional.

² O NACIONAL, Passo Fundo, nº 683, 30 jul. 1930, p. 2.

UMA IDEIA, UM OBJETIVO: MÃOS À OBRA!

Entre os dias 25 e 27 de julho de 1930, esteve presente em Passo Fundo Dom João Batista Becker com o propósito de deixar definitivamente assentada a ideia de criação de uma Diocese de Passo Fundo. Ao desembarcar na estação da Viação Férrea, foi recepcionado pelas autoridades do município e por circunstância de sua estadia nessa localidade foi elaborada uma programação festiva. Assim, ao longo de sua permanência, o religioso dialogou com as comissões encarregadas pela criação do bispado, com as diretorias das Damas de Caridade, Apostolado da Oração e Conferência Vicentina³. Além de Dom Becker, fizeram-se presentes em Passo Fundo para os debates em relação ao bispado o Monsenhor Nicolau Marx, que nesse mesmo período era também deputado estadual, o Cônego Canel, o Cônego Luiz Scortegagna, da Diocese de Santa Maria e o reconhecido advogado Adroaldo Mesquita da Costa⁴.

Após a visita de Dom João, não tardou para que ocorresse⁵ uma reunião⁶ a fim de definir a primeira Comissão Central⁷, que seria encarregada de suscitar fundos para a

³ O NACIONAL, Passo Fundo, n° 677, 23 jul.1930, p. 4.

⁴ O NACIONAL, Passo Fundo, n° 682, 29 jul. 1930, p.4.

⁵ Ocorreu aos 3 dias do mês de agosto de 1930.

⁶ A comissão reuniu-se diversas vezes, “mas por causa da iminência da revolução suspendeu seus trabalhos” *Livro Tombo - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida N° 2*, p. 29 verso.

⁷ Nessa ocasião a Comissão ficou assim formada “- presidentes de honra: deputado dr. Nicolau A. Vergueiro e cel. Innocencio Scheleder, - presidente effectivo: cel. Henrique Scarpellini Ghezzi. - 1° vice-presidente: dr. J. Junqueira Rocha. - 2° vice-presidente: Antonio Pupe Loureiro. - 3° vice-presidente: Luiz Busato. - secretario geral: dr. Lacerda de Almeida Junior. - 1° secretario: Ludovico Della Méa. 2° secretario: Honorio Carvalho. 3° secretario: prof. Emilio Stigler. - the-

edificação do palácio episcopal e da catedral. No entanto, pelo que se observa na documentação analisada, essa Comissão não será tão atuante quanto Alice N. Bade, Zulmira Ribas e Honorina Avila, sendo elas esposas de Otto Bade, de Octacilio Ribas⁸ e de Max Avila, respectivamente. Ressalta-se que tanto o primeiro como o segundo sujeito integraram a Comissão que tinha por intuito a construção de uma nova Matriz.

Essa nova Matriz seria edificada onde se localiza a atual Catedral Arquidiocesana de Passo Fundo. Assim, em 1913, em presença da população, bem como dos Padres Valentin Rumpel e Rafael Iop, e da Comissão construtora da Igreja, o Bispo Dom Miguel de Lima Valverde, então Bispo da Diocese de Santa Maria (1911-1922) fez a bênção da primeira pedra da Igreja Nossa Senhora das Dores que seria erigida no mesmo local da antiga Matriz, demolida em 1909⁹. Esse assunto chegou a ser mencionado até mesmo n' *O Nacional* e teve sua última citação nesse mesmo periódico aos 13 dias de julho de 1927. Hipoteticamente, essa discussão tenha sido encerrada por iniciarem os debates relacionados ao bispado e à provável construção deste no mesmo lugar.

souzeiro geral: P. Carlos Lange - vigário. 1º thesouzeiro: major Mario Braga. - 2º thesouzeiro: Ernesto Morsch. - 3º thesouzeiro: Max Avila. - procurador geral: dr. Mauro Pinheiro Machado. - 1º procurador: dr. Pedro de Moraes Branco. - 2º procurador: Pedro Vargas. - 3º procurador: Frederico C. Carvalho". (O NACIONAL. Palácio Episcopal. O Nacional, Passo Fundo, nº 687, 04 ago. 1930, p. 3). No decorrer dos anos os integrantes dessa Comissão irão sendo alterados.

8 Os dois fizeram parte da Comissão Pró-Catedral juntamente com Herculano Trindade, Eduardo Kurtz e Almiro Ilha. (O NACIONAL, Passo Fundo, nº 677, 23 jul. 1930, p. 4).

⁹ RUMPEL, Padre Valentin, in: *Livro Tombo - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida* N^o 2, p. 3.

Com a finalidade de arrecadar fundos para a construção tanto do palácio episcopal quanto da catedral, deu-se início à organização de eventos, sendo-os divulgados ao público passo-fundense por meio da imprensa local. Eram anúncios de chás, bailes, torneios de futebol, sessões de cinema, quermesses, rifas, festivais artísticos, etc. A primeira publicação ocorreu no dia 22 de agosto de 1930, com o seguinte título: “Pró palacio episcopal Sessão no Cine Colisseu”. Também se salientava que para o dia da sessão “os ingressos serão vendidos a preços populares, e será focado o film <Rosa da meia noite>”¹⁰.

Não demorou para que surgissem as primeiras propostas de projetos para a futura catedral, sendo os primeiros arquitetos a apresentarem suas ideias Ernesto Delvaux – propondo um projeto em estilo gótico –, José Formento – desenvolvendo-o em estilo renascença – e Victorio Zani – apresentando-o através de um gótico de transição do estilo romano. O orçamento inicial da catedral girava entre 800 e 1.200 contos de réis. No início de 1931, havendo oito projetos, nomeou-se uma comissão para “estudar os projectos e dar parecer sobre os mesmos”¹¹.

Dom Antônio Reis, em posse da Diocese de Santa Maria (1931-1960), que na época compreendia também Passo Fundo, fez uma consulta aos Padres Consultores da Diocese em 1932, com o propósito de saber a posição deles acerca da possível criação ou não de uma Diocese em Passo Fundo. As respostas registradas, em sua maioria, apontam que os Consultores Diocesanos não eram favoráveis. Dentre as ale-

¹⁰ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 702, 22 ago. 1930, p. 2.

¹¹ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 812, 05 jan. 1931, p. 4.

gações expostas, estavam as referentes ao aspecto financeiro, aos aspectos geográficos, aos aspectos religiosos e ao enfraquecimento da Diocese de Santa Maria, que por se tratar de uma diocese recém-criada (1910), nem dispunha de um patrimônio significativo. É importante destacar que esses aspectos apresentados pelos Consultores já se faziam presentes antes mesmo de 1932. Em carta a Dom Becker, Monsenhor Luiz Scortegagna deixa clara a fragilidade financeira em que se encontrava a localidade de Passo Fundo: “Todas as paróquias estão com dívidas por causa das recentes construções das Igrejas Matrizes, Capellas e outras obras paróquias”¹². Assim, com base em argumentos, os Consultores e Monsenhor Luiz julgavam a criação de um bispado em Passo Fundo, naquele período, uma atitude “prematura”, todavia não rejeitavam a probabilidade de este ser criado no futuro. Assim, essa pauta poderia ser retomada quando existisse um panorama mais propício para tal, e segundo eles isso levaria de 10 a 15 anos.

Por dificuldades financeiras, no decurso de todo o processo de construção da catedral as obras foram constantemente interrompidas, o que justifica os 21 anos de processo. Então, solicitando cooperação aos passo-fundenses, as comissões e o Vigário local se valeram mais uma vez da imprensa, fazendo anúncios e pedindo insistentemente para que a população realizasse doações, a fim de que as obras pudessem ser finalizadas o mais breve possível. Sublinha-se que em seus discursos em busca de amparos, evidencia-se não só a questão relativa à fé católica, como também a ten-

¹² SCORTEGAGNA, Luiz. [Carta] 17 maio 1931, Santa Maria [para] BECKER, João Batista. Porto Alegre. Criação da Diocese de Passo Fundo.

tativa de obter auxílio de cidadãos de outras crenças religiosas, recorrendo ao sentimento de afeto pela cidade de Passo Fundo.

Se o objetivo era obter cooperação não apenas de católicos, mas também de sujeitos das mais diversas crenças religiosas ou políticas, esse foi alcançado com sucesso. Para tanto, basta recordar que Nicolau Araújo Vergueiro, durante o tempo em que foi intendente municipal, foi o responsável pela doação de um terreno, em 1922, na Avenida Brasil, para a construção do atual Instituto Educacional Metodista (IE). Nesse período, enquanto maçom, Nicolau simpatizava mais com a Igreja Metodista do que com a ICAR (Medeiros, 2007). Apesar disso, em reunião de 3 de agosto de 1930, Vergueiro foi nomeado presidente de honra da primeira Comissão Pró-Bispado. Outro fato que ilustra o êxito da ICAR, em Passo Fundo, em atrair para dentro do movimento Pró-Diocese integrantes de outros credos ou ideários políticos é o caso do comunista João Junqueira Rocha¹³. Destaca-se que esses são apenas dois exemplos, contudo, crê-se que não se constituam em casos isolados.

Nesse sentido, Rioldo Azzi diz que, a partir de 1908, as elites locais passaram a dirigir movimentos pró-bispado, vendo na figura de uma diocese um instrumento de prestígio para os próprios centros urbanos (Azzi, 2008, p. 18). Esse prestígio, trazido ao centro urbano, somava-se ao ideário de progresso, de “ser moderno”, ideia essa difundida por uma

¹³ “Durante a década de 1920, uma das figuras mais influentes da Sociedade Operária era a do advogado João Junqueira Rocha, que inclusive presidiu a entidade diversas vezes. Aliás, devemos lembrar que Junqueira Rocha se filiaria ao comunismo em 1931 e ao reassumir a presidência da entidade, em 1934, tornaria a entidade um núcleo comunista” (Batistella, 2007, p. 2).

elite político-econômica, que se opunha a uma cultura “considerada atrasada, ineficiente e distante do lema republicano de ordem e de progresso” (Souza, 2008, p. 62). Sendo assim, verifica-se que os indivíduos que ocupavam os cargos dirigentes dos movimentos leigos possuíam evidência socioeconômica na sociedade passo-fundense. Portanto, essa participação na direção das organizações, segundo Manoel, assegurava o financiamento fundamental e o seu funcionamento (Manoel, 2008, p. 57).

Seguindo essa linha de raciocínio, identifica-se nos discursos impressos do jornal *O Nacional* a ideia do poder simbólico e o prestígio que uma diocese traria para a cidade de Passo Fundo: “Inegavelmente, o término desse grandioso empreendimento não significa, apenas, o novo Templo da Igreja Católica nesta cidade, como também, uma bela obra de arte arquitetônica que muito contribuirá para o maior realce e embelezamento de Passo Fundo”¹⁴. Além disso, constatou-se a pregação da ideia de uma cidade avançada em relação as demais, ou seja, uma ideia de desenvolvimento e progresso: “Entendemos que a solução desse caso interessa vivamente a nossa população, tanto católica, que é a maioria, como de qualquer outra religião, visto que diz de perto com o nosso desenvolvimento moral e artístico”¹⁵.

Em 1939, uma nova Comissão Pró-Catedral foi constituída. De acordo com o vigário, seria preciso realizar uma nova eleição “visto o desejo manifestado pelo anterior de deixar que outros também emprestem o seu concurso para a realização dessa grandiosa obra que atenderia aos vindou-

¹⁴ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 5204, 16 nov. 1945, capa.

¹⁵ A LUTA, Passo Fundo, nº 2, 16 maio 1931, p. 2.

ros os esforços da população católica de Passo Fundo”¹⁶. Apesar dessa fala, a alteração, na verdade, pode ter acontecido pela pouca dedicação e empenho da comissão anterior. Para mais, salienta-se que no ano de 1937 existiam somente cinco famílias construtoras¹⁷, já em 1939, após a eleição da nova comissão, inscreveram-se 58 novas famílias em apenas um mês. De acordo com *O Nacional*, ainda naquele ano as obras encontravam-se paradas: “cuja a construção, em breve será reiniciada”¹⁸. Porém, as obras apenas foram retomadas em 1940, conforme notícia de 12 de setembro: “Tiveram na presente semana o reinício dos trabalhos da monumental obra da catedral desta cidade”¹⁹. Destaca-se que nesse último anúncio se anexou a ele um desenho (Figura 1) do que poderia a vir ser a futura catedral, procurando, dessa maneira, apresentar a toda a população passo-fundense o resultado que poderia ser atingido se todos se unissem em favor da causa. Contudo, se por um lado, no decurso de todo esse processo de criação de um bispado, a ICAR foi angariando cada vez mais fiéis e se fortalecendo, por outro, fez com que alguns católicos “virassem a casaca”, isto é, eles deixaram de ser fiéis da Sé Romana e aderiram às Igrejas Protestantes²⁰.

Em vista do indispensável fortalecimento do movimento Pró-Bispado, aos 29 dias de outubro de 1943, Dom Antô-

¹⁶ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 3298, 17 maio 1939, p. 2.

¹⁷ Para se tornar um construtor dever-se-ia fazer uma doação no valor de um conto de réis. “Os nomes dos assinantes, depois da realização do pagamento, serão gravados em mármore na entrada da futura Catedral” (O NACIONAL, 24 maio 1939, p. 4). Percebemos a inexistência desta placa de mármore, acima mencionada, na Catedral Metropolitana de Passo Fundo.

¹⁸ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 3303, 24 maio 1939, p. 4.

¹⁹ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 3683, 12 set. 1940, p. 3.

²⁰ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 2211, 23 set. 1935.



► Figura 01. Ilustração frontal da Catedral de Passo Fundo. Fonte: O NACIONAL, 12 de setembro de 1940. AHR.

maneira possível nas paróquias dos municípios²² que pertenceriam ao futuro bispado, deixando sob aviso os párocos, vigários, capelães, reitores de igrejas e demais sacerdotes a fim de que acatassem ao Monsenhor Müller, podendo ele, assim, realizar seu trabalho com sucesso.

Ademais, destaca-se que dentro dos movimentos leigos as mulheres tiveram enorme relevância, sendo as prin-

²¹ REIS, Dom Antônio, in *Livro Tombo - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida N^o 2*, p. 73.

²² Passo Fundo, Carazinho, Getúlio Vargas, Erechim, Soledade, Sarandi, Iraí e Marcelino Ramos.

cipais encarregadas pela organização de eventos. Estas, no que lhes cabia, não poupavam esforços para que as festas “revistam-se de grande brilhantismo”²³. Logo, elas foram as responsáveis pelos preparos dos famosos chás, muito divulgados no período – a comissão encarregada pelos chás era alterada todo mês. Em 1939, durante a reunião da nova Comissão Central, foi composta uma comissão Central de Damas. A partir daquele momento, as mulheres, que já se faziam presentes desde o início do processo, passaram a ser ainda mais ativas, chegando a criar a Legião Feminina Pró-Catedral, com subsede no Município de Marau.



► Figura 02. Pedido de auxílio ao povo passo-fundense, em favor da catedral.
Fonte: O NACIONAL, 19 jun. 1946, p. 16.

Em 1948 houve a organização de uma nova Comissão Pró-Catedral. Essa Comissão, somada a um número cada vez maior de fiéis católicos e a liderança do Monsenhor Clemente Müller, fez com que as obras ganhassem fôlego nos

²³ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 2476, 12 ago. 1936, p. 4.

últimos “metros da maratona”. Nomeada em 19 de maio de 1948 por Dom Antônio Reis, a nova Comissão Central ficou “constituída de elementos de projeção social e religiosa”²⁴, sendo atribuída a essa comissão “supra poderes de formar sub-comissões, não só nos distritos de Passo Fundo, mas também nas sedes e distritos [...] dos municípios, que pela posição topográfica deverão pertencer ao futuro Bispado”²⁵.

Aproximadamente um ano depois se faria presente, em Passo Fundo, Dom Antônio Reis com a finalidade de benzer²⁶ a catedral, sede do futuro bispado. Para tal ocasião um programa foi elaborado. Dentro dessa programação estabeleceu-se a transladação “com enorme massa de fiéis” da imagem de Nossa Senhora Conceição Aparecida da residência da doadora, Laura Vargas Rocha, esposa de Antonio Junqueira Rocha, para a Catedral de Passo Fundo. Com a chegada da imagem à catedral, ambas (a imagem e a catedral) foram benzidas “ante a multidão de fiéis, que se acotovelava no amplo recinto do templo”²⁷. Apesar disso, somente no ano seguinte, mediante decreto de Dom Reis a catedral passou a ser sede de uma nova paróquia:

Fazemos saber que, atendendo á necessidade de ser creada mais uma Paróquia na Cidade de Passo Fundo, que será o futuro Curato da Sé, em virtude da Nossa Autoridade Ordinária,

²⁴ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 6017, 18 ago. 1948, capa.

²⁵ REIS, Dom Antônio. Portaria de 19 maio 1948.

²⁶ Segundo consta no Código do Direito Canônico “Cân. 1217 – 1. Concluída devidamente a construção, a nova igreja seja quanto antes dedicada, ou pelo menos benzida, observando-se as leis da sagrada liturgia” (2007, p. 211).

²⁷ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 6308, 12 set. 1949, capa.

havemos por bem decretar, como de fato pelo presente Decreto, determinamos que a Nova Paróquia terá como principal orago: Nossa Senhora Aparecida, modificando a denominação do orago da antiga Paróquia que era de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, para o título de Nossa Senhora da Conceição²⁸.

Desse modo, nascia a Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, tendo como primeiro vigário o Padre Laurentino Tagliari. Em 1950, a recém-criada paróquia já possuía uma média de trinta comunhões diárias, podendo “observar em Passo Fundo uma crescente vida religiosa, pois, sem se denotar diminuição de movimento nas demais igrejas, já existentes, são bem frequentadas as [...] missas”²⁹.

No ano seguinte, Dom João Claudio Colling, então Bispo auxiliar (1950-1951) de Santa Maria, viria a Passo Fundo para fixar residência. Contudo, pela ausência de um palácio episcopal – o prédio que já havia sido adquirido acabou sendo destinado à secretaria do bispado – Dom Colling hospedou-se por um curto período na casa canônica da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Assim, a compra de uma casa para sua morada foi a primeira “tecla” a ser batida por Colling, já que este possuía o desejo de fixar-se o quanto antes em Passo Fundo, pois, conforme o Padre Laurentino Tagliari, “pesando-lhe sobre os ombros a responsabilidade de filho para com sua santa progenitora quasi octogenária”, portanto ansiava, “uma vez que estava determinada sua

²⁸ BERTOLDO, Monsenhor Achiles Luiz, in: *Livro Tombo - Paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida N^o 2*, p. 97. Bertoldo foi chanceler do bispado de Dom Antônio Reis.

²⁹ O NACIONAL, Passo Fundo, n^o 6495, 29 abr. 1950, capa.

residência em Passo Fundo, trazer quanto antes sua idosa mãe, antes dos rigores do inverno planaltino da Serra”³⁰.

No início da década de 1950, o município de Passo Fundo já dispunha de um candidato a tomar o posto do futuro bispado e de uma catedral, que mesmo não achando-se absolutamente finalizada, era aceitável para sediar uma diocese. Sublinha-se que os sinos e o carrilhão chegaram por via férrea aos 24 dias de abril e sua instalação se efetivou em 6 de agosto do mesmo ano, quando os sinos soaram pela primeira vez “espalhando modulações sonoras por sobre a cidade, como um chamado solene e cativante de Cristo, Redentor dos povos”³¹. Portanto, aguardava-se somente que houvesse o reconhecimento e o título de diocese.

Dessa forma,

a Diocese de Passo Fundo foi criada por meio da Bula Papal *Si qua Dioecesis* de 10 de março de 1951, sendo desmembrada totalmente da Diocese de Santa Maria. No dia 22 de julho, Dom Vicente Scherer, então Arcebispo (1946-1981) Metropolitano de Porto Alegre, conforme delegação recebida de Dom Carlos Chiarlo do Núncio Apostólico do Brasil (1946-1954), deu execução a bula *Si qua Dioecesis*, instalando oficialmente o novo Bispado. À tarde do mesmo dia, com a presença de vários Bispos rio-grandenses, houve posse solene de Dom Cláudio Colling, tornando-se primeiro Bispo da Diocese de Passo Fundo. Dada a grandeza do evento, este foi amplamente mencionado pela mídia não só passo-fundense como também pela imprensa da capital do Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo o peri-

³⁰ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 6480, 12 abr. 1950, p. 3.

³¹ O NACIONAL, Passo Fundo, nº 6574, 07 ago. 1950, capa.

ódico *Correio do Povo*. Assim, por instalação da Diocese ficaram pertencendo os municípios de Passo Fundo, Carazinho, Sarandi, Getúlio Vargas, Erechim e Marcelino Ramos, tendo uma população aproximada de 400 mil habitantes e um total de 32 paróquias sob sua jurisdição (Balzan, 2017, p. 68).

Dom Cláudio Colling, naquele mesmo ano, reconhecendo a relevante atuação dos movimentos leigos, escreveu uma carta ao Núncio Apostólico brasileiro para que este entrasse em contato com o pontífice romano. Na carta, Dom Colling pediu para que Ernesto Morsch e José Canessa recebessem a honraria do papa *Pro Ecclesia et Pontifice* em sinal de reconhecimento pelos “inestimáveis serviços prestados em favor da Diocese e da Religião”. Em resposta de Pio XII, estes receberam as honrarias solicitadas. Nas palavras de Dom Colling:

O Primeiro, como presidente da Comissão Pró-Bispado, foi incansável, tendo dispendido do próprio bolso somas consideráveis, até de levar vida religiosa regularmente perfeita, tendo mesmo um filho sacerdote da Companhia de Jesus. O segundo é médico em Erebangó, solteiro, vindo de muitos anos da Itália, vive para a caridade e destina para as obras pias quase todos os proventos da sua clínica, levando vida de piedade modelar³².

É de grande relevância pontuar que Ernesto Morsch, no

³² COLLING, Cláudio. [Carta] 26 jul. 1951, Passo Fundo [para] CHIARLO, Carlo. Rio de Janeiro: Núncio Apostólico do Brasil. Solicitação de honrarias a Ernesto Morsch e José Canessa.

tempo em que presidiu a comissão, foi o articulador fundamental entre as subcomissões, criadas nas várias paróquias que englobariam a então Diocese de Passo Fundo, os diversos movimentos leigos e a instituição católica. Para Morsch não havia obrigação de seguir a tradicional hierarquia³³ piramidal da ICAR. Ele comunicava-se diretamente com o Núncio Apostólico brasileiro, pois a ele fora conferido tal privilégio.

Tendo ciência da história da criação da Diocese de Passo Fundo, o então Bispo (1999- 2011) Dom Pedro Ercílio Simon, que posteriormente tornou-se o primeiro Arcebispo da recém referida Diocese (2011-2012), salientou a relevância dos cidadãos de Passo Fundo que se engajaram no movimento Pró-Bispado: “Distinção especial merecem os numerosos leigos que abraçaram a causa, criaram condições, insistiram, sempre unidos a seus pastores e finalmente conseguiram o objetivo de todos” (Simon, 2005, p. 35).

Como apontado anteriormente, mesmo estando inacabada, a igreja catedral foi benzida, porém não inaugurada. Então, paulatinamente, as obras iam avançando na medida em que havia recursos para tal. Dessa forma, foi inaugurada em 25 de dezembro de 1965 e mesmo assim não estava concluída. Sublinha-se que “com o tempo, pouco a pouco, festejavam-se novas etapas concluídas: o forro, o piso, os vitrais, o sistema de som...” (Nascimento, 2000, p. 88). Já as pinturas

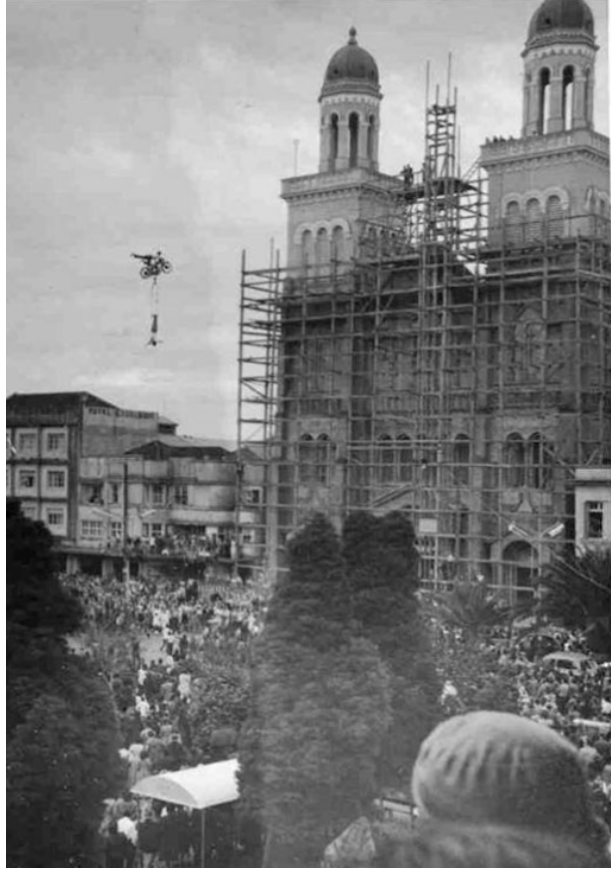
³³ Para Manoel, “Os leigos subordinados ao comando do clero, eram convocados a trabalhar e a combater pela causa da Igreja católica. Isso ocorria em virtude de a organização da instituição católica ser hierárquica. Essa estrutura eclesial era também administrativa, de modo que todo o trâmite burocrático e de tomada de decisões seguia a sequência piramidal, das organizações paroquiais até o comando centralizado” (2008, p. 57).

ficaram a encargo do polonês Arysyrarch Kasznrewicz, que inicia seus trabalhos somente em 1975.

Salienta-se que a catedral foi erigida em um local de destaque da cidade de Passo Fundo. Localiza-se no coração da cidade, na Avenida General Netto, em frente à Praça Marechal Floriano, mesmo lugar onde foi erguida a primeira capela da cidade. Sem hesitar, pode-se dizer que se tornou ponto de referência.

Na compreensão da população passo-fundense, essa obra, que se destaca entre os prédios da cidade, possui significados diversos e que, inclusive, vão além do religioso. À vista disso, em entrevista feita por Zanotto, as respostas sobre a catedral remetiam a feições políticas, sociais, culturais e simbólicas:

um ponto de vista religioso (“*lugar sagrado*” – ex. Paola, 14 anos), político (“*A Catedral é sinal*



► Figura 03. Registro da apresentação dos artistas circenses alemães do grupo *Zugspitz Artisten*, vendo-se, ao fundo, a catedral ainda em construção, durante o Centenário de Passo Fundo. Fonte: Acervo Digital IHPF.

de uma capital de progresso” – Geraldo, 71 anos), social (“*ponto de encontro da cidade*” – Tania, 60 anos), cultural (“*Centro de religião em Passo Fundo*” – Lucas Duarte, 72 anos) e simbólico (“*Significa tudo*” – Leomar Duarte, 72 anos) (Zanotto, 2011, p. 225).

Dessa maneira, ainda segundo Zanotto (2011, p. 229), essa obra que de início era apenas semióforo³⁴, passou também a ser patrimônio e, nesse caso, um não invalida o outro. Em suma, a catedral é semióforo e patrimônio ao mesmo tempo.

Para mais, elevada à Arquidiocese em 2011, possui 53 paróquias com abrangência de 47 municípios. Além do mais, apresenta uma atuação social nos mais diversos espaços, beneficiando assim, anualmente (segundo consta no site da Arquidiocese), milhares de pessoas, desde crianças, adolescentes, jovens, adultos e/ou idosos. Dentre esses espaços, pode-se citar três entidades: Cáritas, Lucas Araújo e Leão XIII. Mais um dado considerável e que merece destaque é que segundo o censo de 2010³⁵, a cidade de Passo Fundo possuía 184.826 pessoas, dentre estas, 144.573 seriam pertencentes à ICAR. Isto é, 78,22% da população passo-fundense em 2010 se declarava católica, número este extremamente significativo. Em vista disso, consegue-se dizer que,

³⁴ Zanotto (2011, p. 221) concebe o conceito de *semióforo* seguindo Chauí, que o considera como “algo retirado do circuito do uso ordinário, sem utilidade imediata no dia-a-dia, mas um objeto provido da capacidade de articular o visível e o invisível imbricando-se a outras noções de tempo e espaço e que, essencialmente, estão expostos ou são públicos”.

³⁵ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no último censo (2010), Passo Fundo contava com 184.826. O mesmo órgão traz o dado de população estimada para 2019: 203.275 habitantes.

até o presente momento, a igreja está intimamente ligada à cidade de Passo Fundo, influenciando direta ou indiretamente na formação cultural e social do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo que nasce do clero e de parte da sociedade passo-fundense em relação à edificação de uma Diocese em Passo Fundo foi abraçado pela ICAR em 1930 e sem demora começaram a ser criados movimentos pró-bispado. Esses movimentos foram instrumentos essenciais para promover eventos e arrecadar fundos em benefício da construção dos pré-requisitos impostos pela Sé Romana. Dentro desses movimentos, destacam-se as mulheres, por serem as principais organizadoras de chás, quermesses e bailes em favor da criação da diocese. Para mais, o uso da mídia impressa foi ferramenta base para tais movimentos, visto que foi a partir dela que se pode divulgar todos os eventos para a população; bem como foi por meio dos periódicos que foram feitos os convites para os eventos e também por meio desses veículos que noticiaram-se alguns dos resultados obtidos nessas festas.

Os 21 anos de processo para a realização desse sonho tão almejado por parte da população de Passo Fundo podem ser explicados fundamentalmente pelas dificuldades financeiras, pois elas fizeram com que as obras ficassem a maior parte do período paradas. Já entre fins da década de 1920 até 1950 houve a ocorrência de dois eventos mundiais que devem ser lembrados: a Crise de 1929 e a Segunda

Guerra Mundial (1939-1945). Esses fatos ocasionaram forte abalo na economia global, influenciando também na cidade de Passo Fundo. Ademais, é necessário lembrar que a criação de um bispado fez com que a ICAR passo-fundense se fortalecesse com a entrada de novos fiéis. Contudo, por outro lado, ocorreu um fenômeno inverso: alguns católicos deixaram de o ser.

Hoje, a catedral, símbolo do esforço da cidade de Passo Fundo e região, é ponto de referência. Possui para os passo-fundenses vários significados que vão além do religioso, dado que traz significados político, social, cultural e simbólico. Por fim, destaca-se que, criada em 1951, a diocese que inicialmente contava com 34 paróquias, foi elevada à Arquidiocese no ano de 2011. Portanto, atualmente conta com 53 paróquias e possui uma atuação social em diversos espaços da comunidade.

Referências


ARQUIDIOCESE DE PASSO FUNDO. Disponível em: <<http://www.arquidiocesedepassofundo.com.br/site/node/32>>. Acesso: 26 nov. 2017.

AZZI, Riolando. A presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia. (Org). *Faces do catolicismo*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2008. v. 1 p. 17-40.

BALZAN, Jonas. “E sobre esta pedra edificarei a minha Igreja”: a criação da Diocese de Passo Fundo (1930-1951). Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História. Universidade de Passo Fundo – UPF, 2017.

BATISTELLA, Alessandro. *Entre a cruz e o martelo: as disputas político-ideológicas entre comunistas e católicos no movimento operário de Passo Fundo*

- (RS) *na década de 1930*. [Mimeo]. 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado por João Paulo II, Papa. Versão Portuguesa. Tradução: Conferência Episcopal Portuguesa – Lisboa. 4. ed. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passofundo/panorama>>. Acesso: 30 ago. 2019.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão . Visualidade urbana no centenário de Passo Fundo - 1957. In: *II Encontro de História, Imagem e Cultura Visual*, 2013, Porto Alegre. Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual, 2013. p. 1-9.
- MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da ação católica. In: In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia. (Org.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008, v. 1 p. 41-60.
- MEDEIROS, Márcia Maria de. *Cara ou coroa: católicos e metodistas no Planalto Médio Gaúcho (início do século XX)*. 1. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2007. v. 1.
- NASCIMENTO, Welci. *De capela a catedral*. Passo Fundo: Berthier, 2000.
- SIMON, Pedro Ercílio. Uma diocese chamada Passo Fundo. Passo Fundo: Berthier, 2005.
- SOUZA, Rogério Luiz de. Desejos de civilidade e ser moderno: uma história sobre o nascimento da diocese de Florianópolis. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia. (Org.). *Faces do Catolicismo*. 1 ed. Florianópolis: Insular, 2008, v. 1, p. 61-83.
- ZANOTTO, Gizele. A Igreja Catedral de Passo Fundo: de semióforo a patrimônio. In: Alessandro Batistella. (Org.). *Patrimônio, memória e poder: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS)*. Passo Fundo: Méritos, 2011, v.1 p. 211-232.



**PRIMEIROS PASSOS DO
ENSINO PRIVADO EM
PASSO FUNDO**

*Natália Carla Vanelli
Roberto Biluczyk*

Resumo: As escolas privadas chegaram a Passo Fundo no início do século XX e com elas assomaram-se acontecimentos marcantes que materializariam a educação básica no município e transformariam a sociedade. Salienta-se que, surgidos a partir de correntes religiosas diferenciadas entre si, os educandários contribuiriam para as ações observadas na cidade nos anos porvindouros. Portanto, entender pormenores da criação e da história do Colégio Marista Conceição, do Instituto Educacional Metodista e do Colégio Notre Dame ajuda na compreensão de parte da história de Passo Fundo.

Palavras-chave: Escolas privadas. Educação básica. Ensino confessional.

INTRODUÇÃO

Nesse capítulo pretende-se apresentar os passos iniciais do ensino privado na cidade de Passo Fundo/RS, enfatizando-se as experiências permanentes. As iniciativas educacionais, datadas do início do século XX, em muito refletem peculiaridades fundamentadas nos contextos, tanto religioso como político, do município, do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Sabe-se que ações que versavam sobre a instrução se desenvolveram de maneira tardia no Brasil. Apenas em 1827, cinco anos após a emancipação do país, apresentou-se a primeira lei sobre o ensino primário de crianças em escolas. Naquele período e nos anos que se seguiram, localidades emergentes encontrariam barreiras logísticas e estruturais para implantar suas classes de alfabetização. Afinal, os municípios eram vastas extensões de terra, com pouco ou nada em comum; e a administração dessa territorialidade também era restrita, o que dificultava os avanços econômicos e sociais (Rosso; Siqueira, 1998, p. 92).

Nesse panorama, entretanto, houve sensível diferença entre as classes sociais no que se refere à oferta de ensino. Quem possuía condições financeiras suficientes, enviava seus filhos para estudar nas melhores instituições das capitais e grandes centros urbanos, inclusive fora do país (Medeiros, 2007, p. 96). Já as pessoas que não possuíam recursos dependiam das ações governamentais ou assistenciais, mas estas eram poucas.

Em Passo Fundo, a primeira experiência de ensino data do ano de 1848, quando foi criada uma escola primária, vol-

tada a alunos do sexo masculino. No entanto, pouco tempo depois de implantada, a classe já sofria com a ausência de professores (Gehm, 1976, p. 13). Já em 1854, surge a segunda escola, esta para o atendimento de meninas, na sede da Freguesia.

A emancipação do município se deu em 1857. Apesar disso, poucos avanços ocorreriam na educação básica passo-fundense nos anos posteriores daquele século. Em 1874, Antonio Ferreira Prestes Guimarães (1837-1911), secretário da Câmara Municipal de Passo Fundo, lamentava em relatório “o atraso da instrução pública” no município, que possuía apenas quatro experiências escolares de alfabetização, sendo duas delas situadas nas localidades de Soledade e Nonoai (Vergueiro, 1967, p. 7).

Então, é somente no final do século XIX que Passo Fundo começa a se destacar como um centro de desenvolvimento no norte do Rio Grande do Sul. Entre efemeridades e constâncias, a fundamentação da área educacional se daria paulatinamente, através de iniciativas pontuais promovidas por professores autônomos, a exemplo de Anna Luísa Ferrão Teixeira (1879-1940).

Quanto à competência pública, percebe-se, a partir de 1903, um esforço político para levar novos espaços de alfabetização para localidades mais distantes (Gehm, 1976, p. 17). Na sede do município, a primeira organização concreta e duradoura nesse aspecto se deu através da fundação do Colégio Elementar¹, em 1911.

Mesmo com a grande quantidade de esforços indivi-

¹ Atual Escola Estadual de Ensino Médio Protásio Alves, a qual ganhou sua estrutura definitiva nos anos 1930.

duais e coletivos, pessoais ou estatais, ainda havia considerável insuficiência na oferta de vagas e na estrutura escolar. Foi então que as lideranças religiosas tomaram a dianteira, preenchendo as lacunas que o poder público deixava, em um panorama marcado por falhas sócio-políticas (Medeiros, 2007, p. 95).

Assim, a predominância da Igreja Católica no município fez com que as ordens religiosas ligadas a ela se colocassem como pioneiras na iniciativa educacional. Porém, o despertar da fé protestante em Passo Fundo transformaria definitivamente esse cenário, gerando certa concorrência entre as religiões – e consequentemente entre as escolas.

A organização diferenciada dos religiosos e leigos metodistas originou o Instituto Ginásial de Passo Fundo, em 1920, conforme será apontado nesse capítulo. Antes, a presença dos Irmãos Maristas constituiria, por curto tempo, o Colégio São Pedro. Em 1929, a congregação voltaria à cidade, instalando sua ação definitiva: o Colégio Marista Conceição.

Nesse momento, Passo Fundo já contaria com novos educandários, como o Colégio Notre Dame, comandado desde 1923 por religiosas alemãs, convidadas à missão na cidade por um padre franciscano. Detalhes sobre essas experiências podem ser observadas a seguir.

A PRESENÇA MARISTA EM PASSO FUNDO

A Congregação Marista foi fundada na França, em 1817, por Marcellin Joseph Benoît Champagnat (1789-1840)².

² São Marcelino Champagnat, canonizado em 1999.

A vida de Champagnat e suas ações foram pautadas dentro de um cenário de transformações e instabilidades do ponto de vista religioso, especialmente ligadas às repercussões da Revolução Francesa, um fenômeno político e social de grande impacto. Para mais, destaca-se que o trabalho dos religiosos filiados a essa congregação possui, desde seus encaminhamentos iniciais, forte ligação com o ensino. Seu “objetivo fundacional era dirigido à educação de crianças e jovens, principalmente os mais pobres, e trazia uma forte intencionalidade: ‘Formar bons cristãos e virtuosos cidadãos’” (Hahn, 2015, p. 9).

A vinda da congregação ao Brasil ocorreu em 15 de outubro de 1897, quando seis irmãos Maristas oriundos da França desembarcaram na capital federal, Rio de Janeiro, a fim de iniciar sua obra no país. No mesmo ano, os religiosos chegaram ao Rio Grande do Sul, radicando-se em Bom Princípio/RS³, atendendo ao chamado do padre jesuíta Rudgero Stenmanns e do Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1841-1924).

Em Passo Fundo, em 1905, o então vigário paroquial, o padre palotino⁴ Pedro Wimmer (1870-1928), em comum acordo com o Intendente Municipal de Passo Fundo, Pedro Lopes de Oliveira (1865-1948), convidou os Irmãos Maristas a instalarem um educandário católico no município. O padre visava, com a criação da escola, promover um “mo-

³ À época, Bom Princípio/RS se constituía como distrito de Montenegro/RS. Posteriormente, passou a integrar São Sebastião do Cai/RS. Sua emancipação se deu em 1982, com territórios desmembrados dos dois municípios.

⁴ Os padres palotinos são membros de uma sociedade de vida apostólica da Igreja Católica, fundada em 1835 pelo Padre Vicente Pallotti, declarado santo em 1963.

vimento de reativação de fé” católica na cidade (Damian; Damian, 2008), que observava as primeiras atividades protestantes em sua sede.

Ao aceitarem o convite, os irmãos fundaram e administraram o Colégio São Pedro em Passo Fundo, entre 1906 e 1910, contando, inicialmente, com um subsídio no valor de um conto de réis. Nos seus primeiros meses de atuação, já havia 37 alunos participantes da Primeira Eucaristia, situação que gerou contentamento aos diretores da paróquia (Vanelli, 2018, p. 8).

Em seus dois primeiros anos, a escola funcionou em uma casa alugada, propriedade de Aníbal di Primio (1843-1931)⁵, sob a direção de Irmão Tarcísio. Em 1908, porém, o proprietário do imóvel vendeu a edificação, localizada nas proximidades da atual Praça Tamandaré. Devido a isso, os irmãos Maristas transferiram a sede do educandário para um novo prédio, junto à Rua do Commercio, atual Avenida Brasil (Damian; Damian, 2008). Contudo, naquele mesmo ano, a posse de Gervasio Lucas Annes (1853-1917) como Intendente Municipal transformou as relações entre os religiosos e o poder público.

Annes suprimiu a contribuição financeira concedida ao Colégio São Pedro⁶. Primeiramente, os Irmãos Maristas tentaram permanecer na cidade e seguir sua missão, cobrando

⁵ Annibale di Primio era natural da atual Itália. Um de seus filhos, Eugênio Franco di Primio (1888-1972), foi casado com Morena Araújo Annes (1892-1982), filha de Gervasio Lucas Annes (1853-1917).

⁶ Gervasio Lucas Annes era maçom. Havia certa tensão ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica no período, fator que pôde ter motivado seus atos. Os maçons manteriam, a partir de 1903, a Escola Guilherme Dias na cidade, de modalidade noturna, atendendo alunos maiores de treze anos, conforme Vergueiro (1967, p. 9).

mensalidade dos alunos para ajudas de custo. Entretanto, os estudantes, em situação de pobreza, não conseguiram se manter matriculados e abandonaram a instituição (Livro de Atas, 1910-1939). Diante da circunstância, o Colégio São Pedro foi fechado e em 1910 a congregação deixou o município.



► Figura 01. Alunos do Colégio São Pedro, juntamente como os Irmãos Maristas, 1908.
Fonte: Rede Marista.

Em 1914, uma nova escola foi aberta em Passo Fundo, sob direção dos padres palotinos e supervisão de Emílio Stigler (1882⁷-1944), professor de origem alemã, instalado des-

⁷ Data aproximada de nascimento, com base na genealogia da descendência da família de Johann Adam Schell, organizada por Marina Xavier e Oliveira Annes, publicada em 1980.

de anos antes na cidade. O educandário foi nomeado em homenagem à Nossa Senhora da Conceição (Vergueiro, 1967, p. 12). Destaca-se que a metodologia utilizada pelo educador possuía influências naquela empregada pelos Irmãos Maristas em sua experiência de outrora. A escola funcionou ininterruptamente até 1919, retomando suas atividades em 1922 (Damian; Damian, 2008).

Durante o período em que atuou na escola, Stigler, com sua forte ligação à fé católica, empenhou-se pelo retorno dos Irmãos Maristas a Passo Fundo. Em 1928, finalmente surgiu a oportunidade desejada. Os padres palotinos se retiraram da paróquia da cidade, sendo substituídos por sacerdotes da Sagrada Família. Estes, por sua vez, não tinham condições de assumir o educandário, que foi colocado à venda.

Irmão Paulo Norberto, Superior Provincial da Congregação Marista, foi convidado a estudar a possibilidade de a congregação administrar o educandário efetivamente (Vanelli, 2018, p. 9). Após examinar a proposta de venda, o terreno em que escola estava instalada, localizado na Rua Teixeira Soares, foi adquirido pelos Maristas por 42 contos de réis (Vergueiro, 1967, p. 18). Então, em dezembro de 1928, foi constituída na cidade uma comunidade de cinco irmãos Maristas, composta por Emílio Cesário, João Evangelista, Edgar Victor, João Marcos e Cláudio João Rohr (Livro de Atas, 1910-1939).

O Irmão Emílio Cesário, que já estivera em Passo Fundo em 1906, no antigo Colégio São Pedro, foi nomeado como o primeiro diretor da nova escola, exercendo essa função durante quatro anos. Natural da França, Cesário ingressou na congregação em 1898, transferindo-se ao Brasil em 1904

(Damian; Damian, 2008). Durante o período em que comandou a escola, trabalhou pelo reconhecimento dos cursos oferecidos pelo educandário.

A data de 1º de março de 1929 marca a instalação do Colégio Nossa Senhora da Conceição sob a administração Marista. A regência dos Irmãos Maristas tornou a instituição confessional. Esse modelo de escola procura basear seus princípios, objetivos e formas de atuação em uma religião – nesse caso, a católica – diferenciando-se assim das escolas laicas. Dessa maneira, observa-se pela publicidade da época que o educandário se promovia como uma escola voltada ao ensino de crianças e jovens católicos (Guia, 1939).

Salienta-se que era característico da congregação admitir apenas alunos do sexo masculino, em regime de internato e externato. Em um primeiro momento, apenas irmãos Maristas atuavam como professores em suas escolas⁸. No entanto, o gradativo e significativo aumento de matrículas fez com que novos educadores homens ministrassem aulas nas instituições (Colégio Marista Sant’ana, 2018). Isso também ocorreria em Passo Fundo.

Entre as primeiras preocupações dos irmãos Maristas em Passo Fundo estava a adaptação do curso ginásial a seu estilo. Em busca do aprimoramento do ensino, construiu-se a estrutura necessária para o recebimento de um internato e de um juvenato⁹. Em 1930, inaugurou-se uma estrutura

⁸ Tal razão pode ter motivado o afastamento de Emílio Stigler de suas funções docentes na escola recém-adquirida. Registros apontam que Stigler passou a atuar como Inspetor Federal de Educação no Rio Grande do Sul, cargo de alta relevância, em 1931 (CORREIO DA MANHÃ, 1931, p. 2).

⁹ Estágio de estudos e formação de jovens para a vida eclesiástica e exercício do magistério religioso, voltado a candidatos à vocação Marista.

de alvenaria junto ao terreno adquirido para abrigar as aulas.

Para mais, resalta-se que os alunos em regime de internato contavam com atividades profissionalizantes, sendo responsáveis pelo plantio, cuidado e manutenção da horta, produzindo vegetais que seriam fornecidos, posteriormente, ao consumo alimentício da escola, contribuindo, assim, à subsistência da instituição. Destaca-se que outros cursos eram oferecidos pelo educandário a seus alunos, como: Pecuária, Marcenaria, Teatro, Direito, Contabilidade, entre outros (Vanelli, 2018, p. 11).

Durante os anos 1940, diante do crescimento da instituição e de sua consolidação no cenário escolar da cidade, os irmãos Maristas perceberam que seu prédio já não comportava a demanda de matrículas, visto que havia lista de espera para ingressar na instituição. Assim, aprovou-se a construção de um novo prédio, na esquina das ruas Paissandu e Fagundes dos Reis, em amplo terreno na região central, para onde se transferiria e até hoje se mantém, ocupando um quarteirão. Já na nova sede, em 1952, o Ginásio se trans-



► Figura 02. Primeiro prédio do Ginásio Nossa Senhora da Conceição localizado na Rua Teixeira Soares, em frente ao Hospital São Vicente de Paulo, por volta de 1930. Fonte: Rede Marista.

forma em um Colégio, após ganhar o reconhecimento público para o funcionamento do Curso Colegial¹⁰.

Entre idas e vindas, a Congregação Marista se fixou em Passo Fundo, oferecendo sua metodologia de ensino voltada à juventude católica masculina da cidade. Sua segunda apresentação, a partir de 1929, encontraria um panorama diferenciado, dado que outras duas instituições já atuavam com força no município, sendo uma delas de inspiração protestante, como se apresentará a seguir.

A EDUCAÇÃO METODISTA EM PASSO FUNDO

A Igreja Metodista surgiu em meados do século XVIII, na Inglaterra, a partir de reuniões de acadêmicos da Universidade de Oxford, que buscavam uma vivência religiosa que privilegiasse a fé esclarecida, através de um maior alcance social, ressaltando a prática educacional (Escott; Polidori, 2010, p. 127). John Wesley (1703-1791), principal expoente do metodismo, permaneceu vinculado ao ambiente universitário, recebendo influências do Iluminismo e reunindo na nova crença “de uma só vez disciplina metódica e espiritualidade, racionalidade e emocionalidade, ciência e religião” (Novaes, 2003, p. 107).

Em pouco tempo de criação, a Igreja Metodista ganhou adeptos nos Estados Unidos, país de onde eram originários

¹⁰ No Brasil, até 1971, a educação básica estava dividida em três cursos: Primário, Ginásial e Colegial. O Primário consistia nas séries iniciais de alfabetização. O Ginásio equivalia às séries finais do atual Ensino Fundamental. Já o Colegial é o atual Ensino Médio. Até o início dos anos 1930, havia uma tendência a nomear escolas com o título de colégio. Posteriormente, a terminologia tornou-se uma prerrogativa de quem dispunha autorização para o Curso Colegial.

os missionários que trouxeram o movimento religioso ao Brasil, durante o século XIX. No Rio Grande do Sul, os metodistas iniciaram sua ação primeiramente em Porto Alegre, no ano de 1885, por intermédio de uma missão oriunda do Uruguai.

Nesse desdobramento, foi dada considerável atenção ao princípio educacional, voltando-se esforços ao ensino de mulheres e das classes mais baixas, sob comando da jovem educadora uruguaia Carmen Chacon (1869-1889)¹¹ (Fonseca, 2009, p. 79). O metodismo como religião chegou a Passo Fundo em 1902, inicialmente com visitas periódicas dos pastores de Cruz Alta/RS e, a partir de 1911, com lideranças residentes na cidade.

Em 1914, a organização das missões estadunidenses metodistas solicitou à professora de Matemática da Universidade do Texas, Mary Elizabeth Decherd (1874-1954), recomendações sobre um ex-aluno dela, que estava prestes a ser encarregado ao serviço missionário. Esse ex-aluno era o Reverendo Jerome Walter Daniel (1884-1955)¹², que foi definido por Decherd como uma pessoa de caráter exemplar (Sledge, 2006, p. 6).

Diante da recomendação, ao concluir sua formação educacional, J. W. Daniel foi designado para trabalhar em Uruguaiana/RS. Um ano depois, o Reverendo foi transferido para Passo Fundo, a fim de coordenar os trabalhos da

¹¹ A primeira experiência sul-rio-grandense dos metodistas na área da educação foi em Porto Alegre, com a criação do Colégio Evangélico Misto nº 1 – atual Colégio Metodista Americano. Posteriormente, os metodistas assumiram a direção do Colégio União, em Uruguaiana/RS, pré-existente.

¹² No Brasil, Jerome Walter Daniel era conhecido como Jerônimo, nome que figura em diversos atos públicos.

Igreja Metodista no município. Paralelamente, Decherd iniciou, no âmbito universitário, campanhas de arrecadação de fundos, dentro da *University of Texas Epworth League*¹³, para fortalecer a presença metodista na cidade sul-rio-grandense, tornando-se a professora, pessoalmente, uma grande incentivadora do trabalho evangelístico do pastor¹⁴.

O primeiro ato viabilizado em Passo Fundo pelo esforço da liga foi a construção de um templo de alvenaria na esquina da Avenida Brasil com a Rua Bento Gonçalves (Sledge, 2006, p. 10). A segunda ação de relevância relacionava-se à questão educacional, idealizando-se primeiramente uma escola paroquial, nos moldes recomendados pela organização religiosa (Medeiros, 2007, p. 100). É importante destacar que “os educadores metodistas estavam absolutamente convictos de que tinham responsabilidades na transformação dos destinos do Brasil” (Novaes, 2003, p. 125), configurando-se como difusores dos conhecimentos que detinham em meio ao sistema educacional brasileiro em desenvolvimento¹⁵.

Conforme visto anteriormente, Passo Fundo era uma cidade em ascensão que não contava com uma estrutura de ensino condizente com seu papel dentro do panorama regional. Isso motivou o poder público¹⁶ a doar à Igreja Meto-

¹³ Organização que congrega jovens para atividades voltadas ao metodismo.

¹⁴ Esse tipo de campanha era comum na organização religiosa, uma vez os metodistas se propunham ao trabalho missionário em várias partes do mundo, não apenas no Brasil.

¹⁵ Relatos expressos no informativo *The Missionary Voice*, publicado nos Estados Unidos, em janeiro de 1923, confirmam um dos objetivos oficiais da missão metodista no Brasil: oferecer às crianças brasileiras as mesmas oportunidades disponíveis aos jovens naquele país (SHIH, 1923, p. 8).

¹⁶ À época da doação, o Intendente Municipal era Pedro Lopes de Oliveira (1865-1948) e o Presidente do Conselho Municipal era Nicolau Araújo Verguei-

dista, em dezembro de 1919, um terreno no bairro Boqueirão, a fim de que no local fosse construída uma escola que servisse de modelo às demais. O referido espaço abrigava, até então, a Praça Boa Vista.

Assim, J. W. Daniel, perante a conquista, utilizou uma estrutura provisória para fundar a escola, antes mesmo da construção definitiva das edificações previstas para o terreno doado. De tal modo, em 15 de março de 1920, começa a funcionar o Instituto Ginásial de Passo Fundo¹⁷, sediado em um chalé de madeira, anexo ao templo, na região central da cidade.

Já Mary E. Decherd, ainda dotada da coordenação do auxílio financeiro à missão passo-fundense, mobilizou novamente a liga texana para contribuir à edificação dos prédios que abrigariam a nova escola. Em 1921, J. W. Daniel deixou Passo Fundo para assumir a liderança regional da Igreja em Cruz Alta, então Daniel Lander Betts (1887-1965), também de origem estadunidense, tornou-se o encarregado de dar continuidade às obras do Instituto Ginásial, dirigindo a escola até 1924¹⁸.

A construção se deu rapidamente, dentro do prazo esperado pelos missionários e seus encarregados. Entre 1922 e 1923, estavam plenamente finalizados e inaugurados o Edifício Texas e o Prédio Daniel, assim batizado em homenagem a J. W. Daniel. Enquanto o primeiro, localizado na Ave-

ro (1882-1956).

¹⁷ Instituto Gymnasial, até 1931, conforme a grafia vigente na época.

¹⁸ D. L. Betts retornou a Passo Fundo em outras duas ocasiões, trabalhando como diretor, vice-diretor ou professor, entre 1927 e 1929 e em 1952. Sua esposa, Fannie Virginia Scott Betts (1896-1983), conhecida como Francisca Betts, atuou como professora na escola.

nida Brasil, nº 1623, sediaria as salas de aulas e a estrutura administrativa e pedagógica, o segundo, na Rua Paissandu, esquina com a Rua Coronel Miranda, edificado em lote de terra adquirido em 1921, próximo ao espaço doado, abrigaria o internato masculino.



► Figura 03. Prédio Daniel, construído para abrigar o internato masculino do Instituto Ginásial - posteriormente chamado IE. Destruído por um incêndio em 21 de julho de 1994. Fonte: Site Metodismo Rio Grande do Sul.

A finalização das construções foi acompanhada com entusiasmo pelos metodistas dos EUA através de relatos publicados no informativo *The Missionary Voice*. Destaca-se que importantes bispos estadunidenses da religião e a própria Mary Decherd visitaram Passo Fundo durante e também após a conclusão das obras, admirando-se com a ação que incentivaram (*The Missionary Voice*, 1923).

Para mais, do ponto de vista pedagógico, a escola metodista de Passo Fundo apresentou inovações, visto que não adotou o modelo comum às escolas privadas de então, recebendo alunos de ambos os sexos, em um sistema misto. Paulatinamente, novas ideias foram introduzidas no âmbito escolar, como o Grêmio Literário Castro Alves e a Escola de Comércio, que oferecia, além do Curso Básico, o Técnico

co em Contabilidade (Gehm, 1976, p. 24). Da mesma forma, o Instituto Ginásial promovia grande incentivo ao esporte, organizando competições em conjunto com outras escolas metodistas do Rio Grande do Sul, a partir de 1928 (TIMM, 1996, p. 118).

Também, é importante destacar que em virtude de a escola estar construída em um local considerado distante do centro da cidade, quase no final da zona urbana, D. L. Betts, enquanto diretor do Instituto, nos anos 1920, instituiu uma diligência (ver Figura 04) que circulava pelas vias centrais de Passo Fundo, ajudando na locomoção de alunos externos e professores, antes e depois das aulas. Pontua-se que foi assim que se configurou a primeira iniciativa de transporte escolar na cidade (Gehm, 1976, p. 28).

- Figura 04. *Vamos à escola*. Diligência do Instituto Gymnasial, em frente ao Prédio Texas, na década de 1920. No canto direito da foto, vê-se Sante Uberto Barbieri, mais tarde bispo da Igreja Metodista e fundador do Grêmio Passo-Fundense de Letras. Acervo Instituto Educacional.



A relação entre os metodistas do Brasil e dos Estados Unidos seguiu forte até o final da década de 1920. A partir de então, pelo menos três fatores contribuíram para uma sensível alteração no contexto. Nesse período, os estadunidenses enfrentaram uma considerável crise econômica, que dificultou a angariação de fundos para as obras brasileiras e o livre trânsito de missionários (Sledge, 2006, p. 13). Para além, em meio ao entrave, a Universidade do Texas retirou o apoio às ações de Decherd direcionadas a Passo Fundo, inviabilizando seus esforços, que passaram a se voltar às missões dentro de seu próprio país. Por fim, a Igreja Metodista adquiriu autonomia no Brasil em 2 de setembro de 1930, diminuindo aos poucos a influência que o ramo estadunidense da Igreja possuía sobre a organização (Sledge, 2006, p. 13).

Apesar disso, grande número de missionários seguiu trabalhando no Brasil. Em Passo Fundo, destaca-se a presença do professor William Richard Schisler (1889-1971). Natural dos Estados Unidos, Schisler tornou-se missionário leigo em 1921, fixando-se em Uruguaiana. No final de 1929, foi designado como vice-diretor do Instituto Ginásial, na gestão de Eugene Chesson (1897-1967), passando a morar em Passo Fundo no ano seguinte. Já em 1933, com o retorno de Chesson aos EUA, Schisler assumiu a direção do educandário, permanecendo por mais de 20 anos no cargo¹⁹. Salienta-se que ele foi casado com Frances Purcell Schisler

¹⁹ Em virtude de licenças, viagens e missões ligadas à Igreja Metodista, W. R. Schisler e sua esposa, Frances, ausentaram-se de Passo Fundo em três ocasiões: em 1935, entre 1944 e 1945 e em 1952.

(1889-1983), que trabalhou na instituição como diretora do Departamento Doméstico (*A Noite Ilustrada*, 1943, p. 2). Sob sua gerência, a escola se consolidou definitivamente no contexto passo-fundense, ganhando ampla projeção. Assim, a história do Instituto nesse período muitas vezes se entrelaça com a liderança de seu diretor²⁰.

INSTITUTO GINASIAL DE PASSO FUNDO

ESSE MODELAR ESTABELECIMENTO DE ENSINO EXERCE SALUTAR INFLUENCIA NO DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO NO BRASIL



- Figura 05. Anúncio do Instituto Ginásial, publicado em 1942 em *A Noite Ilustrada*. À esquerda, uma sala de aula; ao centro, o diretor W.R. Schisler; e à direita, o Edifício Texas.

Entre janeiro e fevereiro de 1958, após anunciar sua aposentadoria e seu retorno ao país de origem, na companhia de sua esposa, William Richard Schisler foi homena-

²⁰ Diversas fontes pesquisadas, como *A Noite Ilustrada* (1943), atribuem a W. R. Schisler, o cargo de reitor no educandário. A designação se dá em um contexto onde outros profissionais da educação ocupavam a diretoria de setores internos, como a Escola de Comércio, o Departamento Doméstico, o Ginásio e a Escola Primária. Dessa forma, Schisler seria um diretor geral frente aos demais, um reitor. Optou-se na redação final desse texto pelo uso do termo diretor, igualmente admissível, mais comum para se referir a seus antecessores e sucessores.

geado publicamente por meio de diversos atos. Destaca-se aqui dois deles: a conferência do título de cidadão passo-fundense, pela Câmara de Vereadores, e a instalação de um busto, na entrada do Edifício Texas²¹. Em 1962, realizou uma visita à cidade, sendo altamente reverenciado²².

A estrutura patrimonial da escola foi se modificando ao longo dos anos. Contudo, o Edifício Texas se mantém de pé, estando desde abril de 1994 tombado como patrimônio histórico. Ainda em 1994, no dia 21 de julho, um incêndio destruiu por completo o Prédio Daniel. O local comportava salas de aula, setores de coordenação e a residência de um pastor (*O Nacional*, 1994, p. 1), sublinha-se que o internato havia sido desativado anos antes. Assim, durante a década de 1970, novos prédios foram levantados, abrigando salas de aula e laboratórios. O Ginásio de Esportes W. R. Schisler, inaugurado em 1934, inicialmente construído em madeira, foi substituído por estrutura de alvenaria, em 1981. Também compôs a propriedade escolar a Granja Nancy, localizada na área rural do município.

Em meio ao contexto da educação nacional, o Instituto Ginásial recebeu, em 1943, autorização para implantar o Curso Colegial, sendo umas das primeiras escolas a conse-

²¹ Além de diretor do educandário, W. R. Schisler foi um dos fundadores do Rotary Club, em 1939. Sua esposa, Frances, além das funções inerentes ao cargo que ocupava, esteve presente na fundação da SAMI – Sociedade de Auxílio à Maternidade e à Infância – em 1942.

²² Mesmo após vários anos de sua partida, W. R. Schisler continuou a ser recordado, especialmente em sua data de aniversário, 19 de maio, de acordo com notícias publicadas na imprensa (*O NACIONAL*, 1966). Com o seu falecimento, a 11 de maio de 1971, membros da sociedade civil incentivaram a atribuição do nome do professor a logradouros públicos, como a praça em frente ao Instituto Educacional (*O NACIONAL*, 1971).

guir tal feito no Rio Grande do Sul (Vergueiro, 1967, p. 15). Na mesma época, mudou sua nomenclatura para Instituto Educacional, título que geraria a sigla IE que o identificaria socialmente nos anos posteriores²³.

Em suma, a iniciativa metodista, surgida do apoio dos estudantes texanos e privilegiada pela desenvoltura profissional dos missionários e da comunidade, tornou o Instituto Educacional parte da história passo-fundense, impulsionando outras ações ligadas ao ensino na cidade.

O EDUCANDÁRIO CATÓLICO FEMININO DAS IRMÃS DE NOSSA SENHORA

No final de década de 1840, as educadoras formadas em ambiente católico, Hilligonde Wolbring (1828-1889) e Elisabeth Kühling (1822-1869), habitantes da região prussiana da Vestfália, atual Alemanha, iniciaram espontaneamente a acolhida de crianças em situação de orfandade na cidade de Coesfeld, lhes disponibilizando cuidados e instrução. Logo, a iniciativa motivou as jovens ao exercício da caridade por meio da vida religiosa.

Três irmãs da Congregação de Nossa Senhora de Amerfoort, na Holanda, deslocaram-se até a localidade onde Wolbring e Kühling realizavam seus serviços, a fim de associá-las ao grupo religioso (Paier, 2008, p. 37)²⁴. Em 1850, as

²³ Nessa época, alguns setores do IE ganharam nomes diferenciados. Os cursos ginásial, clássico e científico, por exemplo, englobavam-se como Colégio José Bonifácio. Por sua vez, o curso primário era chamado de Escola Primária Santos Dumont. Apesar disso, prevaleceu o nome Instituto Educacional. Posteriormente, os nomes alternativos caíram em desuso.

²⁴ O deslocamento das freiras holandesas para a orientação e ordenação das

educadoras receberam o título de noviças, professando seus votos dois anos mais tarde. A partir de então, passaram a ser conhecidas, respectivamente, como Irmã Maria Aloysia e Irmã Maria Ignatia.

A Congregação de Nossa Senhora – Notre-Dame em francês – foi fundada em 1804, por Marie-Rose-Julie Billiard (1751-1816)²⁵ e Marie-Louise-Françoise Blin de Bourdon (1756-1838)²⁶. O ideal do trabalho das religiosas consiste na promoção da educação em missão. Consequentemente, inspiradas no exemplo de Billiard e Bourdon, outras organizações similares surgiram em território europeu. Por seu pioneirismo, Irmã Maria Aloysia e Irmã Maria Ignatia são conhecidas como fundadoras da congregação em Coesfeld, exercendo cargos ligados à educação e à assistência de pessoas necessitadas até o final de suas vidas. Foi essa ramificação da congregação que fundou as obras instaladas em Passo Fundo.

Diante do entendimento de que já não conseguiam plenamente praticar suas obras em território alemão, devido ao contexto de instabilidade política do país, a partir da década de 1920, as religiosas da congregação passaram a buscar locais alternativos para exercer suas atividades. Em 1922, Madre Maria Cecília, superiora geral da congregação na Alemanha, recebeu uma carta do Frei Jacob Höfer, franciscano

educadoras se deu em virtude de que, “na Prússia, não havia nenhuma ordem religiosa feminina que se dedicasse ao serviço da educação e formação” (Paier, 2008, p. 37), fator primordial para a adesão das jovens ao hábito.

²⁵ Santa Júlia Billiard, canonizada em 1969.

²⁶ No Brasil, conhecida na forma aportuguesada, Francisca de Bourdon. Também chamada, em sua vida religiosa, de Madre São José.

em missão em Não-Me-Toque/RS²⁷. Em seu relato, Höfer, conhecedor do carisma das irmãs, informou a necessidade da efetivação de ações voltadas ao ensino em escolas e internatos naquela localidade, em meio a problemas de infraestrutura logística e educacional (Zanotto, 2011).

De tal modo, em 1923, um grupo de dez irmãs de Coesfeld deixou a Alemanha rumo ao Brasil para fundar uma nova obra educacional. Ao chegarem em Passo Fundo, em 07 de junho de 1923, dividiram-se em seus destinos, parte delas atuando em Não-Me-Toque, onde instalaram o Distrito Missionário de São José, órgão que daria origem à Província de Santa Cruz, em 1937 (Zanotto, 2011). As demais permaneceram em Passo Fundo²⁸, onde alugaram uma casa na Rua Moron, a fim de iniciar o atendimento da juventude católica feminina.

Em agosto de 1923, as irmãs iniciam o atendimento a meninas na escola. O grande número de matrículas motivou a primeira mudança de endereço, transferindo-se as atividades para a Rua Bento Gonçalves, mais precisamente na quadra entre as atuais ruas Independência e General Osório (Bonato, 2010, p. 63). Começava aí a história do Colégio Notre Dame.

²⁷ Em 1922, Não-Me-Toque ainda fazia parte do território do município de Passo Fundo, compondo-o enquanto distrito. Tornou-se distrito de Carazinho/RS em 1931 e município em 1954.

²⁸ Conforme Zanotto (2011), as irmãs sentiram algumas dificuldades no início, principalmente em relação à comunicação, uma vez que seu idioma nativo era o alemão. Para essas questões, contaram com o auxílio da Sra. Alice Bade. Já as irmãs que rumaram a Não-Me-Toque tiveram maior facilidade, uma vez que a localidade contava com maior número de imigrantes alemães.



► Figura 06. Grupo de irmãs pioneiras da Congregação de Nossa Senhora, no Brasil. Fonte: Portal Notre Dame.

Nos anos seguintes, novas religiosas se transferiram ao Brasil em missão, a exemplo da Irmã Maria Catarina (1901-1965). Nascida em Aachen, Im-

pério Alemão, com o nome de Anna Dautzenberg, ingressou na congregação em maio de 1922, tornando-se noviça em abril de 1923, época em que as primeiras irmãs deixavam o país rumo ao Brasil. Concluiu seus estudos na Alemanha, preparando-se para o trabalho missionário.

Em abril de 1927, Irmã Maria Catarina chegou ao Brasil a fim de trabalhar na missão de Passo Fundo. No mesmo ano, em dezembro, com a transferência da diretora Irmã Maria Firmine, assumiu o comando do educandário, cargo que exerceria por 26 anos (Nascimento; Dal Paz, 1995, p. 63). Em sua gestão, foi adquirido o terreno onde se construiu a sede própria da escola, inaugurada em 1930, localizada na Avenida Brasil, nº 952, obra do renomado construtor João de Césaró (1883-1945).



► Figura 07. Irmã Maria Catarina. Fonte: Nascimento; Dal Paz, 1995, p. 63.



► Figura 08.
Vista da
Avenida Brasil
e do Colégio
Notre Dame,
década de 1950.
Projeto Passo
Fundo.

As atividades de Irmã Maria Catarina não se restringiriam à escola, uma vez que ela também atuaria junto à Pastoral católica, trabalhando com crianças – ministrando catequese –, enfermos e presidiários – em funções de atendimento espiritual. Também deu aulas de Religião na rede pública de ensino. A religiosa deixou Passo Fundo em 1954, ao se transferir para o Rio de Janeiro, falecendo posteriormente naquela cidade (Nascimento; Dal Paz, 1995, p. 64).

Portanto, uma vez dotada de uma sede própria, a atividade escolar do Ginásio Notre Dame foi oficializada em 1931. A partir de 1943, obtém autorização para implementar um curso de formação de professores primários, o chamado Curso Normal, primeiramente para diplomar professoras religiosas e, em seguida, também educadoras leigas (Gehm, 1976, p. 26).

Em 1954, a escola amplia suas instalações. Três anos antes, a instituição alcançou *status* de Colégio, adotando definitivamente a atual nomenclatura, Colégio Notre Dame,

resgatando o nome que utilizou em seus primeiros anos. Após a doação pública de um terreno aos fundos da estrutura escolar, onde estava instalada a Praça Marechal Deodoro, foi possível construir seu complexo esportivo, inaugurado em 1967 (Gehm, 1976, p. 27).

Paralelamente a sua ação no núcleo sede de Passo Fundo, as irmãs articularam, em 1928, a abertura de mais uma escola, em terreno doado por Faustino Rodrigues da Silva (1876-1934), proprietário de grandes quantidades de terra na Vila Rodrigues. A obra se voltaria ao ensino dos mais pobres e herdaria características de uma ação pré-existente, comandada por Annita Dandreaux da Silva (1892²⁹-1955)³⁰, que se encontrava, na ocasião, muito doente. No entanto, ao menos duas adversidades impediram que as irmãs consolidassem sua nova obra escolar. A primeira delas foi a invalidação da doação de Rodrigues, uma vez que o referido lote foi reivindicado pelo poder público³¹. A segunda questão estava ligada à recuperação da saúde de Annita, que solicitou a devolução dos materiais didáticos doados e a retomada de suas atividades (Paier, 2008, p. 57).

Em 1941, ao adquirirem uma casa ao lado da Igreja

²⁹ Data de nascimento calculada com base na certidão de óbito da professora.

³⁰ Annita Dandreaux da Silva, segundo o Relatório Municipal de 1927, era subvencionada pelo Governo do Estado para ministrar aulas na Vila Rodrigues. Naquele ano, atendia 25 alunos. A fonte originalmente consultada (Paier, 2008) não informa o sobrenome da professora, devido à ausência de documentação disponível junto ao Colégio Notre Dame. Em 1928, não houve auxílio financeiro estadual para escolas autônomas em Passo Fundo. Em 1929, Anna Reichembach Willig (1865-1953) tornou-se a professora subvencionada do bairro.

³¹ Atualmente, o terreno abriga a Praça Capitão Jovino, até 1965 chamada de Praça Brasil. Popularmente, o espaço é conhecido como Praça Santa Terezinha, por se situar em frente ao templo católico homônimo.

Santa Terezinha, onde prestavam auxílio às atividades pastorais, as religiosas finalmente instalariam uma unidade de ensino no bairro, atendendo principalmente filhos de ferroviários que moravam nas proximidades. As irmãs se deslocavam, diariamente, do Centro para a Vila Rodrigues para ministrar aulas e coordenar atividades. Em 1944, o novo educandário ganhou autonomia em relação à sede, deixando de ser uma extensão, adotando o nome de Escola Menino Jesus (Paier, 2008, p. 59).



► Figura 09. Alunas do Colégio Notre Dame, juntamente com uma religiosa não identificada, em audiência com o Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, no Palácio do Catete. 19 julho 1954. Fonte: Arquivo Nacional.

Ressalta-se que logo nos primeiros anos, as irmãs expandiram suas obras para outros distritos passo-fundenses e localidades próximas. No Brasil, instalaram-se em um in-

contável número de cidades, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro. Para mais, o aumento significativo das obras das Irmãs de Nossa Senhora motivou, a partir de 1962, a divisão da Congregação em duas províncias: a de Santa Cruz, permanecendo com sede em Passo Fundo, e a de Nossa Senhora Aparecida, cujo núcleo se localiza em Canoas/RS. Ambas sustentam expressiva quantidade de escolas, hospitais e obras assistenciais no Brasil.

Em síntese, atendendo ao chamado de Frei Höfer, as irmãs de Notre Dame vieram a Passo Fundo e por aqui consolidaram o ensino católico de meninas, tornando-se referência às famílias adeptas da religião. Anos mais tarde, com as mudanças promovidas na área educacional, ampliariam sua atuação, atendendo também a alunos do sexo masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao menos três fatores chamam atenção em relação à consolidação das escolas em Passo Fundo: a dificuldade do poder público em edificar escolas sob sua responsabilidade, no período imperial e na Primeira República, a proeminência de ordens religiosas católicas e igrejas protestantes junto à oferta de ensino e a presença de estrangeiros nessas obras.

Destaca-se que havia por parte da Igreja Católica consistente incentivo à instalação de ordens e congregações religiosas, masculinas ou femininas, originárias da Europa. A valorização do catolicismo em um panorama regional era um dos objetivos da Igreja. Assim, o ambiente se tornava favorável à implantação de escolas, bem como de outras obras

sociais, como hospitais, considerando o carisma de cada organização.

Igualmente, as igrejas protestantes mais tradicionais se preocupavam com as questões ligadas à instrução. Sua instalação no estado, da mesma forma, tornou-se ponto de difusão às ideias arraigadas em seus pensamentos. O incentivo à leitura da Bíblia, desde os primeiros ecos da Reforma Protestante, era um dos principais motivos relacionados à sustentação de obras missionárias afins.

Dotadas da construção e administração de ações escolares, pode-se afirmar que tanto as congregações religiosas católicas como as protestantes tiveram fundamental importância na formação do caráter de lideranças sul-rio-grandenses. As instituições ajudaram a educar e a formar a mentalidade de inúmeras personalidades que se tornariam representantes da comunidade em diferentes esferas sociais.

Portanto, ao estudar o ato educacional, não é possível analisá-lo de forma separada ou alheia à sociedade ou à prática religiosa, por sua concomitância, afirmação, legitimação e prática. Assim, a união entre religiosidade, educação e sociedade mostra-se evidente no contexto passo-fundense.

Os colégios religiosos supriram as carências apresentadas pelo Estado, fixando-se nas falhas sócio-políticas peculiares ao panorama, permitindo às igrejas possibilidades de expansão de sua fé, não apenas através de ritos religiosos, mas também por atitudes que somariam ao desenvolvimento humano dos cidadãos de Passo Fundo (Medeiros, 2007, p. 95). Por fim, salienta-se que, no futuro, novas iniciativas marcariam o desenvolvimento de outras escolas e de instituições de ensino superior na cidade.

FONTES

ACTOS do Chefe de Governo Provisório. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2. 23 set. 1931.

ASSOCIAÇÃO Comercial apoia “Uma Praça Chamada Schisler”. *O Nacional*. Passo Fundo, p. 2. 20 maio 1971.

COLÉGIO MARISTA SANT’ANA. Um breve histórico do Colégio Marista Sant’Ana. Disponível em: <http://colegiomarista.org.br/santana/sobre/historico>. Acesso em: 20 jun. 2018.

DECHERD, Miss Mary E. At Home in Brazil. *The Missionary Voice*. Nashville, Tenn., p. 330. nov. 1923. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

FALECEU, ontem, nos Estados Unidos, o prof. William Richard Schisler. *O Nacional*. Passo Fundo, p. 6. 12 maio 1971.

GUIA Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional de Passo Fundo. Passo Fundo, 1939.

INCÊNDIO destrói um prédio do IE. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 1, 22 jul. 1994.

INSTITUTO Educacional de Passo Fundo. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro, p. 17. 19 nov. 1943. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

INSTITUTO EDUCACIONAL METODISTA. Restauração do Edifício Texas. Disponível em: <http://colegiometodista.g12.br/ie/restauracao-do-edificio-texas/>. Acesso em: 25 abr. 2019.

INSTITUTO Ginásial de Passo Fundo. *A Noite Ilustrada*. Rio de Janeiro, p. 2. 28 fev. 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LINHA do Tempo – Notre Dame no Brasil. *Portal Notre Dame*. Disponível em: <http://portal.notredame.org.br/linha-do-tempo-notre-dame-no-brasil/> Acesso em: 30 abr. 2019.

LIVRO de Atas do Colégio Marista Conceição. *Livro 01*. 1910 –1939.

METODISMO RIO GRANDE DO SUL. Instituições Educacionais. Disponível em: <http://www.freewebs.com/metodismorgs/instituieseducacionais.htm>; Acesso em 25 abr. 2019.

PASSO Fundo Institute. *The Missionary Voice*. Nashville, Tenn., p. 235.

ago. 1923. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

PRESIDENTE Getúlio Dornelles Vargas (1951-1954) no Palácio do Catete: recebe em audiência alunas da escola normal e do colégio Notre Dame de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, RJ. *Fundo Agência Nacional*. 19 jul 1954. Disponível em: <http://sian.an.gov.br>. Acesso em: 30 abr. 2019.

PROF. William Richard Schisler aniversaria amanhã. *O Nacional*. Passo Fundo, p. 5. 18 maio 1966.

SHIH, Peter S. T. A Seven-Weeks Trip in Texas in the Interest of Texas-Brazil Student Movement. *The Missionary Voice*. Nashville, Tenn., p. 8. jan. 1923. Disponível em: <http://archives.gcah.org>. Acesso em: 19 abr. 2019.

REFERÊNCIAS

ANNES, Marina Xavier e Oliveira. *Johann Adam Schell e sua descendência*. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1980.

BONATO, Belady. *O Colégio Notre Dame e as Adaptações à Política Nacional*. Dissertação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2010.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 07 maio 2019.

DAMIAN, Heleno Alberto; DAMIAN, Marco Antonio. *Páginas da belle époque passo-fundense*. Passo Fundo: Passografic, 2008

ESCOTT, Clarice Monteiro; POLIDORI, Marlis Morosini. Avaliação e Inovação com TI no Centro Universitário Metodista – IPA. In: LEITE, Denise (org.). *Inovação, Avaliação e Tecnologias da Informação*. Porto Alegre: Pacartes, 2010, p. 126-148.

FONSECA, Denise Grosso da. A educação metodista no Brasil e no Rio Grande do Sul: (re)visitando a história. *Ciência em Movimento*. Ano XI, n. 22, 2009/2, p. 75-83.

GEHM, Delma Rosendo. *Cronologia do ensino em Passo Fundo*. Passo Fundo: Berthier, 1976.

HAHN, Simone Engler. *Filosofia Marista e Indicadores do Cenário Educacional Atual: Uma Tecitura Possível*. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do Metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1963.

MEDEIROS. Márcia Maria de. *Cara ou Coroa: Católicos e metodistas no Planalto Médio Gaúcho (início do século XX)*. Passo Fundo: UPF, 2007.

NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da História de Passo Fundo*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995.

NOVAES, José Luís Corrêa. Escola, liberalismo e educação metodista no Brasil. *Revista de Educação do Cogeime*. Ano 12, n. 22, jun. 2003, p. 105-126.

PAIER, Leci Salete. *A Trajetória da Escola Menino Jesus: Princípios, Identidade e Cultura Notre Dame*. Dissertação, Unisinos, São Leopoldo, 2008.

ROSSO, Miriam Maraschin; SIQUEIRA, Rosimar Serena. Formação educacional e cultural em Passo Fundo. In: DIEHL, Astor Antonio (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1998.

SLEDGE, Robert W. A model home base for missions: Mary Decherd, The University of Texas Epworth League, and the Brazil Mission. *Methodist History*. V. 45, n. 1, 2006, p. 4-15.

TIMM, Edgar Zanini. 64ª Olimpíada dos Colégios Metodistas do Rio Grande do Sul. *Revista do Cogeime*. n. 9, dez. 1996, p. 118-120.

VANELLI, Natália Carla. A Congregação Marista em Passo Fundo e sua atuação para o fortalecimento do catolicismo (1929-1950). In: XIV Encontro Estadual de História - ANPUH RS. 14., 2018. Porto Alegre. *Anais...* (on-line). Porto Alegre: PUCRS, 2018. Disponível em: <http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/> Acesso em: 20 maio 2019.

VERGUEIRO, Nicolau Araújo. *A História do Ensino em Passo Fundo*. Passo Fundo: Faculdade de Filosofia de Passo Fundo, 1967.

ZANOTTO, Gizele. O Trabalho Educacional das Irmãs de Notre Dame. *O Nacional*, Passo Fundo, p. 17, 05 nov. 2011.



**PASSO FUNDO NA
CAMPANHA DA LEGALIDADE:**

A MOBILIZAÇÃO POPULAR
ATRAVÉS DA IMPRENSA

Andre de Souza Pereira

Resumo: O presente trabalho se propõe a analisar a Campanha da Legalidade no município de Passo Fundo, no norte gaúcho. Para tal, serão utilizados os dois jornais mais antigos da cidade e que ainda estão em circulação: O Nacional e Diário da Manhã. Numa perspectiva da História através da Imprensa, busca-se compreender como tais jornais representaram o evento. Da mesma forma, procura-se perceber como os passo-fundenses reagiram durante esse período de crise, que se iniciou com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, sendo resolvido com a posse negociada de João Goulart, no dia 7 de setembro.

Palavras-chave: Campanha da Legalidade. Imprensa local. Mobilização popular.

INTRODUÇÃO

A renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, causou espanto na população brasileira. O presidente, que havia sido eleito com 48% dos votos totais, numa votação inédita recebida por um presidente até aquele momento, deixava o cargo com um simples comunicado ao Congresso que pouco explicava sobre as razões de seu ato.

Sabe-se que o presidente estava sofrendo pressões dos setores mais conservadores, que inclusive o apoiaram na eleição. A Política Externa Independente (PEI) defendida por Quadros e seu chanceler, Afonso Arinos de Mello Franco (UDN), trazia uma aproximação maior com a União Soviética, com países da Europa Oriental, com a África e com os vizinhos da América Latina, dentro de um grande projeto costurado por princípios como a autodeterminação dos povos e o não alinhamento ideológico a um dos lados da Guerra Fria (Cervo; Bueno, 2011, p. 339-343). Vista com desconfiança pelos aliados internos, a PEI era o alvo predileto das críticas a Quadros, sendo prejudicada pelo anticomunismo¹. Além disso, a indicação de Quadros pela não intervenção

¹ Segundo Carla Simone Rodeghero (2003, p. 28): “Entende-se o anticomunismo como um conjunto de ideias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo (BONET, 1986, p. 34). Essa definição é bastante ampla e engloba os diferentes tipos de anticomunismo vigentes ao longo do tempo, como o clerical, o fascista, o nazista-hitleriano e o norte-americano; apresenta também diferentes matizes políticos, desde as posturas de extrema-direita até a da social-democracia”. Sendo taxados de comunistas não somente aqueles que realmente o são, a autora identifica outros possíveis elementos a serem taxados de comunistas: “todos os partidos de esquerda, ou a alguns de seus membros em particular; aos indivíduos atuantes em movimentos sindicais, estudantis ou em qualquer outro tipo de movimento popular” (Rodeghero, 2003, p. 28).

militar em Cuba e, posteriormente, a condecoração de Che Guevara no Brasil, contribuíram ainda mais para esse clima de desconfiança. Rodrigo Patto Sá Motta (2000) denomina esse período (1961-1964) como o Segundo Grande Surto Anticomunista, isso ocorria por fatores como a Revolução Cubana, o reatamento das relações com a URSS e por conta do próprio crescimento da esquerda no Brasil.

Assim, diversos setores se manifestavam após a notícia da renúncia de Quadros. Um dos fatos mais conhecidos é a mobilização de populares até a *Tribuna da Imprensa*, órgão do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que não poupava críticas ao presidente. No Rio Grande do Sul, o governador do estado Leonel Brizola, num primeiro momento, oferecia solidariedade a Jânio Quadros, considerando a hipótese de deposição.

Contudo, segundo Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014), existe um certo consenso entre os historiadores e cientistas sociais de que Quadros renunciou na expectativa de dar um golpe que alargaria seus poderes. Ponderam, assim, que “são vários os indícios apontados. Um deles era um tipo de ação, em nome da moralização política, que resultava em profundo desgaste do Legislativo em face do Executivo” (Ferreira; Gomes, 2014, p. 25).

O vice-presidente, que havia sido enviado para a China, conforme designação de Quadros, encontrava-se, portanto, fora do país quando a crise estourou. João Goulart, não menos surpreso que todos os brasileiros, possuía a obrigação, de acordo com a Constituição de 1946, de assumir o cargo quando chegasse ao Brasil. Acirrando ainda mais a crise, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, manifestava-se con-

tra a posse de Goulart, seguindo a indicação do ministro da Guerra, Odílio Denys (Ferreira, 2016).

Após Leonel Brizola ter a confirmação de que os ministros militares se organizavam para não aceitarem a posse de Jango, passou a mobilizar a população. Num primeiro momento, sem apoio do Exército, o governador do Rio Grande do Sul encampou a Rádio Guaíba, em virtude de o governo em exercício ter censurado as demais emissoras de rádio após veicularem a carta do marechal Henrique Teixeira Lott² e a posição de Brizola. Assim, instalou no Palácio Piratini a Cadeia Radiofônica da Legalidade com o objetivo de mobilizar a população, ato que, posteriormente, teve a adesão das emissoras do interior do estado e de outros estados do Brasil.

Com ordens de bombardeio ao Palácio, ditadas pelo ministro da Guerra após as informações sobre a grande mobilização no Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército, Gal. Machado Lopes, as descumpria e aderiu ao evento, para o alívio da população que já esperava pelo pior. Para mais, salienta-se que a maior possibilidade de guerra civil ocorreu no dia 31 de agosto de 1961, quando o comando da base aérea de Canoas/RS dava ordens para bombardear o Palácio Piratini. Isso só não ocorreu pela insubordinação dos soldados (Ferreira, 2016).

Portanto, ganhando cada vez mais adesão popular, o movimento que ficou denominado como Campanha da

² O ex-ministro da Guerra, que inclusive havia concorrido à presidência da República nas eleições de 1960, na aliança PSD-PTB, tinha publicado manifesto endereçado a seus ex-companheiros militares denunciando que o então ministro, Odílio Denys, pretendia dar um golpe, não permitindo a posse de Jango. Após a veiculação do manifesto, Lott foi preso.

Legalidade, ou simplesmente Movimento pela Legalidade, conseguia frear uma tentativa de golpe militar. Entretanto, isso não foi o suficiente para que Goulart assumisse a presidência aos moldes da Constituição e como exigiam Brizola e os legalistas. Ainda quando estava em Montevideu, no Uruguai, Tancredo Neves propôs a Jango, com endossamento dos setores conservadores, uma emenda parlamentarista. Com o consentimento de Goulart, a emenda foi aprovada em 2 de setembro de 1961, causando grande decepção aos envolvidos na Campanha da Legalidade, tendo o presidente tomado posse em 7 de setembro (Ferreira, 1997, p. 24).

Compreendendo a grande repercussão que a Campanha da Legalidade teve por todo o país, pretende-se, nesse capítulo, analisar o impacto do evento no município de Passo Fundo. Não se pode perder de vista, antes de tudo, que o município era governado, desde 1947, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na crise política de 1961 era Benoni Rosado que se encontrava à frente do executivo municipal. Portanto, pertencia a mesma agremiação partidária que Jango e Brizola.

Para tanto, ter-se-á como fonte-objeto os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*. Conforme Reneé Barata Zicman (1985, p. 89), a História e a Imprensa estão relacionadas de duas maneiras: História da Imprensa e História através da Imprensa. A primeira consiste em pesquisar a trajetória de determinado órgão de imprensa, já a segunda a utiliza como fonte histórica para pesquisar determinado tema ou período. Dessa forma, far-se-á uma História através da Imprensa, abordando, nas seguintes linhas, a mobilização de Passo

Fundo pela Campanha da Legalidade e a sua representação através da imprensa local.

PASSO FUNDO E A LEGALIDADE

A primeira notícia que expressava o posicionamento da sociedade passo-fundense frente à crise política que se iniciava vinha do *Diário da Manhã*. Através de um manifesto³ publicado no jornal, os estudantes da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Passo Fundo iam a público se posicionar em favor de Jânio Quadros. Assim, informando que estiveram em assembleia permanente durante toda a noite anterior, o manifesto, assinado pelo presidente da diretoria, Ruy Centeno Xavier, colocava-se a favor da política externa empreendida por Quadros, denunciava supostas forças internacionais envolvidas na crise e clamava para que as “classes estudantis e trabalhadores” cerrassem fileiras em defesa daquela política.

Essa primeira manifestação ainda era fruto da incerteza que rondava aqueles momentos após a renúncia, lugar onde a especulação que tomava conta era se Jânio Quadros havia renunciado espontaneamente, compulsoriamente ou até se fora deposto. Logo, já com a confirmação de que tal decisão partiu do presidente demissionário e em razão das informações que davam conta sobre a articulação dos ministros militares para impedirem a posse legal do vice-presidente João Goulart, o clima foi alterado. As manifestações que foram expressas na imprensa e/ou representadas por ela nos dias

³ DIÁRIO DA MANHÃ, 26 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

que se seguiram à segunda notícia estavam todas inseridas no contexto da mobilização popular pela posse de Jango.

Em Passo Fundo, no dia 27 de agosto já circulavam no *Diário da Manhã* as primeiras posições do prefeito, Benoni Rosado (PTB), da Câmara Municipal de Vereadores e de alguns partidos políticos. Bastante ponderado naquele momento em relação ao movimento, o prefeito se dirigia à população pedindo para que mantivesse a ordem. Mesmo de forma contida, Benoni Rosado dava seu recado: “Manifesto, finalmente, a posição do Executivo Municipal de defesa do regime que deve ser integralmente preservado”.⁴ Dessa forma, percebe-se o posicionamento do prefeito, correligionário de Goulart, a favor da legalidade.

A seu turno, a Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo já se expressava de maneira mais aberta pela legalidade. Tal posicionamento é encontrado em nota oficial⁵ publicada pelo *Diário da Manhã*, a qual, segundo os assinantes, também foi encaminhada ao Congresso. O manifesto, num primeiro momento, ainda insistia em Jânio Quadros, visto que seus apoiadores pediam que fosse verificada a possibilidade de haver uma cláusula que devolvesse o mandato a Quadros. Mas na persistência da renúncia, afirmavam que a legalidade devia ser cumprida, conclamando os estudantes, os operários e o povo de Passo Fundo a reconhecerem

⁴ DIÁRIO DA MANHÃ, 27 ago. 1961, p. 1. Acervo Diário da Manhã.

⁵ A nota continha os seguintes nomes: Rodolpho Rodrigues de Lara (vice-presidente da câmara no exercício da presidência), Ernesto Scortegagna (1º secretário), Pedro Monteiro da Costa (2º secretário e líder do PSP), Wilson Garay (líder do PTB), Pery Marzullo (líder da Coligação Democrática Passo Fundense), Affonso Simões Pires (representante do PTN), Juarez Teixeira Diehl (líder do PDC), Odilon Soares de Lima, Bernardino Guimarães e Delmo Alves Xavier.

e apoiarem a ação do legislativo. Na mesma data, a câmara informava que se encontraria em sessão permanente, com a participação popular, até que a crise se resolvesse.⁶

Quanto às agremiações partidárias, o PTB e o PSP lançavam uma nota, denominada “Nota oficial e Proclamação ao Povo!”⁷. Através desse manifesto, os dois partidos iam a público conclamar os demais e a população para superarem as divergências e unirem-se por uma causa maior: “a posição ao lado da ordem constituída e da solução constitucional para a crise”. As bancadas pregavam a necessidade urgente de reagir contra qualquer violação da posse de Goulart, afirmando ser esse o lado da população e dos trabalhadores. Informavam também que a nota fora encaminhada à Assembleia Legislativa, ao governador Leonel Brizola, ao Congresso, a Ranieri Mazzili e aos ministros da Guerra e da Justiça.

Durante aquele domingo, o *Diário da Manhã* ainda fazia circular novas movimentações da sociedade passo-fundense pela legalidade. O Centro Acadêmico João Carlos Machado, da Faculdade de Direito de Passo Fundo, posicionava-se de maneira combativa e declarava greve geral dos estudantes até que a Constituição fosse cumprida. Já o Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação e o Sindicato dos Metalúrgicos de Passo Fundo enviaram manifesto a Ranieri Mazzili exigindo a posse de Goulart.⁸

Por sua vez, o manifesto do marechal Henrique Teixeira Lott, que denunciava a tentativa de golpe contra Goulart,

⁶ DIÁRIO DA MANHÃ, 27 ago. 1961, p. 1; p. 4. Acervo Diário da Manhã.

⁷ DIÁRIO DA MANHÃ, 27 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

⁸ DIÁRIO DA MANHÃ, 27 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

era reproduzido na segunda-feira, 28, nas páginas de *O Nacional*. Por determinação do comando geral da Brigada Militar de Porto Alegre, o comandante do 2º Batalhão Policial, Francisco Manuel Jofre Tomatis, enviava a mensagem para a imprensa. O *Diário da Manhã*, que não circulava naquele dia da semana, repassou o conteúdo no dia seguinte⁹.

Com a adesão do comandante do III Exército, general Machado Lopes, à Campanha da Legalidade, o movimento entrou numa nova fase. O clima de medo que tomava conta, devido às ordens de bombardeio ao Piratini dadas a Lopes pelo ministro da Guerra, cessaria, incentivando ainda mais a mobilização. Essa atmosfera também se encontrava em Passo Fundo, conforme informou o *Diário da Manhã*.

O jornal, que elencou estar com sua equipe nas ruas para ouvir a população, comunicava, já no título da matéria, que uma “sensação de alívio e desafogo invadiu a cidade”. Era dito que, até aquele momento, a população encontrava-se em desespero, temendo o derramamento de sangue. O alívio, causado pela adesão do III Exército e da 5ª Zona aérea, vinha acompanhado de um novo discurso que passou a fazer parte das manifestações desde então: o regionalismo. Então, o *Diário da Manhã* encerraria a matéria da seguinte forma: “O Rio Grande reafirmou, com energia, seu destino, sua predestinação, seu papel histórico na sorte da Nação, sob a liderança do governador Leonel Brizola”. Os jornais, da mesma forma que a população do Rio Grande do Sul, estavam contagiados por um discurso de união dos gaúchos

⁹ O NACIONAL, 28 ago. 1961, p. 1; DIÁRIO DA MANHÃ, 29 ago. 1961, p. 4. AHR.

em torno de uma causa, confirmada pelo ato de Machado Lopes.¹⁰

Mais uma vez escolhendo o *Diário da Manhã* para levar a mensagem à população, a Câmara Municipal de Vereadores publicou manifesto. Afirmando ser uma decisão unânime dos vereadores, o manifesto pedia para os passo-fundenses manterem a calma. Na ocasião, era elogiada a atitude do III Exército e da 5ª Zona aérea, também era solicitada a união da população e a confiança nas autoridades municipais. Ademais, os vereadores avisavam que na hora certa dariam uma orientação à população através das duas emissoras de rádio.¹¹

Já outra notícia sobre a Câmara trazia uma posição mais contundente, salienta-se que a publicação se referia a um acontecimento ocorrido ainda no domingo, dia 27. Através dela informava-se que o Legislativo, em sessão permanente, convocou os sindicatos, com as portas abertas, a fim de conscientizar a população sobre a situação do país. Aos sindicatos solicitava-se que levassem a mensagem a todas as suas bases, pedindo tranquilidade e, ao mesmo tempo, vigilância. Contando com a presença do prefeito Benoni Rosado, a Câmara reafirmava que a posição a ser seguida era a de Leonel Brizola; e que todos deveriam exigir a qualquer custo o cumprimento da Constituição pela posse de Goulart. Eis os sindicatos presentes na sessão, como forma de compreender a capacidade de articulação dos setores a favor da legalidade perante os passo-fundenses: Alimentação, Metalúrgicos, Ferroviários, Transportes Coletivos, Empregados

¹⁰ DIÁRIO DA MANHÃ, 29 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

¹¹ DIÁRIO DA MANHÃ, 29 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

do Comércio, Construção Imobiliária, Caixeiros-viajantes e Jornalistas. Também estavam presentes a União Passo-fundense de Estudantes (UPE), a Federação Universitária Passo-fundense e membros do Centro Acadêmico João Carlos Machado.¹²

A partir do dia 30 de agosto, os dois jornais passaram a contar com maior número de manifestações da população local sobre a legalidade. Desde notas pagas por entidades dos diversos setores até a repercussão da mobilização dos passo-fundenses, representada pelos veículos *O Nacional* e o *Diário da Manhã*. Destaca-se, portanto, que novos atores passaram a ganhar espaço na imprensa de Passo Fundo, bem como os já citados a desempenhar funções de protagonismo, tornando o evento um movimento ainda mais popular.

Entre os atores que passavam a se posicionar via imprensa, *O Nacional* trazia notas da Loja Maçônica Concórdia do Sul e do presidente municipal do Partido Democrata Cristão (PDC), Anildo Sarturi. Assim, ao falar em nome de todos os maçons de Passo Fundo, a loja prestava apoio total à legalidade e cumprimentava Brizola por seu “gesto patriótico”. Já Sarturi tinha um posicionamento um pouco controverso, alegando que a única legalidade possível seria através do retorno de Jânio Quadros ao poder.¹³ O interessante é que no decorrer de toda a cobertura do evento, o presidente do PDC será o único favorável à emenda parlamentarista, chamando-a de “solução honrosa” para a posse de Jango, evitando o derramamento de sangue e entrando em acordo com as Forças Armadas.¹⁴

¹² DIÁRIO DA MANHÃ, 29 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

¹³ O NACIONAL, 30 ago. 1961, p. 4. AHR.

¹⁴ O NACIONAL, 01 set. 1961, p. 4. AHR.

A mobilização popular em Passo Fundo pró-legalidade ganhava ainda mais forma com a criação de voluntariados e comitês. Segundo notícia de *O Nacional*, cada vez mais, populares se dirigiam à Câmara para buscar informações. Diante dessa mobilização ocorrida no próprio órgão, no dia 29, a população presente naquela sessão permanente fundava um voluntariado em defesa da legalidade, colhendo inúmeras assinaturas. O *Diário da Manhã* ainda contemplava o fato de toda a sessão ser transmitida pelas emissoras de rádio locais, trazendo calorosas manifestações dos estudantes, que afirmavam estarem “dispostos a derramarem o seu sangue em defesa da legalidade que o Rio Grande lidera”. Na ocasião também era fundado o Comitê Feminino Pró-Legalidade e sua atuação será abordada mais adiante.¹⁵

Quanto à ideia dos voluntariados, o Centro Acadêmico João Carlos Machado enviava nota aos dois jornais comprometendo-se a acompanhar os acontecimentos envolvendo a posse de João Goulart. Além disso, anunciava a instalação de alto falantes para mobilizar a opinião pública, e solicitava membros para a formação de voluntariado. E o *Diário da Manhã* também informava que o prefeito Benoni Rosado requisitou um prédio para o funcionamento de um voluntariado pró-Legalidade.¹⁶

A seu turno, o Centro Acadêmico Carlos Gomes, do Instituto de Belas Artes, se solidarizava com o movimento e colocava-se à disposição. Assim, sublinha-se que seria nas

¹⁵ O NACIONAL, 30 ago. 1961, p. 1. AHR. DIÁRIO DA MANHÃ, 30 ago. 1961, p. 4.

¹⁶ O NACIONAL, 30 ago. de 1961, p. 4. AHR. DIÁRIO DA MANHÃ, 30 ago. 1961, p. 4.

dependências do Instituto que se realizariam as reuniões da Cruz Vermelha em Passo Fundo, após a solicitação da diretoria estadual daquela entidade. Na mesma página, o *Diário da Manhã* também destacava o posicionamento dos médicos de Passo Fundo. Segundo a notícia, a Comissão Pró-criação da Faculdade de Medicina de Passo Fundo, reunindo a quase totalidade dos médicos da cidade, enviava mensagem ao governador oferecendo serviços caso houvesse uma luta armada.¹⁷ Já a fundação do núcleo da Cruz Vermelha em Passo Fundo é noticiada no dia 1º de setembro. O ato de fundação ocorreu na Câmara de Vereadores, sendo eleita presidenta Djanira Lângaro.¹⁸

Somando-se às mobilizações e procurando dar maior legitimidade à ideia da Campanha da Legalidade como um evento gaúcho, os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) tinham seus manifestos publicados nos dois jornais, no dia 31 de agosto. O CTG Getúlio Vargas, através de seu patrão, Aldino Schmidt, convocava os gaúchos para que ficassem em alerta para servirem ao movimento, caracterizando-o como um ato “em defesa da Pátria e da constituição”. E acrescentando um pouco mais da identidade do tradicionalismo gaúcho ao evento, o manifesto classificava a Legalidade como um “significativo gesto de amor à grande Estância Verde-Amarela”.¹⁹

Recorrendo ainda com mais veemência aos elementos da tradição gaúcha, manifestava-se o patrão do CTG Lalau

¹⁷ DIÁRIO DA MANHÃ, 31 ago. 1961, p. 4.

¹⁸ DIÁRIO DA MANHÃ, 01 set. 1961, p. 4.

¹⁹ O NACIONAL, 31 ago. 1961, p. 2; DIÁRIO DA MANHÃ, 31 ago. 1961, p. 3. AHR.

Miranda. Assim, ao destacar em sua nota um passado “heroico” do estado, o CTG colocava-se a favor da legalidade e da Pátria, chamando todos “os cultores da bravura lendária do grande gal. Bento Gonçalves da Silva” para se solidarizarem com o movimento. Conforme a publicação, para o CTG essa era uma manifestação pela democracia. Por fim, mesmo demonstrando ter consciência de ser esse um ato em favor da Constituição brasileira, encerrava o chamado com o lema: “em qualquer chão, sempre gaúcho pelo bem do Brasil”. Tal referência pode ser compreendida num contexto em que os sul-rio-grandenses, mobilizados por uma causa nacional, entendiam-se como os responsáveis por mais um “ato heroico”. Numa segunda nota, publicada para elencar que o CTG havia enviado mensagem também ao governador Leonel Brizola, confirmava-se a compreensão do evento daqueles agentes e era dito que os gaúchos uniam sua tradição pela causa pátria.²⁰

No âmbito religioso também foram expressas algumas manifestações. O *Diário da Manhã* trazia a declaração do Revdo. Eduardo Gustavo Otto, da Igreja Metodista, que repercutia no jornal a mensagem enviada ao bispo metodista. Na oportunidade, o pastor afirmava ser a favor de meios pacíficos, mas colocava-se à disposição e solidário com a juventude pela Constituição.²¹ Os metodistas tornaram a se expressar em ambos os jornais nos dias que se seguiram. Desde manifestações mais contundentes até o simples chamamento à comunidade para culto pela ordem da Pátria.

²⁰ O NACIONAL, 31 ago. 1961, p. 2; DIÁRIO DA MANHÃ, 31 ago. 1961, p. 4. AHR.

²¹ DIÁRIO DA MANHÃ, 31 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

Outrossim, visando a repercussão regional dos jornais, o Rev. Clory Trindade de Oliveira, superintendente distrital da Igreja Metodista, direcionava sua mensagem aos metodistas de Passo Fundo, Erechim, Soledade, Carazinho e Lagoa Vermelha. As palavras do Rev. Clory chamavam os fiéis para que rezassem pela paz, demonstrando a necessidade que se fazia o retorno da normalidade e o temor pela guerra civil. Uma outra mensagem reproduzida nos jornais era a da Sociedade Metodista de Homens de Passo Fundo. Essa nota, tendo sido apenas o esboço do que foi encaminhado a Leonel Brizola, saudava a ação do governador e de todos que participavam da mobilização. Além disso, personificando ainda mais o movimento em torno da figura de Brizola, chama a atenção o trecho bíblico escolhido para representar o governador, conforme o manifesto: “Diz ainda o senhor: No tempo aceitável eu te ouvi e te socorri no dia a salvação; guardar-te-ei e te farei mediador da aliança do povo, para restaurares a Terra e repartires as verdades”. O texto bíblico encontrado no livro de Isaías, capítulo 49, versículo 8, pode ser interpretado como uma alusão messiânica, sendo-a colocada sobre Brizola.²²

Já a Igreja Católica de Passo Fundo, na pessoa do bispo Dom Claudio Colling, manifestou-se duas vezes durante a Campanha da Legalidade, sendo ambas através de *O Nacional*. Nos dois momentos, nenhuma posição explícita favorável ou contrária ao movimento fora expressada. Em sua primeira publicação, Dom Claudio dizia-se preocupado com a situação do país e convidava a população a rezar, também

²² DIÁRIO DA MANHÃ, 01 set. 1961, p. 4; O NACIONAL, 02 set. 1961, p. 2, p. 3; DIÁRIO DA MANHÃ, 03 set. 1961, p. 4.

oferecia sacerdotes e apoio espiritual para auxiliar na paz da sociedade. Seu último manifesto, denominado “Pela Paz”, ia na mesma direção do primeiro, apenas acrescentou que se temia o desencadeamento de um conflito bélico no país, por ser capaz de destruir “preciosas vidas”.²³

Os professores também tiveram voz na imprensa de Passo Fundo durante os dias de crise. Num manifesto assinado por todos os diretores dos estabelecimentos de ensino de Passo Fundo, exigia-se que a Constituição fosse cumprida sem nenhum atalho. O texto reproduzido no *Diário da Manhã* havia sido dirigido à Câmara Federal, especificamente à pessoa do deputado Sérgio Magalhães (PTB/DF).²⁴ Um segundo manifesto dos professores, agora da 7ª Delegacia de Educação de Passo Fundo, publicado no dia 6 de setembro, demonstrava o descontentamento da classe com a emenda parlamentarista. Posto que denunciavam a solução parlamentarista como um golpe parlamentar com o consentimento de Jango e, decepcionados com a emenda, diziam que não foi pelo parlamentarismo que eles apoiaram Brizola e Jango.²⁵

Ressalta-se que os núcleos de apoio à Campanha da Legalidade mantinham-se em destaque às vésperas da aprovação da emenda parlamentar e depois dela. O *Diário da Manhã* passou a divulgar a organização de um Comitê de Resistência Democrática em Passo Fundo. Conforme nota publicada no jornal, os comitês seriam formados, primeiramente, para garantir a posse de Goulart, prevendo a existência de pre-

²³ O NACIONAL, 31 ago. 1961, p. 4; O NACIONAL, 04 set. 1961, p. 1. AHR.

²⁴ DIÁRIO DA MANHÃ, 30 ago. 1961, p. 4. Acervo Diário da Manhã.

²⁵ O NACIONAL, 06 set. 1961, p. 2. AHR.

sidente, secretário e tesoureiro. A organização deveria ser mantida mesmo após a posse de Jango, para permanecerem vigilantes, garantindo que não ocorressem novas tentativas de golpe e para cobrar “as novas reivindicações populares e impulsionar o Progresso social em nossa pátria, única forma de obter melhores condições de vida para o povo brasileiro”. A formação do Comitê foi pensada como uma forma de garantir que o país não fosse governado pelos interesses daqueles que seus membros denominavam “trustes estrangeiros”.²⁶

Portanto, no dia 2 de setembro, chegavam informações sobre o Comando Central dos Comitês de Resistência. Apresentava-se como uma organização da população civil “para a defesa, a qualquer preço, da legalidade ameaçada pelos golpistas que infelicitam o Brasil”, seguindo o exemplo de outros comitês, espalhados pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na presidência do Comando Central estava o prefeito Benoni Rosado.²⁷ Já no dia seguinte, era informada a fundação dos comitês em diferentes localizações da cidade: Comitê do Centro de Saúde, Comitê Bancário, Comitê da Vila Luiza, Comitê Vila Vera Cruz, Comitê da Vila Planalto, Comitê da rua Independência, Comitê da União

²⁶ DIÁRIO DA MANHÃ, 01 set. 1961, p. 4.

²⁷ Além do prefeito, uma nominata com a composição do Comando Central era publicada pelo jornal. Os acadêmicos Ruy Centono Xavier e João Fidélis Warken ocupavam, respectivamente, o cargo de secretário e tesoureiro. Lucindo Costamilan e Paulo Pires eram os coordenadores. O comando ainda era dividido em departamentos: Propaganda (Paulo Lima e Paulo Polita), Comitês (Ildo José Albuquerque e Odilon Soares de Lima), Coleta de Fundos (Jussara Menegaz e Santina Dal Paz), Grupo de Resistência (Lúcio Machado e Miguel Kosma), Informações (Luiz Mello e João Maurício Tomazi) e Confecção de Cartazes (Estela Maris Marcondes). DIÁRIO DA MANHÃ, 02 set. 1961, p. 4.

Passo-fundense de Estudantes e Comitê Posto Ipiranga (Av. Brasil).²⁸ A notícia do *Diário da Manhã* informava que os Comitês tinham a finalidade de arregimentar a população civil e militarizá-la, caso houvesse necessidade.

Contudo, destaca-se que a mobilização popular que mais ganhou repercussão nas páginas da imprensa passo-fundense foi aquela organizada pelas mulheres, através do Comitê Feminino Pró-Legalidade. No dia 1º de setembro, o *Diário da Manhã* comunicava que tal Comitê estava sendo organizado e já estava traçando um plano de trabalho. As instruções para a adesão ao movimento se dariam a partir da coleta de dados, como informações sobre as condições de vida das famílias, endereço, nome, relação de filhos, idade e

²⁸ Disponibiliza-se a lista completa das diretorias dos comitês contida no *Diário da Manhã*. Comitê do Centro de Saúde: Luiz Oscar Nunes (presidente), Augusto Álvaro Leitão (vice-presidente), Maria Isabel Rico Nunes (1ª secretária), Eunice Nunes Silvestrin (2ª secretária), Aurino S. do Valle (1º tesoureiro) e Elio Décio Geverhr (2º tesoureiro). Comitê Bancário: Miguel Francisco de Oliveira Bier (presidente), Abel Meira (vice-presidente), Claud Nozari Marques (1º secretário), Warley dos Santos Farinatti (2º secretário), Pedro Teixeira (1º tesoureiro) e Paulo Tarso Silva (2º tesoureiro). Comitê da Vila Luiza: Pedro Peres (presidente), Napoleão Alves de Souza (vice-presidente), Antonio Pereira de Aguiar (1º secretário), Ivo Alves Oliveira (2º vice-presidente), José Peres da Silva (1º tesoureiro) e Antônio Francisco Barbosa (2º tesoureiro). Comitê Vila Vera Cruz: Nelson Benjamin Costa (presidente), Rodolfo Peres (vice-presidente), Galdino Costa (1º Secretário), Paulo Xavier (2º secretário), Francisco Martins (1º tesoureiro) e Pedro Pereira (2º tesoureiro). Comitê da Vila Planalto: Hugo Rodrigues (presidente), Manoel Lisboa Neto (vice-presidente), Sebastião de Lima Teixeira (1º secretário), Leopoldo Morais da Silva (2º secretário), Anibal Azeredo (1º tesoureiro) e Alvarino Silva (2º tesoureiro). Comitê da rua Independência: Ernesto Delvaux (presidente), Patrício Prestes (vice-presidente), Francisco Ralner (secretário) e Donato Pedroso (tesoureiro). Comitê da União Passofundense de estudantes: Paulo Roberto Pires (presidente), Marcel E. Hoppe (secretário), José Maria Cruz (Imprensa) e Luiz Jacques de Mello (tesoureiro). Comitê Posto Ipiranga (Av. Brasil): Adão Ferreira do Nascimento (presidente), Joaquim Eusébio Carceres (secretário) e Organdino Carceres (tesoureiro).

um detalhamento das funções que as mulheres interessadas se propunham a desempenhar no comitê. Às coordenadoras caberia esclarecer os objetivos e a situação do movimento pró-legalidade e orientar sobre o papel das mulheres no movimento.²⁹ Vale destacar que o Comitê Feminino também se manifestava para prestar conta dos serviços e cobrar trabalho de suas integrantes. Ademais, atualizando a lista de quem estava trabalhando, o Comitê informava fazer um levantamento sobre as pessoas residentes nas vilas da cidade e suas capacidades em caso de emergência.³⁰

Ainda no dia 1º, o *Diário da Manhã* enaltecia a ação do Comitê Feminino que era semelhante a outros formados na capital gaúcha. O Comitê enviou telegramas ao arcebispo de Porto Alegre, ao governador, ao Congresso Nacional, à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e ao III Exército. Todas as mensagens foram reproduzidas no jornal. Ressalta-se que o telegrama a Dom Vicente Scherer prestava homenagem por este ter se solidarizado com o movimento, trazendo “magnífico conforto espiritual ao povo gaúcho”. Com saudações tradicionalistas, iniciando com “Sangue

²⁹ Segue abaixo a lista das integrantes responsáveis pela organização das atividades do Comitê Feminino Pró- Legalidade e seus respectivos bairros: Sra. Flavia Menna Barreto na Vila Santa Maria, Sra. Maria Terza Rache na Vila Luiza, Sra. Therezinha Amaral na Vila Schell, Sra. Maria J. Quadros na Vila Rodrigues, Sra. Ezilda Santos na Vila Vera Cruz, Sra. Ilda Amaral nas Vilas Sapo e Operária, Sra. Erbeno O. Facchin na Vila Santa Terezinha, Sra. Rosa Maria Santos na Vila Vergueiro, Sra. Olga Poletto na Vila Petrópolis, Sra. Alice Costi nas Vilas Costi e Exposição, Sra. Licinia Couto na Vila Armando Annes, Sra. Zamar Goron no Bairro São José, Sra. Nair Guimarães na Vila Lucas Araújo, Sra. Morena Salem Aires na Vila Independente, Sra. Dinah Portella na Vila Santa Marta, Sra. Edia Castro na Vila Lângaro, Sra. Rita Santos na Vila Dona Eliza e Sra. Laura Meirelles na Vila Industrial.

³⁰ DIÁRIO DA MANHÃ, 03 set. 1961, p. 4.

farroupilha vibrou nossos corações aplaudindo heroica atitude”, a mensagem a Brizola o reverenciava e destacava o orgulho gaúcho, estando “o Rio Grande de pé pelo Brasil”. Ao Congresso elas pediam a manutenção da Constituição e da legalidade. Já à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, apresentando-se como “mulher passo-fundense”, depositavam confiança ao gesto de apoio empreendido pelo legislativo pela causa da Legalidade. E ao III Exército era direcionada a manifestação mais comovida, pois colocando-se na condição de “mães, esposas e irmãs”, agradeciam o apoio daquele comando, visto que este evitou o derramamento de sangue.³¹

Logo, algumas manifestações pela atuação das mulheres passo-fundenses eram recebidas e publicadas. O presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Helio Carlomagno, respondia ao telegrama recebido e parabenizava a atuação do Comitê, salientando que o movimento foi de extrema importância para incentivá-los a continuar na luta em favor da legalidade.³²

Já no dia 3 de setembro, o *Diário da Manhã* informava que o III Exército havia determinado que diversas tropas fossem transferidas para a divisa com Santa Catarina. As tropas do 17º Regimento de Infantaria de Cruz Alta passaram por Passo Fundo no dia anterior, por volta da meia-noite, e, aclamadas pela população, eram recepcionadas pelas autoridades em frente à prefeitura.³³ *O Nacional*, no dia 4, informava que teriam passado por Passo Fundo 2.500 homens

³¹ DIÁRIO DA MANHÃ, 01 set. 1961, p. 4.

³² O NACIONAL, 02 set. 1961, p. 2. AHR.

³³ DIÁRIO DA MANHÃ, 03 set. 1961, p. 4.

do 6º Regimento de Artilharia Montada de Cruz Alta e 1.200 do 17º Regimento de Cavalaria de Santiago, indo em direção à Vacaria, para atravessar a divisa com Lages.³⁴

É importante destacar a atuação dos subcomitês femininos em conjunto com as estudantes do Instituto de Belas Artes, filiadas ao Centro Acadêmico Carlos Gomes, na coleta de alimentos a serem distribuídos aos soldados que passaram por Passo Fundo. Exaltando as mulheres passo-fundenses pela ação, *O Nacional* afirmava que foram concedidos mais de mil pacotes aos soldados. Agradecia-se, na mesma oportunidade, às empresas Bernardon e Serramalte por distribuírem refrigerante, e à Sociedade Recreativa de Trabalhadores por ofertar cigarros e laranjas. O jornal classificava os atos das mulheres como um exemplo de patriotismo, “de compreensão e de desenvolvimento cultural” que a cidade vivenciava.³⁵

Assim, fazendo uma prestação de contas ao governador Leonel Brizola, a presidente do Comitê Feminino Pró-Legalidade, Irma Helena Salton³⁶, replicava em *O Nacional* a carta enviada ao líder do movimento. Segundo a presidente, o comitê reuniu 400 donas de casa, estando mais de 1.700 mulheres inscritas para possíveis chamamentos. Mesmo exaltando o movimento “pela vigência da liberdade democrática”, foi expresso o desejo de que o clima voltasse logo à normalidade para que “as armas que defenderão a democracia não precisem falar”.³⁷

³⁴ O NACIONAL, 04 set. 1961, p. 4. AHR.

³⁵ O NACIONAL, 05 set. 1961, p. 3. AHR.

³⁶ Filha de Armando Araújo Annes. Neta de Gervasio Lucas Annes, três vezes Intendente de Passo Fundo. Casada com Wolmar Antonio Salton.

³⁷ O NACIONAL, 06 set. 1961, p. 4. AHR.

A última manifestação das mulheres passo-fundenses na imprensa ocorreu no dia 6 de setembro, através dos dois jornais. Ganhando coluna em ambos, Maria J. Quadros faz um balanço da mobilização popular em torno da posse de Goulart, não deixando de expressar seu descontentamento com a emenda parlamentarista – que era o mesmo sentimento de quase todos os atores que se manifestaram nos jornais. A colunista cumprimentava as mulheres pela sua atuação na Campanha da Legalidade. E, utilizando-se do passado rio-grandense, através da citação de figuras como Bento Gonçalves, Borges de Medeiros e, agora, Leonel Brizola, Maria J. Quadros glorificava o Rio Grande do Sul, enfatizando que essa foi uma luta dos gaúchos. Em seu discurso, ainda citava o papel cívico da mulher e a evolução deste para que pudessem estar ativas na política. Para a articulista, esse exemplo da participação política da mulher deveria ser mantido como forma de contrastar aos interesses dos homens, que ocupavam o poder governando em nome de ambos os sexos, mas apenas governavam para si. Assim, essa narrativa recorria a outro mito farroupilha: Anita Garibaldi. Comparando a bravura das mulheres com a da heroína farroupilha, Maria J. Quadros conclamava para que estas se mantivessem fortes em defesa da Constituição. Por fim, o descontentamento com a emenda parlamentarista foi expresso quando Quadros refere-se à escolha pelo sistema parlamentarista como uma decisão exclusivamente dos homens.³⁸

Outras tantas manifestações mais específicas também

³⁸ O NACIONAL, 06 set. 1961, p. 4; DIÁRIO DA MANHÃ, 06 set. 1961, p. 3.

apareciam nos jornais, mas optou-se, para esse texto, em contemplar aquelas com maior repercussão ou que, de alguma forma, traziam destaque peculiar para a problematização de suas interpretações e abordagens. Do mesmo modo, por uma questão também de espaço, não foi abordado os posicionamentos específicos dos jornais com relação ao evento, apesar de sua representação da mobilização também ser importante chave de interpretação, tampouco falou-se das diversas colunas de opinião trazidas em suas páginas diariamente, mesmo as tendo analisado. Através da análise de conteúdo (Bardin, 2016) empenhada por meio das fontes, conclui-se que em Passo Fundo, assim como os poderes executivo e legislativo, os movimentos sindicais e de trabalhadores, o movimento estudantil, o movimento específico das mulheres, e os demais setores representados nos jornais, a imprensa também estava mobilizada pela causa da legalidade. Destaca-se que as opiniões emitidas naquele momento, a partir imprensa escrita, encontravam-se coesas em favor da constitucionalidade da posse do presidente João Goulart.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha da Legalidade em Passo Fundo, através do que foi mostrado pela imprensa local, teve grande mobilização popular. Salienta-se que em todas as edições de *O Nacional* e *Diário da Manhã*, circuladas de 26 de agosto a 8 de setembro de 1961, não se encontrou nenhuma manifestação contrária ao movimento, nem por parte dos jornais, tampouco por ação da população que pudesse ser representada

nos veículos. Acredita-se que isso tenha acontecido menos por uma estratégia de silenciamento dos jornais, pois como mostra Ferreira (1997), a legalidade teria unido adversários políticos em torno de uma única causa.

Seguindo a ideia de união tratada por Ferreira (1997), pode-se analisar com mais precisão os inflamados discursos regionalistas e tradicionalistas contidos nas mobilizações. Isso, além de contribuir para a adesão de todos os gaúchos ao movimento, trazia a ideia de pertencimento, de identidade. Observou-se ainda que tal discurso passou a ser replicado com mais ênfase após a adesão do III Exército à Campanha. E, da mesma forma, a grande maioria das manifestações trazidas pela imprensa vieram após a sinalização de tal ato, que inaugurava uma nova fase do movimento. Assim, verificou-se que aquela ação empoderou ainda mais o imaginário coletivo e, conseqüentemente, gerou uma grande comoção.

Outro fator importante para observar nesse contexto foi a apropriação de espaços públicos pela população, como viu-se no caso da Câmara Municipal de vereadores. Portanto, buscou-se atribuir ao legislativo a imagem de órgão legítimo para mobilização, sendo um espaço em que as pessoas recorriam para buscar informações e até para seguir instruções. O fato de a casa estar em sessão permanente desde a primeira notícia sobre a possibilidade de golpe, estando aberta à população, ajudava a construir essa imagem de “casa do povo”. Ressalta-se que foi em tal local que se formaram os diferentes comitês e movimentos que fomentaram a adesão da população à Legalidade. Aliás, foi também na câmara que o movimento estudantil e sindical pôde

se organizar. Com o apoio do poder executivo e legislativo, os representantes das diversas categorias tiveram poder de fala e uma certa autorização para fazer um trabalho de base com a população. Esses dois poderes recorreram aos movimentos da mesma forma que aos jornais e às rádios.

Para mais, o feito de os poderes executivo e legislativo prestarem total apoio à Campanha da Legalidade não é menos importante. Mesmo considerando o fato de o prefeito local pertencer ao partido de Jango e Brizola, e desta agremiação estar no poder local desde 1947, a ação desses poderes auxiliava na legitimação do movimento perante a população, trazendo uma impressão de acolhida nos momentos em que, por exemplo, o prefeito pronunciava-se pela legalidade ao tempo em que afiançava à população que poderia ficar tranquila. As mesmas palavras cabem à ação da Câmara. A forma com que os discursos de ambos se construíram, como agentes que se encontravam 24 horas por dia vigilantes pela população, auxiliou na construção de tal credibilidade. E, evidentemente, toda essa adesão permitiu com que as ideias de Leonel Brizola pela Legalidade facilmente entrassem em Passo Fundo, ganhando a simpatia local.

Para concluir, destaca-se o papel da imprensa passo-fundense na legitimação da Campanha da Legalidade. Os dois jornais, que em diversos momentos figuraram como rivais, durante todo evento mantiveram uma postura coesa em favor do movimento. No presente texto, elencou-se apenas a repercussão local nessa imprensa. Contudo, ao analisar tais jornais em sua materialidade (Luca, 2005), teve-se acesso a toda a sua representação, bem como às colunas de opinião em ambos os veículos. Identificou-se, portanto, que

a coerência mantida nessa narrativa favorável era a mesma. Todos os artigos de opinião eram favoráveis à legalidade e, num último momento, contrários à emenda parlamentarista. Assim, figuras como o ministro da Guerra, Odílio Denys, e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, ganhavam o antagonismo dos jornais, sendo representados como inimigos da nação. A solução parlamentarista, igualmente, era denunciada como golpe.³⁹

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução de: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª edição revista e ampliada. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. v. 1.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. *Tempo [on line]*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democracia de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FERREIRA, Jorge; Gomes, Angela de Castro. 1964: *O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 406 p.

³⁹ Sobre *O Nacional* já se publicou um trabalho, sendo parte do Trabalho de Conclusão de Curso em História, na UPF, em 2017 (Disponível em: https://drive.google.com/file/d/16QZ-TZ8ncGBnjU_P-76_KhD2Y0qd8Pv4/view). O artigo (Pereira, 2018), que é um fragmento daquele TCC, versa apenas sobre a representação do jornal sobre a Campanha da Legalidade, não tratando da mobilização local nem do posicionamento do jornal (essas duas abordagens estão contidas no link do TCC disponível acima).

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: USP, 2000. Tese de doutorado.

PEREIRA, Andre de Souza. A Campanha da Legalidade nas páginas d' O Nacional. *Revista Semina [on line]*, Passo Fundo, vol. 17, nº 1, 2018.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. – 2. Ed. – Passo Fundo: UPF, 2003. 158 p.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa- algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, jun. 1985.



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO:

51 ANOS DA MATERIALIZAÇÃO
DE UM SONHO

Gabriela Tosta Goulart

Resumo: Esse artigo trata do embate político-histórico pelo poder administrativo das faculdades locais, ocorrido anos antes da materialização do sonho da constituição da Universidade de Passo Fundo (UPF). A entidade mantenedora da universidade, a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), formou-se em 16 de maio de 1967 pela fusão da Sociedade Pró-Universidade (SPU) – presidida por César Santos – e do Consórcio Universitário Católico (CUC) – administrado pelo padre Alcydes Guareschi –, pondo fim ao histórico embate político acerca do poder administrativo das faculdades locais. O estudo abrange a análise sobre o processo de formação dos grupos de fomento à ideia da interiorização do ensino superior, encabeçada por políticos e integrantes da imprensa passo-fundense, bem como as arenas nas quais estes sujeitos articularam a estrutura de poder acerca da disputa pela gestão do núcleo educacional. Para tanto, analisar-se-á o Estatuto da Sociedade Pró-Universidade, fundada em 1961, e a articulação dessas ideias na imprensa local através do jornal *Diário da Manhã* e do jornal *O Nacional*.

Palavras-chave: Poder local. Sociedade Pró-Universidade. Interiorização do ensino superior.

INTRODUÇÃO

A Universidade de Passo Fundo (UPF), que em 2019 completa 51 anos, nasceu em 6 de junho de 1968, demarcando a materialização do sonho da interiorização do ensino superior. Sua entidade mantenedora, a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), formou-se em 16 de maio de 1967 pela fusão do patrimônio da Sociedade Pró-Universidade (SPU) – presidida por César Santos – e do Consórcio Universitário Católico (CUC) – administrado pelo padre Alcides Guareschi –, encerrando, assim, um embate político-histórico pelo poder administrativo das faculdades locais.

O intuito das duas entidades administradoras era formar um patrimônio que, futuramente, permitisse a constituição da Universidade de Passo Fundo. O pedido havia sido direcionado por César Santos, ainda em 1951, sob a sessão de apólices pelos órgãos competentes e aval do Governo do Estado, bem como do Ministério da Educação. César Santos usou todos os recursos que a posição de deputado federal lhe trouxera, recebendo o apoio de Ernesto Dornelles, na época o governador do estado, que possuía, em sua alçada, a possibilidade de reforçar a comunicação com os órgãos competentes.

Sabe-se que no início da década de 1950 já se discutiam as possibilidades sobre a localização da futura Universidade, a construção de uma cidade universitária e a necessidade do funcionamento imediato da Faculdade de Direito. Contudo, foi apenas em 1954¹ que o grupo teve a primeira meta atingida: a regulamentação da Faculdade de Direito.

¹ O NACIONAL, 22 de abril de 1954, p. 1. Arquivo Histórico Regional (AHR).

Dois anos depois, em 1956, encontravam-se pendentes a organização da Faculdade de Filosofia (sob a alçada administrativa do CUC) e da Faculdade de Economia, da Faculdade de Odontologia e da Faculdade de Agronomia (administradas pela SPU). Reissoly Santos, irmão de César Santos, era o principal nome citado à frente da maior parte desses projetos, visto que era ele quem buscava a oficialização junto ao governo federal. Ressalta-se que com a organização das novas escolas, estimava-se conseguir um “esteio econômico” favorável para viabilizar a universidade.

Além disso, na mesma época, os professores cotados para lecionarem nas faculdades, além do diploma, possuíam trabalhos publicados sobre as matérias que lecionavam e detinham “autoridade de mestres”. De todas as faculdades listadas, a que gerou mais expectativa aos populares era a de agronomia, pois tinha-se em vista o vasto desenvolvimento da triticultura na região, o que demandava uma assistência pontual e mais próxima para a expansão.

Outro nome que atuou ativamente no período foi Daniel Dipp, com uma campanha no campo da iniciativa privada a favor do ensino superior e através do Projeto nº 2.456/1957 que visava o auxílio de Cr\$ 10 milhões à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Entretanto, em 1959, com o desentendimento ocorrido nas hostes do PTB, entre o grupo executivo liderado por César Santos e a ala rebelde liderada por Dipp, o posicionamento com relação às reivindicações em prol da Sociedade Pró-Universidade mudaram drasticamente. A partir daí, na Câmara Federal, Dipp denunciou a existência de entidades fantasmas em Passo Fundo que estariam recebendo auxílios do governo

federal. A denúncia foi levada também ao parlamento nacional² e César Santos foi desafiado a comprovar que as alegações eram de fato maldosas.

Mesmo envolta em eventos mal explicados, a Sociedade Pró-Universidade recebeu como doação, em 1961, o Hospital e a Rádio Municipal. O projeto foi liderado pelo prefeito Benoni Rosado e levado à votação na Câmara de Vereadores. No entanto, os opositores partidários do prefeito entraram em resistência imediata, alegando, na época, que apenas a doação do Hospital Municipal foi amplamente discutida pela população, ao contrário do que ocorreu quando se levantou a possibilidade de doação da Rádio³. Salienta-se que a reversão dos bens para o município aconteceu somente em 1964, quando a gestão do município já estava nas mãos de Mário Menegaz.

Para mais, destaca-se que no discurso⁴ do governador do estado, Ildo Meneghetti, a Faculdade de Agronomia era assegurada para Passo Fundo, apesar da apresentação por parte de alunos e professores dos controversos problemas a respeito dos recursos disponíveis para a efetividade do instituto. A situação da Faculdade de Agronomia suscitou o ato de intervenção do Estado na SPU, colocando Murilo Annes⁵ como interventor. Assim, Annes sustou o fechamento da Faculdade de Agronomia⁶ e acusou a ex-direção da

² O NACIONAL, 27 de abril de 1959, p. 2. AHR.

³ O NACIONAL, 13 de julho de 1961, p.1. AHR.

⁴ O NACIONAL, 21 de fevereiro de 1964, p.1. AHR.

⁵ Filho de Herculano Araújo Annes, primeiro sócio fundador do jornal O Nacional, neto de Gervasio Lucas Annes, líder do Partido Republicano Rio-grandense, durante a Primeira República. Murilo Annes, era ainda sobrinho de Armando Araújo Annes.

⁶ O NACIONAL, 03 de agosto de 1964, p.1. AHR.

SPU de desvio de verbas e de negligência quanto às condições materiais necessárias para o funcionamento da escola. É importante frisar que naquele período a intervenção era considerada ato legítimo e necessário para a conclusão do inquérito feito, ademais, ela recebia apoio do Terceiro Exército⁷. Foi então, para pôr fim a essa série de desgastes, que se instituiu a fusão da SPU e da CUC, somando patrimônios para viabilização da Universidade de Passo Fundo.

Para que se compreenda a forma de atuação dessa elite política e suas disputas, explorar-se-ão os meios e os grupos pelos quais costumavam dedicar-se para alcançarem a concretização de suas ideias propagadas na imprensa. Sobre as arenas, além da imprensa, onde esse grupo articulava-se, localiza-se outros dois espaços de atuação: Instituto da Liberdade de Conhecer (ILC) e Sociedade Pró-Universidade. A escolha do ILC e da SPU são justificadas pela perspectiva do objetivo explicitado nesses espaços em prol da instalação do núcleo de educação superior em Passo Fundo. Para facilitar a visualização, através do Quadro 01 destacam-se os sujeitos da pesquisa.

Quadro 01. Grupos de atuação de coexistência dos sujeitos

Instituto da Liberdade de Conhecer	Sociedade Pró-Universidade
Aurélio Amaral	César Santos
Benoni Rosado	Romulo C. Teixeira
Celso Fiori	Sabino Santos
Centenário do Amaral	Mauro Braga Jr.
César Santos	Celso Fiori

⁷ O NACIONAL, 14 de outubro de 1964, p.1. AHR.

Instituto da Liberdade de Conhecer	Sociedade Pró-Universidade
Danilo de Quadros	Conego José Gomes
Dorival Guedes	Verdi de Cesaro
Diogenes M. Pinto	Paulo Giongo
Eurípedes Facchini	Ney Menna Barreto
Flávio Annes	Paulo Ferreira Leite
Ítalo Goron	Wolmar Salton
Jairo Kristie	José L. Porto
Jofre Tomatis	Murilo Annes
Jacques Ribas	Salim Buaes
José Gomes	Armando Annes
João W. Nothen	Daniel Dipp
Luiz Spalding	Reissoly J. Santos
Mario Sperry	Gonorvan Guedes
Mario Frediani	Italo Goron
Moises Salte	Francisco A. Xavier
Ney Menna Barreto	Alberto Lago
Reissoly J. Santos	Saul S. César
Romulo C. Teixeira	Wilson Lopes
Ruy Centeno	Túlio Fontoura
Salim Buaes	Jorge Cafruni
Sabino Machado	Jacques Ribas
Saul Sperry	Dorival Guedes
Túlio Fontoura	Guaracy Marinho
Vitor Rech	Dino Langaro
Wilson Assis	Henrique Gaiser
Wolmar Salton	Victorio Dinardo
Ilo Albuquerque	Moises Salti
Alcides Genero	Victorino Reveilleau
Edgar Huff	Basilio Rambo
Miguel I. Guedes	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Observa-se que Túlio Fontoura e César Santos são atuantes nos dois grupos, assim como Wolmar Salton, já Daniel Dipp, Armando Annes e Benoni Rosado atuam em apenas um. Também é possível perceber que outros nomes se repetem, como Celso Fiori, Rômulo Teixeira e Reissoly Santos (irmão de César Santos), mas estes não possuíram a mesma representatividade constituída nos impressos pesquisados. Logo, para compreender a disputa pelo poder e as rupturas ressaltadas anteriormente, precisa-se entender o papel do Instituto da Liberdade de Conhecer e a função da Sociedade Pró-Universidade, afinal, foram nesses espaços, tanto quanto na imprensa, onde o discurso político em função do núcleo de ensino superior esteve tão presente.

O INSTITUTO DA LIBERDADE DE CONHECER

Quando o Instituto da Liberdade de Conhecer foi fundado, em 14 de julho de 1961, Verdi de Césaro e Carlos Galves, na época professores da Faculdade de Direito, expuseram os princípios sobre a Liberdade de Conhecer em uma dissertação na sessão plenária de inauguração. Na data, propuseram-se em lidar com duas das quatro dimensões espirituais do saber: latitude e elevação. Sob essa perspectiva, declararam que buscariam disponibilizar “ao alcance de todos, a possibilidade de cultivar todos os graus do saber, inclusive nas suas formas mais altas e necessárias, a filosófica e a religiosa de que tanto carecemos”.

As perspectivas apresentadas por esse nominado “movimento” dirigiam-se a ampliar a área dedicada aos institu-

tos de ensino superior e introduzir reformas na legislação escolar, tudo para proporcionar o ingresso a todos que desejassem angariar um espaço no ensino superior no interior do país. Esse discurso aproximou-se de uma perspectiva da democratização do ensino, antes restrito aos grandes centros urbanos como as capitais estaduais, uma “máscara” que se caracterizou como um artifício comum à época, principalmente se busca-se respaldo no modelo de análise de discurso de Charaudeau (2009).

O Instituto da Liberdade de Conhecer ingressava, assim, em um movimento de descentralização do ensino superior das capitais do país. Contudo, o “postulado” fundamental é a ênfase na Liberdade, ou seja, a liberdade do cultivo de todas as ciências. O grupo destacou que a criação desses institutos superiores no interior do país possuía a oposição de alguns grupos não nominados, mas não dos governos estaduais e federais.

Salienta-se que não foi possível perceber as “forças ocultas” nas inferências analisadas em nenhuma das fontes, pois em momento algum há referência a nomes específicos. Entretanto, existem outros fatores utilizados favoravelmente na abordagem da questão que suprimem esse ponto oculto negativo, a título de exemplo tem-se a expansão das cidades e o crescimento demográfico, que são algumas das justificativas do grupo para a interiorização do ensino superior e que, segundo eles, bastaria para eliminar o posicionamento dos opositores com relação à Liberdade de Conhecer galgada. Ressalta-se que grupos conservadores são citados como os tais opositores, na dissertação são nomeados como “espíritos do conservantismo e os espíritos de fronteira”,

pois, segundo citam os autores César e Galves, “para o conservador, não há necessidade de mudar, porque ele não vê a situação nova. Mas, se no mundo há ideias, valores, formas, realidades novas, então o rotineiro não tem razão e não deve, não merece ser ouvido” (César; Galves, 1961, p. 5). Na ênfase ao texto acima, nota-se a decisão em omitir a citação direta ao grupo, como se o espaço da omissão representasse a legitimação da causa ao mesmo tempo em que insere o opositor na “vergonha” do conservantismo e por isso merecem ter seus nomes e vozes ocultados.

Para mais, acima das disputas que alegaram haver ao longo do processo de luta pela implantação do ensino superior na região, constata-se que a busca pela interiorização do ensino superior no estado do Rio Grande do Sul iniciou ainda em 1930:

No interior do estado, começaram a ser organizadas instituições pró-ensino superior como uma reação ao centralismo das cidades metropolitanas. A democratização do acesso ao ensino superior foi uma idéia impulsionadora desse movimento de interiorização, presente também no município de Passo Fundo (GUA-RESCHI, 2001, p. 10).

As instituições universitárias que surgiram no interior do estado em meados da década de 1950 foram motivadas pelo movimento de interiorização do ensino superior. Portanto, a possibilidade de fundar mais escolas de ensino superior nesses locais era defendida pelo grupo como um rompimento de fronteiras em favor das ideias, mas para isso era necessário democratizar e, para tal, era preciso que a le-

gislação evoluísse. A evolução focava-se também na possibilidade de livre acesso ao curso superior sem a necessidade de exames (hoje conhecidos como vestibulares), da mesma forma com que ocorria quando o aluno passava do curso primário para o secundário.

O questionamento chave do grupo era: se o aluno concluiu as etapas necessárias e demonstrou competência para concluir os graus anteriores, por que não lhe dar livre acesso ao grau seguinte? Segundo a reflexão dos integrantes do Instituto da Liberdade de Conhecer, a resposta era que o vestibular ocasionava a rejeição de muitos jovens postulantes ao ensino superior, caracterizando, inclusive, duplicação de testes. A duplicação do teste era um ponto de vista argumentativo, pois a conclusão do ensino secundário era novamente posta à prova com o vestibular, ou seja, não passava de “acessório do velho sistema do ensino superior, que o conservacionismo manteve [...], concepção retrógrada, que entende que ele deve ficar reservado a uns poucos, quase no desejo da constituição de uma casta, fechada como toda casta” (César; Galves, 1961, p. 6).

Além disso, constata-se que a perspectiva do grupo prezava a democracia, percebendo nela uma forma de sustentar um novo ponto de vista, colocando-se além de sistemas de governo (totalitarismo, estatal, entre outros) e modelos econômicos (a exemplo do socialismo, capitalismo). Essa busca se dava através da defesa da iniciativa e da criatividade de uma sociedade ativa e aberta. De acordo com o grupo, a sociedade aberta era o norte para o progresso, era também o que asseguraria a liberdade do indivíduo. Ademais, a educação era citada como a melhor forma de

se “elevar o indivíduo em pessoa” (César; Galves, 1961, p. 6), capacitando-o para decisões, convivência e soluções que a sociedade demanda. Percebe-se que a elevação a que se refere seria um meio de eliminar demagogias, extremismos, ditaduras e visões utópicas das velhas perspectivas e práticas dos conservadores.

Nesse sentido, o novo se propunha ao convívio democrático aliado à expansão do saber. Em vista desses valores propagados, verifica-se que o Instituto da Liberdade de Conhecer trouxe para si a tarefa de disseminação do saber, sobretudo no ensino superior, sob a argumentação de melhorar a capacidade humana com relação à coexistência democrática social. Entretanto, apesar de aparentemente coeso em opiniões, o grupo vinculado ao Instituto da Liberdade de Conhecer possuía divergências explicitadas por César Santos ainda em 1961. De acordo com César Santos, no dia 06 de abril, três meses antes da dissertação apresentada no lançamento do Instituto, em uma entrevista concedida ao jornal *Diário de Notícias*, abordando a luta pela interiorização do ensino superior e a liberdade de conhecer, declarou que a história do ensino superior vinha sendo escrito em dois livros separados, um branco e outro negro. No livro branco inserem-se aqueles que contribuem para a causa, já no livro negro estão os responsáveis pelo atraso educacional. Houve destaque também para o combate dos conservadores ante a interiorização do ensino superior, uma resistência lamentável, segundo César Santos.

Sobre os discordantes, há uma citação específica de César Santos, focada desde 1950 quando se instituiu a Sociedade Pró-Universidade, nela ressalta o objetivo da Fundação e

do Instituto de criarem uma grande e modelar Universidade para o aprimoramento cultural da população da região. A preocupação em “dar profissões” é secundária, o objetivo voltava-se a “elear o nível intelectual da sociedade” e sem restrição de vagas. Para tanto, o exemplo de um início vigoroso se deu com relação à Faculdade de Direito, com condições acima de todas as expectativas, principalmente em seu quadro docente constituído por “Juizes e Promotores ilustres, por profissionais liberais idealistas, livres, independentes e responsáveis”, que abraçaram a causa recebendo “apenas meio salário mínimo”.

Nota-se que a ênfase dada na atuação profissional dos docentes por consideração à causa e não pelo dinheiro foi, para César Santos, determinante para o sucesso da faculdade. Para o grupo, era uma questão de patriotismo contribuir com o crescimento do nível cultural e de instrução para o maior número de pessoas possível. Nas citações, observa-se que a faculdade era percebida como um ambiente de “idealismo”, “austeridade”, “cooperação” e “justiça”. Para mais, situá-la em Passo Fundo, que na época já era uma região estratégica para acolher a “mocidade estudiosa”, foi uma tática para potencializar o crescimento da região norte do estado. Com relação à região na época, destacam-se os seguintes dados comentados pela imprensa local:

Estamos num planalto excepcionalmente privilegiado, com altitude de 700 metros acima do nível do mar, dotado de um clima sub-tropical temperado, de condições ótimas para viver. Além disso, ocupamos o centro de uma das mais ricas e prósperas regiões do Brasil.

Basta dizer-se que no ano passado, a arrecadação do imposto de renda do município foi a maior do interior do Estado. Ainda, obtivemos o primeiro lugar em população estudantil. Nenhum outro município do interior tem maior número de veículos que o município de Passo Fundo, o maior centro Rodoviário do interior do Estado⁸.

Assim, com a justificativa sobre a riqueza da região, almejou-se a implementação de uma Cidade Universitária em Passo Fundo e, para isso, dedicava-se o Instituto da Liberdade de Conhecer, atuando em prol do livre acesso ao ensino superior, sem restrições de vagas, destacando o progresso e a dignidade pela Liberdade de Conhecer, descentralizando e difundindo o ensino superior pelo interior do país. No estatuto do Instituto consta como fins instituídos, além da descentralização e difusão do ensino superior, o intercâmbio com instituições e organismos internacionais, bem como a luta pela adesão aos ideais da organização.

A sede do Instituto era na Sociedade Pró-Universidade, em Passo Fundo, mas o âmbito de atuação declarado era internacional. Ademais, sublinha-se que havia quatro categorias de sócios instituída: efetivos, aderentes, beneméritos e honorários. Os efetivos eram responsáveis pelos trabalhos ativos do grupo, os demais sócios eram considerados aderentes, sendo que “beneméritos são os que prestaram serviços relevantes ou que fizeram contribuição especial. Honorários, os que por méritos fizeram jus à distinção” (Estatutos do Instituto da Liberdade de Conhecer, 1961, p. 4). A direção

⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 06 de abril de 1961. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

do Instituto era composta por presidente, vice-presidente, secretário correspondente, secretário de sessão, tesoureiro e três suplentes da diretoria. A estrutura da diretoria era votada apenas pelos sócios efetivos. No referido estatuto estava previsto que, em caso de dissolução do Instituto da Liberdade de Conhecer, o patrimônio acumulado seria revertido à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. O estatuto foi publicado no *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, em 14 de abril de 1961.

Enfim, percebe-se que por mais que o Instituto da Liberdade de Conhecer fosse um grupo ativo em prol da interiorização do ensino superior, ele não atuava sozinho. O Instituto estava diretamente ligado à Sociedade Pró-Universidade, bem como a maior parte de seus membros ativos e demais sócios declarados. O grupo percebia nesse Instituto uma forma de afronta aos velhos conservadores do Estado que mantinham campanha ativa contra a democratização e descentralização do ensino superior, restrito ainda às capitais dos estados. Essa era uma forma do novo posicionarem-se e angariar simpatizantes pela causa do Instituto da Liberdade de Conhecer.

SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE

Apesar de ter sido fundada em 2 de fevereiro de 1950, o estatuto da Sociedade Pró-Universidade foi publicado apenas em 1959 e, na capa do estatuto, consta a consideração de que se trata de uma publicação de utilidade pública. A SPU tinha por objetivo “criar e manter” escolas de ensino

superior e, futuramente, congregá-las em Universidade. Declarava-se apolítica e sem fins religiosos, sendo ativamente representada por seu presidente César José Santos e mantida por verbas municipais, estaduais ou doações dos associados.

Também se previa na Sociedade a formação de conselhos, assembleias sociais, incumbências da diretoria, do conselho e dos sócios. Já sobre o quadro societário, sua composição constituía-se de cinco categorias: fundadores, beneméritos, honorários, efetivos e ativos. Somente os sócios ativos possuíam direito de voto, os demais ficavam à disposição para compor conselhos e comitês relativos, assim como para possíveis apoios. Entre os direitos do presidente estavam o de “admitir, recusar, observar, suspender, excluir e classificar os sócios” alocados nas cinco categorias citadas.

O estatuto foi registrado em cartório de pessoa jurídica em 08 de julho de 1950⁹ e reformado em 11 de novembro de 1957, por isso de sua publicação tardia, somente em 1959. Ressalta-se que no Quadro 1, exposto anteriormente, cita-se apenas os sócios ativos da SPU, posto que os sócios das outras quatro categorias citadas não constavam no estatuto divulgado. O primeiro curso administrado pela SPU foi o de Direito, cuja liberação pelo MEC ocorreu em 1956. Contudo, em 1960 já se levantavam alegações de gestão fraudulenta por parte de César Santos e Reissoly Santos, nominados pela imprensa como os irmãos Santos.

Todavia, somente em 1964 *O Nacional* acusou diretamente os irmãos Santos por contrabandos e falcatruas, en-

⁹ Sob nº 89, fls. 13 e 14 do livro A1, conforme declarado no estatuto.

quanto anunciava efetivamente a intervenção da SPU, que se encontrava a partir daí sob a autonomia do interventor Murilo Annes. A ordem de intervenção, em 1964, partiu do Estado, como um fechamento de todo o torpor gerado em 1963 com as notícias da criação de uma “Universidade Fantasma” em Passo Fundo. A divulgação tratava dos estabelecimentos de ensino superior criados pelos irmãos Santos que na ata do Diário Oficial contavam com 15 faculdades, mas na verdade apenas três estavam em funcionamento. Destaca-se que *O Nacional* se portou como o veículo de acusação, enquanto o *Diário da Manhã* se posicionou como o de defesa.

Jorge Edeth Cafruni, um dos sócios ativos da SPU, jornalista atuante no jornal *O Nacional* e responsável pelo relatório do governo de Mário Menegaz da gestão de 1964 a 1967¹⁰, cita o governante Menegaz como uma figura atuante em prol do progresso das escolas superiores, apesar de não estar ligado ao quadro societário da SPU. Salaria também que a aproximação de Menegaz com o governador Ildo Meneghetti foi o ponto de culminância para a rápida interferência e derrubada do poder dos irmãos Santos, precursores das novas ideias sobre a interiorização do ensino.

Cafruni declara ter-se posicionado pela vertente de Menegaz, isto é, em favor do processo de intervenção, não somente após as denúncias contra os irmãos Santos, mas também por terem declarado que eram os únicos fundadores da SPU, deixando de lado todo o quadro societário declarado no estatuto. Na parcialidade declarada que coube a Cafruni,

¹⁰ Material disponível no acervo de Cafruni, no Instituto Histórico de Passo Fundo.

ficou o legado do desenvolvimento do relatório que chamou de “registros cronológicos”¹¹ da gestão de Menegaz, com base nos arquivos documentais que acumulou no período e nos fatos citados pela imprensa que estava ao livre acesso de todos, afirmando que esses eram os “fatos” e o “outro lado”¹² dessa história, o que não permitia visões ambíguas.

As matérias destacadas por Cafruni estavam ligadas efetivamente ao jornal *O Nacional*, não porque o jornalista pertenceu ao corpo editorial desse veículo por 15 anos, mas, segundo ele, por ter estado inserido nas lutas ocorridas no período de recorte dessa pesquisa. Essa diretriz fica mais clara na própria declaração de Cafruni, que afirmou ter utilizado um critério na seleção dos assuntos constantes no relatório, “ordenação, escolhas, rejeições, complementações e interpretações”¹³, sem ter se interessado em olhar para o lado dos adversários de Mário Menegaz, mas negou a parcialidade, nomeou como um subsídio, um depoimento, para servir de “complementação”¹⁴ para quem futuramente, de fato, fosse escrever a história sobre aqueles dias.

Por essas razões, aceitou escrever os “fatos”¹⁵ da administração de Menegaz, pois o governante também sofreu

¹¹ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 16. Título: Palavras Iniciais. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

¹² Idem.

¹³ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.17. Título: Palavras Iniciais. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

¹⁴ Idem.

¹⁵ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.19. Título: Palavras Iniciais. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

ataques e críticas pelas ações acometidas no período e, ainda, por apoiar as ações do governo militar, utilizando-se dos recursos que possuía como aliado para intervir na política local e na SPU. De acordo com a prática estabelecida na lei, poderia ter intervindo nas faculdades, mas não na entidade administradora particular composta por sócios. Porém, justificada pela “anarquia”¹⁶ existente no município naquele momento sob a alçada petebista, fez o necessário para diminuir o poder do partido e de seus integrantes no governo local e nas instituições mais representativas da região.

Salienta-se que para o grupo opositor a César Santos e ao PTB, Passo Fundo estava exposto à anarquia e confusão, destacava-se que durante os 15 anos em que a cidade esteve nas mãos do referido líder petebista, também líder da SPU, a entidade foi sempre um “estopim”¹⁷ para “lutas encarniçadas”¹⁸. Além disso, Passo Fundo era citada como o maior reduto petebista do norte do estado, por isso era o partido mais “poderoso”¹⁹ no governo Jango-Brizola. Menegaz não negava sua raiz petebista, mas exaltava a mudança para o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), partido que ajudou a fundar como o marco do princípio da “queda da bastilha”²⁰ na região.

Ainda no referido relatório, Cafruni destacou que defendia a atuação do prefeito da época, mas não tirava o

¹⁶ Idem.

¹⁷ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.19-21. Título: Palavras Iniciais. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

espaço da oposição, por determinar a ela a efetividade de constituir um papel na história, pois sem eles não conseguiria situar o prefeito na história e que deixava ao historiador “o julgamento dos fatos históricos”²¹. O Golpe de 31 de março foi visto como o marco dessa queda de poder, reforçado com a vinda do governo Estadual para Passo Fundo, o apoio de Menegaz ao governo militar e a instituição de Passo Fundo como a Capital da Liberdade²² pela convivência com os referidos governos vigentes a nível estadual e federal.

Em momentos distintos, de acordo com Cafruni, Menegaz tem sua administração comparada à de Armando Annes e, posteriormente, sobre a possibilidade de luta armada para a tomada de poder do PTB, teve sua garra comparada a de Nicolau Vergueiro. Uma das lutas de Menegaz foi para a reversão da doação da Rádio Municipal e do Hospital Municipal, como patrimônios da SPU, ambos construídos na gestão de Daniel Dipp (1952-1954) e doados na gestão de Benoni Rosado (1960-1963) sob a alegação de que não propiciavam lucros à municipalidade. Apenas *O Nacional* pos-tou-se contra na época, mas não foi suficiente para impedir o processo.

Em 18 de abril de 1964, Menegaz conseguiu reverter as doações sob a alegação de que haviam sido construídos com verba do povo, por isso para o povo deveriam retornar. As reversões ocorreram sob o mesmo critério de quando foram doadas, ou seja, através de votação na Câmara de Vereadores. Quando a Rádio foi inaugurada, em 1954, Daniel

²¹ Idem.

²² Título proveniente da Operação Farroupilha, conforme abordado na pesquisa de Zardo (2010).

Dipp estava à frente da prefeitura, recebeu apoio de Wolmar Salton e de outros trabalhistas, além de Túlio Fontoura. Contudo, logo após a criação, Túlio Fontoura entrou com embargos judiciais e quem defendeu a causa municipal foi o consultor jurídico do município à época, Carlos Galves. Quando houve a possibilidade de doação para a SPU, solicitada por César Santos a Benoni Rosado, com o apoio da Câmara de Vereadores, Túlio Fontoura apoiou veementemente, pois já alegava naquela época que a Rádio vinha sendo fruto de uso particular por Daniel Dipp.

As reversões não agradaram de forma alguma a oposição, especialmente Túlio Fontoura e César Santos, bem como a queda dos petebistas locais, o “ardor combativo”, segundo Cafruni, se sucedeu através da imprensa, nas páginas do *Diário da Manhã*. Reconhecia-se uma luta em andamento, mas uma luta sem violência entre Menegaz de um lado e César Santos à frente da oposição para retomar o poder que havia perdido em 31 de março de 1964. A reversão da Rádio e do Hospital para a municipalidade foi considerada a primeira vitória do grupo de Menegaz contra a SPU, o próximo passo seria a intervenção. Todos os lados estavam engajados pela mesma causa desde 1956, de acordo com Cafruni, com as ideias fomentadas pelos jornalistas Antonio Donin e Múcio de Castro em 1949. Donin e Castro procuraram na época César José dos Santos, presidente do PTB local, sendo todos pertencentes à mesma agremiação – o PTB – e apelaram aos recursos que o líder possuía enquanto deputado federal.

Assim, toda a articulação em prol da formação de um grupo focado no objetivo de trazer o ensino superior para o

interior do estado foi realizada pelos jornalistas Castro e Donin e, desde o início, se percebeu a necessidade da criação de uma sociedade mantenedora das Faculdades que seriam trazidas para Passo Fundo. Assim, em 1950, o grupo fundou a Sociedade Pró-Universidade e registrou-a no cartório de pessoas jurídicas em 8 de julho do referido ano²³. No entanto, ao se avaliar os nomes listados no Quadro 1, percebe-se que não constam os nomes dos jornalistas Donin e Castro, pois estavam ausentes na data do registro em cartório.

Em 1956, o grupo conseguiu o registro da Faculdade de Direito e a prefeitura doou o primeiro patrimônio à SPU, bem como as verbas assistenciais necessárias. Todo o mérito foi citado por Cafruni, relatando as gestões municipais envolvidas: Armando Annes, Daniel Dipp, Benoni Rosado, Wolmar Salton e Mário Menegaz. Celso Fiori foi o responsável por adaptar o prédio da Faculdade de Direito e, posteriormente, particulares forneceram doações para constituição da biblioteca. Tudo fluía bem até 1964, quando ocorreu a “Revolução Democrática”²⁴, conforme denominou Cafruni, e as acusações começaram a surgir contra os irmãos Santos que continuavam à frente da direção da SPU.

Mário Menegaz foi procurado pelos demais integrantes da SPU para conseguir uma intervenção na entidade junto ao governo estadual²⁵. No período, o jornal *O Nacional* noticiou que Menegaz e o vereador Eduardo Martinelli haviam se deslocado para a capital do estado e, em seguida, a Bra-

²³ Estatutos registrados sob nº 89, fls. 13 e 14, do livro A-1.

²⁴ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p.23-24. Título: Palavras Iniciais. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

²⁵ O NACIONAL, 27 de abril de 1964. AHR.

sília para interceder da forma como fosse possível na SPU. Conseguiram, em 22 de abril, que o governador do estado emitisse a intervenção da SPU e das faculdades mantida por ela, deixando Murilo Annes como interventor nomeado até que o Ministério da Educação direcionasse a solução para a normalização institucional. Nesse ano a Sociedade possuía sob sua administração as Faculdades de Direito, Economia, Agronomia e o Instituto de Belas Artes. A Faculdade de Filosofia só não entrou no processo de intervenção por estar sob a responsabilidade administrativa do Consórcio Universitário Católico, dirigida pelo padre Alcides Guareschi. Toda essa ação de Menegaz no primeiro semestre de 1964 rendeu-lhe o título de cidadão passo-fundense, com direito à presença do governador do estado na data da homenagem realizada pela Câmara de Vereadores. Apenas em outubro de 1964 foi levantada a intervenção da SPU, ocorrendo a convocação dos sócios e a eleição de um novo presidente para a entidade. Alcides Guareschi, que já administrava a Faculdade de Filosofia, foi eleito para a presidência da Sociedade Pró-Universidade.

Já em 2 de fevereiro de 1967, os irmãos Santos retornaram a reivindicar a direção da SPU, com o apoio do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, alegando respaldo legal no Código Civil, tomaram posse dos bens e da direção da SPU, destituindo também a maioria do quadro docente em exercício. A direção eleita da SPU encontrava-se em viagem, retornando apenas quatro dias depois da tomada de poder pelos irmãos Santos, reorientando o comandante da Brigada Militar local e restituindo novamente os eleitos de 1964. A ordem de retirada para os irmãos Santos partiu do delegado

local, havendo recusa por parte deles. No jornal *O Nacional*, os irmãos Santos foram citados como invasores e julgados por utilizar indevidamente o nome das autoridades do estado como apoio ao ato, além do desacato ao prefeito municipal. Observa-se a publicação:

Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade PF

Em Nota Oficial, o Prefeito Mário Menegaz expõe ocorrências

O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, SR. MÁRIO MENEGAZ, EXPEDIU A SEGUINTE NOTA OFICIAL, RELATIVAMENTE AOS ACONTECIMENTOS ONTEM REGISTRADOS NA SOCIEDADE PRÓ-UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO:

<<Ontem, cerca de 17 horas, fui informado de que César José dos Santos, bem como o dr. Mário Hoppe e dr. Wilson Lopes, haviam invadido a sede da SPU>>.

<<Efetivamente, como verificamos depois, César José dos Santos e mais elementos haviam requisitado forças da Brigada Militar, através de ofício, como <<presidente da SPU>>, inclusive do uso indébito do nome do Exmo. Senhor Governador do Estado e do Chefe da Casa Civil, dr. João Dêntice>>.

[...] <<É de estarrecer tudo o que houve. O povo e as mesmas autoridades de Passo Fundo e do Estado ficaram chocadas diante de tanto atrevimento desses elementos, hoje configurados como autores de um ato escandaloso>>²⁶.

²⁶ O NACIONAL, 3 de fevereiro de 1967, s/p Título: Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade de PF. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

Por sua vez, no *Diário da Manhã*²⁷ foi publicada uma nota dos irmãos Santos alegando esclarecimento à opinião pública, na qual informavam que a SPU era uma entidade mantenedora particular, administrada por sócios ativos e que a intervenção apenas dilapidou os bens da Sociedade, que foram vendidos sob a alegação de pagar dívidas que não existiam, bem como criou dívidas que prejudicaram os acadêmicos, visto que passaram a ter de arcar com o preço do ensino “combalido”. Na retomada, os irmãos alegavam possuir três mandados de segurança e uma ação de nulidade da intervenção e decidiram não aguardar por mais meses uma resposta da justiça. Assim, se justificou a cooptação das forças policiais locais. O período foi tenso com relação às acusações pessoais de ambos os lados, mas pode-se destacar que, do todo, apenas Reissoly havia sido expulso do quadro societário da SPU, pelos próprios sócios integrantes da entidade, os demais haviam sido apenas destituídos de suas funções na direção da Sociedade. A ação mais intensa contra Reissoly foi devido às acusações de desvios durante o período em que esteve à frente da gestão burocrática da SPU. Outro ponto de acusação pesada no momento foi a ligação dos irmãos Santos ao governo de Brizola e Jango, deposto em 1964:

<<César Santos, como se sabe, é ex-presidente do PTB e elemento ligado ao Brizolismo gaúcho, elemento subversivo que, no dia 31 de março de 64, foi ao quartel do I/20º R.C. do Exército, solicitar forças para tomarem conta da Prefeitura, e na lista dos que deviam ser

²⁷ DIÁRIO DA MANHÃ, 3 de fevereiro de 1967. Acervo Diário da Manhã.

sacrificados, em primeiro lugar, estava Dom Claudio Colling, D.D. Bispo Diocesano>>. <<Reissoly José dos Santos é brizolista, ex-deputado do PTB, e para eleger-se demoliu a camionete da SPU, consumiu a gasolina da mesma entidade, aproveitou-se das verbas federais da SPU em favor de sua campanha, e agora vive desesperado e alucinado, por ter sido expulso da SPU, sem poder mais locupletar-se nos bens da mesma, por ter perdido o emprego>>²⁸.

Até que a retomada fosse efetivada, Menegaz declarou luto oficial no município enquanto “perdurasse” a situação de “violência” imposta pelos irmãos Santos. Houve a interdição de ruas próximas à sede da SPU, a prefeitura e os serviços oferecidos ao povo foram suspensos e o Governo Estadual foi acionado pelo prefeito. Para entender o posicionamento do *Diário da Manhã*, é importante compreender que Túlio Fontoura, apesar de defender os irmãos Santos e ter seu apreço pelo trabalhismo, graças à proximidade com os irmãos, também era próximo do recém-instituído governador do estado, Walter Peracchi Barcelos. Em vista dos posicionamentos conhecidos, o governador optava por “deixar fluir” pela justiça essa definição, logo, sem interferir no processo, não cedia autonomia aos irmãos Santos nem ao prefeito.

A intervenção esperada veio pelo delegado regional de polícia, mediante acordo entre as partes para que a decisão sobre a SPU ocorresse através dos juristas e por meio legal.

²⁸ O NACIONAL, 3 de fevereiro de 1967. S/página. Título: Os graves acontecimentos na Sociedade Pró-Universidade de PF. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

Segundo as informações noticiadas pelo *Diário da Manhã*, o governador do estado não intercedeu nem por um lado nem por outro, tanto é que não recebeu Menegaz em seu gabinete, mesmo que ele tivesse esperado por horas para uma audiência. Menegaz foi orientado a procurar as medidas cabíveis com o secretário de Segurança Pública e pelas vias judiciais, pois a SPU era uma entidade mantenedora privada, não cabendo a interferência pública estadual. Contudo, Menegaz ainda assim alegou ter sido recebido pessoalmente, junto ao governador e seus assessores, para a orientação do procedimento. Perspectivas diferentes de ação, como a supracitada, sobre um mesmo incidente são pontos comuns na análise de discurso, a realidade não é omissa, mas sim um jogo que, conforme Charaudeau (2009, p. 7-9), permite ser interpretado pelo contexto e emitida com base na identidade dos sujeitos, “em outros termos, no que é dito, há sempre o que é dito o que não o é, um não dito que, entretanto, também se diz”. Por conseguinte, a imprensa e os meios da arena política são os lugares comuns para esse jogo de máscaras.

Seguindo a diretriz do grupo liderado por Menegaz, em 6 de fevereiro, os prefeitos da região reuniram-se para discutir o interesse compartilhado pela restituição das Faculdades, ao todo somavam-se 75 gestores municipais. A convocação coletiva devia-se à preocupação declarada com o atrapalho que ocasionaria nos vestibulares que se encontravam próximo. Para mais, a ARENA, partido ao qual os irmãos pertenciam, decidiu nessa mesma reunião por destituí-los e desautorizá-los pelas decisões tomadas com relação à SPU, conforme observa-se através das citações obtidas por

Cafruni. Salienda-se que, pela definição obtida judicialmente, o vestibular estaria mantido no dia 23 de fevereiro daquele ano. A decisão judicial definitiva saiu apenas no dia 10 de abril de 1967, dando causa perdida aos irmãos Santos, conforme registrou Cafruni:

A ARENA E O CASO DA SPU

“O Nacional” de 9 de fevereiro publicava o seguinte:

- “Informações colhidas pela reportagem revelam que os membros do diretório local da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em reunião que há pouco realizaram, teriam resolvido destituir dos cargos que ocupavam os srs. Wilson de Assis Pereira Lopes e Mário Daniel Hoppe, presidente e secretário, respectivamente”.

“Após essa iniciativa – diz a nota – os conselheiros e vogais do diretório arenista, endereçaram ao deputado Francisco Solano Borges, presidente da ARENA no Estado, cientificando-o da medida”.

“Além da destituição dos dois membros, o Diretório desautorizou as providências por estas tomadas, juntamente com os srs. César Santos e Reissoly José dos Santos, no que se relaciona com o rumoroso caso da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, cujos bens foram violentamente retomados, sob o “alto comando” dos irmãos Santos”.

Era um rebate prematuramente lançado...

A destituição do presidente e secretário ficou, entretanto, sem efeito. Os elementos desgostosos não exerciam nenhum poder para se arrissem a tanto.

A nota no jornal apenas interessa por trazer a vinculação da ARENA, aos srs. César e Reis-

soly Santos, cabeças da intentona contra o SPU²⁹.

Em 16 de maio do mesmo ano, o Consórcio Universitário Católico e a Sociedade Pró-Universidade se fundiram, formando a Fundação Universidade de Passo Fundo, colocando um fim definitivo às inconstâncias societárias que rondavam a SPU intensamente nos seus últimos anos como instituição mantenedora das Faculdades. Os processos movidos pelos irmãos Santos contra Múcio de Castro e Mário Menegaz, com base na Lei de Imprensa, foram arquivados em 18 de agosto de 1967. Portanto, o poder do núcleo universitário estava garantido no grupo de apoio de Menegaz, Dipp, Castro e Annes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensejo de implantar o ensino superior em Passo Fundo surgiu em meados de 1950, junto a um movimento de tendência nacional que visava descentralizar o ensino superior das capitais, que eram os grandes centros educacionais até então. O processo de implantação evoluiu rapidamente entre 1950 e 1960, período em que as primeiras faculdades locais foram instaladas na cidade de Passo Fundo. Para entender essa rápida evolução, foi preciso analisar as lutas políticas que movimentaram as lideranças locais acerca do tema e utilizar a imprensa – jornais *Diário da Manhã* e *O Na-*

²⁹ CAFRUNI, Jorge Edeth. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, p. 142. Título: A Arena e o Caso da SPU. Fundo Mário Menegaz. Acervo Instituto Histórico de Passo Fundo.

cional – como fonte para reconstituir e contextualizar o cenário político a partir das notícias que circularam no período sobre as principais preocupações discursadas por essa elite nas mídias. À frente da causa da interiorização do ensino superior localizou-se dois nomes principais na deputação estadual: César Santos e Daniel Dipp.

Em consequente, procurou-se compreender como funcionou a articulação do meio político com a imprensa durante a discussão sobre a instalação, para tanto, fez-se necessária uma pesquisa acerca os discursos de políticos locais sobre a interiorização do ensino superior e da criação de uma futura universidade. Conhecer estes discursos permitiu a reflexão crítica sobre as relações de poder e dominação vigente no cenário político passo-fundense, deixando às claras o jogo de ideias e interesses contido nele, bem como possibilitou margem para interpretação das ideologias marcadas pelas experiências partidárias ao longo da jornada dos indivíduos envolvidos no debate.

FONTES

Jornal *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 01/01/1947 à 30/12/1964. Localização Jornal Diário da Manhã.

Estatuto da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: Tip. Elite, 1959. Localização Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF).

Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 02/01/1947 à 30/12/1964. Diário Independente. Localização Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo (AHR).

REFERÊNCIAS

- ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Programa de Pós Graduação em História PPGH-UPF (Dissertação). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.
- BENVEGNÚ, Sandra Mara. *O PTB e a nova configuração do poder em Passo Fundo*. In: BASTITTELLA, Alessandro (Org.). Passo Fundo, sua história. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- CAFRUNI, Jorge Edete. *Relatório das Ocorrências do Quatriênio (1964-1967)*. Passo Fundo, 1968, 215p.
- GUARESCHI, Elydo Alcides. *O processo de construção da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2001.
- NASCIMENTO, Welci. *Um sonho: 1954-2014*. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2014. 104 p.
- NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santina Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. 2º Ed. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2012.
- ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilba: A transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Monografia IFCH/UFRGS, 2010.

ESTUDANTES FAZEM COMÍCIO EMBORA O APARATO MILITAR

Deslocando-se em pequenos grupos os estudantes foram ontem à tarde da Av. Brasil -- guardada por fortes contingentes da Brigada Militar, para a Praça Marechal Floriano e ali realizaram um comício na escadaria da Catedral de Na. Sa. Aparecida -- falando 3 oradores, representando a UPE (secundarista) e o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito.

Não ocorreu qualquer incidente durante a manifestação embora fôsse de tensão o ambiente entre os estudantes como entre PMs que começaram a agrupar-se também no local, chegando em certos momentos parecer o risco de um comício da repressão contra os estudantes.

Os oradores saíram a manifestação um desagravo pela morte do seu colega Edson Luís de Lima Souto atacando a política do governo e classificando-o de «ditadura militar».

O dispositivo policial era dos maiores. Além dos policiais em trajes civis que se infiltraram entre os estudantes acompanhando de perto a manifestação, grupos de PMs postaram-se ao longo da Av. General Neto, frente à Catedral; um carro de bombeiros, com guarnição completa ficou na Av. General Neto, próximo

à esquina com a Rua Morom, tendo ao lado um caminhão-choque lotado de PMs com baionetas enclavadas; um outro caminhão, nas mesmas condições ficou na Rua Morom, próximo da esquina com a Rua 7 de Setembro; na Rua 10 de Setembro, estava um contingente de cavalarianos do 1/20º RC; jipes da polícia e da Brigada Militar percorriam as proximidades da concentração estudantil; um jipe com aparelhos emissor-receptor e um helicóptero patrulharam o local. Terminou pouco depois das 17 horas. O comício saiu pelas 19,30 horas, após cessar a manifestação dos estudantes.

**“NÃO NOS CALEMOS;
ERGAMO-NOS UNIDOS!”:**

O MOVIMENTO ESTUDANTIL
DE PASSO FUNDO EM 1968

Hérica de Matos Frandoloso

Populares que acompanharam os acontecimentos elogiaram a tranquilidade com que os estudantes se organizaram e o Delegado de Polícia, após alguns minutos, os grupos dispersaram -- e obtiveram, junto a autoridades estudantis, o encerramento da manifestação evitando a pressão pura e simples, com o que não ocorreram violências ou correrias.

Após a palavra dos 3 oradores os estudantes cantaram o Hino Nacional dispersando-se em seguida.

Resumo: Esse artigo abordará o contexto do movimento estudantil na cidade de Passo Fundo no ano de 1968: as disputas políticas e os desdobramentos da criação da Universidade de Passo Fundo – fator determinante para a consolidação de um movimento estudantil universitário; as entidades que formavam a classe estudantil, secundaristas e acadêmicos, suas principais atuações, manifestações e reivindicações; o diálogo entre imprensa, estudante e a opinião pública. Além disso, o presente capítulo também procura relacionar as memórias de estudantes da época e analisar os discursos publicados pela imprensa.

Palavras-chave: Movimento estudantil. Passo Fundo. Imprensa. Memórias.

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1968, na capa do *Diário da Manhã*, encontrava-se, em letras grifadas, a seguinte manchete: “Proibida qualquer manifestação estudantil”. Após a morte – ou assassinato – do estudante Edson¹, o Ministério da Justiça decidiu proibir toda e qualquer manifestação estudantil no país; isso porque, segundo a própria reportagem do jornal, após a repercussão da morte, “estaria para eclodir um movimento monstro em todo o Brasil”. Os principais jornais de Passo Fundo destacavam, logo na capa, a truculência entre policiais e estudantes nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo: “Sangrentos combates entre estudantes e policiais no Estado da Guanabara”², “Violência policial nas ruas do Rio”³, “Faculdade de Economia invadida por militares!”⁴, para citar alguns exemplos. Em uma das edições, dentro de um pequeno quadrado e quase despercebido, é informado: “Prisão especial para estudantes”⁵.

O presente artigo busca apresentar como era o movimento estudantil em Passo Fundo nesse mesmo período, como os estudantes atuaram nesse momento de efervescência mundial – e ainda numa ditadura civil-militar, que recém dava seus primeiros passos. Além disso, procura ana-

¹ Há divergência quanto ao nome do estudante secundarista. Em algumas fontes, é citado como Edson Luís de Souto Lima; outras o citam como Nelson de Lima Souto. Neste artigo, será citado como Edson Luís de Souto Lima.

² DIÁRIO DA MANHÃ, 22 jun. 1968. Arquivo Histórico Regional.

³ O NACIONAL, 10 out. 1968. Arquivo Histórico Regional (AHR).

⁴ O NACIONAL, 19 set. 1968. AHR.

⁵ A Comissão de Justiça aprovou projeto que concede o direito de prisão especial a estudantes de ensino médio e superior. O NACIONAL, 27 set. 1968. AHR.

lisar em qual contexto político-social a cidade se encontrava, quem eram os estudantes envolvidos nas manifestações e como foi a participação da imprensa – e de que forma ela se posicionou a respeito do movimento estudantil.

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO (UPF) E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Na década de 1960, Passo Fundo era um polo local e regional no âmbito da educação e saúde, vide a criação da Sociedade Pró-Universidade (SPU) em 1950 e o estabelecimento dos grandes hospitais São Vicente de Paulo e antigo Hospital da Caridade. A SPU configurava-se, na época, como um grande salto para a educação, pois firmava o compromisso da comunidade em investir num ensino superior de qualidade. O contexto da criação da Universidade de Passo Fundo (UPF) é fundamental para que se compreenda o movimento estudantil passo-fundense.

A UPF originou-se através de uma junção de duas entidades de ensino superior existentes na cidade: a SPU e o Consórcio Universitário Católico (CUC). A SPU já havia instalado, em 1956, a Faculdade de Direito, e o CUC, em 1957, a Faculdade de Filosofia. Em 1962, essas duas instituições enviaram um documento ao então presidente João Goulart para que se instituisse a Universidade Federal de Passo Fundo. Então, em 1967, essas entidades criaram a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), e, no ano seguinte, deu-se a inauguração oficial da Universidade.

Vale salientar que o contexto de Passo Fundo na época

era de disputas político-partidárias, portanto, a criação de uma universidade era decisiva para o assentamento de poder de partidos rivais. O panorama político estava dividido entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Na década de 1960, o PTB iniciou seu declínio a nível nacional. Contudo, foi um partido que se fortaleceu no Rio Grande do Sul com o governo de Leonel Brizola – exceto em Passo Fundo, pois o prefeito Mário Menegaz, no período de vigência de 1964 a 1969, pertencia ao MTR, uma dissidência do PTB. Além disso, dentro do PTB passo-fundense havia uma disputa de poder entre duas figuras políticas: César Santos e Daniel Dipp. Esses conflitos, muitas vezes de motivação pessoal, enfraqueciam o PTB na cidade. Na época, a direção da SPU pertencia aos irmãos Santos – César e Reissoly – ligados ao PTB; entretanto, após o golpe civil-militar, eles foram destituídos da gestão em 1964.

Os conflitos da SPU eram, de fato, determinantes no que diz respeito ao espectro político de Passo Fundo. Divergências partidárias e desavenças pessoais marcaram mais de uma década da história da cidade. No entanto, a SPU alcançou o que se considerava inviolável até aquele momento: a implantação, no interior do estado do Rio Grande do Sul, de escolas de ensino superior. Até 1963, as faculdades de Direito, Economia, Belas Artes e Agronomia já eram realidade. Entretanto, nesse mesmo ano, uma crise na Faculdade de Agronomia conturbou o cenário educacional passo-fundense.

Além disso, destaca-se que se tornou tradicional entre os estudantes o desfile de calouros nas principais ruas da ci-

dade. Esse costume será importante para que se compreenda um fato que ocorreu posteriormente, em 1968, e que será analisado adiante. Os alunos da Agronomia, nesse desfile, aproveitaram a situação para manifestar, através de cartazes, os problemas internos que a Faculdade, dirigida pela SPU e presidida por César Santos, enfrentava:

As reivindicações dos acadêmicos centravam-se na falta da estrutura para o funcionamento do curso, como salas de aulas, transporte para assistir aulas práticas, laboratórios, entre outras necessidades, assim também como o reconhecimento da faculdade pelo governo federal que não havia ainda se efetivado, e a federalização dos cursos superiores locais. Nesse contexto, reavivou-se o movimento pró-federalização do ensino superior local, com a participação mais efetiva do mundo acadêmico, o que, de início, gerou polêmica (Benvegnú, 2006, p. 194).

A partir daí, o momento passou a ser de tensão, visto que a crítica pública por parte dos estudantes em relação à escola era algo praticamente inesperado para a cidade. Seria o início de um movimento estudantil universitário? O efeito dessa polêmica foi, além de ter instalado na SPU divergências políticas entre a ala rebelde e César Santos, a medida extrema para suspender, com o apoio dos estudantes, as atividades da Faculdade de Agronomia no final daquele mesmo ano. Assim, o Centro de Estudantes Universitários da Agronomia (CEUA), querendo resolver esse conflito, chegou a enviar

[...] ao presidente da República, Ministro da Educação e demais autoridades federais, [uma] circular narrando os fatos que antecederam a suspensão das atividades escolares, ao mesmo tempo em que faziam um apelo pela intervenção federal e reconhecimento naquela instituição de ensino” (Benvegnú, 2006, p. 199).

Somada à crise da Faculdade de Agronomia e a então derrota do PTB nas urnas de Passo Fundo por Mário Menegaz (MTR), o prefeito eleito comunicou ao governador do estado e aliado político, Ildo Meneghetti, em reunião na cidade de Porto Alegre, onde o mesmo atendeu prontamente a situação e enviou para Passo Fundo o assessor Ari Caldeira, para observar a situação e produzir um relatório. Entretanto, após a visita, “nada transpirou pela imprensa local a respeito do conteúdo do mesmo, assim também como ficaram sem respostas as indagações dos professores e alunos sobre a estruturação da SPU” (Benvegnú, 2006, p. 202).

No ano seguinte, com Mário Menegaz já empossado como o novo prefeito da cidade, ocorreu um fato que iria, definitivamente, fulminar com os trabalhistas: o golpe militar. No dia 31 de março de 1964, os militares assumiram o poder através de Golpe de Estado. Com o discurso anticomunista, o objetivo era afastar o vice-presidente João Goulart, conhecido popularmente como Jango. Há diversas fontes comprovando a participação direta dos Estados Unidos na propagação de ideias anti-Jango a fim de criar um imaginário popular de que o governante compactuava com a ideologia marxista, e, então, aludir que ele seria uma amea-

ça à soberania nacional. Consequentemente, o apoio civil foi fundamental para a consolidação do golpe pelos militares.

No dia 1º de abril, a situação era de apreensão em Porto Alegre. Leonel Brizola, ex-governador do estado e ícone do trabalhismo e do PTB, já havia declarado publicamente resistência e apoio a Jango. Havia a possibilidade de um golpe no Rio Grande do Sul por parte de Brizola, e, num ato sigiloso, o governador Ildo Meneghetti abandonou Porto Alegre e dirigiu-se a Passo Fundo, onde teria o suporte de Mário Menegaz. Esse fato ficou conhecido como “Operação Farroupilha”, o dia em que Passo Fundo sediou provisoriamente o governo do Rio Grande do Sul. Contudo, Jango não resistiu ao golpe, Ildo Meneghetti voltou a Porto Alegre e iniciou-se o regime militar.

Dadas as perseguições e prisões dos petebistas (e de todos aqueles considerados “suspeitos” aos olhos dos militares), em abril a SPU ficou sob regime de intervenção⁶, decretado por Meneghetti. Não obstante,

no dia 2 de abril de 1968, no Palácio Piratini, em Porto Alegre, o presidente da República Arthur Costa e Silva assinou o decreto de criação da Universidade de Passo Fundo na presença do ministro da Educação Tarso Dutra e de autoridades representativas do Planalto Médio do Rio Grande do Sul (Benvegnú, 2006, p. 202).

Aproximadamente um mês depois, ocorreu a instalação

⁶ Em decorrência das inúmeras denúncias de irregularidades e por dificuldades políticas, ocorreu em 1964 uma intervenção federal na SPU, que passou a ser dirigida pelo advogado Murilo Coutinho Annes. (Soares apud Lech, 2007, p. 328)

da UPF com a posse da primeira reitoria: Murilo Coutinho Annes como reitor, Alcides Guareschi como vice-reitor acadêmico e Alcione Corrêa como vice-reitor administrativo.

A criação da Universidade foi noticiada incessantemente pelo jornal *O Nacional*, influenciando em um expressivo crescimento no número de estudantes em função do acelerado processo de urbanização que o país enfrentava. Para mais, salienta-se que as atividades da União Nacional de Estudantes (UNE) e da Juventude Universitária Católica (JUC) destacaram-se nacionalmente bem como na capital do Planalto Médio. Nesse sentido, é evidente a influência dessas entidades no germinar do movimento estudantil passo-fundense. Logo, uma das jovens atuantes no movimento foi ao encontro com o Ministro da Educação Tarso Dutra, fato noticiado pelo *Diário da Manhã*⁷; entregando-lhe uma série de tópicos que tangiam as demandas do movimento estudantil. As questões apontadas pelos estudantes eram, segundo informe: o problema das anuidades nas universidades brasileiras, o problema da representação universitária em escala nacional e estadual e, finalmente, a futura Casa do Estudante que os estudantes queriam erguer na Capital do Planalto.

Posto isso, destaca-se que um problema pertinente no meio estudantil se refere às carteiras estudantis. Em janeiro de 1968, os universitários decidiram confeccionar uma própria carteira, através do DCE⁸, e utilizar o dinheiro destinado ao pagamento das carteiras pelo DEE⁹ para aplicação

⁷ DIÁRIO DA MANHÃ, 23 jan. 1968. AHR.

⁸ Diretório Central de Estudantes.

⁹ Diretório Estadual de Estudantes.

no próprio DCE e DA's¹⁰, pois “com tais recursos poderá substituir perfeitamente o trabalho assistencial em que se resume a atividade do DEE sem fôrça representativa perante a lei”¹¹. Além do mais, cabe ressaltar que os dois jornais em questão proporcionaram um bom espaço para que os estudantes publicassem suas notas de Convocação¹² para assembleias e reuniões, deixando sempre abertas para o público as pautas que seriam debatidas. A questão das carteiras estudantis foi uma pauta que se fez presente em muitas notas durante o ano de 1968, um direito que os estudantes passo-fundenses não se privaram.

A PASSEATA PELO ESTUDANTE ASSASSINADO EDSON LUÍS

O mês de março de 1968 termina com um episódio histórico que despertaria os estudantes para a ditadura que estava se consolidando: a morte do estudante Edson Luís. No dia 28 de março de 1968, o estudante secundarista Edson Luís de Souto Lima, de 17 anos, foi assassinado por policiais militares que tentavam conter um protesto de estudantes que pediam melhorias no Restaurante Central dos Estudantes, na Ponta do Calabouço, centro do Rio de Janeiro. Edson não possuía envolvimento com partidos políticos e/ou ideologias consideradas “subversivas”, uma evidência que desmistifica a falácia de que a ditadura só perseguiu e torturou terroristas ou aqueles que “pegavam em armas”. Sua morte foi simbólica, mobilizou todas as classes e foi noticia-

¹⁰ Diretório Acadêmico.

¹¹ DIÁRIO DA MANHÃ, 30 abr. 1968. AHR.

¹² O NACIONAL, 02 abr. 1968. AHR.

da em todos os meios de comunicação. A morte de Edson foi o pontapé inicial para a pior fase da ditadura militar: a tirania e a truculência de um governo marcado pela violência viveria o seu auge a partir daquele ano. Esse foi o estopim para que muitas entidades mostrassem seu repúdio ao governo publicamente, e em Passo Fundo não foi diferente. Os DA's e a União Passo-fundense de Estudantes (UPE) publicaram notas manifestando luto de sete dias, e mensagens de indignação:

Quando os estudantes e toda a população do Brasil sentem vergonha e repudiam o covarde assassinato do colega NELSON DE LIMA SOUTO, a União Passo-fundense de Estudantes não pode e não irá ficar calada. O crime cometido pela força de um regime de força receberá o nosso repúdio e o nosso protesto, quarta-feira, às 12:30 horas quando decretaremos LUTO OFICIAL. Colegas, participem! Não permitamos que este CRIME passe despercebido, pois se passar despercebido poderá se repetir e se tornar castigo comum a tôdas as manifestações, a tôda a nossa busca de expressão de idéias. É preciso protestar bem alto; é preciso elevar bem alto nossas vozes; é preciso não ficar calado. SOLON VIOLA.¹³

Com a nota do secundarista Solon Viola¹⁴, convidando a população para protestar, sobretudo o movimento estudantil, observa-se que esse fervor e o espírito da manifestação popular pela morte do estudante da Guanabara chegou

¹³ O NACIONAL, 03 abr. 1968. AHR.

¹⁴ Entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

a cidades interioranas causando, também, certo desconforto entre os próprios estudantes de Passo Fundo. Essa inquietação fica evidente no texto intitulado “Tomemos consciência”¹⁵, publicado por uma acadêmica do curso de Direito chamada Aquilina Busanello. O longo texto da estudante direciona a discussão para seus colegas, DCE e DA’s; também salienta-se que inicialmente a autora manifesta pesar pela morte de Edson, mas conduz sua opinião para outro lado, defendendo, de certa forma, a atuação da polícia – mesmo que violenta, necessária –, em manifestações que causam a desordem social, como fica claro neste trecho:

A Constituição de um povo estabelece as leis, adota uma ordem jurídica, prescreve normas para a vigência do regime, garante os direitos da pessoa humana e da sociedade, como também os meios de que poderá valer para reivindicar direitos. Se um meio não está amparado em lei seria inteligente e sensato ou de boa ética fazer uso dêles Se a passeata não é um meio com as garantias da lei, porque os estudantes lançam mão dêste meio? Se eu fôsse dirigente e levasse os colegas a uma passeata nessas condições e como consequências resultasse na desordem, na confusão e no assassinato, sentir-me-ia cúmplice do crime. Isto me diz a consciência, formada nos mais cristalinos preceitos cristãos e culturais. Vejamos: a rua é de todos. Os carros pagaram taxas de trânsito. O movimento é intenso dos que andam ao trabalho e aos seus interêsses. Se não houver aviso prévio, é perigoso. Quanto transtôrno, que perturbação da ordem, que desperdício e aglomeração causa uma passeata! As autoridades têm o dever de intervir. Entre o elemento da

¹⁵ O NACIONAL, 04 abr. 1968. AHR.

polícia existe o mesmo material humano que pode errar o alvo ou abusar da circunstância de uma aglomeração e consequente confusão. [...] Só o estudante não se preza e expõe-se aos abusos da rua, desprotegido como uma manada... Deus nos acuda!

Aquilina termina seu texto como uma espécie de conselho de “irmã mais velha” aos estudantes: “para que seus corações nobres e generosos não sejam explorados pela polícia de má hora”¹⁶. A acadêmica escreve sobre a necessidade de isentar a solidariedade da cumplicidade, para que os estudantes possam manifestar seu pesar às tragédias da ditadura de tal forma que não cause confusão e, se for o caso, a polícia poderá intervir.

Frisa-se que a manifestação dos estudantes de Passo Fundo ocorreu mesmo diante da publicação de um informativo da Brigada Militar (BM) proibindo as passeatas daquele mesmo dia:

Aos Estudantes e aos senhores pais. O Comandante do Segundo Batalhão Policial da Brigada Militar, o Delegado Regional de Política e o Comandante do 1º do 20 Regimento de Cavalaria, alertam aos Universitários de Passo Fundo e aos Secundaristas que, em face de determinação superior, NÃO SERÃO PERMITIDAS AS PASSEATAS que programaram para os dias 5 e 6 do corrente. As autoridades acima, alertam aos Srs. pais, da necessidade de que os mesmos determinem a seus filhos o não comparecimento a tais passeatas, mesmo como espectadores. A ORDEM E A SEGU-

¹⁶ O NACIONAL, 04 abr. 1968. AHR.

RANÇA SERÃO MANTIDAS A QUALQUER PREÇO!¹⁷

Ivaldino Tasca¹⁸, então presidente do Diretório Acadêmico do Direito João Carlos Machado, afirma que a proibição da passeata por parte da polícia – através da imprensa e rádio – acabou criando uma expectativa na cidade, repercutindo a notícia e chamando a atenção das pessoas. O local do protesto foi em frente à universidade, que naquela época localizava-se no centro da cidade de Passo Fundo. Os estudantes hastearam duas bandeiras pretas em frente ao complexo universitário expressando luto, embora houvesse tentativas de tirá-las¹⁹. Contudo, o exército e os bombeiros instalaram o aparato militar naquele mesmo local, causando apreensão nos estudantes. É importante destacar o trecho em que é descrito o aparato militar:

O dispositivo policial era dos maiores. Além dos policiais em trajes civis que se infiltraram entre os estudantes, acompanhando de perto a manifestação, grupos de PMs postaram-se ao longo da Av. General Neto, frente à Catedral; um carro de bombeiros, com guarnição completa, ficou na Av. General Neto, próximo à esquina com a rua Morom, tendo ao lado um caminhão-choque lotado de PMs com baionetas caladas; um outro caminhão, nas mesmas condições, ficou na Rua Morom, próximo da esquina com a Rua 7 de Setembro; na Rua

¹⁷ O NACIONAL, 05 abr. 1968. AHR.

¹⁸ Em entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LA-MOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

¹⁹ DIÁRIO DA MANHÃ, 02 abr. 1968. AHR.

Uruguai, estava um contingente de cavalaria dos do I/20º RC; jipes da polícia e da Brigada Militar percorriam as proximidades da concentração estudantil; um jipe com aparelhos emissor-receptor estacionou pouco depois das 17 horas na Rua 7 de Setembro, de onde somente saiu pelas 19,30 horas, após cessar por completo a presença de estudantes nas ruas.²⁰

Com discrição, os estudantes moveram-se para a frente da Catedral Diocesana Nossa Senhora Aparecida, onde aconteceria a missa de sétimo dia de Edson Luís. Reunidos na Catedral, após os discursos de algumas pessoas, Tasca relata que recebeu um aviso informando que “ou eles iam para casa, ou o cacete ia descer”. A saída encontrada foi cantar o Hino Nacional imediatamente e, logo em seguida, dispersaram-se para evitar um confronto com os militares. Solon Viola²¹ também descreve sua participação na referida passeata como presidente da UPE:

Na UPE, organizamos uma vigília e declaramos luto oficial da entidade. Publicamos uma nota oficial em um dos jornais da cidade e chamamos uma paralização no Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro – CENAV. Em conjunto com os universitários, marcamos uma passeata (chamávamos assim), que foi mais uma caminhada, que terminou com uma manifestação em frente à Catedral. Os organismos de segurança, não só a Brigada Militar, acompanharam – próximas –, tanto a passeata

²⁰ O NACIONAL, 06 abr. 1968. AHR.

²¹ Em entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

como a manifestação. Não chegou a ocorrer a intervenção prometida. Talvez esta tenha sido uma expressão surpreendente para a cidade e para as autoridades dos setores de segurança típicas do período. Para nós, estudantes secundaristas, foi a demonstração que estávamos vivos e fazíamos parte dos movimentos nacionais e internacionais. Como presidente da UPE, participei das Assembleias, da distribuição de faixas e folhetos (a referida nota publicada nos jornais). Participei da caminhada e me coube fazer uma das falas na manifestação.

O caso foi noticiado detalhadamente no dia seguinte pelo jornal *O Nacional*, que descreve que as pessoas que acompanharam os acontecimentos elogiaram a atuação da Brigada Militar e do Delegado de Polícia, configurando um procedimento tranquilo “ante arrojo dos jovens”²². Segundo o jornalista João Vieda, na sua coluna “Opinião Livre”, “Passo Fundo deu um exemplo admirável”²³, referindo-se à manifestação estudantil. Segundo ele, as autoridades agiram com ponderação e serenidade e os estudantes atenderam ao pedido da Brigada Militar para encerrar o comício. Assim, “merecem os maiores elogios, as nossas autoridades e os nossos estudantes”²⁴. Portanto, pela perspectiva da imprensa, a passeata foi pacífica; já aos olhos de um estudante da época, o clima era de tensão, medo e ameaças.

Cabe mencionar que se realizou a passeata, mesmo diante da proibição da Brigada Militar e até mesmo ante a instalação de um poderoso aparato militar, que não intimi-

²² O NACIONAL, 06 abr. 1968. AHR.

²³ O NACIONAL, 09 abr. 1968. AHR.

²⁴ Idem.

dou os jovens passo-fundenses frente ao cenário de arbitrariedade e repressão do país. A resistência era mais do que necessária. Tasca também relata que os estudantes distribuíram, à noite, panfletos contra a ditadura. Em seu acervo pessoal, possui um exemplar destes panfletos assinado pelos quatro DA's, logo após o caso de Edson Luís. O *Diário da Manhã* caracterizou o panfleto como “violento manifesto”²⁵ que condenava a atitude do governo de promover a repressão contra a classe estudantil. No trecho a seguir, fica evidente o discurso combativo:

No momento em que os estudantes brasileiros voltam às ruas, agora para protestar contra tão bárbaro crime, os estudantes passo-fundenses não podem calar-se. Estamos no dever de denunciar os responsáveis pelo duplo assassinato. O silêncio seria covardia. [...] Mais forte do que nunca, os estudantes voltam a enfrentar os opressores do povo. E na Guanabara, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, em Pôrto Alegre, cumpre-se o dever de denúncia. E nós, aqui em Passo Fundo? Somos por acaso menos universitários? Não! Nosso dever é o mesmo. Um colega foi morto porque fazia justas reivindicações. E nós também temos muitas reivindicações a fazer... Não permitamos que tal crime se repita. Os responsáveis são os mesmos aqui e na Guanabara. É a política da opressão e do medo. As mesmas botas que ontem perseguiam, hoje matam; NÃO NOS CALEMOS; ERGAMO-NOS UNIDOS!²⁶

²⁵ DIÁRIO DA MANHÃ, 02 abr. 1968. AHR.

²⁶ “Voltou à violência”. Acervo pessoal de Ivaldino Tasca.

VOLTOU A VIOLÊNCIA

Mais uma vez a violência se abate contra os estudantes. As forças que desfecharam o golpe militar de 1964 metralharam os estudantes cariocas que reivindicavam melhores condições no seu restaurante universitário, causando a morte de um estudante secundarista de 16 anos de idade e de um comerciante que assistia a manifestação.

No momento em que os estudantes brasileiros voltam às ruas, agora para protestar contra tão bárbaro crime, os estudantes passo-fundenses não podem calar-se. Estamos no dever de denunciar os responsáveis pelo duplo assassinato. O silêncio seria covardia.

Após um aparente recesso do chamado “governo de humanização”, desfaz-se a farsa democrática. Os homens de 1968 são os mesmos de 1964. Os métodos, ainda mais aperfeiçoados - os assassinatos da Guanabara são provas eloqüentes. E o país recebe estarecido, às vésperas do quarto aniversário da “REVOLUÇÃO REDENTORA”, uma de suas maiores obras: o assassinato de um estudante na Guanabara.

Mas a resposta não tardou. Mais forte do que nunca, os estudantes voltam a enfrentar os opressores do povo. E na Guanabara, em São Paulo, em Minas Gerais, na Bahia, em Pôrto Alegre, cumpre-se o dever de denúncia. E nós, aqui em Passo Fundo? Somos por acaso menos universitários? Não! Nosso dever é o mesmo. Um colega foi morto porque fazia justas reivindicações. E nós também temos muitas reivindicações a fazer...

Não permitamos que tal crime se repita. Os responsáveis são os mesmos aqui e na Guanabara. É a política da opressão e do medo. As mesmas botas que ontem perseguiram, hoje matam;

NÃO NOS CALEMOS. ERGAMO-NOS UNIDOS!

Diretorio Central de Estudantes
Diretório Acadêmico Santo Agostinho
Diretório Acadêmico João Carlos Machado
Diretório Acadêmico Rubens Maciel
Centro dos Acadêmicos dos Universitários de Ciências Econômicas

► Figura 01. Panfleto “Voltou a violência”. 1968. Acervo pessoal de Ivaldino Tasca.

A repercussão da passeata organizada em Passo Fundo chegou à Câmara de Vereadores. Conforme *O Nacional*²⁷, o vereador Ernesto Scortegagna (MDB) protestou contra a expulsão dos estudantes do CENAV, definindo o ato como “arbitrário, infamante e sem fundamento”, citando as pala-

²⁷ O NACIONAL, 13 abr. 1968. AHR.

bras do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, de que “a juventude deve ter o direito de manifestar-se, para que não se crie uma geração de desfibrados e sem espírito cívico”. O também vereador Fidêncio Franciosi (ARENA) declarou que os responsáveis pela morte do estudante Edson Luís foram os policiais da Guanabara, sob o comando do governador Negrão de Lima. Já o vereador Anildo Sarturi (ARENA) classificou de “energúmenos” os estudantes que queimaram a bandeira dos Estados Unidos e de “bandalhos” os que agitaram o meio estudantil, dizendo que estudante que frequenta estabelecimentos públicos sem pagar anuidades só deve estudar. Posteriormente, Sarturi publicou um texto intitulado “Baderna, não”, onde expressa seu entendimento sobre o movimento estudantil:

Acho que os estudantes, principalmente os universitários, devem participar direta ou indiretamente da vida política do país, apresentando sugestões, dialogando com quem entenderem, mas debatendo esses problemas em suas próprias sedes. Colaborem na imprensa, na rádio, apontem mensagens ou críticas sociais através do teatro universitário ou de outra forma literária, mas nunca em comícios de rua que se transformam em anarquia e palco de tragédias como acabamos todos de ver. Parece-me que este é o caminho certo dos futuros dirigentes da Nação²⁸.

Na declaração de Sarturi, percebe-se certo desapareço em fomentar as lutas estudantis, bem como compreende-se o desejo de que essas permaneçam fechadas e pertencentes

²⁸ DIÁRIO DA MANHÃ, 05 maio 1968. AHR.

apenas à classe estudantil. Fica claro o incômodo nas manifestações públicas, generalizando-as em anarquia e palco para tragédia – posicionamento esse, possivelmente justificável por sua filiação à ARENA, partido de suporte ao regime militar e opositor veemente das manifestações contra o governo.

A UNIÃO PASSO-FUNDENSE DE ESTUDANTES

Solon Eduardo Annes Viola, secundarista e presidente da UPE no ano de 1968, foi expulso de seu Colégio. Por meio de entrevista, definiu a entidade como uma organização

[...] das Escolas Estaduais sediadas no município e com o IE. Esta foi uma situação nova pois até 1967 os Grêmios Estudantis das Escolas confessionais católicas também faziam parte da entidade. Em meados de 1967 estes Grêmios pediram desligamento da entidade o que iria, aparentemente, enfraquecer a UPE. Ocorreu o contrário, a entidade estruturou-se melhor nas escolas públicas e passou a contar com uma presença muito maior de estudantes em suas Assembleias e em suas reuniões. A entidade participava com um número importante de estudantes nos congressos da UGES²⁹ e nos encontros estaduais e nacionais da UBES³⁰.

Nesse período, o movimento estudantil de Passo Fundo congregava a atuação da UPE, entidade que representava os estudantes de toda a cidade – sobretudo os de ensino

²⁹ União Gaúcha de Estudantes Secundários.

³⁰ União Brasileira de Estudantes Secundários.

básico e os acadêmicos das recém-criadas Faculdades. Segundo Solon,

[...] a UPE realizava assembleias frequentes. As temáticas eram variadas e as notas dos jornais demonstram as pautas de cada uma destas assembleias. Você irá encontrar pautas vinculadas a uma multiplicidade de assuntos desde a coleta de recursos para campanha de auxílio para as populações de periferia como a participação em encontros municipais, estaduais e nacionais. Vai encontrar pautas vinculadas as condições das escolas públicas e as ações que caberiam a entidade no sentido de superar os eventuais problemas existentes. Poderá encontrar pautas vinculadas a realização ou não da manifestação comentada acima e de como deveria ser organizada a participação dos estudantes. Durante o período da vigília decretada na morte de Edson Luis as Assembleias eram permanentes. Em uma delas a pauta tratou da expulsão da CENAV que o comandante militar do quartel então sediado na cidade exigiu da diretora da Escola.

Como exemplo, pode-se citar a nota oficial da UPE, publicada no *O Nacional*, convocando estudantes para mais uma assembleia que tratava sobre a repressão ao movimento estudantil, a falta do diálogo e autonomia dos Grêmios – em virtude da repressão das direções dos colégios – e as prisões dos demais estudantes em todo o país. Dessa maneira, reitera-se que os problemas pelos quais os estudantes de outras instituições lutam são também os deles, em Passo Fundo. Visto que “é dever do estudante lutar por aquilo que

ele crê certo e justo”³¹, conclui João Carlos Bona Garcia, presidente da UPE em julho de 1968.

A UPE participou de eventos como o 8º Congresso Estadual de Estudantes de Madureza³², o I Conselho da União Regional Norte dos Estudantes Secundários (URNES)³³, o 21º Congresso da UGES³⁴, realizou o II Congresso Municipal³⁵ e sediou o Congresso da URNES³⁶ em Passo Fundo. Ivaldino Tasca, que fazia parte do movimento universitário, representou todos os estudantes de Passo Fundo no 30º Congresso da UNE, no qual, inclusive, foi preso pela polícia e lá ficou por pelo menos três dias. Mesmo em um período em que os militares tornaram a UNE ilegal, essas tantas entidades que representaram os estudantes foram de suma importância para que todos se sentissem ativos em um momento de grande repressão, além de ser uma forma de resistir ao golpe e defrontar as constantes tentativas do governo de “assombrá-los”. A participação da UPE nesses eventos, mesmo sob vigília, foi um importante fator para um movimento operacional e consciente das questões nacionais. Assim, representar os estudantes de Passo Fundo em outras cidades mostrava também que, mesmo em um pequeno município, havia o interesse na participação e apoio à classe estudantil, bem como na constante atividade de fazer-se presente em debates sobre os problemas do país.

Como presidente da UPE, Solon Viola marcou sua tra-

³¹ O NACIONAL, 01 jul. 1968. AHR.

³² DIÁRIO DA MANHÃ, 02 jul. 1968. AHR.

³³ O NACIONAL, 08 jul. 1968. AHR.

³⁴ O NACIONAL, 31 jul. 1968. AHR.

³⁵ DIÁRIO DA MANHÃ, 31 maio 1968. AHR.

³⁶ O NACIONAL, 27 nov. 1968. AHR.

jetória na história do movimento estudantil de Passo Fundo. Portanto, sabe-se que as vivências de um militante em tempos de ditadura devem ser lembradas para que nunca mais se repitam. Assim, ele destaca:

Muitos jovens de minha geração fizeram escolhas equivalentes, não só no Brasil e nem só na América Latina. Minha escolha foi pessoal. Intransferível. A escolha de sair de Passo Fundo e me incorporar as ações do movimento brasileiro de estudantes secundaristas me possibilitou experiências que não poderia ter vivido se tivesse seguido as práticas sociais da vida dos estudantes da época. As escolhas – não só as que fiz – implicam na sequência de nossas vidas. Minhas aprendizagens foram distintas daquelas vividas por meus colegas que não foram expulsos do CENAV. Aprenderam saberes aos quais não tive acesso. Precisei trilhar caminhos só possíveis de percorrer quando uma sociedade vive sobre ditadura. Perdi amigos mortos sobre tortura e cujos corpos jamais foram devolvidos aos familiares. Estas dores – que são dores de experiências próprias da condição humana e só possíveis de vivenciar sobre ditaduras – acompanham minha vida e estabelecem um compromisso de defender a liberdade como elemento essencial para estar vivo. Mais que isto a considerar que sem igualdade social e jurídica a liberdade estará sempre ameaçada. Foram escolhas típicas de um tempo e contribuíram para a minha formação cultural, meus referenciais estéticos, minhas vinculações teóricas, minhas experiências afetivas. Ainda agora guardo a certeza de que foram escolhas intransferíveis³⁷.

³⁷ Entrevista de Solon Viola concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fun-

Isso posto, é preciso dizer que em um país que tem história em desigualdade social, permanecer estudante em um sistema de ensino obsoleto é um grande desafio. Para aqueles que lutavam pelos seus direitos e pelos direitos do povo, os obstáculos de uma caminhada cheia de espinhos são inesquecíveis. São resquícios perenes na memória individual e coletiva.

A PASSEATA DOS BIXOS

Após a primeira semana de abril de 1968 ser turbulenta, em maio ocorreu outro notável acontecimento na história do movimento estudantil de Passo Fundo: a passeata dos bixos. Como já citado anteriormente, a passeata dos calouros era uma tradição na cidade. Era um momento de confraternização e de celebração pelos novos estudantes que ingressaram no Ensino Superior, fato tão trabalhoso de se consolidar. O típico desfile dos bixos, tão esperado pela comunidade, foi usado pelos estudantes do Direito como meio de demonstrar publicamente uma crítica social. Na narrativa de Tasca³⁸, os estudantes do Direito estavam vestindo preto, “de alto a baixo, todos eles acorrentados, em fila dupla, carregando um caixão preto escrito ‘Liberdade’. Nós estávamos enterrando a liberdade”. Contudo, a polêmica girou em torno dos calouros das Faculdades de Odontologia e Economia. Os estudantes teriam feito piadas

do, em 2018.

³⁸ Entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

de cunho sexual³⁹, causando desconforto nos populares que prestigiaram a caminhada. O caso impactou o município, conseqüentemente, a Delegacia de Polícia, os DA's, o DCE e jornalistas se posicionaram publicamente sobre o acontecimento. O Delegado Moacyr Paes de Campos considerou uma "lamentável demonstração de desrespeito à moral e aos bons costumes do povo passo-fundense"⁴⁰, e esclareceu que no próprio 1º de maio (dia em que ocorreu a passeata dos bixos), logo após a referida passeata, foi determinada a instauração de Inquérito Policial a fim de que seus responsáveis respondessem perante a Justiça local pelos crimes de Ultraje Público ao Pudor⁴¹. O jornalista João Vieda criticou duramente a atitude dos estudantes:

"Gente! Mas o que foi aquilo, dia 1º de maio, na parada dos bichos?" Era o que se perguntava na cidade, aqui e ali, em comentários alusivos àquele acontecimento. E o cronista, que também é repórter, vendo no assunto um bom "prato jornalístico", e desejando descobrir as origens "daquilo" que tanto chocou e tanto desagradou, se pôs em campo. De indagação em indagação bisbilhotando onde era possível, conseguiu, depois de um tremendo esforço, localizar uma fonte extra-oficial que forneceu duas versões em torno da motivação dos cartazes indecorosos com os quais os calouros de duas das nossas faculdades agrediram os nossos fôros de civilização, ofendendo e contrangendo a população que estava nas ruas. A

³⁹ Entrevista de Ivaldino Tasca concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

⁴⁰ O NACIONAL, 07 maio 1968. AHR.

⁴¹ O NACIONAL, 07 maio 1968. AHR.

primeira versão diz que os idealizadores dos cartazes pornográficos teriam se baseado em exemplos de casa, onde eles costumam às próprias irmãs o que sugeriam a outras meninas nos cartazes. Muitos calouros acharam aquilo demais, porém, como os autores da idéia argumentavam citando exemplos de casa, a idéia acabou sendo aceita. A segunda versão, ainda segundo aquela fonte extra-oficial, adianta que a apresentação dos cartazes imorais nas ruas da cidade, originou-se de um lamentável equívoco. O emprego de frases grosseiras e ofensivas à moral teria sido sugerido em razão da falta de coisa melhor na imaginação de certos calouros. A aceitação de tais frases deixara, entre tanto, uma ressalva: que o desfile com os cartazes indecorosos se realiza-se apenas e exclusivamente na zona do meretrício, onde os autores receberiam o merecido aplauso ao seu gênio imaginativo. Infelizmente, à hora de sair a passeata, e por motivos ainda não bem esclarecidos os futuros doutores, dando de mão nos cartazes dirigiram-se para o centro da cidade, ao invés de rumarem para a zona do meretrício. Enganaram-se no trajeto. Teria sido isto o que ocorreu, de acordo com a informação da fonte extra-oficial consultada pelo repórter. Fonte, que, naturalmente, esteve ligada aos organizadores do desfile.⁴²

O vereador Romeu Martinelli (ARENA) comentou o caso pela Rádio Municipal acusando o DCE como responsável pelos referidos cartazes. Por sua vez, o DCE manifestou-se publicamente, por meio d'*O Nacional*, esclarecendo que, através de acordo com o próprio Delegado de Polícia, a censura dos cartazes para o referido desfile era respon-

⁴² O NACIONAL, 07 maio 1968. AHR.

sabilidade de cada DA, portanto, as acusações feitas pelo vereador eram “infundadas e propositadamente parciais”.⁴³ Ademais, o DCE comunicava que também “reprova tais manifestações de caráter obsceno, não apropriadas a estudantes de nível superior, reservando-se, entretanto, o direito de refutar qualquer crítica improcedente e recolocar os fatos em seus verdadeiros termos”⁴⁴.

O DA da Faculdade de Direito também publicou nota de esclarecimento à opinião pública e resposta ao vereador Romeu Martinelli: “Nosso tema na passeata foi essencialmente político, de alto nível. Preocupamo-nos em esclarecer ao povo de Passo Fundo a precária situação nacional”⁴⁵, referindo-se à crítica pela falta de liberdade e contra-argumentando àqueles que generalizaram a passeata aos cartazes mencionados. Assim, o diretório pontuou da seguinte forma:

[...] O que não admitimos é que outras frações do pensamento passo-fundense, porque opostas ao nosso pensamento, e acostumada a afirmar-se pela prática odiosa do “crê ou morre” num ridículo monopólio da verdade, por direito divinatório, venham acusar-nos com verborréias infectas que lhes são congênitais. Não aceitamos as acusações que fizeram contra todos os Universitários, em ataques generalizados. Estão servindo de um fato com o fim de desmoralizar toda a classe acadêmica. [...] Querem que o estudante seja no futuro um apático, um destrôço humano, um não homem. Mas nós não nos arredaremos de nossa

⁴³ O NACIONAL, 06 maio 1968. AHR.

⁴⁴ O NACIONAL, 06 maio 1968. AHR.

⁴⁵ O NACIONAL, 06 maio 1968. AHR.

posição vanguardeira. Não é lícito a ninguém fraudar a honra estudantil, pois temos a mais alta responsabilidade perante os destinos nacionais. Somos parte viva e atuante de uma grande Pátria. E a nossa significação cívica tem sido a tônica para os rumos da nacionalidade⁴⁶.

A Faculdade de Odontologia assumiu que houve certo exagero no que tange às piadas pornográficas e pediu desculpas à “família passo-fundense, que não merecia tal tratamento”⁴⁷. Não obstante, os acadêmicos não aceitam que

[...] determinados elementos, que se dizem defensores dos bons costumes e da moral, venham revestidos de objetivos estranhos, através da imprensa, atacar vil e covardemente uma classe, inclusive pondo em dúvida a honradez da família dos universitários, como se estes estivessem divorciados da sensibilidade e dos sentimentos humanos. Um erro não justifica outro. Se críticas deveriam ser feitas, estas teriam de estar revestidas de um caráter sumamente construtivo. E não se valerem, da maneira mais prosaica, mais vulgar, para atacar e tentar desmoralizar com os integrantes de uma organização, que ora prepara-se para receber sua instalação oficial e que é motivo de júbilo e satisfação da comunidade passo-fundense. Aos puros, aos que “atiraram a primeira pedra”, apelamos para que façam um exame de consciência e não tentem se projetar em detrimento de outrem. Criar furos e sensacionalismo, vasculhando defeitos e gerando confusões, é próprio das mentes vazias e dos pobres de espírito.⁴⁸

⁴⁶ O NACIONAL, 06 maio 1968. AHR.

⁴⁷ O NACIONAL, 06 maio 1968. AHR.

⁴⁸ O NACIONAL, 06 maio 1968. AHR.

Toda a repercussão no caso da passeata dos bixos revela o conservadorismo de parte da população frente às questões morais e que possam ferir os costumes e tradições. O sensacionalismo de João Vieda e a posição do vereador Romeu Martinelli foram dois fatores que poderiam ter desmoralizado e invalidado o movimento estudantil de Passo Fundo, generalizando toda a organização em detrimento de um pequeno grupo. As respostas dos DAs representam o receio de que o movimento universitário, que recém havia começado a se fortificar, caísse na deslegitimação e desaprovação da população; além disso, nota-se o enfrentamento dos estudantes e a luta pela manutenção de seus ideais.

Dessa maneira, um dos efeitos dessa polêmica foi que, no ano seguinte, o DCE decidiu, com o apoio da maioria dos calouros, não realizar a tradicional passeata. Segundo *O Nacional*, a resposta dos calouros foi negativa quanto à realização porque temiam “que se repitam as repressões acontecidas no ano passado”⁴⁹. O tema da passeata de 1969 seria a Federalização da Universidade de Passo Fundo, pauta muito debatida entre os estudantes desde a sua criação. Ainda, uma das possíveis razões para tal temor dos estudantes seria o regimento do Ato Institucional nº 5, momento em que o governo legitima seu poder máximo e instaura definitivamente uma ditadura militar.

⁴⁹ O NACIONAL, 08 abr. 1969. AHR.

○ PICHAMENTO DAS RUAS

Em Passo Fundo, os estudantes tiveram de enfrentar constantes ataques de pessoas – ou organizações – que tentavam desmoralizar o movimento. Em julho de 1968, a UPE divulga nota⁵⁰ esclarecendo sobre pichamentos que surgiram na cidade e que estavam usando o nome da entidade com frases sem sentido. A entidade informava que não era contra pichamentos, desde que fossem mensagens concretas que esclareçam ao povo sobre a realidade nacional e internacional e estejam, principalmente, dentro das normas de conduta da instituição.

Solon⁵¹ afirma que essas pichações e as falsas assinaturas da entidade ou outras organizações estudantis eram uma das ações de um grupo denominado CCC – Comando de Caça aos Comunistas. Esse grupo da extrema-direita, como já explicita o próprio nome, era formado por jovens ligados a políticos conservadores e alguns militares desde 1963. A principal forma de atuação desse grupo era o planejamento e ataque em teatros, universidades, imprensa, etc., ou a tudo aquilo que aparentasse, para eles, uma ameaça de investida do comunismo ou numa desestabilização do regime de direita. Em 1968, o CCC tem seu apogeu e era “um braço dos setores ligado à repressão”⁵², mostrando-se presente também em Passo Fundo. Solon⁵³ acreditava que os

⁵⁰ O NACIONAL, 17 jul. 1968. AHR.

⁵¹ Entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

⁵² Entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

⁵³ Entrevista de Solon Viola concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fun-

atuantes do CCC “deveriam receber recursos de diferentes setores do Estado e mesmo de setores da sociedade”.

Além dos pichamentos envolvendo a UPE, o *Diário da Manhã* informava a população de Passo Fundo sobre mais uma atuação do CCC, conforme transcrito:

Depois do pixamento que foi realizado pelas principais ruas da cidade nas últimas, semanas, ao que parece, o mesmo grupo voltou a agir, quando na noite da última quarta para quinta-feira, cerca de três pessoas, desembarcaram de um Volkswagen diante da Faculdade de Direito, apoderaram-se de um Jornal Mural do D. A. “João Carlos Machado” daquela Faculdade desaparecendo em seguida. Segundo as lideranças estudantis, o atentado está ligado ao grupo direitista C.C.C. que seria o mesmo autor dos últimos pixamentos em Passo Fundo, Pôrto Alegre e dos atentados contra teatros do Rio e São Paulo. Estariam eles inclusive, representados na oposição mais radical que foi derrotada nas últimas eleições naquele Diretório. O jornal Mural que estava postado no pátio da Faculdade de Direito da UPF, continha uma série de frases e dizeres alusivos à UNE (União Nacional de Estudantes) e seu próximo congresso marcado para setembro em Belo Horizonte. De outra parte, o fato começa a causar apreensões, uma vez que os estudantes temem novas manifestações agressivas dos que qualificam como “provocadores extremistas”⁵⁴.

A presença dos CCCs em Passo Fundo e suas tentativas de depravação dos movimentos sociais demonstra a

do, em 2018.

⁵⁴ DIÁRIO DA MANHÃ, 10 ago. 1968. AHR.

amplitude dos acontecimentos em um contexto histórico, onde muitos atribuem os eventos de destaque às capitais ou grandes centros urbanos. Mesmo no interior do estado, formaram-se grupos de civis que atuavam como alicerces dos militares, não sendo, necessariamente, diretamente ligados ao Exército. Tasca⁵⁵ menciona, brevemente, que chegou a receber uma carta do CCC, mas apenas na década de 1970.

Contudo, havia muitas pessoas simpáticas ao movimento estudantil em Passo Fundo. Tasca⁵⁶ conta que os estudantes universitários imprimiam papéis com os dizeres “Bônus da Revolução”, entregavam a algumas pessoas e muitas contribuía com dinheiro para apoiar as viagens para os Congressos da UNE. Porém, muitas dessas pessoas tinham medo de falar e se manifestar abertamente em favor dos estudantes: “As pessoas davam dinheiro e diziam: ‘Ó, não diz que eu te dei’”⁵⁷. Segundo Tasca, essas pequenas contribuições sigilosas foram importantes para a locomoção dos estudantes para outras cidades, pois muitos não tinham condições financeiras para tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica dos acontecimentos em 1968 é bastante singular. As agitações estudantis começam, no Brasil, logo

⁵⁵ Entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

⁵⁶ Entrevista concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

⁵⁷ Entrevista de Ivaldino Tasca concedida ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), vinculado ao curso de História da Universidade de Passo Fundo, em 2018.

após a morte do estudante Edson Luís, no início de abril. Naquela época, Passo Fundo era um cenário de fermentação política muito intensa. Por pelo menos 15 anos no poder, o PTB passo-fundense construiu uma trajetória que aglomerou conquistas, desafios e muitas disputas. Essas disputas são causas e/ou consequências de diversos atores políticos que atuavam na consolidação do Ensino Superior na cidade – a criação de uma universidade num município como o de Passo Fundo era um significativo passo rumo ao desenvolvimento. As forças petebistas funcionaram rigorosamente para que esse objetivo fosse cumprido, entretanto, as tantas divergências dentro do próprio partido acabaram sendo um “favor” ao PSB, partido de oposição. Apesar de tantos obstáculos, algumas Faculdades foram instaladas na cidade sob ordem do presidente da Sociedade Pró-Universidade, César Santos, anteriores a 1968 – o ano da fundação da Universidade de Passo Fundo. Salienta-se que mesmo não possuindo uma universidade propriamente dita até 1968, os acadêmicos e a UPE já praticavam ações para um fortalecimento do movimento estudantil. A própria fundação da UPF foi uma luta que muitos estudantes se engajaram e assumiram, tendo participação direta nesse processo. Entretanto, a entidade mais estruturada e eficiente na representação dos estudantes de Passo Fundo foi a UPE – por ser mais antiga; já o DCE demorou a se consolidar como forte representante estudantil.

Durante a Ditadura Militar, os estudantes de Passo Fundo exerceram um papel de atividade na medida do que era necessário e possível. Embora não haja evidências de que os militares agiram violentamente com os estudantes,

não é certo afirmar que a conjuntura era pacífica. O ar ame-drontador da ameaça e a da vigília constante permeava para calar aqueles que arriscassem contestar. Ainda assim, o movimento estudantil de Passo Fundo mostrou-se conscientizado e politizado sobre as questões nacionais. Suas notas, publicadas nos principais jornais da cidade, transmitiam a preocupação dos estudantes na conscientização da população sobre a ditadura.

As formas de manifestação não se resumiam somente ao protesto em via pública. A participação dos acadêmicos em diversos Congressos com seus pares de outras regiões influenciou um sentimento de pertencimento no movimento de resistência ao governo, e pode ser vista como outra forma de contestação. Esse sentimento é fundamental para a formação de memórias, sejam individuais ou coletivas, e principalmente de uma identidade. Baseando-se no princípio da união, os estudantes eram solidários uns com os outros, e alguns populares, mesmo que de forma sigilosa, mostraram timidamente seu apoio. Contudo, só há conhecimento desses casos graças à memória daqueles que vivenciaram esse momento. Assim sendo, a importância da história oral nesse trabalho é notória, pois nela encontram-se vestígios de vivências tangíveis e autênticas, que tanto auxiliam no trabalho do historiador que reconstrói o passado peça por peça. À imprensa, também como uma importante fonte histórica, atribui-se como significativo coeficiente na propagação do movimento estudantil em Passo Fundo. Os jornais, cedendo espaço para possibilitar o diálogo dos estudantes para com os seus colegas e para que a população esteja ciente das questões da classe estudantil, da mesma forma conce-

deu espaço para aqueles que não concordavam com atuação dos jovens. Essas manifestações contrárias acabavam sendo, muitas vezes, uma forma de desmoralizar o movimento estudantil aos olhos da cidade.

Por fim, destaca-se que a Ditadura Militar foi um período marcante para a História do país, mas principalmente para aqueles que resistiram a ela a todo custo. A ideia positivada de que os fatos só ocorreram nas capitais é equivocada, pois todo acontecimento gera uma reação que reflete em todos os aspectos de uma sociedade. Passo Fundo era um pequeno município, mas assemelhava-se a um caldeirão, borbulhando sob a fervura. Conclui-se, portanto, que mesmo parecendo distante geograficamente, os estudantes de Passo Fundo, da forma que lhes foi possível, se fizeram presentes na resistência e luta contra a ditadura.

FONTES

Acervo do Arquivo Histórico Regional. Passo Fundo, RS, 2018.

Jornal *O Nacional* do ano de 1968 a 1969.

Acervo do Jornal *Diário da Manhã*. Passo Fundo, RS, 2018.

Jornal *Diário da Manhã* do ano de 1968.

Depoimento de Ivaldino Tasca ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), do curso de História da Universidade de Passo Fundo, 2018.

Acervo pessoal de Ivaldino Tasca. Passo Fundo, RS, 2018.

Depoimento de Solon Viola por e-mail ao Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI), do curso de História da Universidade de Passo Fundo, 2018.

REFERÊNCIAS

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de Poder. O PTB e a ação política de César Santos na Metrópole da Serra*. 2006. Dissertação de Mestrado UPF. 261 p.

LECH, Osvandré (Coord.) *150 momentos mais importantes da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

MEYRER, Marlise Regina. *Fundação Universidade de Passo Fundo: 50 anos*. Passo Fundo; Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. 98 p.

OLIVEIRA, Nilton Cleber. *A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5*. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

SOBRE OS AUTORES

Alana da Silva Follador

Graduanda em História pela Universidade de Passo Fundo. Atua como bolsista CNPq sob a orientação do prof. Dr. João Carlos Tedesco. Integrante do Núcleo dos Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR).

Alex Antônio Vanin

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Atua como bolsista PROSUC/CAPEs sob a orientação do prof. Dr. João Carlos Tedesco. É membro efetivo do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF) e também integrante do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR).

Andre de Souza Pereira

Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF), sendo licenciado em História pela mesma instituição.

Augusto Diehl Guedes

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Bolsista PROSUC CAPEs. Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Passo Fundo e graduando do Bacharelado em Teologia da Faculdade de Ciências Humanas e Teológicas Logos. É secretário do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades (ANPUH-RS), gestão 2018-2020, membro do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/ PPGH-UPF) e do Laboratório de Estudo das Crenças (PPGH-UPF), desenvolvendo pesquisas principalmente acerca dos Catolicismos e Protestantismos no Brasil.

Caliane Christie Oliveira de Almeida Silva

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN-2004), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia da Universidade de São Paulo (EESC-USP, 2007), doutorado e pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP, 2012 e 2015). É Coordenadora e Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da IMED (PPGARQ-IMED); Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação Meridional; Coordenadora do Grupo de Pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC-IMED); Pesquisadora permanente da Base de Pesquisa Estudos do Habitat e pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Urbanismo e do Território (HCURB), do Departamento de Arquitetura da UFRN.

Chaline de Souza

Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo. É membro do projeto de pesquisa Religiões e Religiosidades: Possibilidades de Pesquisa, vinculado ao Laboratório do Estudo das Crenças (LEC).

Djiovan Vinícius Carvalho

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Licenciado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Atualmente é membro do Instituto Histórico de Passo Fundo, ocupando o cargo de Secretário-Geral. É membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Faz parte da Setorial de Patrimônio Material e Imaterial, Arquitetura e Urbanismo no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Passo Fundo; do Núcleo Gestor do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Passo Fundo.

Eduardo Roberto Jordão Knack

Graduado e Mestre em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, com a dissertação *Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico: Passo Fundo/RS*. Atuou como professor na Universidade do Estado de Mato Grosso, na Universidade de Passo Fundo, na Universidade Federal de Pelotas e na Escola de Ensino Fundamental St. Patrick. Possui experiência em museus, tendo atuado como estagiário e coordenador pedagógico do Museu Histórico Regional. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Sociedade, Ciência e Arte, com a tese *Passo Fundo e a construção do imaginário de capital do planalto: comemoração, memória, visualidade e políticas públicas*, doutorado com período sanduíche na Universidade Nova de Lisboa. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural na Universidade Federal de Pelotas, com pesquisas sobre relações entre urbanização, modernização e patrimônio cultural. Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Humanidades, Curso de História.

Fabiana Beltrami da Silva

Atua como professora nos Cursos de Publicidade e Propaganda, Artes Visuais Bacharelado e Licenciatura e Jornalismo na Universidade de Passo Fundo. Na mesma instituição trabalha como fotógrafa e produtora audiovisual no cargo de jornalista multimídia/laboratorista III, no Núcleo Experimental de Jornalismo - Nexjor, ligado a Faculdade de Artes e Comunicação da UPF. É associada efetiva do Instituto Histórico de Passo Fundo. É ligada ao Programa de Extensão ComSaúde e aos Projetos Ponto de Cinema e Tele-Cidade. Já ministrou disciplinas em especializações lato sensu nas áreas da Educação, Jornalismo e Artes.

Gabriela Tosta Goulart

Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela Universidade de Passo Fundo (2011). Licenciatura em História pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Pós-Graduada em Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Mestra em História Regional com ênfase em Política e Relações de Poder pela Universidade de Passo Fundo. Doutoranda em História com ênfase em Política e Relações de Poder. Experiência na área de Comunicação, com ênfase em Marketing, atualmente trabalha com Assessoria de Comunicação e Marketing.

Gizele Zanotto

Possui graduação em História (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado e doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003 e 2007) e pós-doutorado pela Universidad de Buenos Aires (2014). É professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). É coordenadora do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC), do Laboratório de Estudos das Crenças (LEC-PPGH) e do Arquivo Histórico Regional (AHR). Membro do Instituto Histórico de Passo Fundo (IHPF). É vice-presidente da ANPUH-RS (Gestão 2018-2020). Participa dos seguintes Grupos de Pesquisa interinstitucionais: Catolicismo, tradição e modernidade - PUC Minas; Religiosidade e Cultura - UFSC; Direitas, História e Memória - UEM. Membro fundador da Rede de Pesquisa “História e Catolicismos no Mundo Contemporâneo” e investigadora associada da Rede de Pesquisa “Direitas, História e Memória”. Membro cooperador de Civitas - Forum of Archives and Research on Christian Democracy. Membro do conselho editorial da Editora Fogo. Associada à ANPUH, ABHR, ACSRM.

Hérica de Matos Frandoloso

Graduada em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Integrante do Laboratório de Memória Oral e Imagem (LAMOI) do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

Izabela Nascimento de Mattos

Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo, professora e associada efetiva do Instituto Histórico de Passo Fundo.

Jeferson Sabino Candaten

Graduado em História e Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo. Integra o Laboratório de Estudo das Crenças - LEC (PPGH-UPF). Atualmente é professor na Educação Básica da Rede Municipal de Itapuca/RS.

Jonas Balzan

É mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF), na linha de pesquisa Cultura e Patrimônio. Graduado no curso de Licenciatura em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF, onde foi bolsista de Iniciação Científica - PROBIC/FAPERGS. Membro do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura - NEMEC (PPGH-UPF), do Laboratório de Estudo das Crenças - LEC (PPGH-UPF) e da Associação Brasileira de História das Religiões - ABHR. Desenvolve pesquisas principalmente acerca dos Catolicismos no Brasil.

Natália Carla Vanelli

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF), na linha de pesquisa: Cultura e Patrimônio. Graduada no Curso de História Licenciatura da Universidade de Passo Fundo (2014-2017), onde foi bolsista PIBID - Programa Institucional de Bolsas de

Iniciação à Docência (2014-2016) e estagiária no Museu Histórico Regional (2014-2015). Foi professora na Escola Estadual de 1º Grau Alberto Pasqualini, foi monitora de alunos com necessidades especiais na Escola Cohab Secchi. Atualmente é Auxiliar de Biblioteca do Colégio Marista Conceição.

Pedro Henrique Carretta Diniz

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela IMED (Passo Fundo, 2018). Foi bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) durante os meses de agosto de 2016 a julho de 2017. Também foi bolsista no Programa de Iniciação Tecnológica e Inovação (PITI) da IMED durante os meses de agosto de 2017 a julho de 2018. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da IMED, bolsista PROSUP/CAPEF, membro do grupo de pesquisa Teoria e História da Habitação e da Cidade (THAC/IMED) e associado pesquisador do Instituto Histórico de Passo Fundo.

Roberto Biluczyk

Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo (2018) e em Jornalismo também pela Universidade de Passo Fundo (2012). Tem interesse nos temas História Política, História do Brasil e Educação. Atuou em 2018 como voluntário no projeto de pesquisa denominado “O regime militar e o bipartidarismo: o MDB e a ARENA em Passo Fundo/RS (1966-1979)”, enfatizando em sua pesquisa o ano de 1979. Atualmente, pesquisa as representações referentes ao Plebiscito sobre a Forma e o Sistema de Governo, de 1993, utilizando como fonte veículos da imprensa brasileira.

Pensar em uma Coleção que abarque diferentes temáticas, enfoques e abordagens se dá, sobretudo, pelo aumento da produção historiográfica ocorrida nos últimos anos. A partir de trabalhos monográficos, dissertações, teses, capítulos e artigos, pesquisadores têm lançando luz a diversos aspectos da história local e regional. Entretanto, mesmo tendo em vista essa ampliação, ainda existem diversas lacunas sobre o passado da região e do município de Passo Fundo.

Com a proposta de comemorar os eventos acima mencionados, lançamo-nos à tarefa de reunir neste primeiro volume 14 textos de pesquisadores passo-fundenses que, assim como Antonino Xavier, dedicaram-se a investigar o passado de Passo Fundo, pois “a história de um povo não é assumpto que se possa elucidar à primeira investida, sem o concurso de outros obreiros e as ponderações judiciosas da crítica sensata [...]” (1990, p.9).

Alex Antônio Vanin
Djiovan Vinicius Carvalho

Organizadores

O volume I da Coleção Passo Fundo - Estudos Históricos é composto por trabalhos que abordam uma ampla variedade de temas. Desde narrativas e estudos históricos, passando por práticas comerciais, festejos populares e por aspectos da visualidade urbana, os trabalhos tratam também acerca da diversidade de crenças e manifestações religiosas em Passo Fundo, bem como das questões relacionadas ao ensino, à política e às relações de poder que envolveram diversas manifestações sociais em períodos diversos no município.



Projeto
Passo Fundo
Apoio à cultura



Instituto
Histórico
de Passo Fundo
Fundado em 15 de abril de 1954



Portal
Domínio Público
Biblioteca digital desenvolvida em software livre

